

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – LEIS

2 – ATAS

2.1 – 25ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2.2 – 26ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2.3 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 – ERRATAS



LEIS

LEI Nº 25.569, DE 25 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública o Instituto Fiutinha, com sede no Município de Romaria.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Fiutinha, com sede no Município de Romaria.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

LEI Nº 25.570, DE 25 DE OUTUBRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Angels dos Pets Associação de Proteção aos Animais Urucânia Minas Gerais, com sede no Município de Urucânia.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Angels dos Pets Associação de Proteção aos Animais Urucânia Minas Gerais, com sede no Município de Urucânia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de outubro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/10/2025

Presidência dos Deputados Tadeu Leite, Duarte Bechir e Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso dos deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de Presença – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos dos deputados Ulysses Gomes e Cristiano Silveira, da deputada Lohanna, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Bella Gonçalves, dos deputados Professor Cleiton, Ricardo Campos e Doutor Jean Freire; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; discursos dos deputados Betão e Celinho Sintrocel, das deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira, do deputado Luizinho, da deputada Andréia de Jesus, dos deputados Marquinho Lemos e Hely Tarquínio e da deputada Leninha; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação do requerimento; rejeição; Prorrogação da Reunião; prejudicialidade de requerimento do deputado Ulysses Gomes – Não recebimento de requerimentos do deputado Ulysses Gomes (2) – Requerimento dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior e Roberto Andrade; discursos das deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, do deputado Cristiano Silveira, da deputada Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel; Suspensão e Reabertura da Reunião; discursos do deputado Leleco Pimentel e da deputada Leninha; Questões de Ordem; discurso do deputado Professor Cleiton; Questão de Ordem; discursos dos deputados Doutor Jean Freire, Ricardo Campos e Betão e das deputadas Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; Questão de Ordem; discurso do deputado Luizinho – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lohanna – Lud

Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 18h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidente, boa noite. Boa noite aos deputados e às deputadas, boa noite àqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia Legislativa de Minas e, de forma muito especial, boa noite a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras da Copasa, a quem carinhosamente chamamos, juntamente a seus familiares, de “copasianos”. Presidente, nós temos aqui o início de uma noite histórica. Inclusive, apelo para aquele que carrega em sua história e trajetória... Apelo para ninguém menos do que o maior político da história deste estado, que foi, deputado Leleco, Juscelino Kubitschek. Este Plenário leva o nome de JK. JK – V. Exa. sabe muito bem disso, deputado Leleco – foi adepto de um preceito que nasce na segunda metade do séc. XX da nossa história, chamado nacional-desenvolvimentismo. Um dos pilares do nacional-desenvolvimentismo era exatamente o contrário do que estão tentando fazer em Minas Gerais. O nacional-desenvolvimentismo prezava essencialmente pelo fortalecimento do Estado em áreas estratégicas, pontuais e importantes para o seu desenvolvimento. Uma dessas áreas era exatamente a do saneamento básico, com tratamento de água e esgoto e distribuição dessa riqueza. Eu fico imaginando como estão JK e aqueles que o admiram neste momento, quando nós, nesta Casa, estamos votando uma das matérias mais tristes das páginas da Assembleia Legislativa, que é a retirada da vontade popular, conquistada por uma emenda à Constituição mineira no governo de outro desenvolvimentista, Itamar Franco. O apelo que faço, na discussão da ata – que, na verdade, é uma ata que referenda uma reunião que foi cancelada à tarde –, é que ainda dá tempo para que o governo reveja isso. Outro apelo que faço é àqueles deputados que aqui tantas vezes defendem a liberdade de expressão. Há muitos aqui que falam, inclusive, que a liberdade de expressão é um dos grandes pilares da nossa democracia. Deputada Beatriz Cerqueira, o que estão fazendo é exatamente tirar do povo a sua liberdade de expressão, garantida pela Constituição Mineira. É por isso que não há outro nome ou nomes para o que vai ser votado aqui: PEC do Cala a Boca, PEC do Medo do Povo e até mesmo PEC da Infâmia, deputada Leninha. Nós temos, nesta noite, a oportunidade de rever isso para conceder à população mineira aquilo que foi garantido na nossa Constituição. Vamos fazer o referendo, vamos fazer o referendo! E o mais triste, deputado Eduardo Azevedo, é a pergunta que nós devemos fazer a todos os deputados, Dr. Hely Tarquínio, nosso decano, meu professor nesta Casa. Aquela que se diz a Casa do povo, o poder e a voz do cidadão, vai tirar do povo a prerrogativa que ele tem de decidir pelo seu patrimônio. Deputado Leleco, nós temos duas formas de passar para a história qual a que nós escolheremos esta noite. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para discutir, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Boa noite, trabalhadores e trabalhadoras, povo que se faz presente. Se fossem vocês a ocupar cada cadeira dessa, eu tenho certeza de que a decisão seria que a água é soberana e pertence ao povo de Minas Gerais, e não às empresas que já estão preparando o bote para bancar a *fake* campanha que o Zema vem querendo manter de pé por aí. A água de

Minas não vai manter esse *fake* Zema de pé; não vai. Professor Cleiton, é importante, neste momento, evocar, chamar para dentro deste Plenário, a história de quem já o governou – Juscelino Kubitschek – ou até dizer que os outros governadores de Minas Gerais não tiveram essa falta de respeito com a coisa pública. Será Zema, e por trás de Zema... Infelizmente, um servidor concursado desta Casa envergonha a Assembleia, que é esse tal Mateus Simões. Mas fiquem tranquilos. A ata de hoje, essa ata... Vejam como a ata é importante! A ata não diz aquilo que a gente quer dizer. Por isso pedi para discuti-la. Companheiros e companheiras, eu fiz questão de trazer travesseiro e cobertor para dizer que nós não vamos arredar o pé daqui nem um minuto. Cuidado, cuidado! Tem gente com cheiro de enxofre por aqui. Vou dizer mais: quero pedir a vocês que continuem reservando essa energia. Reservem essa energia, cuidem dos companheiros que estão lá fora. O cenário que acabamos de ver são de policiais saindo de tudo quanto é lugar debaixo ali da Cemig, que está sendo presidida por um presidente que usa cartão corporativo para roubar o povo. A polícia devia ter vergonha. A polícia devia ter vergonha de vir para a Assembleia, neste mesmo lugar onde Zema tirou o direito e sequer colocou o salário justo. Então, presidente, quero só pedir a vocês um minuto. Como fizemos ao longo desta semana, vou fazer um pedido: falo a frase e a repetimos juntos. Sem referendo, sem democracia! Sem referendo... (– Manifestação nas galerias.) Atacar o referendo é atacar o povo mineiro! Atacar o referendo... (– Manifestação nas galerias.) E, por fim, vamos ler, na primeira vez, todos juntos baixinho; na segunda, mais alta; e, na terceira, é com vocês. Deputados, 2026 tem eleição, não se esqueçam! Segunda vez: deputados, 2026... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Obrigado, deputado Leleco Pimentel. Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada, nos termos dos arts. 20 e 24 do nosso Regimento Interno.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Registro de Presença

O presidente – Aproveito a oportunidade para registrar e agradecer a presença, nas galerias, da ex-deputada Jô Moraes. Seja bem-vinda à Assembleia e ao Parlamento mineiro.

Discussão e Votação de Proposições

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, queria apresentar um requerimento, conforme previsto no art. 233, inciso I, que, nos termos regimentais, solicita o levantamento da reunião em sinal de pesar pela trágica morte do Cb. Vinícius de Castro Lima, militar, ocorrido na tarde do último dia 21 de outubro, nesta cidade de Belo Horizonte.

O presidente – Antes de a presidência responder a V. Exa., quero aproveitar a oportunidade para desejar as boas-vindas a todos que estão no Parlamento e que nos visitam na noite de hoje. Além disso, agradeço a participação a todos os parlamentares nesta noite e quero dizer que, provavelmente, teremos hoje uma votação, ou melhor, uma sessão de votação que vai se estender, obviamente, mais do que o normal do dia a dia. Então, peço, primeiramente, a compreensão de todos os parlamentares, deputadas e deputados. Obviamente respeitaremos a todo momento o nosso Regimento. Inclusive, já solicitamos não só ao deputado Ulysses, que fez dessa forma, mas também a todos os parlamentares, que, porventura, farão a partir de agora questão de ordem, possam indicar o artigo para fazer a discussão sobre a questão de ordem para que consigamos organização nos trabalhos, assim como, ao final do dia, se Deus quiser, finalizemos o nosso trabalho.

Então, agradecendo, mais uma vez, a compreensão de V. Exas., vamos dar a sequência e a resposta ao deputado Ulysses Gomes. (– Manifestação nas galerias.) V. Exa. fará o requerimento por escrito para fazer a votação?

O deputado Ulysses Gomes – Sim. Exatamente.

O presidente – Perfeito. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, obviamente, estamos aqui, nesta noite, por uma temática. Num segundo momento, vamos ter a oportunidade de aprofundar sobre o mérito do referendo. Neste momento, de forma a lamentarmos essa situação, pedimos, obviamente, que esta Casa preste uma homenagem a esse homem, militar, que infelizmente, nas suas funções, na última terça-feira, passou por uma trágica situação. Eu quero relatar aqui a notícia, caso alguns não a conheçam, e esse é um reconhecimento que a gente faz. Obviamente, em seguida, todos terão oportunidade de comentar sobre isso, e a gente também terá a oportunidade de prestar as nossas homenagens. A notícia traz: “Policial militar morto em tentativa de assalto no Barreiro levou nove tiros, sendo cinco na cabeça”. Infelizmente, a notícia é trágica. Eu acompanhei isso muito de perto por ser ele familiar de um amigo muito próximo, o Alexandre, que trabalha no gabinete. Então é triste trazer isso neste momento, mas é justo que esta Casa preste uma homenagem ao militar Cb. Vinícius de Castro Lima, de 37 anos, que foi morto durante um assalto numa loja de veículos, no Bairro Tirol, na região do Barreiro, na nossa cidade de Belo Horizonte. Ele foi atingido por nove disparos. Segundo a perícia, até então, o laudo inicial apontou que cinco tiros, infelizmente, atingiram sua cabeça, e ele morreu no próprio local.

Compartilho aqui a nota de pesar da Polícia Militar e compartilho, em nome do bloco, do mesmo sentimento. Em nota, a Polícia Militar informou que o Cb. Vinícius de Castro Lima era lotado no 39º Batalhão, em Contagem. “O militar dedicou sua vida à missão de proteger e servir a sociedade mineira, atuando sempre com coragem, profissionalismo e compromisso com os valores da instituição. Que o exemplo de dedicação e bravura do Cb. Castro permaneça como legado de honra e serviço à população mineira”. Disse em nota de pesar assinada pelo Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Quero parabenizar o comandante por esse reconhecimento e agradecer ao Cel. Fausto, aqui da Assembleia, o suporte à família e toda a atenção que deu. Mas queria dizer também que isso tudo...

O público presente nas galerias – (– Faz oração.)

O deputado Ulysses Gomes – O nosso reconhecimento à homenagem, presidente, e, seguindo a nossa discussão, eu não poderia, obviamente, deixar de trazer essa questão, porque a própria mídia e o debate em torno desse fato trágico trazem à tona a nossa realidade, a falta de valorização dos profissionais da segurança pública, a falta de investimento na segurança pública, a triste realidade dos últimos sete anos, em que o governador assumiu o compromisso de fazer um reajuste. Aprovamos o projeto de lei na Assembleia, mas, infelizmente, o governador vetou esse projeto de aumento, e a gente enfrenta, cada vez mais, essa situação de sucateamento, que passa, por sua vez, pela falta de valorização dos profissionais da segurança pública. Consequência para o serviço de segurança pública em razão da falta de profissional: não há uma cidade do Estado em que não haja demanda, pedido de profissional de segurança pública por parte de deputado; não há uma cidade do nosso estado em que não haja pedido e cobrança – são pedidos que chegam semanalmente aos deputados – de viaturas e equipamentos, porque o Estado não faz isso. Se não fossem as emendas dos deputados, a atenção que cada um dá, o Estado não teria hoje condição de atender à segurança pública, que é constitucionalmente responsabilidade do Estado.

Todos aqui são prova de que a Polícia Militar hoje, para cumprir com a sua obrigação, com o seu dever de se locomover... Hoje há um corte no orçamento e não há recurso para combustível para os nossos policiais. O que está acontecendo é que, se os prefeitos nos municípios não firmarem parcerias com o comércio local, se não garantirem esse recurso mínimo para a funcionalidade da segurança pública, os policiais não conseguirão prestar o excelente serviço que a Polícia Militar faz. E todo mundo aqui é prova disso. Agora, com falta de valorização, falta de profissional, falta de equipamento, sejam veículos, sejam equipamentos, a consequência é trágica, porque o crime aumenta, e os dados comprovam isso. O governador só faz propaganda em cima de um dado ou outro que o interessa, mas não mostra a realidade da situação de segurança pública em nosso estado. E a gente vai vivendo um caos cada vez maior diante de uma situação lamentável, em que falta compromisso e prioridade.

Não tenho dúvida de que a prioridade se comprova é no orçamento. É só você pegar o orçamento do Estado e ver a realidade de para onde não se destina o recurso. Ele tem recurso para seus jantares e para suas viagens. Hoje o governador não governa Minas Gerais. Ele viaja o Brasil e o mundo, fazendo campanha. A última pesquisa já demonstrou que, em Minas Gerais, ele é o 3º colocado. Ele é o 3º colocado em Minas Gerais e está querendo fazer graça para o Brasil inteiro numa situação da realidade da segurança pública cada vez mais trágica. Infelizmente, situações como a que a gente viveu nesta semana – a morte de um policial, o que se repete em vários momentos e em vários lugares do Estado – são a prova concreta da falta de compromisso e da falta de investimento na segurança pública, sem contar o problema de pressão psicológica que os profissionais têm vivido. E por que não estender essa falta de atenção e valorização a todas as demais categorias do Estado? Isso acontece na educação, na saúde e nas nossas empresas públicas, em que falta gestão e compromisso com o serviço público de qualidade, porque não há investimento.

O exemplo que vamos vivenciar hoje, debatendo o caso do referendo, que consequentemente abre o debate de privatização – neste caso, da Copasa, de saneamento –, mostra claramente que o Estado tem condições, porque quem indica... Não dá para aceitar o governador tirar dele a responsabilidade, porque quem coloca o presidente lá é o governador. Se há problema na gestão e problema na escolha e na condução, o problema é de total responsabilidade de quem indica. Se a empresa é capaz de distribuir lucros de dividendos aos seus acionistas e não sobra dinheiro para investir, isso é falta de responsabilidade e de compromisso com o cumprimento, no município, de contrato com aquele prefeito que assina, mas, sobretudo, com o cidadão que paga em dia aquela conta. Não se pode transferir a responsabilidade para o servidor ou para a empresa se, comprovado o lucro, a gestão dela pega esse lucro e distribui os dividendos aos seus acionistas, mas não garante que o serviço, que é de responsabilidade dela e do contrato ali previsto, seja prestado. Isso não é falta de dinheiro, é incompetência e falta de compromisso, falta de prioridade – e já está provado que a prioridade é outra.

Obviamente, presidente, neste momento, eu não poderia deixar de registrar essa grande preocupação. A Assembleia faz essa triste homenagem, esse reconhecimento, mas, ao tratar da questão da segurança pública diante de um fato tão triste como esse, traz à tona um problema amplo que, no dia a dia, aos poucos, a população está percebendo. Se não fossem as situações de tragédias que vivenciamos em Minas Gerais, como o caso de Brumadinho e o crime de Mariana, cujas consequências foram os acordos de investimentos altíssimos no Estado, este governo não teria entrega nenhuma para provar, porque é sob esses investimentos que ele faz algum tipo de entrega. Fora isso, estamos vendo agora a ANM criticar o governador, porque não ele tem compromisso com as demandas dos prefeitos na cidade.

Nós temos visto a falta de ação e investimento na saúde e na educação e, volto a dizer, a prova concreta da falta de investimento na segurança pública. Se você não tem recurso para a segurança pública, para a saúde e para a educação, isso é o caos instalado. Não se trata do serviço básico simplesmente, estamos falando da falta clara de investimento.

Essa é uma discussão ampla que nós vamos fazer. E teremos uma longa noite de debates aqui. Eu agradeço a V. Exa. este encaminhamento para que possamos votar, em seguida, o requerimento, cuja consequência é o reconhecimento e a homenagem ao grande trabalho que a Polícia Militar faz e essa homenagem que a própria polícia prestou ao cabo que infelizmente perdeu sua vida nos últimos dias. Deixamos aqui os nossos sinceros sentimentos de pesar a toda a família. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, boa noite; boa noite, público que nos acompanha; boa noite, trabalhadores da Copasa. Boa noite, trabalhadores do Sindsema e demais sindicalistas que, em solidariedade à luta dos trabalhadores da Copasa, fazem-se presentes.

Antes de mais nada, quero dizer que estamos acompanhando e de fato orgulhosos da luta que os senhores e as senhoras têm travado em defesa do patrimônio do povo de Minas Gerais, em defesa do direito do povo mineiro a seu patrimônio. É claro que nós estamos ainda distantes do encerramento e do desfecho dessa luta, porque, neste momento em que estamos iniciando todo este

processo de debate e de votação, vamos discutir, vamos conversar, e os parlamentares vão ouvir. Nós vamos trazer todas as nossas considerações, os nossos argumentos. Nós vamos trazer todas as nossas razões. É possível que, no decorrer da tramitação, um colega ou outro compreenda o que estamos fazendo e a importância desta matéria, e pode inclusive votar conosco até o final. Essa é a nossa expectativa. Por isso nós teremos que dialogar bastante. Nós teremos que trazer muitos argumentos, trazer todas as nossas considerações.

Então estamos aqui para fazer o encaminhamento do requerimento apresentado pelo nosso líder, o deputado Ulysses. Eu preciso fazer este registro, gente. Temos que tratar este assunto, que é importante e que é o que está na pauta e na ordem do dia, mas o deputado Ulysses trouxe uma questão que é preocupante.

Antes de mais nada, queremos deixar aqui as nossas condolências, os nossos votos de pesar à família do cabo da Polícia Militar, Vinicius de Castro Lima, de 37 anos. Pensem, 37 anos! Policial novo. Presente! Uma situação em que o policial foi atingido por nove disparos de arma de fogo. Infelizmente não foi o primeiro caso de violência contra policiais. Não faz muito tempo, o Sgt. Roger tomou um tiro na cabeça, também numa tentativa de contenção de um criminoso. Esse também vai ser o legado do governo Zema, porque não há o mínimo de preocupação com a integridade, com a segurança, com a valorização dos nossos servidores.

Olha, eu vou trazer um dado para os senhores que também é alarmante: se nos assusta o número de policiais que são mortos em confronto, o número de policiais que morrem por autoexterminio – no bom português, suicídio – é maior do que o número de policiais mortos em confronto no nosso estado. Temos também, não é? Olha só, gente, há servidores da Copasa também em situação de suicídio por causa das condições. Os servidores do Estado de Minas Gerais em geral estão adoecidos, porque estão sob um governo que não os valoriza, que não cria as melhores condições de trabalho, que ataca, porque o que o Zema tem de legado é atacar o servidor. É atacar e atacar aquele servidor que está cuidando da nossa segurança, quando não cumpre os acordos que fez, quando não lhe dá a valorização adequada e devida.

Ele faz isso quando ataca os servidores da Copasa, que são aqueles que cuidam da água que chega à nossa torneira, que cuidam do tratamento do esgoto e do saneamento. Ele faz isso com os nossos professores e com as nossas professoras, que educam a maioria dos filhos do povo de Minas Gerais. Ele também faz com os trabalhadores da saúde, que estão cuidando das pessoas adoecidas neste estado. Esta vai ser a lembrança e a grande memória: o estado mínimo que não cuida das pessoas e não as valoriza.

Eu já disse isso desta tribuna tantas vezes, mas foram tantas vezes! Para que serve o Estado? O Estado tem obrigação fundamental e constitucional de garantir os direitos da sua população. A nossa Constituição é clara quando fala dos direitos fundamentais. Ela é muito clara quando fala dos nossos direitos à saúde, à educação, à segurança, à água, ao saneamento, ao meio ambiente. Ela é muito clara! E quem presta esse serviço? É o Estado. Quem é o instrumento do Estado para a prestação de serviços? São os nossos trabalhadores, os nossos servidores. Parece que ele não compreendeu! Parece que ele não compreendeu!

Nós vamos entrar numa discussão em breve aqui, na Casa, que é da questão da regulação na saúde, porque a proposta do governo é fazer a centralização da regulação, que, hoje, é feita de forma descentralizada – é quando você tem uma demanda na saúde; é quando você tem uma transferência; é quando você tem que fazer uma internação. Então você tem isso de forma descentralizada, fazendo ali todo o mapeamento. O atendimento é feito por um ser humano, por um profissional que ali está, e ele quer centralizar tudo em Belo Horizonte e colocar a inteligência artificial para fazer a regulação da saúde no nosso estado. É a substituição do ser humano por uma inteligência artificial que vai prestar o serviço.

Então, gente, é isso que nós estamos vivendo! É isso que nós estamos vivendo neste estado. Essa luta é importante. Nós precisamos ir até o final e sermos vitoriosos para dizer que há um movimento de mudança da cultura do pensamento em Minas Gerais. O legado deste governo é o legado do governo que nos faz subir aqui para ficar pedindo 1 minuto de silêncio por profissionais e por servidores que perderam a vida porque não têm um estado que cuida deles adequadamente. Foi isso que aconteceu com os colegas de vocês, com os colegas da saúde e o que acontece a todo momento neste estado.

É dramático o que está acontecendo em Minas Gerais! É o governo que tem dinheiro para os amigos e para benefício fiscal, mas não tem recurso para valorizar o servidor. É o governo que tem dinheiro para aumentar o próprio salário, mas não tem para valorizar e cuidar dos serviços essenciais para a população. É o governo que gasta milhões de reais em 400 voos de aeronaves, inclusive para ir à sua casa, em Araxá, depois de ter dito, em campanha, que não usaria a aeronave. É esse camarada que acha...

Agora eu queria dizer que eu queria muito ter estado aqui, na Assembleia, ou melhor, eu queria muito ter sido deputado na Assembleia na época em que foi inserido, na Constituição, que, para vender empresa do povo, o povo tem que ser ouvido. Eu queria ter estado aqui para ter votado essa emenda à Constituição. Eu queria ter estado aqui para poder dizer que nós construímos mais direitos para o povo, que é o dono do patrimônio. O povo é o dono do patrimônio. O povo é o nosso patrão, e é por isso que estamos aqui trabalhando. O povo é quem nos paga e é quem nós representamos. Eu queria muito ter estado aqui para dizer para você, que é o nosso patrão, que é quem nós representamos, que nós vamos ouvi-lo quando a venda do seu patrimônio for discutida. Nada mais justo! Nada mais justo!

Agora, lamentavelmente, eu estou aqui neste momento em que nós temos que lutar para que esse direito não seja retirado. Mas uma coisa eu já vou dizer para os senhores: não terá a minha digital, não terá o meu nome entre aqueles nomes que tiraram o direito de o povo ser ouvido, não terá! Não carregarei isso na minha biografia. Não há benefício do governo que vá me convencer. Não há conversa, não há lorota do governo vá me convencer. A minha convicção é inegociável! Não negocio minha consciência. Inegociável! Portanto eu não estava aqui para colocar o direito na Constituição, mas eu estarei aqui para tentar defendê-lo até o final do processo de discussão e de votação do direito. Este país não quer menos participação; quer mais participação. O povo não quer ser ouvido menos; o povo quer ser ouvido mais. A Assembleia Legislativa criou um instrumento para que as pessoas pudessem opinar a respeito das matérias que estão aqui tramitando, e o povo foi para o *site* da Assembleia dizer que é contrário, em massa, de maneira esmagadora. Eu, como deputado, tenho de observar o instrumento da Assembleia de participação para me orientar. Espero que os colegas também tenham essa sensibilidade; que olhem o que diz a participação do povo com relação a essa matéria; que olhem as mais de 300 mil assinaturas no referendo, no plebiscito popular que foi realizado; que observem tudo isso que nós estamos dizendo; que escutem a voz desses trabalhadores que aqui estão há tantos dias para terem o seu trabalho garantido, o patrimônio do povo garantido, a água de qualidade e o cuidado com o saneamento. “Ah, deputado, mas a Copasa tem tanto problema”! Tem problema por falta de investimentos, mas, ainda assim, ainda assim, está entre as melhores empresas do Brasil, e não sou eu que estou dizendo isso.

Agora eu concluo, presidente, eu concluo. Se alguém acha que a Copasa não vai bem, com o que não concordo, faço a seguinte analogia, presidente: é igual a um carro. Você tem um carro potente, um carro bom. “Mas, deputado, o carro está rateando. Ele não tem defeito mecânico, mas está rateando”. Vou dizer: sabe qual é o problema dele, amigo? É o motorista. Não precisa vender o carro, não; é só trocar o motorista.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os servidores de luta da Copasa, a cada “copasiano”, a cada “copasiana.” Boa tarde a cada um e a cada uma de vocês. Aos servidores das outras categorias que vieram se somar a essa luta, boa tarde. Boa tarde, gente. É boa noite. O deputado Leleco está me corrigindo, dizendo que agora já é boa noite. Isso é muito importante. Isso mostra, presidente, a cada dia mais, o quanto é importante a articulação entre o serviço público.

Hoje a gente está subindo nesta tribuna, presidente, para lamentar a partida de um servidor público, a partida do Cb. Vinícius, que morreu sendo um servidor público, sendo alguém que escolheu ser servidor público. Foi opção de vida. Ele se colocou à disposição do povo mineiro para proteger, para manter a ordem, para cuidar dos homens e das mulheres do Estado de Minas Gerais. Era um servidor público, um policial, que foi embora e que se despediu muito jovem, porque a pessoa de 37 anos é jovem demais. Com 37 anos, a pessoa tem uma vida inteira pela frente, tem um monte de coisa para conquistar, tem um monte de sonhos para realizar, tem um monte de desafio para vencer. Isso é muito importante. É muito importante que cada um e cada uma de nós prestem

muita atenção, nesta noite, em como cada colega deputado vai escolher usar o seu tempo para falar dessa despedida dura e importante do Cb. Vinícius.

Vários de vocês sabem, mas eu gostaria de contar o que aconteceu comigo em 2023 e 2024 aqui, na Assembleia, como já havia acontecido anteriormente, infelizmente. Várias deputadas sofreram ameaças de morte. E foram ameaças muito dolorosas. Foram ameaças de estupro, foram ameaças de violência, foram ameaças que descreviam o que seria feito... Foram ameaças que descreviam o que seria feito com cada uma de nós, como a gente seria morta, como o nosso corpo seria decepado, como a gente seria encontrada pelas pessoas que nos amam. Foi um momento muito duro, deputado Betão, um momento em que, como disse a deputada Beatriz na época – e eu nunca vou me esquecer disso –, estava sendo feita uma tentativa de interditar o nosso trabalho, de fazer com que a gente não tivesse condição de sair de casa. O deputado Arnaldo foi um colega muito solidário com a gente, e serei eternamente grata a ele por isso. Foi um momento que fez com que a gente pensasse se podia fazer agenda pública ou não, porque a gente tinha escolta, mas os nossos assessores não.

As pessoas estavam trabalhando ao nosso lado, e a gente tinha medo por elas. No meu caso, muito especificamente, eu nunca vou me esquecer do medo que eu tinha pelo meu irmão menor de idade. E por que estou contando esse caso? Porque, se o nosso trabalho não foi interditado – eu posso falar isso por mim, claro, não posso falar pelas colegas, mas acho que elas concordam –, foi porque a Polícia Militar cuidou da gente, foi porque a Polícia Militar, a Polícia Civil, a polícia cuidou da gente, deu condição para que a gente saísse de casa todos os dias. Era constrangedor sair de casa com escolta. Eu acho que era constrangedor até para eles, eventualmente, porque, como a gente não está sob ameaça só em determinada hora, a gente também estava com escolta nos momentos de lazer. É uma baita hipocrisia! Vai haver escolta só quando se está trabalhando? Quando se está no aniversário do sobrinho, não se está sob ameaça, não se está sob risco? Eu acho que era constrangedor para todo mundo.

Eu me lembro direitinho do meu aniversário, em 2024, quando fui jantar com a minha família. A gente encerrou a noite na entrada, porque era muito ruim a gente estar ali, naquele processo de ameaça. E foi a Polícia Militar que garantiu essa proteção para a gente. Depois, foi a Polícia Civil que garantiu a investigação e, posteriormente, a condenação, junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, do homem que mais ameaçava a gente. Ele foi condenado, deputado Doutor Jean, a 12 anos de cadeia por cada ameaça que nos fazia.

Eu não sei se o Cb. Vinícius, em algum momento, participou da escolta de alguma colega deputada, mas pode ter participado. Independentemente disso, eu sei que ele garantiu a proteção de muitas mineiras durante os anos em que esteve como policial militar. É por isso que eu decidi subir aqui e falar sobre a sua partida, falar sobre essa despedida, que é dura para todo mundo que diz defender o serviço público, que é dura para todo mundo que diz defender a Polícia Militar e a Polícia Civil. Ocorre que essa partida tem um pano de fundo.

É preciso falar sobre o desrespeito crônico que o governo Zema faz com os nossos servidores e como isso inclui, de forma cruel, os policiais que nem greve podem fazer. Eu queria lembrar a cada um e a cada uma de vocês que recentemente o governo Zema contingenciou o valor que poderia ser utilizado para abastecer viatura. Ele limitou as viaturas da Polícia Civil a quatro abastecimentos; limitou as viaturas da Polícia Civil a quilômetros para serem rodados, mesmo envolvidas em processos investigativos. E isso prejudica diretamente o combate à violência e às redes criminosas em Minas Gerais, tanto é que a gente continua liderando vários índices. Eu posso trazer aqui o da violência contra a mulher. Em Minas Gerais, a gente continua vivendo índices tenebrosos de violência contra as mulheres, índices que aumentam ano após ano.

Em relação a isso, gente, há uma coisa muito perigosa. Toda corda tem que ser esticada. As coisas que a gente vê acontecendo, hoje, no País, foram plantadas lá atrás. Hoje a perspectiva é de privatização da Copasa. Abriu-se uma exceção, deputado Leleco. Tirou-se da Constituição a obrigação do referendo, para que a gente possa vender a Copasa. “Não, mas a Cemig está protegida; não é preciso se preocupar.” Amanhã, vai ser retirada a Cemig. Dessa forma, ideias, como a ideia – escute, gente – que o

governador Romeu Zema propôs em julho do ano passado, quando ele disse que achava que a Polícia Militar não precisava de concurso e, sim, de contrato temporário, deixam de ser tão absurdas assim. E assim a gente caminha a passos largos para a milícia tomar o lugar da segurança pública no Estado de Minas Gerais. É isso que vai acontecer.

Servidor público tem uma característica que é impossível de ser exigida de qualquer pessoa que trabalha sob contrato. E eu digo isso com muito respeito a quem trabalha sob contrato, porque eu já trabalhei sob contrato e tenho muito respeito, muito respeito. O servidor público tem uma coisa que chama CPF na reta. É por isso que servidor público é coagido a assinar licença de mineradora que não deveria ser assinada. É por isso que servidor público é coagido a liberar a vistoria que não deveria ser liberada. É por isso que servidor público é coagido a não fazer *blitz* onde deveria fazer, como a gente viu o prefeito de uma cidade da região metropolitana fazer há poucas semanas. É por isso, é por isso. O servidor público tem uma responsabilidade diferente sobre cada ato que ele faz, porque cada ato ele o faz em nome do Estado. É por isso que algumas carreiras, como é a carreira da segurança pública, como são as carreiras do saneamento, da energia, da educação e também a do meio ambiente, têm que ser carreiras mantidas sob o serviço público, porque tudo o que essas pessoas fazem, elas o fazem em nome do Estado, e isso não é pouca coisa.

Quando a gente fala de segurança pública, a gente está falando de gente que tem autorização de usar a força em nome do Estado, de controlar o direito de ir e vir de alguém em nome do Estado. Isso não é pouca coisa. É por isso que a gente tem que cuidar de cada trabalhador da segurança pública do ponto de vista da sua segurança física, do ponto de vista da sua saúde mental, do ponto de vista das suas condições de trabalho. É por isso que a gente tem que lamentar a partida de um policial quando ele se vai, como foi o Cb. Vinícius.

É isto o que a gente pede ao governador Romeu Zema: que pare de usar a segurança pública como bandeira para ganhar a eleição enquanto destrata covardemente os nossos policiais. É isso o que a gente pede, é isso o que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pede ao governador. E a gente vai seguir pedindo isso. Se ele não atender, a gente vai trocar essa turma em outubro do ano que vem. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Vocês estão me fazendo lembrar uma música muito bonita, cantada pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs –, que é parecida com o “copasiano”, porque eles falam: “‘Copasiano’, ‘copasiana’, você que veio para lutar? Eu quero ver o trem do Zema balançar e cair, porque Zema não vai sustentar”. Então buscar aqui, com vocês... Pessoal, parece brincadeira o que vocês estão gritando aí. O Zema já está fora. Ele não para aqui. Vocês são proféticos, não é? Eu estou com dó do papa, porque ele beijou a mão do papa hoje e foi lá falar mentira. Acho que o papa ficou até envergonhado. Eu não tenho dúvidas de que o Zema acredita nas asneiras, nas besteiras que ele mesmo diz.

Eu quero pedir, presidente Tadeu... Nós estamos aqui utilizando o tempo de fala, mas não podemos esquecer que o que gerou o nosso pedido foi esse assassinato brutal ocorrido em Belo Horizonte. E eu não vou deixar de dizer que Vinícius de Castro Lima, de 37 anos, o cabo da Polícia Militar que foi morto nesta tarde, não pode virar motivo de desrespeito de nossa parte. Mas eu quero me somar e trazer mais uma triste notícia a vocês. Nós estivemos aqui também, nas galerias, com uma pessoa que lutou muito pelo direito dos optometristas, para que regulamentassem a sua profissão. Ele, que também esteve junto com companheiros acorrentados na estátua de Tiradentes, em Ouro Preto, infelizmente foi assassinado ontem por um médico oftalmologista; ele, que veio a esta Casa nos ajudar com esta luta importante, foi morto; ele e o paciente de que ele cuidava foram assassinados na mesma hora, com muitos tiros. Nós fizemos questão de pedir que este minuto de silêncio seja também feito em homenagem à luta do optometrista Marcelo de Souza Nogueira.

Ele, tão jovem, também deixou um legado de luta. Ele esteve aqui, nesta Casa, ajudando na luta dos optometristas, que lutam pela regulamentação da sua profissão. Um ambiente hostil, um ambiente de falta de segurança é que está sendo retratado neste momento, no assassinato do policial a quem fazemos esta homenagem no Plenário.

Se você não sabe, vou relembrar uma notícia. Há poucos meses, deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, viemos a este Plenário denunciar que todo o *staff* do governo Zema estava fora do País, participando de formação, bancado pelas indústrias bélicas, pela indústria armamentista de Israel, deixando o Estado que cresceu em número de mortes dentro dos presídios sem o secretário e sem os responsáveis pela segurança pública do Estado de Minas Gerais. Essa denúncia se soma, companheiros e companheiras, ao descaso que Zema tem com os servidores e com a coisa pública. O Zema está tentando – e todos sabem disso – vender a Copasa para pegar dinheiro com o capital privado a fim de tentar bancar essa turma que quer hoje que Zema passe vergonha como candidato à presidência.

É por essa razão que a gente não tem rabo preso. Vocês sabem que as pessoas que subirão neste Plenário hoje têm compromisso com a causa. Elas têm compromisso com a luta dos servidores, têm compromisso com a luta pelo saneamento universal, público e de qualidade. Todos os que subirão aqui para defender a Copasa terão a luta por essa causa na ponta da língua. Não é preciso ter texto para ficar trazendo elementos distantes de nós. É só dar uma olhada no rosto de cada servidor. É só buscar, de forma didática, ler estas faixas. É só buscar a metodologia do povo e falar a língua do povo: o povo de Minas não quer que Zema transforme a Copasa em privada. A água da privada não desce! E vou aproveitar que vocês estão usando uma palavra que veio do latim para explicar ao povo que a palavra “referendo”, que não é muito usual na vida das pessoas, no dia a dia, significa “consulta”. Nessa consulta sua opinião deve prevalecer. É por isso que a palavra que todo mundo está escutando – “referendo” –, que vem de *referendum*, está associada à democracia.

É preciso que a gente tenha a compreensão de que uma consulta direta à população, como vêm colocando as pesquisas, adianta uma resposta que todos sabem. A pessoa quer água em quantidade, com qualidade e com tarifa justa. Ninguém quer uma Copasa privada, que retira o direito à água, retira a qualidade da água e só aumenta a tarifa. Besta é aquele que acha que o povo é bobo, porque o povo sabe quanto custa a água no final do mês. O povo sabe quanto custa o gás no final do mês, sabe o valor dos alimentos da cesta básica, sabe o valor do combustível e sabe que Zema precarizou a Copasa para poder tentar evidentemente fingir que o povo não quer a Copasa. Essa tentativa deu com os burros n'água. A tentativa de Zema era fazer com que o povo cuspsisse...

É: a pesquisa, é bom lembrar. A pesquisa talvez represente uma fotografia do momento. Ela não consegue prever o futuro ou já se esqueceu do passado. A pesquisa é uma tentativa de fotografia do presente. E olhe o que ela diz. Ela diz que o povo mineiro, seja aquele que depende da água da Copanor, daquele bloco criado para que houvesse equidade, para que aquele que não tinha água recebesse água da região que tem mais investimento público... Por isso, a zona rural, tão desassistida, onde as pessoas estão tentando recuperar nascentes para ter direito à água, para saciar a sede do animal, para molhar a sua plantação... Esse povo da agricultura familiar vem denunciando que o Zema está de joelhos para o agronegócio e para a mineração. É para esses setores que Zema quer colocar a água e a soberania do povo.

É uma vergonha. Agora, eu pediria que vocês, nestes 30 segundos finais, voltassem a dizer o que está nessas faixas, que continuam a dar aula. Mas há gente aqui que está de ouvidos cerrados, de olhos fechados: isso é porque alguma coisa estranha está no ar. Vamos ler juntos a primeira faixa, de novo: “Sem referendo, sem democracia!”. Sem referendo... (– Manifestação nas galerias.) Sem referendo... (– Manifestação nas galerias.) Atacar o referendo é atacar o povo mineiro! Atacar o referendo... (– Manifestação nas galerias.)

E vamos falar baixo para os deputados, de novo...

O presidente – Obrigado, deputado Leleco.

O deputado Leleco Pimentel – É a última vez, presidente. Deputados, 2026 tem eleição. Não se esqueçam!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Boa noite, presidente. Boa noite, presidenta Leninha. Boa noite, deputados e deputadas da Casa. E, em especial, boa noite, “copasianos”; boa noite, povo de Minas Gerais. Nós estamos aqui para encaminhar o nosso pesar e o

pedido de suspensão desta reunião, em homenagem ao Cb. Vinícius de Castro Lima. Mas, antes disso, eu gostaria de saudar a maior mobilização da história da Copasa, que está aqui, ocupando as galerias com muita gente e, do lado de fora, cercado a Assembleia Legislativa com milhares de pessoas.

Para que a gente possa ouvir: “Eu sou da Copasa com muito orgulho, com muito amor”. (– Manifestação nas galerias.)

Parabéns. Parabéns por essa luta, por essa mobilização. Vamos aqui buscar a verdade, a justiça e a democracia, que está do lado de vocês.

Mas, como eu disse, o tema aqui é a morte trágica, prematura e violenta do Cb. Vinícius de Castro Lima, que servia no Batalhão de Contagem e foi assassinado com nove tiros no Barreiro, ao tentar impedir um crime que acontecia em uma loja. Cb. Vinícius de Castro Lima viu, nos últimos anos, a segurança pública ser utilizada como arma demagógica de uma extrema-direita que foi cada vez mais inflamada pelo governador do Estado – mas só como figura de linguagem. A verdade é que a segurança pública e os servidores da segurança pública têm sido desonrados, atacados e humilhados pelo governador Romeu Zema, que deu a si próprio um aumento de 400% no seu salário e não fez reajustes nos salários da segurança pública nem nos salários dos demais servidores públicos da forma como deveria.

O governador Zema, que fez um decreto no início deste ano contingenciando mais de R\$1.000.000.000,00 do orçamento público, deu aos seus amigos empresários, neste ano, R\$25.000.000.000,00 em isenção fiscal. O governador do Estado mandou cortar gasolina de viaturas usadas nas investigações da Polícia Civil. O governador viu crescer o feminicídio e todas as formas de violência. Vejam bem: enquanto no Brasil do presidente Lula os crimes violentos diminuíram 8,2% este ano, em Minas Gerais o aumento dos crimes violentos foi de mais de 13%. Minas Gerais está sangrando nas mãos desse governador. Expor servidores da segurança pública a um cenário de aumento de crimes violentos, somado à ausência de concursos, de proteção e de resguardo aos policiais, é desmontar o serviço público. Depois não adianta a hipocrisia de publicar no Twitter que se sente solidário com as famílias, sendo que não valoriza os servidores públicos e os servidores da segurança pública.

Neste momento em que a gente está discutindo o crescimento da violência pública no Brasil e o risco das privatizações, o governador do Estado já abandonou Minas Gerais. Ele ficará na Europa por mais de um mês, com dinheiro pago pelos nossos bolsos públicos. Eu queria perguntar ao governador Zema o que ele está aprendendo em Paris, onde publicou um vídeo populista estes dias. Sabe por quê, gente? Porque duas coisas Paris tem de muito fortes: saber tacar fogo no parquinho na hora em que os governadores atacam o povo — isso é verdade... A outra coisa que Paris está fazendo agora é a reestatização do saneamento básico, porque privatizou e deu errado. A tarifa ficou cara, o serviço ficou caro. Mas, não! Provavelmente, ele não está pesquisando nada disso. Ele está lá, de fato, longe do Estado e dos problemas do Estado, alheio aos problemas do Estado e do serviço público.

Nós queremos ter o direito de decidir. Vejam bem: a privatização das nossas estatais a preço de banana é o horizonte sonhado pelo governador. Jô Moraes está aqui presente. Obrigada. Jô, o governador falou que queria privatizar a Copasa, vender a Cemig e acabar com a Universidade do Estado de Minas Gerais. Se pudesse, até o céu ele venderia. De fato, alguns desses pontos ele conseguiu: vendeu o metrô de Belo Horizonte a preço de banana, a preço de um vagão, e agora as tarifas explodiram. Ele quer vender a Copasa a preço de banana – não tenham dúvida – para depois avançar em cima da Cemig e vendê-la também a preço de banana. E qual será o próximo ponto? A venda da educação? Da saúde? Aliás, existe um projeto de lei que abre espaço para a privatização da saúde, para a abertura de organizações da sociedade civil da saúde. É importante que vocês saibam disso. Ele quer também acabar com a segurança pública, construindo um mundo privatista que só serve aos seus interesses e aos de seus amigos empresários a quem tanto quer agradar.

Gente, um mundo de privilégios e de corrupção é o que nós estamos denunciando. Ao longo da noite de hoje, nós vamos falar sobre o grande esquema de corrupção que está por trás da venda da Copasa. Interesses bilionários já se movimentam aqui, na Casa, na Assembleia, comendo pela beirada; se movimentam com o governador, movimentam a compra e a venda de ações

milionárias da Copasa. Um grande esquema é armado por um banqueiro conhecido de vocês, o André Esteves, e tantos outros. Passou da hora de abrir uma CPI para investigar o maior esquema de corrupção deflagrado, que é o do meio ambiente: CPI do meio ambiente, da Operação Rejeito. E outra CPI é necessária, a da Copasa. Eu vou falar mais sobre o esquema de corrupção que está por trás da Copasa em outro momento. Nós vamos ter muitas horas para poder falar sobre isso hoje.

Vou falar agora sobre a sujeira do governo Zema. Isso aqui era água em muitos bairros, vilas, favelas e comunidades rurais antes da Copasa; isso aqui não pode ser o nosso futuro. O nosso futuro não pode ser o monopólio da água pelas mineradoras; o nosso futuro não pode ser a corrupção no saneamento básico; o nosso futuro não pode ser de tarifas caras que impedem as pessoas de acessarem a água; o nosso futuro não pode ser do esgoto entupido, porque as pessoas não têm condição de pagar a taxa de saneamento básico. Esse não pode ser o futuro de Minas Gerais. Por isso, a Copasa tem que continuar sendo do povo, e o povo tem o direito de decidir. Cala a boca já morreu!

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Mais uma vez, boa noite, presidente; boa noite, deputadas e deputados; boa noite, de forma muito especial, trabalhadoras e trabalhadores que ocupam as galerias; boa noite, sindicatos que estão unidos ao Sindágua nesta noite, aqui, onde essas faixas dizem tudo: “Sem referendo, sem democracia; atacar o referendo é atacar o povo mineiro”. Nós precisamos, neste momento, nos ater... E aí eu quero pedir a paciência de vocês. Por quê? Porque temos um requerimento e é importante vocês ficarem atentos. Esse requerimento, levantado pelo deputado Ulysses Gomes, solicita o cancelamento desta reunião como forma de respeitarmos o luto de um policial militar da gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais, que neste ano completa 250 anos, mas que nunca, nestes 250 anos, foi tão sucateada e tão precarizada quanto neste governo.

Queria, então, deixar o meu voto de solidariedade, pesar e condolências à família do Cb. Vinícius de Castro Lima, de 37 anos, que era primo de um servidor desta Casa que trabalha, inclusive, no gabinete do deputado Ulysses Gomes. Cumprimento a grande deputada Jô Moraes, que está presente. Obrigado pela sua presença. É uma reserva moral da política mineira, grande mulher e exemplo para todos nós. Queria ler, pessoal, a nota emitida pelo 39º Batalhão em Contagem, abre aspas: “O militar dedicou sua vida à missão de proteger e servir à sociedade mineira, atuando sempre com coragem, profissionalismo e compromisso com os valores da instituição. Que o exemplo de dedicação e bravura do Cb. Castro permaneça como legado de honra e serviço à população mineira”, fecha aspas. Palavras do Cel. Carlos Frederico Otoni Garcia, que é o comandante-geral da Polícia Militar.

Faço uma pergunta, que é simples: Por que isso tem acontecido frequentemente? Porque nós vivemos num governo de mentira, de propaganda enganosa, de estelionato eleitoral e num governo que sucateou as forças de segurança do Estado. O que aconteceu com o Cb. Vinícius é o que tem acontecido com muitos cidadãos e cidadãs em Minas Gerais, que estão vivendo uma grande insegurança pela falta de efetivo das forças de segurança e por um salário defasado que não tem recomposição inflacionária desde 2016. Trabalhadores e trabalhadoras, vejam que aqui as escolhas políticas deste governo geram morte. É disso que se trata.

No próximo dia 3 de dezembro, deputado Marquinho Lemos, Minas Gerais vai completar 305 anos de história. Vamos imaginar que, em 305 anos de história, o atual governador é responsável pelo aumento de 1/3 de toda a dívida do Estado. Ao não aderir imediatamente ao Propag, o governador aumenta a dívida de Minas neste ano em R\$8.500.000.000,00. Deputado Ricardo Campos, R\$8.500.000.000,00 seriam mais do que suficiente para conceder um aumento ou uma recomposição inflacionária de 23% a todas as categorias do serviço público. A morte do cabo está relacionada a uma política de sucateamento que atinge, por exemplo, a Polícia Civil, que, nesses dias mesmo, não tinha combustível para que os seus veículos pudessem circular pelas ruas das nossas cidades. A morte do Cb. Vinícius nos faz recordar, por exemplo, a situação da Polícia Penal.

Nesses dias, deputado Arnaldo, eu recebi um telefonema de um agente da Polícia Penal de Juiz de Fora dizendo: “Professor Cleiton, você tem alguém para vir aqui no presídio tal?”. E, deputada Beatriz, pisme: o presídio tal tem 1.100 presos. Essa pessoa me disse: “Professor Cleiton, há alguém para ir lá fiscalizar a situação do presídio?”. E ainda me fez a seguinte pergunta:

“Sabe quantos agentes penitenciários estão lá, agora, cuidando de 1.100 presos?”. Falei: uns 50. Mas ele disse: “Não, Professor. Há dois”. No plantão, há 2 policiais penais cuidando de 1.100 presidiários.

Então, eu quero trazer aqui, pessoal, e até peço desculpas por não tratar da Copasa neste momento, que não fuja do requerimento e, conseqüentemente, não tenhamos nenhum questionamento por parte do governo dizendo que nós estamos fugindo do tema. O tema é a morte de um policial militar. E a morte de um policial militar nos leva a analisar as escolhas que têm sido feitas por este governo, que sucateia, que precariza, que acabou com boa parte das forças de segurança.

Eu quero lembrar... Veja só este texto preparado pelo nosso bloco. (– Lê:) “Enquanto os números da violência crescem, Zema insiste em vender a imagem de eficiência fiscal e mira sua projeção nacional. Mas os números da Universidade Federal de Minas Gerais demonstram que a redução do efetivo policial, a ausência de investimentos próprios e a omissão em políticas de prevenção consolidam Minas Gerais como um dos poucos estados em que a violência avança em meio a um cenário nacional de queda. A violência policial faz com que as nossas comunidades e os nossos jovens sejam cooptados pelo crime organizado, pelo PCC, pelo Comando Vermelho, que tem tomado conta do Estado de Minas Gerais enquanto o governador viaja para El Salvador, para ver como se lida com a segurança naquele país”.

Deputada Ana Paula, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Minas Gerais é campeã de feminicídios há dois anos. O lamentável é vir aqui dizer isso, como também é lamentável vir aqui nesta noite, presidente, e pedir o encerramento desta reunião. Vinícius de Castro Lima é mais um dos muitos policiais que perderam a sua vida seja por assassinato, seja por um problema que tem sido frequente: o autoextermínio das forças de segurança, fruto do adoecimento emocional, da depressão, da síndrome de Burnout, da falta de perspectiva. E é por isso que nós teremos uma longa noite para defender todo o patrimônio mineiro, assim como o Cb. Vinícius era patrimônio de Minas Gerais. E, como grande patrimônio de Minas Gerais, nós daremos a vida nesta noite para convencer os nossos pares a mudar o seu voto a favor da nossa grande Copasa, a melhor e maior companhia de saneamento da América Latina. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Boa noite, nobre presidente Tadeu, caros colegas deputados e caras colegas deputadas. Venho a esta tribuna endossar o pedido para que possamos aprovar esse requerimento tão importante trazido pelo deputado Ulysses Gomes. Trata-se de um estado onde ocorreu, durante a semana, esse crime tão violento e tão bárbaro. Isso é o que foi noticiado pela mídia e chegou até aqui de forma mais clara, mas, na verdade, quantos crimes são cometidos diariamente, em diversos cantos de Minas Gerais, contra nossos agentes de segurança, em especial contra a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Penal e o Corpo de Bombeiros? Muitas vezes, quando o próprio Estado enfraquece a sua máquina pública, em tese, se fosse para ser julgado por um juiz, por um desembargador, por um ministro, com certeza seria um ato de improbidade administrativa. No entanto, não tratamos aqui só do mérito daquilo que o Estado deveria cumprir e não cumpre.

Eu me solidarizo com todos os familiares, em especial a esposa, os irmãos, a mãe e o pai de Vinícius de Castro Lima, cabo da Polícia Militar que, com apenas 37 anos, foi morto em um assalto a uma loja de veículos, no Bairro Tirol, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. E aí vem a questão: se aquilo em que o Estado deveria investir recursos da segurança para a própria segurança do Estado não é feito, então imaginem aquilo para o cidadão. Para vocês terem ideia, se hoje, em Minas Gerais, há delegacias de polícias especializadas em atendimento à mulher sendo reformadas e com equipamentos diversos, é porque aqui, na Assembleia Legislativa, nós temos aprovado orçamento pelo PPAG para equipá-las. Podemos ver os prefeitos de diversos cantos do Estado com pires na mão e chorando. Por quê? Ter uma viatura dando cobertura na segurança dos eventos da zona rural de suas cidades ou até mesmo na patrulha cotidiana nas ruas do comércio, no centro da cidade, só é possível porque o município tem que empreender o pouco do seu orçamento local para abastecer e dar manutenção às viaturas e para apoiar a Polícia Militar local.

O governo federal teve dificuldades, no primeiro ano do governo do presidente Lula, de repassar mais de R\$80.000.000,00 para Minas Gerais através do Proerd, que é um programa que tira as crianças do mundo das drogas e apoia as áreas periféricas com atividade cultural, esportiva e de lazer. Além disso, através de um programa fantástico, que é o Pronasci, somente em Minas Gerais, caros colegas deputados e caras deputadas, são garantidos mais de R\$30.000.000,00 em bolsas para os agentes da segurança pública. Ou seja, os nossos amigos alferes Tiradentes, que trabalham apoiando as crianças e adolescentes para saírem das drogas e não correrem o risco de serem cooptados pelo tráfico de drogas, recebem ali um adicional, uma bolsa para garantir uma renda melhor. O que nós vimos hoje é o governo federal apoiando o Estado com o Pronasci, com o Proerd e, mais ainda, com as viaturas encaminhadas pela bancada federal. E aqui o que se vê é o que é aprovado pelas emendas parlamentares deste deputado e dos demais colegas.

Pergunto: não é culpa do Estado também a morte de um policial que, largando serviço e retornando para o seu lar, sem direito de posse de arma, porque estava num espaço transitório, teve sua vida acometida? Esse ato, por si só, não é um crime de improbidade administrativa? Não é o próprio Estado fazendo com que nós tenhamos mais mortes no Estado?

É a mesma narrativa que eu trago com relação à Copasa, com relação à Cemig. Se o Estado precariza os investimentos públicos em mais redes de abastecimento de água, em mais atendimento à população que não tem água; se o Estado coloca R\$1.300.000.000,00 de lucro da Copasa no bolso dos acionistas em vez de investir em mais água, em mais rede, em manutenção, ele também não está incorrendo em ato de improbidade administrativa? Quem comete crime contra o patrimônio público é julgado pelo Tribunal de Contas do Estado e da União como alguém que cometeu um crime de improbidade pública. Toda vez que o governo deixa de investir naquilo que é sua obrigação, que é ampliar os serviços de abastecimento de água tratada e de saneamento no Estado, eu também acredito que, se for julgado por um júri especializado, com certeza haverá ato de improbidade administrativa de alguém, que é o governador, que é quem foi eleito para fazer aquilo que é obrigação, que é levar as ações para o povo mineiro. E isso não tem sido feito. Então este assunto aqui, hoje, carece de uma grande atenção de todo o Parlamento para discutir também o mérito da causa, discutir o mérito do problema. E nós discutimos aqui este requerimento muito bem trazido pelo deputado Ulysses Gomes.

Tirar esta discussão de pauta é mais do que urgente. É uma obrigação do Parlamento moralizar a questão do direito administrativo. Afinal de contas, gente, quando trazemos aqui um problema causado pelo próprio Estado, existe um dano a outrem, à família da vítima, aos amigos da vítima e a toda a sociedade, que sofre, no dia a dia, com a falta da prestação de serviços públicos na área da segurança, na área da educação, na área da saúde. Neste caso específico, na área de saneamento, quando não há investimento, a culpa não é do trabalhador. Quando morre um cidadão, a culpa não é do policial, do agente de segurança pública, mas do Estado, que deixa de investir. A culpa é da máquina pública, que não prioriza o atendimento às pessoas periféricas, às comunidades rurais, a quem mais precisa.

Então faço a defesa deste requerimento trazido aqui pelo deputado Ulysses Gomes, em nome do Bloco Democracia e Luta, do ponto de vista do seu mérito, porque, por si só, é um pedido mais do que justo. Não basta só 1 minuto de silêncio para honrar valorosos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública, que doam a sua vida em favor do povo mineiro. Não basta apenas 1 minuto de silêncio para honrar um trabalhador da Copasa, que, muitas vezes, incorre em situação de desastre pela situação que é trabalhar numa ETE, trabalhar numa ETA, trabalhar até mesmo escavando, cavando as redes de abastecimento de água. Já tivemos várias situações de catástrofes e incidentes que acarretaram a morte de amigos e irmãos “copasianos”. E a turma da Copanor saiba que nós também a consideramos “copasiana”.

Então a nossa fala hoje, presidente, é no sentido de trazer a esta Casa a importância da reflexão sob o ponto de vista jurídico, ponto de vista legal, para aprovarmos o requerimento trazido pelo deputado Ulysses Gomes, para preservarmos não só a memória da vítima de um acidente... De um acidente nada, de um crime. Foi um crime bárbaro causado durante um assalto.

Mais ainda: se nós não acatarmos a proposta apresentada pelo requerimento do deputado Ulysses, o que vai justificar qualquer parlamentar trazer aqui um pedido de moção ou de 1 minuto de silêncio? Se nós não respeitarmos um requerimento de

tamanha envergadura, qualquer parlamentar que não votar a favor desse requerimento não terá hombridade para trazer requerimento de minuto de silêncio. Eu quero preservar cada um dos nossos colegas.

O presidente – Obrigado, deputado Ricardo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado. Muito boa noite; muito boa noite, companheiros e companheiras da Copasa; boa noite, colegas deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e por nossas redes sociais desta Casa; boa noite, presidente Tadeu.

Questão de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Presidente, eu queria fazer coro com o deputado Ulysses nessa lembrança, nessa homenagem a Vinícius de Castro Lima, e aproveitar o meu tempo de encaminhamento desse requerimento para pedir, Sr. Presidente, 1 minuto de silêncio para o policial Vinícius de Castro Lima, que foi covardemente assassinado. Peço 1 minuto de silêncio por ele, que estava iniciando as suas férias. Quero lembrar, e é muito importante lembrar que o servidor do deputado Ulysses tem um vínculo familiar com esse policial. Ele é primo do servidor do mandato do deputado Ulysses Gomes. Eu também quero pedir 1 minuto de silêncio para Maria Costa Chaves, uma amiga, que também foi minha paciente, avó de um servidor do nosso mandato, avó do companheiro Diego. Então eu queria pedir 1 minuto de silêncio para essas duas pessoas, Sr. Presidente.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Façamos 1 minuto de silêncio a pedido do deputado Doutor Jean Freire.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O deputado Doutor Jean Freire – Meus sentimentos e minha solidariedade à família de Vinícius de Castro Lima, de 37 anos, que foi morto durante um assalto a uma loja de veículos no Bairro Tirol, na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Meus sentimentos e minha solidariedade a todos os familiares e à Polícia Militar – vocês viram muito bem como este governo do Estado trata a segurança e trata os militares deste estado. Vocês, militares, veem muito bem a posição do Bloco Democracia e Luta. Vocês veem muito bem a posição do Bloco Democracia e Luta, que está sempre aqui defendendo a Polícia Militar, defendendo melhores condições de trabalho. Aliás, há poucos dias, nós vimos uma reportagem que mostra que o governador do Estado quer que a Polícia Militar economize combustível, como se os policiais tivessem como negociar com os bandidos a quantidade de combustível que o outro lado está usando também. Então fica o nosso sentimento, a nossa solidariedade aos familiares. E a gente reforça, Sr. Presidente, o pedido do deputado Ulysses.

Quando subo a esta tribuna, a primeira coisa que vejo aqui é um copo d'água. Eu sou do interior, da região do Jequitinhonha e Mucuri. Um abraço a vocês, da Copasa do Jequitinhonha e Mucuri, que estiveram e que estão presentes aqui. Quando chega uma pessoa à nossa casa, a primeira coisa que a gente pergunta: aceita um copo d'água? É a primeira coisa. A gente geralmente pergunta se a pessoa quer lavar as mãos. Geralmente a gente faz essa pergunta lá no interior. Vejam a relação do nosso povo com a água. Cresci vendo essa relação. Eu me lembro muito bem de quando a Copasa foi colocar água na minha cidade, em Itaobim. Eu me lembro muito bem da Copasa abrindo as valetas, e a gente acompanhando todo aquele trabalho. Aliás, essa relação é muito forte na minha vida, porque o meu pai, à época, foi trabalhar para colocar água em Pavão, no Vale do Mucuri, foi trabalhador braçal quando se foi colocar água em Itaobim. Então essa relação com a água é muito forte. Eu me lembro de acompanhar minha mãe, que ia com uma trouxa de roupa na cabeça, isso quando não havia água da Copasa, para lavá-la no Rio Jequitinhonha. Eu me lembro das mulheres com lata d'água na cabeça, levando água para as casas. Eu me lembro dos meus irmãos puxando o jeguinho, levando água para vender nas casas.

Então chega a Copasa, chega a Copasa às cidades mais longínquas, chega às comunidades, aonde depois chega a Copanor. Imaginem aquilo para uma criança que acompanhava a mãe quando ela ia pegar água; para uma criança que via a água sendo

entregue, por meio dos animais, nas casas das pessoas; para uma criança que fazia festa quando chegava o caminhão-pipa para abastecer as casas, e já era um avanço a chegada do caminhão-pipa. Eu sei o valor da Copasa, eu sei o valor de ligar a torneira, nossa querida liderança Jô, e ver chegar água às nossas caixas. Eu sei a dor que é olhar para uma caixa d'água e não ver água. Eu sei a dor que é ver o povo do campo, das comunidades, não terem água.

Sei a dor que é o povo de Ijicatu, de Lelivéldia, de Vai Lavando e de tantas comunidades ver uma represa, como a de Irapé, mas não ter água em casa. Por isso acho que, hoje, nós tínhamos que estar discutindo aqui sobre como fortalecer a Copasa, sobre como empoderar a Copasa.

Para mim, é muito tranquilo estar aqui, numa quinta-feira à noite, porque, às quintas-feiras à noite, eu saio de carro para o Vale do Jequitinhonha. Para mim, ficar aqui para defender uma empresa pública é muito tranquilo. Para mim, isso é muito tranquilo. Faço isso com muito orgulho, com muito orgulho. Eu também fui um dos que não puderam estar aqui como deputado – eu não era deputado – no momento de garantir, na Constituição Mineira, o direito a perguntar ao nosso povo se vende ou não vende uma empresa do nosso povo. Para terminar, Sr. Presidente, estou aqui, neste dia, para defender esse direito que foi colocado na nossa Constituição, graças ao nosso saudoso Itamar Franco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa noite, Sr. Presidente, deputados e deputadas, trabalhadores da Assembleia que ainda se encontram aqui, telespectadores da TV Assembleia e também das redes sociais, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa que ocupam esta Assembleia Legislativa há pelo menos três dias, nessa greve que estão realizando para defender uma empresa pública.

Sr. Presidente, eu queria dizer que ontem foi realizada na Assembleia, pelo que ouvi de deputados mais antigos, uma das maiores audiências públicas da história desta Assembleia Legislativa. Com aproximadamente 6 mil trabalhadores e trabalhadoras, numa categoria de aproximadamente 10 mil pessoas, você colocar 6 mil trabalhadores num espaço é muita coisa, é muita coisa. Só não vieram mais porque não havia estrutura para que houvesse mais gente aqui. É muito grande a preocupação com esse processo com que estamos trabalhando de forma extremamente acelerada, sem fazer a devida discussão. Chamo atenção para isso.

Ontem, diante desses 6 mil trabalhadores, nós tivemos aproximadamente de 25 a 30 deputados passando pela audiência. Alguns foram lá para proteger o presidente da Copasa e outros para defender a Copasa da privatização. Foram 6 mil trabalhadores. E não é que vinham alguns deputados – porque as manifestações são legítimas, como está acontecendo aqui, agora... Mas não é que, enquanto eu estava na audiência e os trabalhadores se manifestavam, vinham deputados ao meu ouvido, deputado Celinho Sintrocel, para me pedir para botar ordem na Casa? Eu tinha que parar a manifestação de qualquer jeito. Leleco, não são os deputados mais velhos que fazem isso. Eles mandam os mais novos irem lá fazer essa bobagem. E aí têm que tomar, não é? Eu disse ontem que eu dirijo assembleias, comícios e manifestações só há 41 anos. Eu sei como lidar com isso. O que eles queriam? Que essas pessoas que estão vendo uma carreta vindo para cima delas, com o farol ligado, não se manifestem contra aqueles que defendem que os direitos delas sejam preservados. Eu fico impressionado. É uma hipocrisia – é uma hipocrisia. Todas as experiências que existem no mundo e no Brasil sobre privatização de companhia energética e de companhia de saneamento demonstram que pelo menos 30% da categoria é demitida. Vocês vão perder seus salários, vão perder o seu plano de saúde, vão perder o ticket-alimentação. E eles querem que as pessoas não se manifestem.

E o pior, gente: nesse processo acelerado que nós estamos vivendo aqui, nós vimos, esses dias, deputado entrando, marcando presença e saindo – eles entram, marcam presença e saem. E eu, até agora, não ouvi nenhum deputado da base do governo vir a este microfone e fazer a discussão em defesa da privatização. Eu não sei quais são os argumentos. É até difícil... Não é possível, gente! O governo mandou, e o pessoal veio para cá para votar? Falaram para mim – eu não posso comprovar isso – que há até avião voando pelo Estado para trazer deputado para cá. O que está por trás disso? O que está por trás disso, gente? É o capital financeiro, é o capitalismo, que têm interesse na privatização de uma empresa tão importante quanto essa. É o BTG, são outros bancos.

O discurso era que tinha que privatizar porque não dava tempo de aderir ao Propag. Aí, duas semanas atrás, o governo federal prorrogou o prazo. Agora inventaram outra discussão: “Não, não é mais por causa do Propag. Tem que privatizar porque é melhor”. Não, gente. As experiências do mundo afora demonstram que a privatização de companhia de saneamento é um verdadeiro desastre – um verdadeiro desastre. A água fica mais cara, trabalhadores e trabalhadoras são demitidos, e o serviço fica péssimo. Aí países pelo mundo afora, diversas cidades pelo mundo afora, inclusive no Brasil, começaram o processo de reestatização, Dr. Hely Tarquínio – um processo de reestatização. Isso é difundido em vários jornais e vários *sites*. Parece que ninguém lê nada, que ninguém se interessa. Com as companhias energéticas acontece a mesma coisa.

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, faço um apelo aos deputados que estão nos ouvindo para tomarem consciência dessa situação, porque vamos levar o Estado de Minas Gerais à bancarrota hídrica e de saneamento nos 600, quase 700 municípios em que a Copasa atua. E lembro que a Copasa precisa ter lucro em alguns municípios para garantir o abastecimento nas pequenas cidades mineiras, em que é preciso fazer esses investimentos. No entanto, uma direção de uma Copasa que não aplica dinheiro e que não faz investimentos só existe por um motivo: tentar sucatear ao máximo para privatizar a preços baixos e depois tentar lucrar com a venda ou com a transmissão dessa empresa.

Sr. Presidente, termino minha fala mandando minhas condolências ao soldado que faleceu. Peço o voto favorável ao requerimento do deputado Ulysses Gomes. A gente tem que terminar bradando bem alto: “Contra a privatização da Copasa! Água da privada não dá para engolir!”.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Dirijo-me ao Sr. Presidente Tadeu Martins, às deputadas e aos deputados presentes no Parlamento. Quero também me dirigir a todos os servidores públicos “copasianos” presentes nesta Casa, nas galerias da Assembleia, a Casa do povo. Quero também cumprimentar todos os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia nesta discussão importante sobre a PEC nº 24. Quero ainda, de forma muito especial, cumprimentar a minha camarada Jô Moraes, ex-deputada desta Casa e ex-deputada federal, que sempre, na sua luta, defendeu a Copasa, a Cemig, a Codemig e a Codemge. Ela sempre defendeu o que é do povo mineiro. Jô Moraes, quero dizer para você, que é um exemplo de mulher e de luta, que estamos juntos nessa causa.

Quero dizer a todos neste momento que eu, deputado estadual Celinho Sintrocel, apoio o Requerimento nº 14.822, apresentado pelo nosso líder do Bloco Democracia e Luta, deputado Ulysses Gomes. E quero pedir a todas as deputadas e a todos os deputados que possam, junto com a nossa bancada, fazer a aprovação desse requerimento, que é muito justo. No meu pronunciamento, no meu encaminhamento, eu também quero me solidarizar e externar todo o meu sentimento à família do Cb. Vinícius de Castro Lima, da Polícia Militar, que veio a óbito e que sempre demonstrou muita garra, muita dedicação para a segurança pública do nosso Estado de Minas Gerais. Eu quero dizer para toda a família do Cb. Vinícius de Castro – esposa, filhos, pai, mãe, irmãos, todos os familiares: que Deus conforte o coração de todos, que dê a todos muita força para superarem este momento de dor.

Também não posso deixar de registrar que o resultado de todo o enfraquecimento, de todo o desmantelamento das políticas públicas em Minas Gerais é resultado do governo que está aí, governando há sete anos: este governo que não faz política social, este governo que não trabalha para valorizar a segurança pública, e que também não faz algo para valorizar políticas públicas importantes, como as de educação, como as de saúde, políticas que fazem a garantia de qualidade de vida, buscando dar dignidade de vida para o povo mineiro. Esse governo está na contramão disso.

Eu já estou neste Parlamento há quatro mandatos. Desde que este governo entrou, eu recebo, todos os meses, em meu gabinete, na Assembleia – como recebo no meu escritório, em Coronel Fabriciano –, comandantes da Polícia Militar me pedindo que eu empenhe emendas parlamentares para garantir viaturas e equipamentos para que a Polícia Militar possa continuar fazendo a segurança do povo mineiro, coisa que o governador tinha que fazer, mas não faz. E o resultado é o enfraquecimento da nossa Polícia

Militar. A gente não deixa de registrar: essa mesma política de desvalorização, essa mesma política de precarização das políticas públicas, está na segurança pública.

E aqui, nesta matéria, dada a morte do cabo, está muito claro para todos nós. (– Lê:) “A promessa de campanha do governador Romeu Zema de priorizar a segurança pública em Minas Gerais se choca, mais uma vez, com a realidade da população. Após o anúncio do contingenciamento de R\$1.100.000.000,00 feito no orçamento estadual, o governador impôs restrições diretas ao trabalho das forças de segurança”. Esse é o resultado da precarização. “Na prática, a medida levou a Polícia Civil a limitar o abastecimento das viaturas e a Polícia Militar a suspender diligências administrativas e treinamentos básicos, comprometendo investigações e o preparo dos agentes, além da modificação de rotas para priorizar postos próprios do Estado”.

Pois bem. Eu estou falando isso para vocês e estou mostrando esse processo de precarização das políticas públicas e como este governo estadual está agindo na contramão do que o governo federal faz. O governo federal faz políticas públicas para valorizar os servidores. Como primeira medida, procurou proteger os trabalhadores para pagarem menos Imposto de Renda. Faz política pública para ajudar as pessoas que vivem em vulnerabilidade. O governo de Minas está agora fazendo uma proposta, a PEC nº 24, que acaba com o direito do povo mineiro a votar, a dar sua opinião se quer ou não quer a privatização da Copasa. Se ele acha que tem que privatizar, por que não dá o direito de fala ao povo de Minas? Peço aos “copasianos” um pouco de silêncio, porque quero me dirigir à dona de casa que está nos acompanhando agora pela TV Assembleia. Quero dizer para a dona de casa, para o aposentado, para o trabalhador e para o jovem, que o governo Zema quer tirar o direito de vocês dizerem se querem ou não querem que a Copasa seja privatizada. Ele sabe que, se consultar o povo mineiro, o povo mineiro não apoiará a privatização. Não apoiará!

Eu fico aqui, na Assembleia, ouvindo alguns deputados. Alguns deputados até se manifestam – não vou citar nomes – dizendo que são a favor, Jô Moraes, da privatização, porque a Copasa faz buraco na rua e deixa vazamento de água. Mas não é a Copasa, não! Quem está fazendo isso é o Zema, porque ele está precarizando a Copasa. Ele deixa de investir na Copasa, e o povo mineiro sabe disso. O povo mineiro esperava desse governador que ele fizesse um projeto de lei para diminuir a conta de água e a taxa de esgoto. Mas ele não faz isso, não, porque a proposta do governador, nestes sete anos de governo, é sempre defender isto: “Eu quero precarizar a Copasa para dar mais lucro aos acionistas”. Nós não podemos compactuar com isso. Por isso eu também estou na luta e na defesa com todos os servidores, com todos os “copasianos” e com todos os servidores da Copanor. Nós vamos ficar aqui, na Assembleia, o tempo que for necessário para dizer “não” à PEC nº 24. Não aceitamos acabar com o referendo.

Fico aqui pensando: Jô, como estará, a uma hora desta, Itamar Franco no túmulo, sabendo que eles estão cometendo esse crime, querendo acabar com o referendo popular? Nós estamos somando forças, e quero pedir que todos digam: é referendo que o povo mineiro quer, e é para isso que vamos lutar! Contem com o nosso mandato.

O presidente – Obrigado, deputado Celinho. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira. (– Manifestação nas galerias.)

A deputada Ana Paula Siqueira – Eu também não vou embora, gente. Vou ficar aqui. Boa noite, presidente. Boa noite, colegas deputadas, colegas deputados, todos os representantes dos mineiros e das mineiras que se fazem aqui presentes conosco nas galerias e todos que nos acompanham de casa pelos vários canais de comunicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelas redes sociais dos vários deputados e de várias deputadas aqui presentes. Quero iniciar a minha fala me solidarizando com a família e com os amigos do Cb. Vinícius. Lamentavelmente, mais um servidor público da força de segurança da Polícia Militar teve sua vida ceifada em exercício de trabalho, representando, infelizmente, o crescimento da violência que também ataca o Estado de Minas Gerais.

Na terça-feira desta semana, ocupei esta mesma tribuna, com boa parte de vocês, que aqui estavam representados, para registrar mais um absurdo ocorrido nas ruas de Belo Horizonte: o feminicídio da Cristina, que foi vítima à luz do dia numa das principais avenidas do nosso estado. E aí, em memória do Cb. Vinícius, quero manifestar o meu repúdio ao governo Zema, que fecha

os olhos para a violência no nosso estado. Esse é mais um absurdo que acontece aqui. Jô, nós sabemos que, se a violência cresce, é porque nós temos um governo que negligencia as políticas públicas de segurança, negligencia as políticas públicas de prevenção e as políticas sociais no nosso estado.

Gente, nós temos muita coisa para falar desse governo, mas eu quero destacar que hoje, nesta Casa, a gente decide se Minas Gerais continuará sendo do povo ou se ela vai ser entregue para quem tem sede de lucro. É isso o que está sendo discutido hoje aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Esta Casa, a Assembleia de Minas, é a Casa do povo, é a Casa da participação popular.

Ontem nós recebemos mais de seis mil trabalhadores e trabalhadoras da Copasa, usuários e usuárias do serviço público de água e esgoto. Eles estiveram aqui, do lado de dentro, ocupando as galerias, nas ruas, na praça, na Avenida do Contorno, vindo de várias regiões do Estado para trazer a força de um povo que não vai se calar diante da covardia do governo Zema; eles vieram aqui para garantir o direito de serem ouvidos. É isso o que nós estamos fazendo aqui. Ocupar as ruas, ter a coragem de estampar o que a gente defende é muito diferente daquilo que fazem os representantes do governo, que estão atuando nos seus gabinetes ou viajando mundo afora, passando-se por servidores públicos que pagam barato para se hospedar em hotéis fora da região central de Paris. Esse governo Zema é um vexame. Ele está desrespeitando, mais uma vez, o povo de Minas.

Essa PEC que está posta aqui, na Casa, não é sobre eficiência. Essa PEC, gente, é sobre calar o povo, é sobre querer tirar o direito de quem decide efetivamente sobre o patrimônio do nosso estado. O referendo é a participação popular, é a defesa da nossa soberania. O Itamar Franco, gente, foi um grande visionário. Sabem por quê? Ele já sabia que este estado ia ser ocupado por alguém que não pensa nas pessoas; ele sabia que a gente poderia ter um governo entreguista, como é o governo Zema. Foi por isso que, nos anos 2000, ele propôs o referendo e o garantiu na nossa Constituição. Este Parlamento está se movimentando, porque querem tirar o direito da nossa população.

O governo Zema tem medo da participação popular, tem medo da força do povo, tem medo da democracia, tem medo da verdade. É por isso que a gente tem hoje aqui um número grande de deputados e deputadas que nem coragem de pegar este microfone tem para combater uma imoralidade. E aí, gente, é preciso destacar que nós não estamos falando de ações em Bolsa de Valores. Nós estamos falando de água, direito fundamental e essencial para a nossa população. Eu não me esqueço da visita que fiz recentemente à casa da Larissa, aqui na região do Barreiro. Ela estava sem água, sem condições de dar banho na sua criança para ir à escola. A mãe dela teve que perder uma consulta no posto de saúde porque não tinha como fazer a sua higiene pessoal. Nós estamos falando é sobre as inúmeras visitas que faço às casas do Vale do Jequitinhonha, na região Norte do nosso estado, uma região que vive o problema da crise hídrica, e sobre as inúmeras visitas que fazemos às periferias de Belo Horizonte. Sabemos que, na hora em que falta água, falta dignidade.

A Copasa é uma instituição pública. O que ela precisa é que se garanta o reinvestimento. Ela precisa ser tratada com transparência. Não se trata de vender esse instrumento importante, mas sim de assegurar que os trabalhadores possam exercer com dignidade as suas funções, garantindo água de qualidade na casa da população. As privatizações que ocorreram recentemente sobre água e esgoto foram verdadeiros desastres. Olhem o que aconteceu em Ouro Preto e recentemente em Pará de Minas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sabe o que aconteceu? A conta aumentou e o serviço piorou. Não houve melhora. Estamos falando da água que vai chegar à torneira de cada um de vocês que está aqui nos escutando. É disso que estamos falando. Transformar a Copasa num negócio, gente, é afrontar a dignidade do povo de Minas Gerais!

Olhem só: venho da participação popular. Fui secretária municipal de Participação Popular aqui, em Belo Horizonte. Vejam como é importante escutar a população sem medo. Nós lançamos a campanha “Água sem lucro”, que, em 24 horas, mobilizou 15 mil pessoas. Essa campanha, em 24 horas, recebeu a representação de 832 municípios de Minas Gerais, dizendo a verdade que o Zema não quer deixar que seja revelada: água é direito, e quem define é o povo. E aí, gente, agora, às 19 horas, esse movimento já tem mais de vinte e uma mil e duzentas assinaturas do povo, manifestando que quer participar do referendo, que quer ter o direito de votar sobre

o seu bem público. Essa campanha não é a do mandato, mas sim a campanha do povo de Minas Gerais. Por isso estamos aqui. Essa proposta da PEC que está em pauta hoje tem nome: ela é privatização às escuras, sem querer escutar a nossa população. Digo a vocês que o que eles chamam de eficiência é submissão ao capital. O que eles querem apresentar como algo moderno é um dos maiores atrasos da humanidade. Nós não vamos permitir isso.

Para encerrar, quero dizer a vocês o seguinte: a minha vida é atravessada por uma história que marcou o meu povo: o povo preto, periférico e pobre, uma história de tentativa incessante de silenciamento e de apagamento do nosso povo. Mas essa era acabou. Estou aqui para representar a voz de milhares e milhares de mineiros e mineiras que querem participar do referendo e que participarão dele, contando com o nosso mandato e a nossa atuação. Não estou sozinha. Ontem foram mais de seis mil servidores presentes aqui. Temos um abaixo-assinado com mais de vinte e uma mil e duzentas pessoas. E aí, gente... Gente, atacar o referendo é atacar o povo mineiro. Contem comigo! Contem com o bloco! Vamos juntos defender o que é do povo de Minas Gerais!

O presidente – Obrigado, deputada Ana. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa noite; boa noite, colegas deputados e deputadas; e um boa-noite muito especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Copasa mobilizados. Eu sei que lá fora há muita gente. Então quero cumprimentar cada um e cada uma nessa jornada de lutas e, antecipadamente, pedir desculpas aos funcionários da Assembleia, porque esta será uma longa sessão e uma longa noite. Não era essa a pauta que deveríamos estar entregando ao povo mineiro.

Não é sobre privatização que a população de Minas Gerais espera que o Poder Legislativo atue. Nós temos questões reais, concretas. A Assembleia está se deslocando de um protagonismo importante no enfrentamento da dívida de Minas com a União, um protagonismo que era inédito, histórico, e construindo alternativa sem sacrificar o povo. Esse era o debate, porque, se fosse para sacrificar, seria o Regime de Recuperação Fiscal, não é, Jô?

A Assembleia estava num protagonismo importante, tratando inclusive dos interesses do Estado de forma soberana. E como nós, enquanto Legislativo, nos deslocamos desse lugar de protagonismo para privatização para uma agenda de entrega de patrimônio do povo mineiro, retirando do povo o direito de decidir a respeito? Então essa não era para ser a nossa pauta. Nós estamos no final dos nossos mandatos. Em pouco mais de ano, finalizaremos cada um de nós os nossos mandatos, reeleitos ou não, indo para outros desafios ou não. Então não era isso, não era esse o lugar do Parlamento, uma Assembleia que fez debates importantes para o povo mineiro, que conseguia aqui, semanalmente, entregar proposições, projetos das mais variadas questões e discussões; uma Casa Legislativa conhecida pelo volume, pela qualidade dos debates públicos, como agora na revisão do PPAG, um debate tão importante. A deputada Bella realizou um fórum para discutir o tema “Minas sem Miséria”, e tantas outras iniciativas de diferentes blocos, de diferentes lugares. Não era essa a pauta.

Por isso eu quero lamentar muito que o fato de que vamos possivelmente viver aquilo que eu sempre critiquei em Brasília, Jô: essas votações que entram madrugada afora, de forma que a população durma com um direito e acorde sem ele, durma com o patrimônio, que é a Copasa, e acorde sem ele. Então eu quero, primeiro, expressar o meu lamento. Eu sou uma deputada de segundo mandato. Acredito muito na luta parlamentar. Acho que o Parlamento é um lugar importante; acho que o Parlamento é um lugar essencial à democracia, com a sua pluralidade. O Parlamento tem cumprido, no nosso caso, um lugar importante da defesa da democracia. Eu acho que a classe trabalhadora tem que se organizar cada vez mais para disputar a sua pauta no lugar que decide a vida dela, que é o Parlamento. É um lugar para disputar a representatividade.

Eu acho que nós mulheres, que somos 15 nesta legislatura, o maior número de mulheres eleitas deputadas estaduais da nossa história, com lideranças importantes de representações distintas, conquistamos a liderança da Bancada Feminina, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, que faz um trabalho espetacular, e a Procuradoria da Mulher, que tem um trabalho fantástico. Todas as mulheres desta Casa têm um protagonismo importante: presidentas de comissão que atuam em diferentes frentes. Então este Parlamento é um lugar muito importante.

Então esse deslocamento, no momento em que o Brasil debateu soberania, no momento em que a gente vê o mundo que se organiza em guerras, em disputas territoriais, que dizem respeito ao controle de recursos naturais, que dizem respeito ao controle da economia mundial... Então, neste momento, nós tínhamos que cuidar melhor da nossa soberania. E quero lamentar profundamente que essa seja a pauta de hoje. Não era para ser assim.

Nós, do Bloco Democracia e Luta, trabalhamos muito, fizemos muita oposição para que o Regime de Recuperação Fiscal não se tornasse realidade, porque sabíamos que o regime era um instrumento para as privatizações. O Propag nunca foi sobre privatização, portanto essa não deveria ser a agenda da Assembleia Legislativa para o seu povo. Então eu quero pedir desculpas, pois será uma noite longa porque nós temos um compromisso da defesa daquilo que nós avaliamos importante para o povo mineiro. Então nós estamos apresentando todos os requerimentos possíveis para fazer esse debate.

E eu quero dizer a vocês que nós, do PT, do PCdoB, da Rede, do Psol e do PV, temos toda a legitimidade para vir aqui e prestar a solidariedade ao trabalhador da segurança pública e à corporação. Somos nós, deste Plenário, que assinamos as emendas junto com outros colegas – a maioria somos da esquerda – a favor dos direitos dos trabalhadores da segurança pública. Somos nós que, nas obstruções na Comissão de Constituição e Justiça, impedimos o desmonte do IPSM. Somos nós que nos somamos ao debate sobre o concurso público e contra o assédio que as mulheres sofrem nas forças de segurança pública. Nós nos somamos em muitas lutas, então temos legitimidade para vir aqui trazer essa solidariedade e tantas outras, pois essa armadilha do debate da segurança pública é de extrema-direita ou de direita. E dizer que a esquerda é contra a segurança pública é uma armadilha. Afinal, quem defende o serviço público aqui, quem veio ao microfone hoje, quem fez as audiências onde vocês foram ouvidos e quem faz defesa de concurso público nesta Casa são sempre as mesmas pessoas, dos mesmos lugares, ou seja, a maioria da esquerda. Portanto nós temos essa legitimidade para fazer esses debates.

Quero fazer esse registro porque nós precisamos debater melhor as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores da segurança pública, pois eles são importantes. Quando começa uma privatização e quando lutamos contra o Regime de Recuperação Fiscal é porque nós estudamos, nós lemos sobre o Plano de Recuperação Fiscal. O Plano de Recuperação Fiscal do governo Zema se refere à privatização de tudo – a gente precisa se lembrar disso – e envolvia várias áreas da segurança pública: entregar para grupos privados, para as OSs, para as organizações que substituiriam o Estado e os servidores públicos no tratamento do serviço à população mineira.

Então essa pauta é importante e é uma pauta necessária, pois nós precisamos debater as condições de vida e de dignidade desses trabalhadores, que estão adoecidos, sobrecarregados, desvalorizados, desmotivados. É preciso dizer qual é a vida do trabalhador da segurança pública do Estado de Minas Gerais; falar da vergonha que eles passam em precárias condições, mas que melhoram um pouco pelas emendas parlamentares que nós indicamos. Muitos batalhões só vão ter viatura por indicação de emenda parlamentar, só vão ter uma estrutura para combate da violência contra as mulheres porque nós indicamos a estrutura.

Nós recebemos pedidos para indicação de emenda parlamentar para rádio de comunicação. Se a gente não indica emenda para rádio de comunicação em batalhão, não eles não têm o suficiente. Isso é condição de trabalho. A deputada Lohanna está me lembrando que recebemos demandas de emenda para armamento. Nós temos um portfólio com tudo o que eles precisam e necessitam. E a gente faz a nossa parte, mas não era pra ser assim. As condições de trabalho dos servidores da segurança pública não deveriam ser garantidas por meio de emenda parlamentar. Não era para ser assim. Emenda parlamentar não substitui política pública, não substitui o compromisso do Estado com as suas responsabilidades, os equipamentos públicos e a prestação de serviços à sociedade.

Limite de gasolina. Esse foi o assunto de uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Casa. Há limite de gasolina. A viatura não pode desenvolver o seu trabalho porque existe limite. Ela não pode fazer aquilo que julga necessário porque há limite de gasolina, enquanto os municípios só têm alguma estrutura pelas parcerias com as prefeituras. Então, presidente, já dei a minha contribuição ao debate. Daqui a pouco, eu volto para discutir um pouco mais. Obrigada.

O presidente – Combinadíssimo. Agradeço a V. Exa. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Boa noite a todas e a todos, especialmente aos funcionários da Copasa, aos que defendem a Copasa, que estão nas galerias, trabalhando, lutando. Este é um exemplo de democracia: liberdade para as pessoas se manifestarem, o que a Assembleia está permitindo aqui. Quero cumprimentar os deputados e as deputadas.

Quero fazer um comentário a respeito desta sessão que o presidente convocou. Eu creio que o presidente Tadeu a convocou não porque queira que essa matéria seja aprovada, mas para que isso se resolva. Então creio que a posição do presidente – eu vejo isso aqui com os deputados – não é de pedir que aprovem o projeto, mas, sim, que se resolva, que o votem. Votem contra ou votem a favor, mas que se resolva isso. Penso que seja isso que o presidente pediu. Faço aqui uma defesa da presidência da Casa, porque o que a Casa quer é resolver. Em nenhum momento, a presidência da Casa está sugerindo aos... (– Manifestação nas galerias.) Não está sugerindo que algum deputado vote favoravelmente ao projeto para retirar o referendo da Constituição de Minas.

Dito isso, gostaria de lembrar também que essa emenda à Constituição Mineira foi feita pelo presidente Itamar Franco, aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, na época, em 1999, para garantir que a Copasa seja sempre um patrimônio do povo mineiro e que qualquer atentado contra essa empresa tenha que ter a aprovação de 2/3 desta Casa.

Nós tivemos, na história de Minas Gerais, grandes nomes da política, como Itamar Franco e Tancredo Neves, que honraram e dignificaram a política em Minas Gerais. Mas esta imposição do Mateus Simões – porque é uma decisão do vice-governador Mateus Simões colocar esse projeto na Assembleia – não dignifica o povo mineiro e não dignifica a política mineira. Nós estamos aqui, até o amanhecer, para votar a entrega de um patrimônio mineiro aos bancos, porque quem vai comprar serão fundos de investimentos bancários. Dizem que é o BTG Pactual que comprará a Copasa por R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00. Estaremos aqui, até o amanhecer, para decidir sobre a entrega do patrimônio do povo mineiro ao sistema financeiro nos envergonha e não dignifica o povo mineiro.

Depois de ter mencionado a relevância dos políticos mineiros, pergunto: qual é o objetivo do vice-governador? A gente não sabe exatamente quais são os objetivos, as intenções do vice-governador Mateus Simões, já que não há necessidade de privatizar a Copasa para pagar a dívida com a União, pois essa dívida está sendo enrolada no tempo, há mais de sete anos do governador Zema. Agora, no final do mandato, vai querer entregar o patrimônio, vender o patrimônio mineiro para pagar a dívida, o que não fará diferença nos R\$200.000.000.000,00 que se acumularam no mandato do governador Zema. A dívida dobrou nesses sete anos do governador Zema. O valor de R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00 não fará diferença nesta dívida. Ou seja, não é isso que está em questão, não é o pagamento da dívida com a União que está em questão, mas os interesses obscuros por trás dessa venda, especialmente quando o vice-governador quer ser candidato e pretende ter apoio do sistema financeiro para a sua candidatura no ano que vem. É isso que está por trás desta votação: o interesse de entregar o patrimônio do povo mineiro para garantir a campanha no ano que vem, porque, se fosse para pagar a dívida, era só ir lá negociar com o presidente Lula, negociar com o Haddad. Já enrolou sete anos? A gente poderia adiar mais seis meses. Então nós estamos aqui, especialmente os que são da base do governo, que é legítima e necessária para o equilíbrio democrático, enfim, a Assembleia está a serviço de uma campanha de um vice-governador que quer ser governador fazendo campanha às custas da privatização de uma empresa pública do povo mineiro. Esse é o interesse verdadeiro.

Agora quero dizer, presidente e companheiro Bechir, que, em relação a esse patrimônio, vender e entregar a água não é só um erro histórico, mas também um erro estratégico de desenvolvimento. Ouviu, João? Então, deve-se ser estadista e ser republicano. A maioria das privatizações que houve na Europa foram revertidas nos anos 2000, especialmente na década de 2000. Muitas empresas de saneamento foram privatizadas na Europa e nos Estados Unidos – é só pesquisar! Mais de trezentas privatizações foram revertidas, e foram revertidas por três motivos principais: não houve transparência, aumentou-se a tarifa e houve desvio de finalidade da privatização. Isso é fato. Então nós sabemos dos erros que houve na Europa e nos Estados Unidos. Nós conhecemos os erros. É só se

aprofundar no tema, estudar o tema. Nós vamos ver que isso não funcionou na Europa. Não funcionaram, nos Estados Unidos, as privatizações de empresas de saneamento.

Quando o banco BTG Pactual comprar a Copasa, ele não vai pôr a marca dele na Copasa. Ou seja, ele vai criar outra empresa, assim como acabaram de fazer com o nome da Eletrobras, que foi americanizado. Agora o nome da Eletrobras é Axia Energia. Enterram a história do patrimônio do povo brasileiro! Vão fazer a mesma coisa com a Copasa. Vão criar outra empresa cuja participação em fundo será de alguns bancos ou de outras empresas, e essas empresas explorarão ao máximo esse setor, porém com outro nome, para depois poderem dizer: “Quebraram; nós quebramos; faliu”. Igual já aconteceu com companhias aéreas, por exemplo, com a Gol, e está acontecendo agora com a Azul. Já aconteceu também com a Claro, na telefonia, e está acontecendo com outras empresas de telefonia: elas quebram, pegam o dinheiro, levam para outro investimento e dizem que quebrou. É isso que vai acontecer daqui para a frente.

Nós somos políticos. Se eu fosse padeiro, João, eu faria pão, mas eu sou político e faço política. O Zema é apolítico. Daqui a pouco, ele estará no ostracismo, não estará nem aí. Ele vai nos deixar aqui! Nós vamos continuar! Você tem seis mandatos, o Bechir tem seis mandatos, e eu também tenho muitos mandatos como vereador, prefeito e deputado. Nós vamos continuar na política. Esse povo não vai continuar. Eles não estão nem aí para a política. Eles destroem o que foi construído, e não há nada para pôr no lugar. Água é bem sagrado; água é necessário para a vida. Então a gente não pode brincar com isso.

A Copasa tem problemas, claro, porque não houve investimento. O lucro que a Copasa tem de R\$1.000.000.000,00 não é revertido para o investimento, mas ela ainda é uma das melhores empresas de saneamento do Brasil. A gente sempre criticou a Copasa, mas isso é fato, ela é a única que consegue fazer manejo de uma estação de tratamento de esgoto. Vão lá para vocês verem se estação de tratamento de esgoto funciona nas pequenas cidades quando ela é feita diretamente pelos municípios. Não funciona! Tem que ter *expertise*. Então nós vamos entregar o patrimônio do povo mineiro apenas para satisfazer a vontade do vice-governador, que quer ser candidato, tendo, como apoio, os bancos que comprarão um dos maiores patrimônios que o povo mineiro construiu.

Itamar Franco, que foi quem colocou, na Constituição Mineira, esse artigo que impede a privatização, porque isso só é permitido se houver o referendo, uma consulta ao povo mineiro, neste momento, deve estar envergonhado dos políticos que hoje estão na Assembleia Legislativa. Parece-nos que a maioria está aqui para entregar à iniciativa privada e aos bancos o que os mineiros construíram com tanto sacrifício e suor. Parabéns aos que estão defendendo a Copasa e a água em Minas Gerais.

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Com a palavra, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa noite, companheiros, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa, servidores públicos. Andréia Neves! Também me orgulho do lugar social de onde vim, que formou o sujeito político que sou hoje. Não sou Andréia Neves, não, mas Andréia, de Ribeirão das Neves. Quero cumprimentar também o deputado que está presidindo, neste momento, esta reunião, assim como os colegas deputados e deputadas. Primeiro quero parabenizar os trabalhadores que aqui estão até este momento. Parabéns pela luta.

A audiência ontem foi emocionante. Nós estamos falando de uma parcela grande de mineiros e mineiras que estiveram aqui, ontem. Ainda quero hoje registrar a presença de outros. A grande imprensa está lá, na sala de imprensa, nos acompanhando. Na imprensa, saiu que os trabalhadores da Copasa estão se manifestando, mas não são só os trabalhadores da Copasa. É claro que os trabalhadores da Copasa estão aqui, conscientes de que estão defendendo o direito, o patrimônio público, mas estou vendo aqui a Cristina, do SOS Vargem das Flores, de Contagem, da luta em favor do meio ambiente, em favor das águas, como um patrimônio e como direito à vida. Então parabéns, Cristina. Quero cumprimentar os moradores da Dandara, ocupação mais antiga de Belo Horizonte, que estão aqui também. Vejo D. Vagna, Sr. Orlando, D. Ângela, que me ensinaram a lutar pelo direito à moradia. Eu me encontrei com eles. Estou vendo ali a Denise, do Sind-UTE, e os professores organizados que aqui estão, categoria da qual faço parte

como educadora infantil em Ribeirão das Neves. Carreguei água no balde para dar banho em criança. Eu sei a educação que a gente defende e o quanto ela vem sendo sucateada.

Chego agora ao requerimento que estamos defendendo. Sabiamente nosso líder Ulysses apresentou um requerimento pedindo o levantamento desta reunião em pesar ao Cb. Vinícius, que veio a óbito trabalhando. Essa é uma realidade que também precisa ser trazida para este debate, porque nós temos um governador que hoje está em Paris. Ele não teve coragem nem de vir à Assembleia para falar de um projeto que é dele. O projeto de vender a Copasa é o projeto do Zema, é o projeto do Mateus Simões. É constrangedor saber que a Assembleia Legislativa quer abrir mão do direito de o povo ser ouvido em relação a um patrimônio tão valioso quanto a Copasa. Serviços como água potável e saneamento são coisas que chamam a atenção do mundo inteiro. Isso é igual ao SUS, ou seja, isso é reconhecido no mundo inteiro como algo valioso. A água potável chega à casa das pessoas por um serviço público que não visa ao lucro. Por isso ele chegou, de fato, a Ribeirão das Neves e ao Norte de Minas.

Estamos aqui, hoje, por meio desse requerimento, defendendo a suspensão desta plenária, em nome daqueles que morreram por falta de investimento do Estado, mas também para denunciar... Infelizmente, eles não entendem. Há uma cegueira. Não entendem que vocês estão defendendo o direito deles também. A política, de fato, vem sendo consumida por uma lógica de interesses que passam. Daqui a um ano, aqueles que estão defendendo, hoje, a venda da Copasa vão se arrepender amargamente. Eles vão se arrepender, porque não há lugar nenhum no mundo onde privatizaram a água e deu certo. Não há prova de que serviço público de saneamento na mão de empresa privada vá funcionar. Não há prova disso.

Por isso quero voltar ao requerimento: suspenda esta plenária, suspenda esta noite. Não faz sentido a Assembleia Legislativa marcar, na sua história... Suspenda, suspenda, suspenda! É insano pensar que a gente está tirando o direito de as pessoas serem consultadas sobre a venda de patrimônio, sendo que a gente errou quando vendeu a Vale. Direito à escuta! Gritem mais alto: “Direito à escuta, direito a ser ouvido”. Isso é muito grave. Diminuiu-se o direito de o povo ser ouvido. Depois vai ficar na mão daqueles que não quiseram ouvir a responsabilidade de a água não chegar à casa do povo, de a água ser tão cara. Só a zona sul, só os elitizados... Eu não gosto dessa palavra “elite”, porque não há nada de elite em gente atrasada, que vive em função de dinheiro e enriquecimento. A água vai ser tão cara, que as pessoas não vão dar conta de pagar. E ela não vai melhorar, porque, para a água chegar aonde não chega hoje, é preciso investimento, investimento do Estado. O Estado, nos últimos anos... Eu já peguei o PPAG e a Loas para dar uma olhada. Não há investimento real na Copasa, nos próximos anos, para que a água potável chegue aonde não chegou.

Eu rodo o Estado de Minas Gerais, Marquinho, e sei que há cidades aonde a água da Copasa ainda não chegou. Infelizmente, ainda há gente, como quilombolas e indígenas, que ainda não tem água potável. Muitas cidades no Estado de Minas Gerais têm autogestão, porque têm água própria. Mas a água potável não chegou, porque é preciso haver investimento. E este deveria ser o debate hoje nesta Casa: aumentar investimento para garantir saúde, aumentar empregos, aumentar concursos públicos, ter mais servidores concursados na Copasa, porque é assim que se acumula conhecimento.

É triste hoje a gente dizer que morreu um policial. E é triste a gente dizer que vai morrer gente por falta de água potável se a gente permitir que esta Casa autorize a venda de uma empresa pública tão importante como aquela que garante água potável e segurança para os trabalhadores e as trabalhadoras, que hoje garantem o serviço público.

Presidente, para finalizar, quero pedir aos deputados que votem favoravelmente ao requerimento de manifestação de pesar pela morte do Cb. Vinícius Castro de Lima. Obrigada.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Marquinho Lemos.

O deputado Marquinho Lemos – Boa noite, Sr. Presidente; boa noite, colegas deputados e deputadas; boa noite, servidores desta Casa, nossos trabalhadores da Copasa e todos que ainda permanecem aqui. Com certeza, nós vamos ficar aqui enquanto precisar. Nós estaremos aqui para não deixar que, nesta noite, aconteça a votação que nós não queremos.

Eu quero falar um pouco mais hoje sobre o requerimento do nosso colega deputado Ulysses Gomes, que requer o levantamento desta reunião em sinal de pesar pela morte do Cb. Vinícius de Castro. Nós vamos ter tempo, esta noite, para falar muito sobre a PEC nº 24, essa PEC horrível, a PEC do Cala a Boca. Nós vamos ter muito tempo para falar da importância da Copasa, da importância de todo o patrimônio dos mineiros, mas é preciso falar um pouco, já que nós estamos aqui hoje, neste momento, debatendo este requerimento, que nós esperamos que ele seja aprovado pela maioria dos deputados que aqui se encontram. Esse servidor público, o cabo militar Vinícius de Castro, foi assassinado com nove tiros num assalto que levou a vida dele. Aqui em Minas, a cada dia, a gente tem visto como essa violência aumenta e como ela tem levado vidas e mais vidas. Esse assalto aconteceu aqui, na região metropolitana, na região do Barreiro, no Bairro Tirol, onde o cabo foi alvejado com nove tiros. Mas nós também temos que lembrar que é uma noite em que poderíamos estar falando disso com mais pesar, com um sentimento de solidariedade, de compaixão.

Infelizmente nós também sabemos que, neste momento, há um projeto, que é a PEC nº 24, que não é nada mais do que um assalto ao patrimônio dos mineiros. Esse é mais um assalto que estamos vendo que pode acontecer, porque há empresários que estão de olho nesse patrimônio e que estão usando esta Casa para liberar esse assalto.

Tenho certeza de que os colegas deputados não aceitarão isso, porque aqui, nesta Casa, no dia 21/8/2001, foi aprovada a PEC nº 50, do então governador Itamar Franco. Ainda há alguns deputados aqui que estavam nesta Casa naquele dia. Há quem não era deputado, mas é filho de deputados. Vários aqui acompanharam a votação naquele mês de agosto de 2001, quando se aprovou nesta Casa, por mais de sessenta votos, a lei que colocava na Constituição Mineira esta exigência: para se vender o patrimônio dos mineiros – qualquer empresa estatal –, teria que haver um plebiscito. E tem que haver, porque ainda está em vigor essa lei. Ela ainda não mudou. E tenho certeza de que, na noite de hoje, não vamos entrar para a história como aqueles que tiraram o direito do povo mineiro de decidir. Não vamos entrar para a história como aqueles que entregaram a Copasa aos empresários. E, no mesmo caminho por onde vai a Copasa, também pode ir a Cemig, pode ir a Codemig, podem ir tantas outras empresas que ajudam e que contribuem muito para o desenvolvimento e para a melhoria da condição de vida do povo de Minas.

Quero lembrar, já que estamos falando de um requerimento devido principalmente à situação que aconteceu com o Cb. Vinícius, que, enquanto no Brasil os crimes violentos vêm apresentando trajetória de queda, Minas Gerais segue na contramão e registra aumento desses crimes violentos. Entre 2019 e 2024, as mortes violentas intencionais caíram 8,2% em nível nacional, mas cresceram 13,6% em Minas Gerais. Para o pesquisador Luís Flávio Saporì, especialista em segurança pública, a situação é reflexo de uma gestão precária, reativa e sem plano estratégico, ignorando a escalada da violência. Esse é o atual governo – de 2019 até os dias de hoje. Quero lembrar também, como já foi falado pela nossa colega deputada Beatriz Cerqueira, da restrição ao uso de combustível. Quantas vezes uma viatura precisa dar atenção... E isso aconteceu! Não podemos nos esquecer de que, no ano passado, um camburão da perícia levou mais de 24 horas para buscar um corpo. E o que eles alegaram? Que não havia combustível para a viatura. Algumas viaturas estavam com problemas e em outras faltava combustível.

É esse governo que quer acabar com o patrimônio de Minas Gerais, entregando-o para um grupo de empresários que, com certeza, não terão nenhum motivo para investir, principalmente lá na nossa região, no Vale do Jequitinhonha, de onde eu venho, no Vale do Mucuri, onde cidades pequenas como a minha têm tido pouco investimento e têm muitos problemas. Esse é um governo que consegue, nos últimos anos, fazer com que a população coloque como responsável pelo problema de água e de esgoto em alguns lugares... Faz como se fosse culpa dos empregados da Copasa, dos trabalhadores, esquecendo que isso é uma estratégia para fazer com que a população acredite que, se privatizar, será melhor. Nós sabemos que isso nunca foi assim e não vai ser agora.

Mas, como aqui nós estamos debatendo um requerimento para suspender esta reunião, eu queria encerrar – já que nós estamos falando de morte, da morte do Cb. Vinícius – com uma poesia de Santo Agostinho, em homenagem ao Cb. Vinícius e também às outras pessoas que aqui foram citadas e que aqui tiveram um minuto de silêncio. (– Lê:) “A morte não é nada./ Eu somente passei/ para o outro lado do caminho./ Eu sou eu, vocês são vocês./ O que eu era para vocês/ eu continuarei sendo./ Me deem o nome/ que

vocês quiserem dar,/ falem comigo/ como vocês sempre fizeram./ Vocês continuam vivendo/ no mundo das criaturas,/ eu estou vivendo/ no mundo do criador./ Não utilizem um tom solene ou triste,/ continuem a rir/ daquilo que nos fazia rir juntos./ Rezem, sorriam, pensem em mim./ Rezem por mim./ Que meu nome seja pronunciado/ como sempre foi,/ sem ênfase de nenhum tipo,/ sem nenhum traço de sombra ou tristeza./ A vida significa tudo/ o que ela sempre significou./ O fio não foi cortado./ Por que eu estaria fora/ de seus pensamentos/ agora que estou apenas fora/ de suas vistas?/ Eu não estou longe,/ apenas estou/ do outro lado do caminho./ Você que aí ficou, siga em frente./ A vida continua, linda e bela/ como sempre foi”. Cb. Vinícius, presente.

O deputado (presidente Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Marquinhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente, componentes da Mesa, quero saudá-los e também aos nossos servidores da Copasa. Senhores e senhoras, não sei se a deputada Jô está aqui, mas quero também render minhas homenagens a ela, meu reconhecimento por tudo o que ela foi de exemplar, exercendo o seu cargo de deputada federal, estadual, numa trajetória brilhante. Quero saudar a todos os deputados, enfim, a todos os presentes.

Eu também vim com a missão de falar sobre a Copasa, mas antes quero fazer uma digressão para votar favoravelmente ao requerimento de levantamento da reunião, em sinal de pesar pela morte do nosso Cb. Vinícius de Castro Lima, que perdeu a sua vida no exercício da sua profissão, de forma heroica, deixando aqui os familiares e uma lacuna no quadro da Polícia Militar. De forma heroica, ele deixou para – vamos dizer assim – para seus companheiros de farda...

Neste momento, nós queremos elaborar alguns conceitos, ou melhor, lembrar-nos de alguns conceitos sobre o governo. Nosso governo é neoliberal. No conceito de neoliberal, muitas vezes ele ultrapassa e vai para a ultradireita. Esses são termos usados. Ele valoriza muito mais o capital do que o trabalho de vocês – e não há dúvidas disso. A Copasa é patrimônio do povo. Ela serve, de modo exemplar, àquilo que é mais importante, com o trabalho de vocês no dia a dia, com a luta e mesmo com as reclamações que existem – vocês vão lá e corrigem tudo. Desde o menor servidor ao maior, vocês estão comprometidos diretamente com a vida das pessoas, e quem mexe com vida sabe que tem que se dedicar muito mais do que em qualquer outro tipo de profissão. Não há hora nem dia para estourar um cano de um saneamento, atrapalhando as ruas da cidade e complicando o trânsito. Vocês são trabalhadores honestos e fazem um trabalho exemplar. É por isso que estamos aqui para defendê-los, para defender a Copasa. A Copasa, na verdade... Sem água ninguém vive, e a água é o maior bem que temos para a vida.

Tenho muito medo de que essa privatização – vamos dizer assim –, com a filosofia do governo de Minas Gerais de privatizar suas empresas estatais e semiestatais, contrariando a nossa Constituição. A Constituição é a nossa luz que orienta o jurídico – o mais importante da tríade da constitucionalidade e da legalidade. É o jurídico que resolve, e nós estamos aqui para defender a Copasa. Permaneceremos aqui todo o tempo que for necessário.

Queria dizer que o governador pensa muito mais no conceito do desenvolvimento econômico, sem pensar no social. O lucro que a Copasa dá, com seus proprietários dos 49%... Todo dia, o valor do seu capital aumenta. O capital daqueles que são proprietários da Copasa é de 49%, sem considerar a parte do governo. As ações têm subido permanentemente e, ainda assim, ele quer vender a Copasa, certamente para servir ao capital, esquecendo-se do trabalho e, sobretudo, do social. O social trata-se exatamente dos salários e dos empregos que podem ser aumentados para o aperfeiçoamento da Copasa e da saúde do povo.

A Copasa está presente nas principais cidades, e ela dá muito lucro nas cidades mais populosas, que configuram maior conforto e têm maior população. Nos pequenos municípios, às vezes dá um pouco de prejuízo. O prefeito passa apertado e, às vezes, faz novos contratos com a Copasa. Ela, então, comparece e faz um contrato, sempre pensando no capital que vai sobrar para o governo. De repente, há uma lei federal que pede que o lucro das grandes cidades seja invertido e aplicado para a melhoria das pequenas cidades.

No caso da água, é importante que todo ser humano seja igual. Nós somos iguais, porém muito diferentes quanto à posse, à classificação social. Infelizmente, nós vivemos com muita discriminação entre o rico e o pobre. Eu, como médico, vejo isso de forma diferente: eu vejo o ser humano. Nós precisamos compensar as diferenças e os diferentes; nós temos que compreender a vida através de uma economia que realmente fala de desenvolvimento, fala que o seu produto é produzir conforto para todos, indiferentemente de ser pequeno, grande ou médio. Isso é importante. Foi dito aqui algo importante. Nós temos que ter compaixão entre nós, tolerância entre nós, mas não podemos tolerar o predomínio do capital sobre o trabalho de vocês para o desenvolvimento da Copasa. É importante que todos ouçam isso. Nós precisamos, sim, de compaixão; precisamos, sim, de piedade; precisamos, sim, de compreender uns aos outros para que essa geração possa ter mais conforto, possa ter mais paz. Vejam o que aconteceu com a família do nosso Vinícius! Apresento os meus pêsames a ela nessa hora de dor, nessa hora de perda. Ele tem filho e tem mulher. Nessa hora restam apenas as orações para a alma dele, numa dimensão divina. Quem sabe, Deus, ele tenha um lugar reservado. Que de lá as orações possam descer para a sua família. Eu desejo muita resistência a ela. Que aqueles que estão lá tenham conforto! Vamos pensar sempre no outro. Nós devemos diminuir o nosso egoísmo, sim. Eu digo que aqueles que têm mais, que têm muito, não querem repartir com os pequenos. Então isso é muito importante.

Quando eu falo de água, é aí que eu quero chegar. Os municípios distantes de Minas Gerais, que são um verdadeiro país, a água não chega com fartura ou, se chega, não é bem tratada. Precisamos aperfeiçoar esse sistema que leva água, que trata do saneamento básico. O esgoto se mistura com a parte pluvial, com a parte sanitária, e gera doenças. E, sim, eu tenho a certeza de que, se a Copasa for privatizada e houver a concessão de uma companhia privada, a morte infantil vai aumentar em Minas Gerais, o número de crianças mortas vai aumentar. Então nós queremos que a Copasa, devido a tudo isso... Vocês são heróis que trabalham na Copasa para todos nós. Sr. Presidente, eu quero agradecer. Mais tarde, em outra oportunidade, vou fazer uma verdadeira apreciação desse movimento.

O presidente – Obrigado, deputado Hely Tarquínio. Com a palavra, para encaminhar a votação, a 1ª-vice-presidente desta Casa, deputada Leninha.

A deputada Leninha – A Copasa é nossa! Quero nesta noite saudar todos vocês que estão aqui, nas galerias, aqueles que estão do lado de fora e as pessoas que estão no interior acompanhando esta audiência. Isso é muito importante. Nós não estamos sozinhos na luta pela defesa da Copasa e pela defesa das nossas águas. Quero solicitar aos deputados que votem favoravelmente...

Esta reunião se iniciou com um sinal de pesar, um sinal de pesar e de lamento. Nós queremos estender as nossas saudações à família do policial militar Vinícius de Castro Lima – e todos aqui já relataram antes de mim –, que foi assassinado na porta de uma concessionária ao saber de um assalto que estava acontecendo dentro desse estabelecimento. Ele foi atingido por nove disparos. Sempre dizemos que o sistema das forças de segurança... As pessoas, às vezes, saem de suas casas sem saber se retornam; e o Vinícius, com certeza, saiu de casa. Ele estava na porta da concessionária com dois amigos quando um deles adentrou, viu o assalto e retornou pedindo socorro. Daí o Vinícius foi atingido e morreu no próprio local. Isso mostra uma negação de investimentos no sistema de segurança.

Em sua campanha, o governador Zema se comprometeu que, como prioridade, haveria investimento na segurança pública. Na realidade, o que acompanhamos foi um contingenciamento de recursos no orçamento do Estado precarizando os serviços da Polícia Militar, da Polícia Civil e do sistema de segurança. Na prática, já vimos o que foi esse compromisso de campanha e o que resultou na prática de ações deste governo com o sistema de segurança. Aqui acompanhamos, durante diversos dias, a greve de policiais penais e as manifestações da Polícia Militar e da Polícia Civil para a recomposição de perdas salariais e para lutar por melhores condições de trabalho. Nós vimos tudo isso acontecer. Inclusive, esta Casa votou favoravelmente à recomposição, ao reconhecimento e à valorização do serviço desses profissionais. Infelizmente, o governo que está aí não se preocupa com essas condições e, portanto, vetou e não permitiu que essas condições fossem colocadas.

No Brasil, está havendo redução de crimes violentos – esses são dados estatísticos –, enquanto Minas Gerais caminha na contramão da nossa história. Entre 2019 e 2024, as mortes violentas intencionais caíram 8,2% em nível nacional, e aqui, em Minas Gerais, cresceu 13,6%, passando, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de um ranqueamento acima do Brasil. Nós estamos dizendo isso porque vimos acompanhando, de fato, o que vem acontecendo com a categoria dos servidores do Estado de Minas Gerais. Por isso também saudamos outras categorias de servidores públicos que se fazem presentes nesta tarde.

É muito importante a nossa união, porque, para nós, no Brasil e em Minas Gerais, nada foi muito fácil. Para nós tudo foi com muita luta, e as conquistas sempre vieram da luta. As conquistas que, na nossa Constituição, tivemos garantidas há muitos anos seguem agora em ritmo de ameaça, seguem em ritmo de ameaça.

Questão de Ordem

A deputada Leninha – Dessa forma, queria, de maneira muito especial, presidente, pedir a recomposição de quórum e o encerramento da reunião por falta de quórum.

O presidente – Deputada Leninha, agradeço a fala de V. Exa. Solicito ao secretário que faça a chamada das deputadas e dos deputados para recomposição de quórum.

O deputado Gustavo Santana – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 54 deputados. Portanto há quórum para votação. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 23h59min.

A presidência declara prejudicado o requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a prorrogação de horário da reunião extraordinária de Plenário.

Vêm à Mesa requerimentos do deputado Ulysses Gomes em que solicita a manutenção da pauta desta reunião e a votação nominal desse requerimento de manutenção da pauta. A presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber os referidos requerimentos.

Vem à Mesa requerimento dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior e Roberto Andrade em que solicitam que todos os requerimentos incidentais referentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 sejam votados nominalmente. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Gente, de novo, boa noite. (– Manifestação nas galerias.) Então, mais uma vez, boa noite. Eu havia me posicionado, na minha primeira intervenção, dizendo que nós, do Bloco Democracia e Luta, faremos nesta noite, nesta madrugada, na manhã de sexta-feira – não sei até que horas vamos – toda a luta necessária. E toda vez também vamos pedir recomposição. Na verdade, a gente não pede recomposição. Pedimos encerramento, e vai haver recomposição. Essas são as ferramentas que nós, que somos minoria, temos para que possamos fazer a defesa dos interesses do povo mineiro.

Uma recente pesquisa já disse que a maioria da população mineira quer decidir sobre a privatização da Copasa. O governo Zema teve sete anos para organizar o referendo, porque o governo Zema defendeu, desde o início, a privatização da Copasa, aliás, desde o seu plano de governo quando era candidato a governador do Estado pela primeira vez, em 2019. Se ele queria, desde 2019, privatizar a Copasa, realizasse o referendo. Não é possível você ir deformando a Constituição do Estado de acordo com a conveniência do grupo político que está no poder naquele momento. Isso não é Constituição, é outra coisa. A Constituição precisa ser zelada por todos que assumem cargos de representação.

Quando nós, deste tapete vermelho maravilhoso, tomamos posse e entramos no exercício do nosso mandato, assumimos o compromisso de defender a Constituição, porque assumir o compromisso com a defesa da Constituição é assumir o compromisso com

a democracia. Isso é uma responsabilidade que vem junto com a nossa eleição. Não se pode ir rasgando pedaços da Constituição para fazer regredirem direitos. É diferente quando nós aprovamos propostas à Constituição, aumentando direitos, melhorando a vida do povo mineiro. Este debate não é sobre melhorar a vida de ninguém, com exceção da vida do grupo econômico que lucrará com a privatização da Copasa. Está bem direcionado. Está bem direcionado para o objetivo-fim desta privatização.

Então nós temos o dever de defender a Copasa, porque, na hora em que a tarifa aumentar – porque vai aumentar –, na hora em que a população não tiver a quem recorrer diante de algum problema ou de alguma dificuldade, nós vamos nos lembrar desta madrugada. Esta madrugada poderia não existir. Isto aqui é uma escolha política. Este Plenário é uma decisão política de privatização.

Se fosse sobre o Propag... O argumento caiu quando o presidente Lula fez as prorrogações que foram solicitadas a ele. Então não é sobre o Propag, é sobre atender uma agenda de Zema 2026, porque, em sete anos, ele não teve a competência de entregar ao grupo político e econômico que o sustenta as privatizações que prometeu em 2018, quando era candidato. O não político e, portanto, tiraria o Estado da vida das pessoas.

Eu queria convidar as pessoas a conhecerem a vida do povo de Ouro Preto depois da privatização da água. Como as contas aumentaram assustadoramente e como a população não tem a quem recorrer. Durante a audiência que o deputado Betão tão maravilhosamente conduziu, eu citei qual era a orientação de vários postos de saúde às mulheres grávidas em Ouro Preto. Eu visitei a casa das pessoas. Eu andei nas ruas, eu conversei com as pessoas, eu visitei os bairros. E a orientação de vários médicos às mulheres grávidas era: “Não tome a água fornecida pela empresa, porque ela fará mal à sua saúde e à saúde da sua criança. Beba água mineral. Compre água”. É isso que nós estamos dizendo para a população mineira? Compre água mineral para beber. E, se você mora em um município que não vai dar lucro a quem pegar essa privatização, o seu serviço não vai chegar. Não vai haver prestação de serviço de distribuição de água, de saneamento e esgoto, porque não vai chegar. Essa é uma consequência prática da privatização.

Então é por isso, gente, que nós vamos utilizar todas as ferramentas que tivermos, porque é o que nós temos para fazer. Pode ser que, no final, neste placar aqui, a chance de perdermos seja muito real, vamos ser sinceros. Mas eu hoje quero ficar do lado que talvez seja o que vai perder. Quando eu sair pelas ruas para pedir voto, para debater com as pessoas, não quero ser responsável pela piora na qualidade do serviço prestado. Eu não quero ser responsável pela demissão de trabalhadores da Copasa, porque a otimização de que o mercado fala é a demissão de vocês; é a demissão de quem é tão bom de serviço que foi ajudar o Rio Grande do Sul diante das enchentes e dos problemas que eles viveram. Lá a onda privatizante chegou primeiro, e muito do que eles viveram foi resultado desse processo de privatização. Os profissionais da Copasa foram ajudar o Rio Grande do Sul. A primeira coisa da privatização é a demissão. E aí a gente vai perdendo os profissionais que têm a competência técnica para cuidar da água e do saneamento. Nós vamos perder os melhores, porque quem ganha com a privatização não se importa com conteúdo técnico, com profissionais bem formados, com competência técnica. Eles não se importam. Eles se importam em lucrar.

Hoje nós temos um assessor de assuntos institucionais que faz o debate, que atende as demandas que os deputados e as deputadas trazem das suas regiões para a Copasa, e eu quero perguntar aos colegas como vocês farão depois da privatização. Se não tem Copasa estatal e se não tem responsabilidade, como vai se dar esse processo de atender as demandas e de cuidar dos municípios? Quem vai contar para os prefeitos que as demandas que eles precisam não serão mediadas porque não haverá mediação depois da privatização?

Então é por tudo isso que nós vamos continuar, pelo tempo que for necessário, fazendo todo o debate. Não é possível perdermos uma estatal com a importância da Copasa! Eu também não vou embora. Nós vamos caminhar, juntos, fazendo essa luta pelo tempo que for necessário. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Presidente, boa noite. Boa noite a todos, de novo! Daqui ninguém vai embora! Há muita gente assistindo a esta audiência hoje – o povo trabalhador chegou em casa há pouco tempo –, e as pessoas estão acompanhando o que está

acontecendo e se informando sobre o absurdo que está para ser votado aqui, agora, por isso eu acho importante explicar para quem está em casa o que está para ser votado. O que está para ser votada é a supressão de dois trechos do art. 14 da Constituição do Estado sobre a administração pública. Está para ser votada a redução do quórum que, inicialmente, seria de 3/5 para a aprovação de lei que autorizar a alteração da estrutura societária, ou a cisão de sociedade de economia mista e empresa pública, ou a alienação das ações que garantam o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado, ressalvada a alienação de ações para entidades sob controle acionário do poder público federal, estadual ou municipal. Também está sendo suprimido o trecho que fala sobre a desestatização de empresas de propriedade do Estado, de prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico, autorizadas, nos termos deste artigo, e submetidas a referendo popular. É isso que o governo quer retirar desse texto tão importante que os constituintes mineiros entregaram para o povo de Minas Gerais na primavera. Essa foi a Constituição da primavera. É a primeira Constituição estadual do nosso país, sem dúvida a melhor, a mais completa, acusada por alguns colegas que dizem assim: “Nenhuma Constituição estadual tem isso”. Que pena para eles que não tem. Que pena para os outros estados que não tem. Que bom que a nossa tem. É porque a nossa Constituição tem essa exceção, é porque a nossa Constituição teve a emenda que o Itamar colocou e que depois o ex-deputado estadual e atualmente deputado federal Rogério Correia colocou, que a gente tem essa proteção da maioria absoluta e também do referendo. Talvez se a gente não tivesse isso, a gente já estivesse vivendo a vida que o povo lá de São Paulo vive, líder Ulysses Gomes, talvez a gente já estivesse vivendo a vida que o povo do Rio Grande do Sul vive, que o povo do Rio de Janeiro vive. Ainda bem que a nossa Constituição é diferente, graças a Deus. Por isso que Minas Gerais ocupa o lugar que ocupa neste país em termos de importância. A gente não é qualquer coisa. Primeiro, eu queria colocar isso.

Em segundo lugar, acho importante a gente colocar a fala do vice-governador na tarde de ontem. O vice-governador falou assim: “Privatizar a Copasa é interesse dos mineiros.” Ora, vice-governador, façamos o referendo. Façamos o referendo! Descubra no voto, descubra na urna. Você não está seguro? Descubra no voto. Que medo é esse que o vice-governador tem de ouvir a vontade das pessoas? É por isso que essa PEC recebeu o apelido verdadeiro, adequado, como uma roupa que veste com perfeição, de PEC do Cala a Boca, porque essa é uma forma de calar a boca do povo de Minas Gerais. Para quem está tão confiante assim, eles deveriam deixar votar, inclusive para poder respaldar a decisão e falar assim: “Olhe, gente, o povo decidiu”. Então acho que primeiro a gente precisa colocar isso.

Além disso, é importante colocar que a Assembleia tem mecanismos, como o presidente Tadeu sabe. Os mecanismos da Assembleia são mecanismos importantes. O *site* da Assembleia dá à população a possibilidade de opinar sobre os projetos de lei. Estou dizendo que isso substitui o referendo? Claro que não! Mas deixem a gente fazer o referendo, poxa. Como o referendo não aconteceu ainda, a gente tem a opção, no *site* da Assembleia, de votar sobre o que a gente acha. Gente, não há mil votos favoráveis à autorização para retirar o referendo, mas há mais de doze mil posições contrárias. Pelo amor de Deus! “Ah, mas isso não conta. É só uma enquete de *site*.” Beleza, beleza. Existe uma pesquisa que a Itatiaia publicou, do Instituto Ver, que diz que 66% da população é a favor de poder opinar, de dizer o que pensa, de dizer se a Copasa pode ser privatizada ou não pode ser privatizada. Lá, nessa pesquisa, a opinião da população está valendo. O que vale, então? Não vale consulta na Assembleia, não vale pesquisa, deve valer o referendo. Então vamos fazer o referendo. (– Manifestação nas galerias.) Faça o referendo. (– Manifestação nas galerias.) Há muitos interesses por trás dessa situação.

Eu aprendi uma coisa com o Partido Novo. Aprendi, com o Partido Novo, que não existe almoço grátis. Não existe almoço grátis. Não existe o Estado fazer favorzinho para o setor privado e não ter um motivo por trás. Pode ser uma doação para campanha. Vamos lembrar quem é o principal doador, em CPF, da campanha do Partido Novo do Romeu Zema em 2022: Salim Mattar. O que o governo articulou para dar para o Salim Mattar e para a turma da Localiza? Uma isenção de quase R\$1.000.000.000,00. Não há isenção para o trabalhador pobre que não deu conta de pagar o IPVA, não há isenção para o pequeno empresário que não deu conta de

pagar o ICMS, mas há isenção para amigo do rei que doa para a campanha. Há muito interesse por trás disso. Estou aqui com algumas matérias que mostram isso para a gente, para que a gente não se engane nem por um minuto.

Houve uma análise da XP Investimentos sobre a privatização da Copasa. A XP disse, gente, que acreditava que a Copasa (– Lê:) “tem mais de 50% de chances de ser privatizada até março do ano que vem”. Eles disseram que “a projeção consta em documento elaborado pela corretora para atualizar investidores internacionais quanto ao cenário econômico brasileiro. Segundo estimativa da XP, as ações da Copasa, enquanto empresa estatal, podem passar a valer R\$41,00 no ano que vem. Assim, a empresa, que hoje está avaliada em R\$12.700.000,00, teria valor de mercado, passando de R\$16.000.000,00. Caso a estatal de saneamento tenha *valuation* de R\$16.000.000,00 no ano que vem, a desestatização poderia render cerca de R\$7.500.000,00 para Minas Gerais. Atualmente, nas contas do Palácio Tiradentes, a negociação geraria lucro de R\$4.000.000.000,00 para o erário, a serem integralmente usados no pagamento da dívida com a União. Ao apontar a possibilidade de a privatização acontecer até março do ano que vem, a XP cita o avanço, na Assembleia Legislativa, da proposta de emenda à Constituição que autoriza a retirada do referendo”.

Aí, gente, poucos dias depois, saiu um boletim do Banco Itaú voltado para investidores, para orientar investidores. Eu ouvi: “É, não vai ficar bom com o setor privado, não, mas não está bom com o público também. Ah, então o que vai mudar?”. Alguém vai ganhar uma bolada de dinheiro com isso. É isso que vai mudar, é isso que vai mudar.

Presidente, o Banco Itaú recomendou a compra das ações da Copasa. E eles apresentaram dois argumentos no texto do relatório. Os argumentos são os seguintes. (– Lê:) “Uma fonte fundamental de criação de valor da empresa reside na melhoria da eficiência operacional, já que, como estatal, a Copasa tem diversas restrições, em termos de otimização de custos e flexibilização da força de trabalho”. Isso é demissão, isso é demissão. É isso que está escrito aqui. “A outra fonte de criação de valor são bons parâmetros para a próxima revisão tarifária, com o aumento do custo médio de capital regulatório superior ao da Sabesp”, que já subiu “pra dedê”, “e também ao da Sanepar”. Isso é conta mais alta para o cidadão pagar.

Por isso, presidente, para concluir a minha fala, hoje, dia 23 de outubro, eu quero deixar um registro para a história, e a gente vai retomar esse registro, presidente. Hoje e no futuro, vai ser o dia do “eu te avisei”, porque, quando as contas chegarem mais caras na casa das pessoas, a gente vai dizer que a gente votou contra e que avisou que isso aconteceria. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, eu queria agora passar para uma outra fase da minha discussão com os colegas a respeito do assunto. O que é o projeto, o que nós estamos discutindo? A PEC que tira do povo de Minas Gerais o direito de ser ouvido com relação à privatização ou não da Copasa. Mas isso é uma matéria superada, porque o pano de fundo, todo mundo sabe, é o desejo da privatização da Copasa. Os colegas já fizeram bons apontamentos. Nós estamos falando de uma empresa que é uma das melhores do setor, entre as públicas e as privadas. Nós estamos falando de uma empresa que é superavitária. Um pouquinho da capacidade de investimento que o governo tem vem do lucro das suas estatais, como Cemig, Codemig e Copasa. Nós estamos falando, então, de uma empresa que tem grandes indicadores.

Ainda que alguém, em algum lugar, fale – às vezes, eu vejo um colega deputado ou outro falando isto: “Ah, mas existem muitos prefeitos reclamando da Copasa” e não sei o quê... Privatizem e esperem para ver a próxima, esperem para ver o que vai acontecer, esperem para ver. Nós já cansamos, aqui na Assembleia, de citar os casos das companhias de energia, o caso que está acontecendo em Goiás, o caso da Sabesp e por aí vai. Não existe um exemplo que a gente consegue apontar em que a privatização tornou o serviço melhor para a população, menos custoso e mais eficiente, e que valorizou o trabalhador – não existe um caso.

E a pergunta fica muito simples: por que, então, privatizar? “Por causa do Protag”. Mentira. Mentira, não tem a ver com o Protag. A Copasa não resolve uma unha da situação do Protag. E vou além: o Protag se transformou na cortina de fumaça para uma agenda que o Zema quer tocar aqui e que ele vem prometendo desde o primeiro dia de mandato. Então não existe nenhum argumento. O único argumento possível, a única justificativa possível é a de que efetivamente muita gente vai mamar e vai encher o bolso de

dinheiro com essa operação. Quer dizer, a partir do movimento que foi acontecendo, quando o BTG esteve por aqui e conversou com o Zema, a partir de todo o movimento que vai sendo feito, muita gente que já comprou ação lá atrás já está ganhando dinheiro para caramba com essa movimentação e com essa informação privilegiada. Inclusive, é algo que temos que pensar: se, dentro de todo esse processo deste debate, não estaria havendo algum tipo de ilegalidade que a CVM, adiante, poderia apurar. Eu acho que, adiante, nós vamos ter que pensar algo nesse sentido, porque, se informação privilegiada está sendo passada com relação a esse processo, cabe uma apuração.

Aí eu quero fazer alguns apontamentos para desmistificar os argumentos que a turma tenta dar, de maneira muito superficial, e que, mal-mal, toca na lâmina da água do debate que nós estamos fazendo aqui. Primeiro – vamos lá: lucro para o Estado. Em 2024, a Copasa registrou R\$1.320.000.000,00 de lucro líquido, mostrando que é uma empresa sólida e rentável. A maior parte desse lucro vai para quem? Para o Estado. Segundo: crescimento da receita. A receita líquida cresceu 6,8% em relação a 2023, somando R\$7.000.000.000,00. Vamos adiante. Capacidade de investimento: foram R\$2.170.000.000,00 investidos em 2024, o maior valor da história da Copasa. Até 2029, estão previstos R\$17.000.000.000,00 em obras de abastecimento e esgotamento sanitário, que geram empregos, movimentam a economia e melhoram a vida da população.

Deixem eu falar um negócio para vocês: isso aqui vai para o saco – isso aqui vai para o saco –, porque isso aqui vai se tornar lucro para os acionistas. Vocês sabem o que o mercado privado faz: diminui a capacidade de investimento e aumenta as suas tarifas para aumentar a margem de lucro e compensar para os seus acionistas.

Vejam vocês a eficiência e a expansão. A empresa reduziu a inadimplência a 2,92%, o menor índice desde 2016, e perdas de água a 38,1%. Ela já universalizou o abastecimento de água – mais de 99% de cobertura – e ampliou a coleta de tratamento de esgoto em 73%, com meta de 90% até 2023. Aí eu faço a seguinte pergunta: é essa empresa que nós, deputados, vamos autorizar o governo a vender? É essa empresa? Vocês viram os números? Vocês viram os resultados? Ainda que pese uma reclamação que acontece aqui e acolá, nós estamos falando de uma empresa extremamente sólida, saudável, que, se for vendida – eu vou falar para vocês –, em poucos anos, quem a comprou já vai ter pago o que investiu. O Estado, em pouco tempo, vai ter um prejuízo, porque esse dinheiro vai virar vapor, vai evaporar. Não é um volume de recurso que vocêalaria que duraria 20 anos, se fosse uma estimativa de lucro que a empresa teria.

Nós estamos falando de uma empresa que... Em novembro de 2024, (– Lê:) “A revista *Time*” – revista reconhecida, respeitada, americana – “elege Copasa a melhor empresa de saneamento brasileira em desempenho financeiro e sustentável”. Quem está dizendo isso não sou eu, é a revista *Time*. Ela não está falando daquelas que pretendem comprar a Copasa. Ela está falando da Copasa. Então estamos dizendo que vamos vender uma empresa boa, a melhor empresa, para as piores. E querem me dizer que o serviço vai melhorar? Querem me convencer de que o serviço vai melhorar para o povo?

Vamos adiante. Março de 2025: “Copasa fica entre as melhores da América Latina em economia verde” e “Banco suíço UBS coloca a Companhia de Saneamento de Minas Gerais entre as empresas que mais se destacam em descarbonização”. É essa a empresa cuja venda vocês querem autorizar? É essa a empresa que vocês querem entregar para os amigos do Zema? É essa a empresa – esse patrimônio do povo – que vocês querem permitir que encha de dinheiro o bolso de meia dúzia?

Ora, o mais curioso é que estamos trazendo argumentos. Estamos trazendo argumentos referentes à eficiência da Copasa, a seus prêmios e a seu reconhecimento. Estamos falando dos valores, da capacidade de investimento, do seu planejamento e do que ela significa. Não subiu um deputado da base do governo até agora para nos apresentar um só argumentozinho para trazer uma explicação. Nenhum argumento. Somos 17 deputados do bloco de oposição, que se revezam usando os melhores argumentos para justificar a nossa posição. Até agora, nenhum – nenhum! – parlamentar subiu até aqui para dizer: “Aqui está por que sou a favor de vender a Copasa, por que sou a favor de mudar o referendo para consequentemente vender a Copasa”. Não subiu nenhum até agora.

Eu, na verdade, acho que isso não é muito respeitoso com o povo. Você tem que explicar para o povo o que você quer fazer e por que você quer fazer.

Vejam vocês o que falamos. A Copasa, meus amigos, está presente nas cidades mais pobres. As 25 cidades com menor IDH, em Minas Gerais, são abastecidas pela Copasa. Uma vez privatizada, a empresa que assumir a Copasa terá a discricionariedade de decidir onde estará ou não. Quando você tem a presença do poder público, você faz a empresa cumprir o interesse público e a função social. Sendo uma empresa que tem apenas interesse econômico, capitalista e mercantil, ela terá a opção de não assistir às chamadas cidades deficitárias e ficará somente nas cidades superavitárias. E então vai sobrar para o Estado cuidar e investir naquelas cidades deficitárias, enquanto os empresários enchem o bolso de lucro, e o lucro que poderia ser utilizado vai embora para o espaço. Eu queria ouvir um argumento que me confrontasse.

E encerro falando sobre a Sabesp. Privatização, que coisa boa! Não é boa a privatização? A privatização vai ser boa? Vai ser boa! Vamos lá. Sabesp pós-privatização: “Lucro salta, e queixas por cobrança disparam. Lucro da Sabesp aumentou 78%, enquanto nota em *site* de reclamações caiu. Empresa diz que queixas diretas caíram, e governo destaca melhorias”. Vejam vocês: a Sabesp foi multada em mais de R\$20.000.000,00, porque deixou cair esgoto dentro de rios no Estado de São Paulo. Privatiza que melhora.

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Boa noite, companheiros, companheiras. Acho que cabe reforçar, mais uma vez, a disposição do lado de cá e a disposição do lado daí de permanecermos aqui até o fim para defender o direito do povo de decidir sobre o futuro da Copasa, da Cemig e das empresas estatais. Eduardo, parabéns. Nós fizemos a maior mobilização que eu já vi, enquanto deputada, nesta Assembleia. Parabéns. Queria dizer também que há mais de mil pessoas acompanhando a transmissão ao vivo desta plenária e que nós vamos ficar aqui – como a Bia, minha amiga, disse – o tempo que for preciso para defender o que é certo e o que é justo.

Pessoal, eu não podia deixar de fazer uma referência: uma salva de palmas para os trabalhadores do Sindsema, que estão há dias – há dias! – em greve, que se somam aos trabalhadores da Copasa e que denunciam o desmonte do sistema de meio ambiente produzido pelo governo Zema, o que tem tudo a ver com água suja, com água podre, com água contaminada. Tem tudo a ver. Trabalhadores da Copasa e trabalhadores do Sisema, Vocês são os verdadeiros defensores das nossas águas. Obrigada.

Presidente, eu vinha falando, na comissão especial sobre a PEC, que, na minha concepção, a PEC é inconstitucional. Por que eu acredito que ela é inconstitucional? Porque a Constituição do Estado pode ser alterada para ampliar direitos, para remodelar direitos. Por exemplo, você pode ampliar o referendo popular para discutir o futuro das terras raras em Minas Gerais. Você pode fazer referendo popular sobre tarifa zero no transporte. Você pode ampliar o referendo popular para saber se a população quer ou não estradas pedagiadas. Você pode fazer referendos... Você pode ampliar direitos constitucionais, mas você não pode retirar direitos constitucionais a partir de uma emenda constitucional. Por quê? Pelo princípio do não retrocesso.

Vejam o Congresso Nacional, que, hoje, a gente apelida de “congresso inimigo do povo” e onde tantas pessoas defenderam os atos de depredação e a tentativa de golpe de 8 de janeiro. Imaginem se esses deputados bolsonaristas, que estão mais preocupados em salvar as costas do Bolsonaro do que em defender o País, imaginem se eles pudessem fazer uma emenda à Constituição para decretar, por essa emenda, a ditadura militar no Brasil. Eles poderiam fazer isso?(– Manifestação nas galerias.)

Se eles tivessem maioria no Congresso e no Senado, eles poderiam fazer isso? Não. Por um princípio básico, o princípio do não retrocesso da Constituição. Portanto, um governador – que não foi quem construiu a Constituição – mandar para esta Casa uma emenda para que deputados retirem o direito constitucional do povo de decidir sobre as estatais é retrocesso legislativo constitucional, é uma ilegalidade, é uma inconstitucionalidade. Para além de toda a imoralidade que há, não é, gente? O outro lá fala: “Ah, eu não ouço, eu ouço”. Na verdade, ele não quer ouvir ninguém. Ele quer calar a boca do povo mineiro, mas nós não vamos nos calar. O direito de decidir é legítimo. Quer defender que é melhor para o saneamento fazer privatização? Faça campanhas, discuta o tema na imprensa, levante um debate público, vá para o referendo popular. A justificativa deles é a de que os prazos do Propag não dariam

tempo para se fazer um referendo popular. Qual é a desculpa agora se a gente tem plenas condições de fazer um referendo nas eleições do ano que vem? Eu quero o referendo popular! Eu quero o referendo popular!

Sabem por quê... Sabem por que eles têm medo do referendo popular? Porque têm medo do debate. Eles têm medo de saber que o governador Zema transformou a diretoria e o conselho gestor da Copasa em um cabide de empregos do Partido Novo. Eles têm medo de que a gente fale que quem quer comprar a Copasa é a Aegea, que foi condenada por corrupção em Ribeirão Preto, dentro do saneamento básico. Eles têm medo de que a gente olhe para o que aconteceu em outros lugares não faz muito tempo.

Presidente Tadeu, que já não está mais aqui... Gente, isso é muito importante. Vejam o cinismo da discussão: dizem que querem vender a Copasa para universalizar o saneamento básico e que a salvação para o saneamento e para o abastecimento de água seria o novo marco do saneamento e das privatizações. Cinco anos depois do novo marco do saneamento, o número de residências ligadas à rede formal de água diminuiu no Brasil. Diminuiu! Ou seja, hoje há menos gente sendo abastecida por água do que antes da aprovação do marco do saneamento. E mais: o número de casas ligadas à rede formal de esgoto não aumentou – muito pelo contrário. Sabem por quê? Porque a água e o saneamento deixam de ser tratados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, de igualdade social e de direito, para serem tratados a partir da lógica do lucro.

Eu ainda não vou falar sobre corrupção. Quem quiser me ouvir falar sobre corrupção – e eu tenho muita coisa para falar – vai ter que esperar o próximo requerimento. Mas vocês estão com disposição, não estão, gente? Então vamos lá! Eu quero falar sobre a “Mágoas do Rio”. No Rio de Janeiro, privatizaram a água, privatizaram a Cedae, e a empresa Águas do Rio, que a população batizou de “Mágoas do Rio”, está fazendo o seguinte com os condomínios. Uma matéria do *Diário do Rio*, intitulada “Cocô para todo lado: Águas do Rio começa a entupir esgoto de inadimplentes”, fala o seguinte: em condomínios do Rio de Janeiro, houve um aumento de 1.370% na conta de água. Vocês imaginam o que significa uma conta de água sofrer aumento de 1.370%? Isso significa que ela ficou pelo menos 13 vezes mais cara. A população já não aguentava pagar aquelas taxas de água. Gente, em condomínios como os do Minha Casa, Minha Vida, pagar uma conta de água cara é deixar de botar comida à mesa. Então pararam de comprar água da “Mágoas do Rio” e passaram a contratar caminhões-pipa, que são caros, mas ainda são melhores. Só para encerrar, presidente. Sabem o que a empresa “Mágoas do Rio” fez? Comprou bombas para entupir o esgoto dos inadimplentes. É isto o que a lógica privada faz com o saneamento básico: joga cocô na cara da população. Obrigada, presidente.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigada, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Deputados e deputadas, eu vou me referir a vocês, a V. Exas. De fato, durante o intervalo, quando estava havendo a fala dos deputados que têm a coragem de vir aqui falar, eu estive do lado de fora da Assembleia, no Hall das Bandeiras, bem como estive aqui em cima. Durante a fala do deputado Dr. Hely, vi o respeito com que cada um e cada uma se dirigiu ao nosso decano. Ele é um homem cujo número de mandatos ultrapassa o de qualquer um aqui e que subiu a esta tribuna para fazer a defesa não só do saneamento, da água pública, mas dos servidores. Então quero pedir uma salva de palmas para o Dr. Hely Tarquínio, esse companheiro que tem mais coragem... O Dr. Hely Tarquínio já é octogenário. Escutem bem isso, porque aqui não existe etarismo. Ele tem muito mais capacidade de permanecer aqui e mais coerência para estar neste Plenário do que esses cinquenta e poucos que estão aqui prontos para votar contra vocês.

Só um minutinho, meus companheiros e minhas companheiras. O Dr. Hely não veio aqui para falar besteira, como fez uma deputada que veio aqui para puxar saco do Milei, em um outro dia, e tomou uma vaia, que precisa continuar. Eu não vou citar o nome da deputada para que ela não tenha o direito de vir me citar. Eu não falo, mas vocês podem falar. (– Manifestação nas galerias.) Por favor, por favor, respeitem a Barbie da Shopee! (– Manifestação nas galerias.) Companheiros e companheiras, quero fazer aqui... Sou professor de história.

O presidente – Deputado Leleco, nós estamos aqui discutindo o requerimento do deputado Cassio. Eu gostaria que o senhor se ativesse à discussão do requerimento. (– Falas sobrepostas.)

O deputado Cassio Soares – Sr. Presidente, peço respeito, minimamente, às deputadas e aos deputados, pelo menos. Respeito! É isso!

O deputado Leleco Pimentel – O senhor me respeite! O senhor me respeite! Aqui há presidente! (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Deputado Leleco, quero pedir ordem no Plenário! (– Manifestação nas galerias.) Solicito... (– Manifestação nas galerias.) A presidência solicita a presença dos líderes aqui, na Mesa dos trabalhos. O deputado Leleco continua com a palavra. Gostaria que o deputado Leleco finalizasse a sua fala, por gentileza, para darmos sequência ao trabalho.

O deputado Leleco Pimentel – Presidente Tadeu, respeito o senhor, o senhor é quem respeito aqui. Agora deputado me travar e calar a minha boca...

O presidente – Deputado Leleco, no início dos trabalhos, informei a todas as parlamentares, aos deputados e às deputadas que teríamos uma reunião até mais tarde. Todos obviamente são bem-vindos aqui. Agora é preciso que tenhamos respeito dentro deste Parlamento com todas as deputadas e todos os deputados, com o deputado Leleco, com todos que me antecederam. Nós temos que ter organização sob pena de a presidência ter de cassar a palavra dos parlamentares, de acordo com o nosso Regimento, se passarem do limite. (– Manifestação nas galerias.) Então peço ao deputado Leleco que retorne com a sua fala para darmos sequência aos trabalhos.

O deputado Leleco Pimentel – Por favor, presidente Tadeu! Peço a V. Exa. a restituição do meu tempo. O senhor, que é presidente desta Casa, eu respeito. Agora ser paralisado por fala de outro deputado aqui? Peço ao senhor que restitua o meu tempo.

O presidente – Por favor, devolvam os 2 minutos ao deputado Leleco.

O deputado Leleco Pimentel – Vou abrir um precedente na minha fala porque todo o mundo sabe que fui procurado aqui. Está público. Podem pedir a gravação. Fui procurado pela deputada Amanda para que eu a citasse e, assim, ela tivesse o direito de falar. Deputada, só não pode é haver aparte neste momento. Mas eu ainda não havia citado o nome de V. Exa. Agora a senhora tem o direito de falar. (– Manifestação nas galerias.) Aliás, estou lutando pelo direito de todos vocês falarem, falarem por que querem privatizar a Copasa. Falem, falem aqui, tomem coragem, tomem coragem! Inscrevam-se e falem! Vocês têm direito! Todos têm direito! (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – A presidência vai suspender os trabalhos e convoca os líderes a participar. Gostaria de pedir a todos que estão presentes na Assembleia... Vou falar, mais uma vez, que todos são bem-vindos, mas com o devido respeito. Peço à Polícia Legislativa que possa se posicionar e identificar todos aqueles que, porventura, agredirem as parlamentares, deputadas e deputados aqui, na Casa.

As regras aqui, na Casa, são claras. São regras que dão a todos liberdade de se manifestarem sem agressão aos parlamentares, às deputadas e aos deputados. Então peço à Polícia Legislativa da Casa que se posicione e fique de olho para ver quais as pessoas que vão fazer agressão aos deputados.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender os trabalhos por 3 minutos para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Devolvo a palavra ao deputado Leleco.

O deputado Leleco Pimentel – Pessoal, posso pedir uma generosidade a cada um e cada uma? Sei que é muito o que estou pedindo, mas nunca deixei de dialogar com quem está aqui, porque não estou fora da realidade. Estou dialogando e ouvindo o grito das pessoas.

Então, ao ouvir o clamor... Os meus ouvidos não são surdos. E não se trata de capacitismo, porque aqueles que têm problema auditivo não perderam sua capacidade de coerência, sua ética e seu compromisso com a vida. O que nós trazemos aqui é a nossa indignação. Ninguém veste uma roupa para ser outra pessoa. Tenho origem nos movimentos populares, sou professor de história, toco violão e sei dialogar com as pessoas. Por isso peço desculpas, porque a gente dialoga fazendo com que a voz dos que não têm direito a vir ao microfone possa ser ouvida. Quero pedir a vocês que reflitam. Quero dizer aos companheiros do Sindsema que o papel de vocês foi muito bonito e está sendo solidário na luta com os servidores da Copasa e da Copanor. Essa greve é justa. E o nosso direito... Não vim para cá para defender o direito de quem já tem o privilégio e o estado inteiro. Estou aqui defendendo o povo. Sou do lugar de onde nós precisamos de água em quantidade e qualidade, com tarifa justa, e sei o peso disso. E é por esta razão que peço a vocês só mais um minuto.

Vocês ouviram a declaração do governador Zema, que quis dizer que, no governo do PT, a Copasa valia muito menos do que vale no governo dele. Vocês ouviram isso? Isso quer dizer que ele assume que a Copasa é autossuficiente, ela não precisa dele. É por isso que ele quer colocar lucros exorbitantes no bolso daqueles que só lucraram com o Estado. Porque Zema está de joelhos, e quem votar com ele estará de joelhos também. Então peço a vocês que continuem firmes e com muita energia, porque nós não vamos arredar o pé e não vamos nos calar.

Presidente Tadeu, respeito a sua presidência, eu o escuto, mas nenhum deputado aqui vai me mandar calar a boca. Nenhum! (– Manifestação nas galerias.) Nem o senhor, Sr. Cassio. Nem o senhor, jamais!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa noite. Início a minha conversa nesta noite, primeiramente, lamentando uma série de episódios. Nestes quase oito anos de Parlamento, nunca tivemos uma noite como a de hoje. Quero lamentar profundamente que estejamos aqui até agora para discutir o futuro do direito ao acesso à água pela população de Minas Gerais.

Eu sou da região de Darcy Ribeiro, um grande antropólogo, e desde muito cedo aprendi uma coisa que ele falou: “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar”. Eu faço parte das pessoas como vocês, que estão aqui e que escolheram o lado da indignação. Escolhi o lado da indignação, em que... Na política, durante toda a história deste país e deste estado, nós tivemos representações que vieram para cá não pra defender o interesse do povo, nem para defender os direitos do povo. No entanto não quero fazer parte de uma legislatura e de uma história de Minas Gerais em que fui cúmplice, em que votei pela venda das estatais mineiras. Não quero ser cúmplice de uma alteração na nossa Constituição pela qual vamos ter o direito de acesso à água ameaçado. Não quero ser cúmplice, na história política de Minas Gerais, de uma parlamentar – e sei que o meu bloco também... Não quero ser cúmplice de um voto para retirarmos um mecanismo tão importante, que reforça a democracia.

Minas Gerais, este estado, como a gente disse, com tantos políticos que viraram presidenciáveis; Minas Gerais, que sempre lutou pela liberdade e pela democracia... Nós estamos assistindo, nesta noite, à possibilidade de retirar da Constituição o direito de o povo de Minas Gerais opinar sobre a venda das estatais. Não quero ser cúmplice dessa história, não quero ver o meu nome marcado nas páginas da história política de Minas Gerais. Sei que, nesta noite, nós estamos aqui, democraticamente, cumprindo aquilo que nos cabe. Regimentalmente, nós estamos aqui obstruindo, tentando convencer nossos colegas parlamentares a não cometerem tamanha atrocidade, a não cometerem tamanho golpe contra o povo de Minas Gerais. Não é possível que a gente não consiga refletir sobre o que isso significa para a população.

Venho de um lugar onde as mulheres carregavam lata d'água na cabeça, onde as pessoas dividiam a pouca água que tinham com a criação animal. Quando a Copasa chega, é sinal de um bom serviço, de as pessoas poderem ter água tratada, de as pessoas

poderem ter água de qualidade. Nós estamos falando de saúde pública. Nós estamos falando de uma parte da população que, inclusive, se manifestou nas páginas desta Casa, pessoas que não têm voz, mas que tiveram a oportunidade de colocar suas posições em relação a esse processo.

Escolhi três falas que estão registradas na Casa. O Caio, de Teófilo Otoni. Nós conhecemos também Teófilo Otoni, uma região que está quase semiárida, onde a distribuição irregular das chuvas provoca também secas. O Caio diz o seguinte... Ele mandou isto, gente, em 31 de julho. Ele coloca uma questão com a qual concordo plenamente: “Bens de uso comum devem ser tratados sob o aspecto coletivo e pelo Estado”. É o Estado o responsável por garantir que esse bem coletivo possa chegar à casa das pessoas.

Há muito o que se fazer, de fato, para melhorar as nossas estatais, inclusive a valorização dos seus servidores, o não sucateamento, a não precarização. Porém, nós não podemos transformar uma necessidade de todos em algo exclusivamente para a majoração dos lucros, o que causará incontáveis prejuízos para a população. É só olharmos os outros estados. Não houve sequer um exemplo de melhora na qualidade dos serviços. Ao contrário, em muitos estados, as contas pioraram significativamente, os seus valores triplicaram com a desestatização.

O Marconi, de Brasília de Minas, meu conterrâneo do Norte de Minas, diz o seguinte: “Não é uma proposta. Isto é um golpe contra o povo. É entreguismo do patrimônio público, e não pode acontecer sem a anuência de quem vai pagar a conta”. Ele disse: “Eu quero exercer o meu direito de cidadão”. E eu tenho certeza de que muita gente neste estado também quer exercer o seu direito de cidadão, de opinar pela venda das nossas estatais. Também quero que as obrigações dos estados sejam cumpridas. Água não é mercadoria, água não pode estar vinculada a lucro. Todos nós sabemos que a ameaça real de desabastecimento da iniciativa privada acontece em todos os lugares.

Por fim, nós acompanhamos a privatização em São Paulo. A Sabesp foi comprada pela empresa Equatorial. É só a gente ver o que está acontecendo em São Paulo. E o Luciano, de Varginha, trouxe claramente isso, Professor Cleiton. Ele disse assim: “Basta ver o que está acontecendo lá”. A informação que nós temos é de que a Equatorial, depois que comprou a Sabesp, em um ano demitiu mais de 2 mil trabalhadores. O nosso receio é que o Estado se omita da sua função de garantir água de qualidade, privatize, e que não tenhamos o compromisso dessa empresa, primeiro, para manter de fato uma tarifa social, uma tarifa justa. Segundo: vocês acham que uma empresa que não tem lucro vai garantir acesso à água e a tratamento de esgoto para as comunidades mais distantes? Acham que toda conta que as empresas fazem leva em consideração a vida do povo sofrido dos cantões deste estado?

Nós estamos acompanhando essa realidade não só no Brasil, mas também fora dele, por isso a nossa posição aqui, nesta noite, e até a esta hora. Todos vocês também estão nas galerias acompanhando essa votação. Queremos dizer que a nossa força e a nossa coragem nos fez chegar até aqui. Queremos dizer que sairemos desta reunião de cabeça erguida, com a coragem que sempre nos moveu, porque nós vamos lutar para manter a nossa Constituição. Nós vamos lutar pela nossa democracia. Nós vamos continuar lutando para que o povo de Minas Gerais possa participar de decisões tão importantes como está sendo essa nossa decisão. Afinal, o patrimônio é nosso. A Copasa é nossa. A Copasa foi construída com a força dos trabalhadores e das trabalhadoras e com a força do povo de Minas Gerais.

Nós vamos sair desta reunião com a indignação que sempre nos acompanhou. A gente não se resigna, como disse Darcy Ribeiro. Nós ficamos indignados! Indignados! Já que o governo federal esticou o prazo, não tem justificativa para que a gente vote, na pressa da noite, esse tema. Com o novo calendário do governo Lula, claro que é possível a gente fazer um processo democrático e participativo, contando com a presença do povo de Minas Gerais. E você que aí está, no canto do Estado, e que agora está ciente do que está acontecendo nesta noite, continue nos acompanhando. Veja a nossa posição, a posição do Bloco Democracia e Luta, composto por aqueles parlamentares que também acreditam que é possível manter a nossa Constituição intacta naquilo que diz respeito à nossa democracia. Que vocês possam nos acompanhar.

Como disse, atacar o referendo é atacar o povo mineiro. Atacar o referendo é tirar o nosso direito de dar a nossa opinião sobre esse processo aqui, na Casa. Por isso nós estamos aqui de pé, firmes, e nós sairemos desta reunião com a tarefa cumprida. De nossa parte, desde quando se iniciou o processo interno na Casa, nós usamos todas as ferramentas possíveis para fazer não só a sensibilização, mas também a mobilização de vocês, para que tivéssemos vitória nesta noite. A gente não desiste! A gente sabe que a nossa luta é isso. É luta e luta, e, muitas vezes, a vitória não vem. Mas a gente mantém firme o nosso compromisso de estar junto com vocês. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, pela ordem, a deputada Beatriz Cerqueira.

Questões de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, obrigada. Na verdade, a minha questão de ordem é um diálogo com a gente que está defendendo a luta contra a privatização da Copasa. O que não quero para mim não posso desejar que aconteça com outra pessoa. Nós, deputados e deputadas, temos a nossa imunidade parlamentar. A gente se xinga, e existem deputados com os quais não converso – até mudo de calçada –, mas são pouquíssimos! A gente se estranha; às vezes, resolve, às vezes, não. Mas nós temos a nossa ferramenta, que é o Regimento Interno. A minha questão de ordem, sendo bem professora e bem didática... As nossas imunidades parlamentares são feitas para o parlamentar. A gente se resolve aqui, na tribuna. O que eu queria pedir... É um pedido. É muito caro para a gente ter mulheres na política, mesmo aquelas cujas defesas são completamente diferentes do que a gente defende. Enfim, é importante ter mulheres na política. Quando a gente vai adjetivando as mulheres que estão na política, pelas nossas características ou pela ausência de características, isso acaba ruim para todas nós. Não sei se estou conseguindo me fazer entender. Então, daqui a pouco a gente provoca, vocês respondem. A resposta que vocês dão não tem a imunidade da provocação que eu faço. Compreendem? As nossas palavras de ordem têm conteúdo, estão escritas: sem referendo, sem democracia. Atacar o referendo é atacar o povo mineiro. Galeria cheia! Tem de votar, com galeria cheia, com o povo aqui dentro. Então a minha questão de ordem – e lhe agradeço, presidente, por me tê-la concedido –, é esse diálogo entre nós, porque nós temos conteúdo para fazer esse debate. E nós estamos certos, certas, no debate que nós estamos fazendo. No mais, a gente aqui resolve na tribuna, no Regimento interno, mas é muito importante que a gente faça todo o debate com o conteúdo que a gente está fazendo até agora. Daqui a pouco nós estaremos cansados, tensos e vamos respondendo as provocações. Assim não dá certo. A votação tem que acontecer com essa galeria cheia, com todo mundo vendo o voto de todo mundo. É muito importante a jornada que vocês fizeram até aqui. Então quero fazer esse pedido. Se vocês puderem atender, acho que nós saímos maiores. Quem vai sair grande deste Plenário é quem está defendendo a Copasa estatal. Então é esse pedido que quero fazer, presidente.

A deputada Amanda Teixeira Dias – Presidente, muito obrigada. Gostaria de elogiar o discurso da deputada Beatriz. Creio que nós, mulheres, temos sim que nos unir. O que aconteceu hoje é que conversei com o deputado sobre a possibilidade de debate, de a gente conversar, e ele, o deputado, veio ao Plenário me agredir, falar sobre questão de aparência, o que é totalmente fútil e machista. Hoje, aqui, neste debate que a gente está fazendo, vir falar de aparência Barbie da Shopee? O que é isso para você, deputado? Isso é *bullying*. O que a aparência é para uma pessoa? Se a aparência é tão importante para você, neste momento não é. Gente, ouvi vários de vocês hoje, vários foram ao meu gabinete, e ouvi todos. O mesmo deputado disse que ele é bom de diálogo. Se ele é tão bom de diálogo, vai lá bater à porta do Lula para ele federalizar a Copasa, e a gente não precisar estar aqui. Outra coisa: quem estabeleceu esse prazo foi o governo federal. Não posso pedir isso para o Lula, porque o chamei de ladrão o tempo todo, e ele é, mas vocês, que são tão amigos do Lula, digam-me por que ele não aceitou federalizar a Copasa. A gente tinha outro caminho, sim. O único caminho não era a privatização, mas o Lula não quis a federalização. Também foi o governo federal que estabeleceu esse prazo. Então todos vocês vão lá para Brasília, junto com os deputados de vocês, e peçam a federalização. Assim a gente não precisará estar aqui. Muito obrigada.

O presidente – Obrigada, deputada Amanda. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Mais uma vez, quero desejar boa noite a todos os deputados e deputadas. Queria fazer uma solicitação também ao pessoal das galerias, como disse a deputada Beatriz Cerqueira, para que tenhamos aqui o máximo respeito por este debate, até porque acredito, deputada Carol, que o debate serve inclusive, deputado Ulysses, meu líder, para que a gente possa convencer deputados que vieram com a convicção de votar de uma forma, para que, no debate, no argumento, no apelo, na história desta Casa, aquilo que está na nossa Constituição... Por que não acreditarmos, deputado Cristiano, nosso líder também, que teremos condições de reverter votos aqui? É por isso que, antes de me tornar deputado... Sou historiador e, como historiador, eu queria lembrar, presidente Tadeu, que, há exatamente 24 anos, neste mesmo mês de outubro, especificamente no dia 17/10/2001, este Plenário da Assembleia Legislativa aprovava, em 2º turno, uma das maiores conquistas constitucionais deste país.

Amigo deputado Thiago Cota, o Brasil passava por uma gravíssima crise, a crise pós-98. E ainda, em Minas Gerais, todos se lembram de que o Itamar Franco tinha decretado a moratória, e o governo do Fernando Henrique Cardoso partiu para uma sanha privatista que ameaçava, inclusive, Furnas. O nosso querido saudoso Itamar Franco... E eu sou da região. O deputado Cassio Soares, que também é da nossa região, vai se lembrar bem disso. Itamar Franco coloca a Polícia Militar para proteger Furnas e solicitou aos deputados desta Casa, sob a presidência do então deputado Antônio Júlio, do MDB, MDB de Itamar Franco, que colocasse esse dispositivo na Constituição Mineira. São 24 anos. Há 24 anos, aconteceu essa grande conquista.

Deputado Ricardo Campos, certo dia, o deputado Antônio Júlio estava no gabinete do deputado Leonídio Bouças e me chamou porque queria me conhecer por causa da nossa atuação em defesa da Cemig. Ele me trouxe uma lembrança, lembrança essa confirmada por outros deputados desta Casa, numa reunião com o Itamar Franco, que pediu: “Vamos colocar esse dispositivo na Constituição Mineira, porque vai que, lá na frente, apareça um imbecil querendo vender aquilo que pertence ao povo de Minas Gerais?”

Aí é que eu queria lembrar alguns deputados históricos, que votaram naquele dia, no dia 22/8/2001, às 16h53. Quero citar alguns nomes: alguns, inclusive, que estão aqui, que carregam os mesmos sobrenomes; alguns que estão aqui que votaram lá atrás, para quem faço o apelo. Alguém gritou aqui “Alencar”. Perguntei: “Alencar, seu nome não está na lista?”. Alencar disse: “Eu viajei”. Mas vamos lá. Cito alguns nomes conhecidos: Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus, conhecido como Padrinho, pai do nosso ex-presidente Agostinho Patrus; Alberto Pinto Coelho, nosso saudoso ex-governador; Álvaro Antônio, o avô da deputada Amanda; Amilcar Martins; Anderson Adatao, meu amigo Anderson Adatao, ex-presidente da Assembleia; Antonio Carlos Andrada; Antônio Genaro; Antônio Júlio – o pessoal da Copasa vai se lembrar; Fábio Avelar (– Manifestação nas galerias.); Dr. Hely Tarquínio, que votou favoravelmente, nosso decano, com muito orgulho, do Partido Verde; Ivair Nogueira, que, com muita saudade de todos desta Casa... Fui uma das últimas pessoas que falou com ele antes do seu falecimento. Cito também o deputado Zé Henrique, tio do deputado Zé Laviola; Kemil Kumaira; Luiz Fernando Faria, atual deputado federal; deputado Mauri Torres, ex-deputado que o Tito Torres conhece; meu amigo deputado Miguel Martini – meu primeiro voto, deputado Tito e deputado Zé Guilherme –, nosso amigo Miguel Martini que o câncer levou e que tem uma história também com a deputada Chiara; Paulo Petersen, que, falaram-me, é tio do atual deputado federal Rogério Correia, relator; Sargento Rodrigues, que estava aqui; meu amigo deputado Sávio Souza Cruz; deputado Edson Rezende. Há uma deputada que vou deixar para o senhor, deputado Doutor Jean Freire: é V. Exa. que vai citá-la, porque sei da importância que ela tem na sua vida, na sua história e na sua trajetória. Deputado Durval Ângelo, atual presidente do Tribunal de Contas do Estado. Essa conquista não pode ser retirada.

Estou fazendo um apelo ao governo: vamos fazer o referendo. É o único apelo que faço. A gente discute a questão da privatização depois, porque não é o Propag... Quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras: na Comissão de Administração Pública, nós votamos todos os projetos que estão relacionados ao Propag. No projeto da Copasa, em nenhum momento, a palavra Propag é mencionada. Tenho comigo que esse dispositivo, essa conquista do povo mineiro, essa ideia de fazer um referendo para decidir sobre as nossas estatais, deputado Mauro Tramonte, é algo sagrado, está na sacralidade da nossa Constituição, da nossa

prerrogativa neste Parlamento, da nossa memória, da nossa história, da trajetória da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Não nos curvemos, porque este governo vai passar e já está passando. Os dias de Romeu Zema estão contados. O projeto de ser presidente do Brasil já nasceu morto. Faço até aqui uma previsão: acho que o Padre Kelmon, nas últimas eleições, teve mais voto do que ele terá como presidente da República.

Encerro, presidente, com as palavras do seu antecessor Antônio Júlio – grande Antônio Júlio. Disse o presidente Antônio Júlio: “Ao aprovarmos essa emenda, nós estamos resgatando o patrimônio público mineiro. Ao aprovarmos essa emenda, na presença de Itamar Franco, dos secretários de Estado, dos deputados federais e estaduais e dos dirigentes de órgãos e empresas estatais, nós estamos preservando o patrimônio do povo mineiro”. Não entreguemos o patrimônio do povo mineiro. Não à PEC do Cala a Boca. Sem referendo, sem democracia.

Questão de Ordem

A deputada Lohanna – Presidente, pedi essa questão de ordem para falar... Queria saber onde está a deputada Amanda. Que fique registrado aqui que eu gostaria de falar em nome do Bloco Democracia e Luta e em nome do Parlamento mineiro: a gente deve um pedido de desculpas à deputada Amanda pela importância de a gente ter ocupação do Poder com pessoas diversas. Acho que a deputada Beatriz foi muito sábia quando falou que a gente tem muitos motivos para discordar uns dos outros. A gente tem motivos para discordar uns dos outros e para criticar uns aos outros. A gente pode discordar uns dos outros e criticar uns aos outros pela posição em relação a uma estatal, pela posição em relação aos servidores, pela posição em relação a algum projeto que o governo traga. A gente pode discordar não só do conteúdo, mas da forma. Com bastante frequência, discordo de vários colegas deputados em relação ao conteúdo e à forma, mas quem me conhece também sabe que, nesses dois anos e meio de Parlamento, nunca agredi um colega deputado. E pretendo terminar os meus quatro anos na Casa sem fazer isso. Também pretendo terminar meus quatro anos na Casa sem pressionar nenhum colega a fazer as coisas quando acho que ele não fez exatamente como eu gostaria ou quando acho que ele não falou como eu gostaria. As únicas pessoas que fazem as coisas da forma como queremos somos nós mesmos. Mas entendo que a deputada Amanda está aqui, nesta Casa, eleita e com o direito de representar os cidadãos mineiros que votaram nela. E é sempre importante falar: a gente nunca fala da aparência física de homem. A gente nunca fala de roupa de homem. A gente nunca fala de peso de homem. A gente nunca fala de cabelo de homem. A gente nunca fala de unhas arrumadas ou não de homem. E não estou dizendo aqui, presidente, que, em relação a isso, não há muito assunto para a gente falar de vários colegas deputados e de vários colegas vereadores e prefeitos. Mas o assunto físico e estético é um não assunto quando a gente fala dos colegas deputados. Que a gente se lembre de que este é um lugar de pauta política. O assunto são os projetos. O assunto é a fiscalização do governo e é o uso do recurso público. Que a gente discuta, debata, discorde o quanto precisar aqui dentro sobre esses assuntos, que são os que realmente interessam. Obrigada, presidente.

O presidente – Por nada, deputada Lohanna. Parabéns pela fala. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Deputada Beatriz, deputada Lohanna – não sei se ela ainda está ali –, na posição de homem, não vou me acovardar. Vou fazer o mesmo papel que vocês duas fizeram e vou me solidarizar com a deputada Amanda. Peço aos colegas que possamos, assim como o presidente pediu no início, travar este debate com foco naquilo que viemos fazer e estamos muito preparados. Tenham certeza absoluta: o deputado Leleco propôs o desafio – e é verdade, deputado – de convidar todos para chegarem até aqui, usarem esta tribuna, falarem o que realmente pensam e defenderem o que realmente pensam.

Dito isso, eu queria pegar o gancho da fala do Professor Cleiton. O Professor Cleiton disse que iria deixar registrado o nome de uma deputada que, há 24 anos, nesta Casa, votou defendendo o referendo. Todos sabem da importância dessa deputada na minha vida. Assim como V. Exa. falou do seu primeiro voto, este foi o meu primeiro voto: Maria José Hauelsen Freire! Presente! Presente! Presente! Também tenho “Freire” no meu nome, mas não somos parentes. A Maria José não teve filhos biológicos, mas

costumo dizer que sou um dos filhos dela. Se saí da portaria de um hospital para ser médico, foi porque ela foi uma das que pagou os meus estudos. Então, Maria José, sei que você está agora em um lugar de onde deve estar olhando esta Casa, imaginando que aquele voto que você e tantos outros deram aqui, que aquele direito que vocês deram ao nosso povo mineiro... Quero dizer a você, Maria José Hauelsen Freire, quero dizer à senhora, que foi minha madrinha, quero dizer à senhora, que esteve também no lugar de uma das mães que tive... Tenho tantas mães, deputado Leleco! Este deputado, que leva o nome Freire, que se considera também um dos seus filhos, honrará o seu voto e estará aqui defendendo a Copasa.

Eu queria chamar a atenção de vocês para este livro, a Constituição. Aqui, já por duas vezes neste Plenário, deputado Betão... Por duas vezes neste Plenário nós ouvimos alguém jurar – vários deputados juraram – honrar a Constituição Mineira. Mas eu quero mostrar um cidadão mineiro que aqui, neste Plenário, já por duas vezes teve a oportunidade de honrar esta Constituição Mineira. Vamos lembrar. (– Aproxima o celular do microfone para reprodução de áudio.)

Pois bem, o Zema prometeu por duas vezes honrar a Constituição. Vamos lembrar ao Zema o que diz o § 17 do art. 14 desta Constituição. (– Lê:) “A desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico, autorizada nos termos deste artigo, será submetida a referendo popular.”

Aqui, nesta Constituição, mineiros e mineiras... Aqui, nesta Constituição... O Zema jurou honrar o que estava aqui. Mas até quando? Quanto vale essa jura? Quanto vale essa jura? É só até quando os seus interesses estão ali? Quando o interesse não está ali, eu mudo a Constituição? Mudar a Constituição para precarizar, para tirar um direito adquirido, é não honrar a Constituição. É crime. Aliás, o relator dessa emenda acaba de chegar aqui, o deputado Rogério Correia. Ele foi relator dessa emenda. Gratidão, deputado Rogério, que está aqui agora.

Bem, vocês conhecem muito bem a expressão “calada da noite”. E é na calada da noite que estão querendo votar a PEC do Cala a Boca. Enquanto o nosso povo mineiro, as crianças – que também são donas da Copasa – e aqueles companheiros que trabalharam durante todo o dia estão agora no seu direito legítimo de descansar e de dormir, esta Casa está colocando em votação a PEC do Cala a Boca. Aqui muitos deputados vão votar a favor de calar a boca do cidadão mineiro e da cidadã mineira, um povo que vai dormir com o direito de votar e vai acordar sem o direito de votar. (– Manifestação nas galerias.)

Por isso quero dizer que nós, deputados, juramos respeitar e seguir a Constituição. Mais uma vez, quero aqui fazer este juramento: eu, deputado Doutor Jean Freire, prometo respeitar e honrar a Constituição Mineira e não votar para retirar qualquer direito do nosso povo. Parabéns a cada um de vocês. Parabéns a cada um de vocês que, neste momento, está defendendo uma empresa não simplesmente porque trabalham nela. Aliás, recebi hoje, no meu celular, mensagens dizendo que há pessoas pela cidade... (– Manifestação nas galerias.)

Só para terminar, Sr. Presidente. Recebi mensagens de vários servidores falando que estão nas cidades conscientizando o nosso povo. Continuem, porque, independentemente do resultado, essa luta não acaba aqui.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Boa noite mais uma vez, caro presidente, caros colegas deputados e caras colegas deputadas. Minha saudação também, mais uma vez, a todo o povo “copasiano” que se faz presente aqui conosco, ao presidente do Sindágua, Eduardo, e a toda a diretoria, ao pessoal do Sindieletro, à CUT e aos movimentos sociais que acompanham presencialmente o que estamos vivendo na noite de hoje. Também quero saudar os milhares de trabalhadores da Copasa em toda Minas Gerais, que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais do nosso mandato. Não paro de receber mensagens no meu celular com pedidos de apoio, com pedidos de que possamos hoje encerrar essa discussão, arquivar esse projeto, para que todo mundo possa voltar para casa tranquilo.

Início a minha fala pedindo que possamos aprovar a defesa do povo mineiro. No mérito em questão, venho propor aos nossos colegas deputados que rejeitem esse requerimento trazido aqui. Sabe por quê, gente? Porque a anexação de vários requerimentos não pode esconder, dentro de um deles, aquilo que não vai ser debatido. Então eu queria dizer aos nossos colegas deputados que anexar qualquer eventual requerimento sobre qualquer assunto que possa ser discutido é, no mínimo, uma forma de burlar o sistema, e mais que isso, é tentar calar a boca dos nossos colegas parlamentares. Eu acho que a proposta, por si só, já é viciada, mas, como é um direito de todo parlamentar propor aquilo que acha... Eu quero dizer que esse requerimento tem que ser rejeitado por nós. Por quê? Ao longo da discussão, poderão surgir várias dúvidas, poderão surgir vários questionamentos. E caberá a qualquer um dos nossos 77 deputados apresentar uma forma que garanta, segundo o Regimento Interno, os seus devidos questionamentos, os seus devidos apontamentos. Então, acredito que esse requerimento, por si, é viciado.

É muito interessante o que foi trazido aqui pelo deputado Professor Cleiton. O senhor conseguiu tocar mais ainda o coração de um trabalhador que está aqui há 25 anos. Em 1999, ingressei nesta Casa como *office boy*, como trabalhador mirim, que todo mundo chama hoje de jovem aprendiz. Eu tive uma alegria imensa de poder aqui... O Professor Cleiton me deu a honra de citar o nome do meu amigo e ex-deputado Ivo José, um dos membros da Mesa que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, que garante esse arcabouço jurídico em favor do patrimônio mineiro. É engraçado que haja parlamentares decanos aqui que no dia a dia são amigos de todos os governadores, fazem entregas, anunciam aquilo que eles não cobram ao longo dos anos. O nosso trabalho aqui, gente, é defender o patrimônio mineiro, e mais que isso, é pautar que o orçamento do Estado seja proposto essencialmente para quem mais precisa. Eu tenho muito orgulho de, na minha trajetória, ter contribuído por um ano e meio como diretor de Operações Norte da Copasa e conhecer cada um dos trabalhadores e cada uma das trabalhadoras dessa empresa. São pessoas honradas, que constroem a maior companhia de saneamento do mundo.

Normalmente, quando me perguntam sobre essa possível privatização... Há um tempo, nós tínhamos a desculpa de que era para abater a dívida que o atual governador de Minas Gerais, o Zema, nunca pagou. Mas hoje nós temos a garantia do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que essa incorporação pode ser anexada até 2026, ou seja, o presidente Lula fez com que caísse goela abaixo do governador e dos seus aliados a discussão sobre a privatização. O que nós estamos discutindo aqui, gente, não é uma eventual privatização com ou sem referendo. Por nós não passarão aqui nem a privatização nem o fim do referendo, porque a vontade popular é soberana e tem que ser respeitada. Mas aí vem a indagação: se a questão do abatimento da dívida com a União já não requer mais a necessidade de uma privatização, por que esse assunto ainda existe nesta Casa?

Quem conhece bem o que é a democracia, não só o que está escrito no dicionário, mas na prática sabe que aqueles que estão no poder hoje não admitem um *ex-office boy* assumir esta tribuna; não admitem, companheiro Leleco, uma mulher negra, trabalhadora, estar aqui, neste Parlamento; não admitem que vários companheiros e companheiras defendam realmente quem precisa ser defendido, que é o povo de Minas Gerais. Essa é a prerrogativa, gente. Querem privatizar para favorecer a mesma minoria elitista de sempre, aquela que financiou a campanha do governador e a campanha de muitos que estão aqui hoje. Por isso, acho que esse requerimento tem que ser reprovado por nós. E mais que isso: que nós possamos fazer uma reflexão e perceber que esse projeto é descabível e que, por si só, fere a Constituição Federal, como bem disse a colega deputada Bella. Por quê, gente? Porque não estamos no Parlamento para construir arcabouço jurídico imperfeito.

Aqui nós temos vários colegas que são graduados na área do direito. Eu sou da administração pública e poderia muito bem confrontar esse debate com eles. Só que aqui não cabe isso, mas sim entendermos aonde queremos chegar. Quem é a favor de o povo mineiro poder sempre manifestar-se a respeito daquilo que é do seu interesse? O nosso interesse é trazer para o povo mineiro.

Durante o período em que estivemos na Diretoria de Operações Norte da Copasa, pudemos ver uma empresa que foi deficitária nos governos anteriores, nos governos tucanos. Contudo, mesmo com a fragilidade financeira do Estado de 2015 a 2019, a Copasa foi entregue ao atual governo, em 2018, com um patrimônio líquido de R\$6.000.000.000,00 lá em 2019. Hoje essa empresa,

que é a maior companhia de saneamento do mundo e uma das 100 maiores empresas – e os próprios trabalhadores afirmam ser um dos melhores lugares para se trabalhar –, pode ser dada a preço de banana por quem gosta de comer banana com casca aos empresários. Eu acho que é descabível, gente! É descabível estarmos aqui discutindo algo que, no senso comum, não tem lógica. É uma empresa que, por si só, lucra anualmente R\$1.300.000.000,00. Se o governador quisesse cumprir os contratos de programa para colocar água em todos os distritos conforme estabelecido, serviria muito bem. É o valor de R\$1.000.000.000,00, deputado Celinho! Esse valor é muito interessante em quase tudo o que trago de narrativa aqui, porque R\$1.000.000.000,00 é o valor que deixamos para projetos, lá em 2018, como o programa para o Semiárido, visando levar água para todos os distritos e municípios do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e do Noroeste. Esses programas só serão realizados se a Copasa continuar como companhia pública, porque os exemplos de sucateamento de empresas públicas ocorridos no Rio de Janeiro e com a Sabesp, assim como em outros estados do Brasil, mostram que quanto mais se privatiza menos saúde, menos qualidade de vida e menos água tratada há na casa de quem mais precisa. Essa é a discussão.

Lá em 2015, durante a maior crise hídrica ocorrida no Brasil ou em Minas Gerais nos últimos 50 anos, a Copasa resolveu o desabastecimento de água em Montes Claros. Eu estava lá e testemunhei. A Copasa resolveu o desabastecimento de água da região metropolitana com grandes investimentos.

Eu quero convidar os deputados para que, da mesma forma que vão às cidades tentar vender aquilo que não constroem no dia a dia principalmente para vocês, “copasianos”, os defendam e os apoiem. Os nossos “copasianos” têm tudo aquilo de que precisamos. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Uma boa noite, de novo, a todas e todos. Obrigado, pessoal. Sr. Presidente, estava havendo um problema lá em cima, depois daquele pedido que o senhor fez para verificar as pessoas. As pessoas estavam saindo para tomar água e tal e não estavam conseguindo retornar. Não sei se isso foi resolvido. Foi resolvido? Ótimo.

Quero chamar a atenção, presidente, para outra questão. Não quero me ater àquele problema que tivemos aqui, agora há pouco, mas tenho a característica de ser muito sincero sobre as questões que acontecem na política. Vi a indignação de vários deputados e deputadas com o apelido que atribuíram a uma deputada aqui. Não estou vendo a mesma indignação em cumprir o papel que os deputados deveriam cumprir aqui, na Assembleia, ao ficarem ausentes do debate, e, na hora que pedem contagem de quórum, saem correndo para cá. Isso é uma vergonha, gente. Isso causa gera inclusive essa falta de atenção no debate, deputado Gustavo. Ouvi uma deputada dizer que o problema desta votação é o governo Lula não ter prorrogado o prazo do Propag. Porra, há três semanas estamos falando disso, gente! Foi prorrogado até 31/12/2025, e os ativos serão entregues até 31/12/2026. As pessoas ficam mais preocupadas em “lacrar” na internet do que em prestar atenção no debate. Não prestam atenção!

Eu também não vejo nenhuma indignação, Sr. Presidente, em relação a deputadas e deputados que descontextualizam discussões usando imagens da TV Assembleia nas redes sociais para, como diz a gíria social, ficar “trolando” outros deputados. Isso acontece aos montes aqui. Deputado Gustavo Santana, acontece aos montes. Eu mesmo estou sendo vítima disso, ontem e hoje. (– Manifestação nas galerias.) Então, se há algum problema com relação à fala de um deputado aqui, caso ele sofra alguma punição, eu quero que tome atitude também a respeito desse tipo de coisa, gente. Eu não vejo indignação de deputados e deputadas em relação à perda de empregos caso a privatização ocorra. É um absurdo. Repito: nenhum deputado da base veio discutir nada aqui. Eles não falam nada. Por que defendem a privatização? Por que defendem a perda de emprego desses trabalhadores e dessas trabalhadoras? É isso que vai acontecer.

Vou tornar a repetir, com manchetes de jornais, do que se trata essa privatização, gente. *Carta Capital*: “Zema quer entregar a água dos mineiros para a Avenida Faria Lima. Na manhã do dia 15/08/2025, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, participou de um café na sede do BTG Pactual, na Avenida Faria Lima, em São Paulo”. Onde se aglomeram as grandes empresas

brasileiras de aplicação financeira. “Ao lado de André Esteves, um dos banqueiros mais influentes do País, discutiu economia e perspectiva política, segundo nota oficial. Fotos também oficiais mostram sorrisos e um aperto de mão. Há poucos minutos dali, no Edifício Plaza Iguatemi, que possui o metro quadrado mais caro da Faria Lima, ficam os escritórios da Perfin e da Belora RDVC City. A distância é tão curta que pode ser percorrida em 5 minutos de patinete elétrico, sem molhar de suor o coletinho ou gastar a sola do 'sapatênis'. Essa proximidade não é apenas geográfica – ajuda a entender a conexão entre o governo mineiro, banco de investimentos e fundos que orbitam a avenida, símbolo do mercado financeiro brasileiro”. Ou seja, mesmo com a prorrogação do Propag, nós continuamos aqui, quase entrando na madrugada, discutindo o fim do referendo. Mas não temos necessidade de fazer isso. Inclusive, nós aprovamos aqui o requerimento na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social de acabar com esse sigilo de 15 anos sobre os valores da Codemig. Porque o Tribunal de Contas do Estado pode saber, o Judiciário pode saber, mas a Assembleia Legislativa, que é onde será votado o fim do referendo ou não, não pode saber. É a única instituição que não pode saber o valor da Codemig. Mas tem alguma coisa muito podre no ar, gente. É uma vergonha!

Outra matéria aqui interessante, de *O Fator*: “O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, intensificou, pessoalmente, as negociações para a privatização da Copasa. Na véspera de lançar a pré-candidatura à presidência, na sexta-feira, 15 de agosto, ele se reuniu em São Paulo com o fundador e sócio do BTG Pactual, André Esteves, para apresentar a estatal de saneamento mineira e outros ativos estratégicos ao mercado”.

Matéria do *Neofeed Negócios*, do dia 20/10: “O avanço do processo de privatização da Copasa está animando os analistas que acompanham a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que vem 'para novas valorizações das ações', mesmo com os ativos acumulando alta de 78% no ano, levando o valor de mercado a R\$3.800.000.000,00. A perspectiva de desestatização, privatização levou o Citi a se juntar ao Itaú BBA e recomendar a compra dos papéis. O banco americano também elevou o preço-alvo de R\$27,00 para R\$45,00, um aumento de 67% em relação ao patamar atual da cotação. Ou seja, aprovar esta proposta que está em pauta aqui, hoje, a PEC do Cala a Boca...” – eu acho que é a melhor definição para essa PEC – “... é de total interesse do mercado financeiro. É isso que está em jogo! O verdadeiro objetivo do governo Zema ao privatizar a Copasa é atender os compromissos com o mercado financeiro”. Ou seja, em quase oito anos de governo, ele quer, de qualquer forma, deputado Celinho Sintrocel, privatizar essa companhia porque ele não conseguiu privatizar, graças à resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras e do Bloco Democracia e Luta aqui, nesta Assembleia. Aonde a privatização chegou, a experiência é clara: as tarifas viram um peso insustentável.

Matéria do jornal *O Globo*: “Conta d'água no Rio: usuários reclamam de aumento, e associação pede mudança no cálculo das cobranças”. Teve menos investimento onde há retorno.

Matéria do G1 – também do sistema Globo: “Números inflados, prejuízo bilionário e investigações: entenda a crise na concessão da Cedae, no Rio de Janeiro”. E aí vem uma matéria aqui relativamente longa sobre o infortúnio dessa privatização que aconteceu no Rio de Janeiro.

Matéria da *Folha de S.Paulo*: “Chile quer romper contrato com Enel, condenada a indenizar 120 mil usuários”. Também é uma empresa que foi privatizada lá no Chile.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Pessoal, boa noite novamente, quase boa madrugada. Noite de ânimos acirrados na Casa, não é? Ânimos exaltados. Mas é o seguinte, gente: nós estamos aqui em luta. Nós temos uma defesa forte a fazer: o respeito à nossa Constituição e a manutenção do referendo da Copasa. Isso é o que nós estamos fazendo aqui, nesta noite. É uma luta por direitos, todos nós aqui sabemos.

Antes de trazer alguns elementos para a discussão propriamente dita do referendo, eu preciso dizer para vocês o seguinte: como uma mulher negra, luto diuturnamente por respeito, por igualdade e por mais participação política. Como deputada estadual, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, eu luto para ampliar a representatividade das mulheres nos parlamentos, de

todas as mulheres. Eu não endosso, eu não fortaleço, eu repudio toda e qualquer manifestação sobre a aparência feminina num debate sério. Isso não é respeitoso. Vale pra mim e vale para qualquer uma das minhas colegas deputadas.

E olhem: eu e a deputada Amanda temos posições ideológicas antagônicas, defendemos questões diferentes porque temos um olhar diferente sobre a sociedade. Ainda assim, não é motivo para que a gente diminua, para que a gente rebaixe a nossa discussão. É importante falar isso, gente, porque, mesmo numa pauta tão séria, tão importante como esta, nós, mulheres, não vamos deixar sermos instrumentalizadas mais uma vez num debate político onde se quer disfarçar o que verdadeiramente está sendo discutido, que é principalmente a retirada de direitos de mulheres. Quando falta água, quando não há saneamento básico, quando todas as dificuldades aparecem para pagar as contas de água, as primeiras a sofrer mais com os impactos são as mulheres. Então não vai ser neste Parlamento que nós vamos, mais uma vez, permitir que os corpos femininos sejam utilizados para disfarçar a pauta séria que está sendo trabalhada aqui. Sou contra toda e qualquer violência contra nós, mulheres.

Mas, gente, vamos lá. O debate da PEC, desta PEC do Cala a Boca, não é apenas uma votação. Não é apenas mais uma noite ou mais algumas horas que nós estamos aqui simplesmente dedicando a um assunto. O que nós estamos discutindo aqui é o avanço do poderio econômico sobre o direito essencial da nossa população, que é o direito à água, o direito ao saneamento básico, o direito a um trabalho digno.

O governador Zema – vamos lembrar aqui – é o governador que autoriza a destruição das nossas serras, que contamina as nossas águas e que quer aumentar o preço da tarifa de água para a população mais simples. O Estado de Minas Gerais, gente, lidera *rankings* horríveis no Brasil. Nos piores *rankings*, o Estado de Minas Gerais está lá. Trouxe alguns aqui para a nossa reflexão.

O Estado de Minas Gerais é o 2º estado mais violento para nós, mulheres. É o estado onde o nível, o índice de feminicídio mais aumenta nos últimos meses. Dos 853 municípios mineiros, apenas 21 alcançaram índices satisfatórios da política de primeira infância. Esse dado consta de uma pesquisa feita pelo TCE, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, chamada Prisma. É uma vergonha: dos 853 municípios, apenas 21 alcançam o índice respeitável para cuidar de crianças de zero a seis anos de idade.

Está aqui, na matéria do G1, publicada em março de 2025: “Minas Gerais lidera internações por doenças ligadas a saneamento básico no Brasil”. Olha a nossa pauta da privatização da Copasa. Só em 2024, foram 47.612 casos de internação por questões da falta de saneamento básico. Sabe quem mais foi impactado aqui? As crianças, os idosos, as pessoas com deficiência e as mulheres. E é por isso, gente, que nós precisamos encarar esta discussão aqui, a discussão da retirada do referendo da Copasa, que é um ataque ao povo de Minas Gerais, um verdadeiro absurdo, mais um absurdo do governador Zema. Isso é inadmissível! A Copasa é nossa. A Copasa é do povo de Minas Gerais. O governador vai embora daqui a pouco, e o problema vai ficar aqui para quem resolver? Quem vai botar a mão no bolso para pagar mais por um direito básico e fundamental? Quem vai sofrer com as águas que faltam nas regiões mais precarizadas do nosso estado?

Nas periferias de Belo Horizonte, de onde eu venho, Alessandro, é lá que o povo vai sofrer mais. Este Parlamento tem que ter a responsabilidade com o povo de Minas Gerais. Fomos eleitos para representar o povo. A boa política diz: fazer política para quem mais precisa, e não é tirando direito da nossa população, é respeitando a nossa Constituição, é garantindo o referendo, é garantindo a força da Copasa. É isso que nós precisamos defender aqui. Quem paga a conta é o povo, então quem tem que decidir sobre o patrimônio da nossa estatal é também o povo. Para o Zema, lidar com o povo é problema, é dificuldade, mas, para mim, não, para mim é solução, porque quem tem o protagonismo para propor as melhores soluções para resolver problemas complexos é quem os vive, é a nossa população.

Então, gente, vamos lá! É muito sério o que estamos discutindo aqui. Eu trouxe uma outra matéria e queria compartilhar com vocês. Há exatos quatro anos, no dia 25/10/2021, esta Casa, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sob a minha presidência, realizou uma audiência pública para debater os impactos da falta de água e os impactos do saneamento básico e da privatização da Copasa sobre a vida das mulheres. Várias deputadas participaram comigo dessa audiência. O balanço da reunião é o

que nós estamos falando aqui. Se privatizar, as tarifas vão aumentar, o serviço vai piorar e comprometer a vida da população mais simples, especialmente das mulheres, porque são as mulheres que vão sair caminhando quilômetros e quilômetros para buscar água, com a lata d'água na cabeça, mas, muitas vezes, a lata não vai ter água, porque a água é escassa nos territórios mais vulneráveis do nosso estado.

E aí, gente, nós trouxemos muitos especialistas, muita gente representando todo o Brasil, especialistas internacionais que discutiram conosco aqui. A deputada Ione estava presente nessa audiência. Nós discutimos que não poderíamos aceitar a privatização da Copasa. Essa audiência aconteceu no ano de 2021. Desde o ano de 2019, eu venho aqui, desta tribuna, defender que não podemos flexibilizar, não podemos permitir privatizar a Copasa. E o governo buscou, de todas as formas, uma estratégia para acelerar esse processo. O fim do referendo é um ataque à democracia. O fim do referendo é um ataque ao povo de Minas Gerais. Água não é mercadoria, água é vida.

Por isso eu queria, mais uma vez, insistir com os meus colegas deputados e com as minhas colegas deputadas: vamos votar de maneira séria, gente! Vamos votar naquilo que o povo já nos disse que é para fazer: garantir a efetiva participação no referendo. A democracia, no Estado de Minas Gerais, está sob ataque, e esse ataque está materializado na tentativa de encerrar ou de retirar o referendo da Copasa. Esse povo que está aí, no governo, eles até podem tentar calar a boca do nosso povo, mas eles não vão secar a nossa esperança e a nossa confiança na democracia plena. Por isso que nós estamos aqui e nós vamos passar, mais uma hora, mais duas horas, mais cinco horas, quantas horas necessárias forem para defender o referendo, para defender o povo de Minas, para defender as nossas águas e para defender a dignidade. Continuem a contar comigo e com o nosso mandato. Queremos água sem lucro, queremos água de verdade. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa noite. Boa noite, trabalhadores e trabalhadoras da Copasa. Quero cumprimentar os colegas deputados e deputadas que ainda estão aqui acompanhando este debate. Quero agradecer muito a vocês pela resistência, por se manterem aqui. Eu sei que lá fora também há muita gente acompanhando, colocando nas redes sociais, formando e orientando o nosso povo mineiro. Nós estamos aqui nesta noite histórica. Estou aqui, há quase 7 anos, e esta é a primeira vez em que a gente passa uma noite inteira, de forma pedagógica, orientando um debate tão importante, talvez o mais importante para o Estado de Minas Gerais. Nós conseguimos avançar com o projeto para garantir condições de o Estado de Minas Gerais arcar com a sua dívida a nível federal. Mas isso foi distorcido e distorcido até chegar a atacarem a água, um direito fundamental.

Eu queria começar aqui falando da minha preocupação, deputado Leleco, deputada Ana Paula, que falou muito bem sobre o lugar das mulheres neste processo. Eu estava ali fazendo umas pesquisas para ver como está a tarifa social. Eu queria falar é disso. Se a gente hoje retira o direito de as pessoas serem ouvidas sobre qualquer alteração na empresa pública que garante água potável, que garante saneamento, independente de qual cidade seja, se dá lucro, se não dá lucro, se é caro, se é barato, eu imagino como ficarão as 775 mil famílias do Estado de Minas Gerais que hoje dependem da tarifa social. Aí eu pergunto aqui se os deputados que são a favor da retirada do referendo, de não ouvirmos as pessoas, também já têm resposta para isso. Como ficaria a tarifa social para quase um milhão de famílias que dependem da tarifa social, tarifa essa que desafoga as famílias em quase 5% da renda delas? Eu estou dizendo que, se a gente abre mão de uma empresa pública, nós vamos levar muitas famílias hoje chefiadas por mulheres, como a minha e de muitas mulheres negras, a um nível de pobreza ainda maior, a um nível de desigualdade ainda maior.

Eu ouvi aqui os colegas dizendo: “Olha, é grave imaginar que podem, da noite para o dia, todos os trabalhadores da Copasa ficarem desempregados.” Não há resposta para isso. Se a gente entrega a Copasa para um grupo de banqueiros, de investidores que não têm nenhum compromisso com o trabalho, com a força de trabalho, a gente já imagina quantos ficarão desempregados. Além de tudo isso, esses mesmos desempregados vão pagar ainda mais na conta de água. Nós estamos falando de um aprofundamento incalculável da pobreza no Estado de Minas Gerais. Recentemente, debatemos na Casa a questão da miséria, da fome, que é uma

realidade no Estado. Nesses últimos anos do governo Zema, não houve nenhum investimento para enfrentar a fome e a miséria no Estado, nem para garantir o acesso à tarifa social, ao controle social, mas, há, sim, um posicionamento de aumentar o desemprego, aumentar a conta de água.

Questões de Ordem

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, eu solicito o encerramento por falta de quórum. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, peço recomposição de quórum. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Gustavo Santana) – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Lincoln Drumond) – (– Faz a chamada.)

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Lincoln. Responderam à chamada 48 deputados. Portanto há quórum para a continuação dos trabalhos. A deputada Andréia tem mais 1 minuto e 20 segundos para finalizar a sua fala.

Questão de Ordem

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, eu solicito a recomposição do meu tempo. Eu parei no quarto minuto.

O presidente – V. Exa. pediu dentro do seu tempo; então a contabilização é dentro do tempo de V. Exa. Está correto.

A deputada Andréia de Jesus – Só para concluir, presidente, eu falava da tarifa. Deixe-me concluir. Eu ainda vou voltar para falar. Gente, nós estamos numa disputa de narrativa, mas nós estamos extremamente coerentes ao ocupar esta Casa e dizer “não” à derrubada do referendo e “sim” ao direito do povo de ser ouvido. O microfone, para mim, estará aberto até o final do mandato e dos mandatos que virão. Mas, neste momento, nós estamos defendendo o direito de o povo ser ouvido, e isso é caro para nós e é constitucional. Então “não” à derrubada do referendo.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Boa noite a todos e a todas novamente. Quero dizer a todos que nos acompanham pelos canais da Casa e a todos que estão aqui nas galerias que Tancredo Neves já dizia que o segundo nome de Minas é “liberdade”. Esta é a terra da liberdade, o exemplo da liberdade. Tirar o direito de o povo mineiro se expressar livremente é tirar a liberdade do nosso povo, é tirar a liberdade que nós e os grandes políticos deste estado cultuaram e pela qual lutaram tanto. Querer tirar da Constituição Mineira o direito de o povo referendar um projeto de lei aqui votado é cassar a nossa liberdade.

Então é legítimo que as colegas deputadas e os colegas deputados, muitos de direita, defendam a chamada liberdade de que tanto falam aqui. E este é o momento de a gente garantir que ela exista na prática. Que a gente possa ouvir o povo mineiro sobre o que fazer com a Copasa. Se o povo mineiro decidir privatizar a Copasa, aí nós acataremos a vontade dos mineiros e das mineiras. Se o povo decidir não privatizar a Copasa, nós e o governo também, claro, acataremos essa vontade. Então garantir o direito ao referendo é garantir o direito à liberdade tão cultuada pelos grandes políticos em Minas Gerais. Essa é uma questão.

A segunda questão: eu gostaria de lembrar a todos que nos acompanham e nos ouvem o lucro que a Copasa obteve em 2024. Cerca de R\$1.400.000.000,00, como nosso colega Cristiano já disse. Falamos de R\$1.400.000.000,00 num faturamento líquido de R\$7.000.000.000,00 ao ano. Isso significa que a Copasa obteve 20% de lucro. No mercado, esse é um lucro altíssimo – é muito alto. Para se ter uma ideia, o lucro líquido do setor de mercados, de um supermercado, por exemplo, é de 3%. É de 3%. A Copasa obteve um lucro de 20% – R\$1.400.000.000,00. Grande parte desse dinheiro vai para o caixa do Estado, para pagar as contas correntes de Minas, fazer obras, pagar ao funcionalismo público. Mais de R\$1.400.000.000,00. Esse dinheiro serve para custear a despesa do Estado. Nós vamos abrir mão desse lucro, desse dinheiro que vai para o caixa do Estado. Ou seja, complicará ainda mais as finanças de Minas Gerais ao não ter esse lucro em caixa.

Estima-se a venda da Copasa por R\$5.000.000.000,00, o que não resolve a questão da dívida com a União. E, com um lucro de R\$1.000.000.000,00, em dois, três, quatro anos, você teria o mesmo valor pelo qual você vendeu a Copasa. Então, em quatro anos, você paga o lucro da Copasa. Ah, paga. Então economicamente não tem lógica entregarmos a Copasa à iniciativa privada e ao sistema financeiro, porque, em quatro ou cinco anos, o lucro dela se paga. E estou falando só da questão econômica. Não estou falando da questão da soberania, da importância do saneamento como direito fundamental. Estou falando apenas de questões financeiras. Também não tem lógica dizer que precisamos vender a Copasa, como disse o vice-governador, porque, se não vender a Copasa, se não resolver a questão da dívida, não podemos pagar o funcionalismo público. Isso não tem lógica, porque, se o governo de Minas negociasse com o governo federal, conseguiria muito mais prazo do que tem hoje para começar a fazer o pagamento, e não teríamos problema nenhum de caixa. Falta apenas negociação com o governo federal para resolver ou adiar a questão e deixá-la para o próximo governo.

O governo Zema já acabou; não existe mais governo. Já vamos entrar no ano de eleição, quando se paralisa tudo, e não há mais governo. É desrespeitoso querer resolver uma questão importante como a do saneamento, da empresa que existe desde 1963, a Copasa, no apagar das luzes de um governo. Qualquer governo republicano deixaria que o próximo governador resolvesse essa questão. Isso é o certo, democraticamente. Inclusive, no grande debate das eleições, que haverá no ano eleitoral, no ano que vem, essa questão estará colocada. Não há nenhuma pressa. Não é nenhuma sangria desatada querer privatizar a Copasa. Não há prazos para isso, prazos que possam vencer agora. Temos até o final do ano que vem para resolver a questão dos ativos. Não há pressa, não há prazo, não há necessidade alguma, com relação à dívida e à economia, de vender a Copasa. Mesmo que seja para pagar a conta do governo Zema com o governo federal, o valor da Copasa pouco vai fazer diferença. Uma boa negociação com o governo federal resolve o problema.

Então lamento que a maioria dos deputados esteja aqui, nesta noite, até estas horas ou até amanhã, talvez, para entregar um patrimônio construído com muito suor do povo mineiro, especialmente dos quase dez mil funcionários e funcionárias da Copasa, que construíram esse patrimônio lucrativo, que dá 20% de lucro. Quem é empresário aqui sabe que poucas empresas no mercado obtêm um lucro tão expressivo, proporcional à sua rentabilidade líquida, de 20%. Quase nenhum setor da economia dá um lucro tão alto. E a Copasa são os seus funcionários. A Copasa é quem trabalha na Copasa. A empresa é eficiente, consegue prestar serviços e gerar lucros. Se é para melhorar a Copasa, reinvestamos o lucro de R\$1.000.000.000,00 em tecnologia e modernização da empresa para resolver os problemas de falta de água ou de saneamento. Se reinvestíssemos o lucro na melhoria dos serviços e na redução das tarifas, se parte desse lucro fosse para reduzir tarifas e melhorar a tecnologia, resolveríamos o problema que ainda existe na Copasa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Luizinho.

Encerramento

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 24, a zero hora e 1 minuto, às 6 horas e às 12 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/10/2025

Presidência dos Deputados Tadeu Leite, Duarte Bechir e Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discursos das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior e Roberto Andrade; discursos dos deputados Hely Tarquínio, Celinho Sintrocel e Marquinho Lemos; votação do

requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; prejudicialidade de requerimentos do deputado Ulysses Gomes – Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023; requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos dos deputados Ulysses Gomes, Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Doutor Jean Freire, Luizinho, Betão e Celinho Sintrocel e da deputada Ana Paula Siqueira; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação nominal do requerimento; aprovação; discursos do deputado Leleco Pimentel e da deputada Bella Gonçalves; Questão de Ordem; discurso da deputada Lohanna; Prorrogação da Reunião; discursos do deputado Ricardo Campos, das deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira, dos deputados Doutor Jean Freire, Cristiano Silveira, Betão e Professor Cleiton, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel e Ulysses Gomes; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Declaração de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Alencar da Silveira Jr. – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lohanna – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – A zero hora e um minuto, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Adriano Alvarenga, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Rapidamente, presidente. O Leleco pediu para retificar a ata, incluindo o nome do Marcelo de Souza Nogueira, pois foi feito 1 minuto de silêncio em sua homenagem, e isso não constou na ata. Presidente, já é meia-noite. Acho que faz muito mal para a democracia mineira aprovarmos a PEC do Cala a Boca na calada da noite. É muito empenho para acelerar a venda das nossas estatais e a retirada do direito do povo de decidir. Ano que vem teremos eleições, e todas as urnas estarão disponíveis para a realização de um referendo popular, conforme determina a Constituição. O governo Zema teve sete anos para fazer um referendo popular e não fez, em desrespeito à população. Nem em Minas Gerais ele está! Ele está em Paris, deixando a bucha dessa retirada de direito para os deputados e para as deputadas desta Casa, o que é completamente desnecessário, porque há tempo hábil para a realização do referendo popular. Não há pressa. Hoje não há prazos estrangulados do Propag, em correção à deputada que se manifestou na sessão passada falando: “Ah, por que vocês não pedem para o Lula estender o prazo do Propag?”. A gente pediu, e

ele estendeu: é até o final de 2026. Sabe para o que eu tenho pressa, presidente? E o que não pode continuar na calada da noite, no sigilo? O valor da Codemig, que foi decretado em sigilo por 15 anos. As empresas que recebem isenção fiscal do Estado... Deputados, o vice-governador prometeu, nesta Casa, que retiraria o sigilo das empresas que recebem R\$25.000.000.000,00 por ano em isenção fiscal. Na FFO, ele prometeu, deu prazo e disse que faria isso. Cadê o Zé Guilherme? Na FFO, o vice-governador disse que levantaria o sigilo. Um ano de isenção fiscal para empresas de Minas, que a gente nem sabe quais são, equivale a mais de cinco Copasas privatizadas, gente! Esse sigilo não pode continuar, presidente. A gente não quer calar a boca nem aprovar retrocessos na calada da noite.

O presidente – Com a palavra, para discutir, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Obrigada, presidente. Gostaria de pedir que algo fosse incluído na ata. Acho que, durante a minha fala, com os barulhos, levantei o dado de que atualmente 775 mil famílias são usuárias da tarifa social e têm direito e ela. Durante a minha fala, eu disse isso. Nós precisamos consultar as pessoas que têm direito ao programa sobre quaisquer alterações na empresa, na companhia que abastece de água e garante saneamento. Eu gostaria que isso fosse incluído na ata, até porque, presidente e colegas deputados, eu falei que 775 mil famílias hoje têm tarifa social no Estado de Minas Gerais. Nós não sabemos qual será o impacto disso se abirmos mão da empresa pública para as famílias que hoje têm direito à tarifa social, porque uma empresa privada não vai continuar garantindo esse benefício. E, no mais, mais de um milhão e meio de famílias hoje têm direito à tarifa social. Este é um momento em que esta Casa deveria estar discutindo a aplicação e garantir que essas famílias, que hoje têm o seu salário, a sua renda comprometida com o pagamento e o abastecimento de água, pudessem arcar com essa despesa. Mas, infelizmente, o que nós estamos discutindo é a retirada do direito de os mineiros serem ouvidos. Nós queremos saber, e por isso é importante que esteja em ata, como os usuários da tarifa social serão informados sobre as mudanças que serão feitas, caso a Copasa venha a ser vendida ou disponibilizada para bancários e empresas públicas. O meu pedido, presidente, é pela retificação da ata. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia de Jesus. Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vamos dar prosseguimento aos encaminhamentos de votação do requerimento dos deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior e Roberto Andrade, recebido na 25ª Reunião Extraordinária, em que solicitam que todos os requerimentos incidentais referentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 sejam votados nominalmente. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, caros colegas, não sou profeta, mas penso que é oportuno e gostaria de fazer uma exortação ao público presente em defesa da Copasa, em defesa da democracia e em defesa do direito à água e ao saneamento básico.

Mineiras e mineiros, vivemos um momento delicado, decisivo, histórico do nosso estado. O atual governo de Minas tenta vender a Copasa, a nossa empresa pública de saneamento, um orgulho de Minas Gerais, como se fosse um bem descartável. E o pior: quer fazer isso sem consultar o povo, negando a Constituição Mineira, a nossa bússola, a nossa luz jurídica, e silenciando o direito soberano dos mineiros de decidir sobre seu próprio patrimônio. Sob o pretexto de pagar a dívida do Estado, o governo tenta justificar um plano de privatização acelerado, travestido de responsabilidade fiscal. Essa proposta de emenda à Constituição trata-se, na verdade, de uma manobra política que entrega um serviço público essencial ao lucro privado, sem pensar no social, e mais grave

ainda, coloca em risco a água que abastece as nossas casas e permeia a saúde pública e a autonomia de mais de seiscentos municípios mineiros atendidos pela Copasa.

Além disso, há o risco concreto de aumento de doenças e de mortalidade infantil. A Copasa é do povo, não é de um governo; a Copasa é lucrativa, premiada e eficiente, reconhecida nos *rankings* nacionais e internacionais, como pela revista norte-americana *Time*; a Copasa é referência em sustentabilidade, inovação e qualidade de atendimento, com experiência consolidada. É um patrimônio construído com décadas de trabalho dos mineiros e que promove o acesso à água, que é um direito, e não um privilégio. O acesso à água – repito – não é privilégio, mas sim um direito de todos. Vender essa estrutura traduz um erro histórico. Privatizar a Copasa significa entregar para a lógica do lucro o controle de um recurso vital, transformando em mercadoria o que hoje é um bem público. E não é mercadoria! A Constituição Estadual é clara: a água e a energia pertencem ao povo de Minas Gerais.

Assim, em 2001, o governador Itamar Franco consagrou na Constituição Mineira um princípio de sabedoria e justiça, sobretudo justiça social. Só o povo decide sobre a venda das nossas estatais. O referendo foi aprovado com integral apoio da Assembleia Legislativa em 2001. Aqui eu estava e votei favoravelmente ao referendo, com muita convicção, conforme a Constituição Mineira. Foi assim que Minas se projetou e garantiu que empresas estratégicas como a Cemig, a Copasa e a Gasmig jamais fossem alienadas, sem referendo popular.

A PEC nº 24/2023, proposta pelo atual governo, quer retirar dos mineiros o direito sagrado de poder dizer “sim” ou “não” à privatização da Copasa. É uma desobediência à democracia e à Constituição Mineira. Neste momento, abro um parêntese, e me permitam fazer algumas perguntas: Por que o governo acelera a venda da Copasa se o decreto presidencial prorrogou os prazos de adesão ao programa de renegociação da dívida? Por que vender uma empresa lucrativa e premiada, que gera emprego, receita e desenvolvimento regional? Por que esconder o valor real da Copasa, omitindo informações que pertencem ao povo mineiro? Quem lucra com essa pressa? Essas perguntas permanecem no limbo, sem respostas. Mas o povo já reconhece a história: onde houve privatização da água, houve tarifa abusiva, piora no serviço, exclusão social. Os exemplos do Rio de Janeiro, São Paulo e mundo afora são provas concretas: o que era direito virou negócio, o que era essencial virou produto.

Em mais de duzentas e sessenta cidades ao redor do mundo, governos estão reestatizando serviços de saneamento após experiências desastrosas. A França, que é o berço de empresas multinacionais que atuam na gestão hídrica, resíduos e energia, já retomou o controle público da água. Após décadas de privatização, a Inglaterra enfrenta crises de poluição e tarifas escandalosas e já inicia também os processos de reestatização. Aqui há grandes explicações e informações sobre a Inglaterra, que é um país que admiro e que, apesar de ser monarquia, tem democracia.

Então a Copasa é mais que uma empresa: é vida, é futuro. A água é o primeiro princípio da saúde, da agricultura, da indústria e, sobretudo, da vida, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Nós temos que pensar no social. A economia é uma ciência mista, promove o desenvolvimento e o lucro dos balanços das empresas públicas exatamente para promover o emprego e melhores condições de vida para aqueles que trabalham. A Copasa protege mananciais, gera empregos e garante que até o morador mais excluído e mais distante do Jequitinhonha tenha acesso à água tratada. A defesa da Copasa é mais do que uma pauta política: é um ato de amor por Minas e sua gente. Essa é a luta de quem não aceita trocar um direito sagrado – a água – por um negócio de risco. Quer dizer, um negócio de risco, de risco e de prejuízo, não é?

E aqui nós vamos terminar. Escrevi isso como se fosse um alerta – um alerta com prudência, sem agressão, buscando a convergência de todos nós para não vermos situações de um faltar com decore com o outro. Quem pensa que pode convergir, mesmo divergindo, se encontra no meio, através das nossas disposições de melhorar a vida do povo, para efetuar e criar as normas e leis. Que elas possam ser brandas para o povo viver melhor, com conforto, com segurança; para as famílias e para as universidades não pagas, estaduais e federais, porque a educação também é importante nesse binome de saúde e educação.

Estou terminando, Sr. Presidente. O direito constitucional dos mineiros de opinar sobre suas empresas públicas é soberano e deve ser sempre preservado por nós. Nenhum decreto pode calar a voz do povo. Por isso, queremos enfrentar aqui, agora, o nosso compromisso. Queremos reafirmar o nosso compromisso do dever político de representação da vontade popular e fazer cumprir nossa Constituição Mineira para o bem de todos, realizando, assim, a necessária justiça social. Para finalizar, quero pedir a Deus, com fé e razão, que nos ilumine na promoção de uma melhor e real política de Estado, compatível com as diversidades de nossas Minas Gerais, de nossa gente, objetivando compensar as diferenças e os diferentes por uma vida melhor. Amém. Tchau.

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Quero, mais uma vez, retornar a esta tribuna, cumprimentando todos os servidores e servidoras da Copasa com um bom-dia. Bom dia, não é, gente? Já é mais de meia-noite. Já estamos no amanhecer. E retorno a esta tribuna para que eu possa fazer mais algumas considerações.

Primeiro, quero dizer a cada um dos deputados e deputadas que me posiciono de forma totalmente contrária ao requerimento colocado para ser votado agora, porque, se temos convocação nesta Casa hoje para nos reunir, como iniciamos agora à meia-noite, às 6 horas, às 10 horas e, quem sabe, até meio-dia, nós temos que discutir requerimento por requerimento. Não faz sentido votar um conjunto de requerimentos. Por isso, eu me alinho aos nossos parlamentares do bloco, encaminhando pela votação contrária a este requerimento.

Mas quero aqui também fazer um lamento. Eu gostaria de estar nesta Casa, como estou agora há quase mais de 12 horas, num momento desse discutindo projetos de lei que pudessem garantir mais políticas públicas em favor do povo mineiro. Eu gostaria de estar discutindo aqui hoje projetos de lei para garantir toda a recomposição salarial de perda salarial de todos os servidores de Minas, seja ele da educação, seja ele da saúde, seja ele da segurança, enfim, de todos os servidores do Estado. Mas é lamentável estar aqui, hoje, em um horário já avançado, para discutir a PEC nº 24, que tira o direito do povo mineiro de votar pela aceitação ou não da privatização da Copasa.

Nós estamos na contramão da história. Uma pauta dessa não é a favor do povo mineiro. Uma PEC dessa natureza – a PEC do Cala a Boca, a PEC da Madrugada – simplesmente cala o povo mineiro. Nós não podemos compactuar com essa PEC nº 24, do governador Zema. Eu tenho muita tranquilidade de me posicionar diante de uma matéria dessa, porque a democracia é o maior patrimônio que o povo mineiro e o povo brasileiro têm. No momento em que se coloca uma proposta como essa, entendo esse ato como uma verdadeira ditadura, porque, se foi dado o direito ao povo de definir se quer ou não privatizar uma empresa pública, esta Casa não tem o direito de tirar do povo mineiro a prerrogativa de opinar pela privatização ou não. Nessa lógica, fico certo de uma coisa: a PEC nº 24, a PEC do Cala a Boca não se sustenta em nada. Nessa PEC não se diz a razão de se propor um ato antidemocrático como esse. No entanto, sabemos a quem interessa essa privatização. A gente sabe quem quer a privatização.

E hoje, nesta Casa, eu tive a oportunidade de ouvir alguns deputados dizerem que o governador Zema já está há quase oito anos no governo, e ele tem o direito de privatizar, pelo menos, a Copasa. Ora, a gente não tem como concordar com essa proposta. Por isso precisamos continuar lutando. De forma alguma, vamos nos afastar aqui do Parlamento, enquanto estiverem aqui servidores e servidoras da Copasa e lideranças políticas que trabalham e lutam contra esse absurdo, esse crime contra o povo mineiro.

Eu sei o prejuízo que é privatizar a Copasa. Nós não estamos no Estado do Espírito Santo, que é um estado de uma extensão territorial tão pequena. Estamos em Minas, que tem 853 municípios, e eu tenho certeza de que a privatização da Copasa só vai trazer prejuízo para o povo mineiro. Ela não vai garantir investimento algum na política de abastecimento de água, na política de saneamento básico. É certo que a privatização vai aumentar as tarifas a serem cobradas do trabalhador, da trabalhadora, do aposentado, da aposentada, da pensionista, do povo que trabalha e que vai pagar caro. Eu tenho certeza de que, uma vez a Copasa privatizada, quem comprá-la não vai, de forma alguma, abrir mão dos lucros, e quem vai pagar essa conta é o povo mineiro.

Volto a dizer que eu gostaria muito, mas muito mesmo, de estar votando projetos de investimento e garantindo estação de tratamento de esgoto em todos os municípios e distritos deste Estado. Eu gostaria de estar votando investimento em estação de tratamento de água para todo o povo mineiro, para 100% dele. Mas isso a privatização não propõe. A privatização não vai ao encontro desse desejo de melhorar a vida do povo mineiro. Ela vai sempre buscar garantir mais lucros, mais dividendos.

O governo, a cada momento, mente para a população, porque queria um Regime de Recuperação Fiscal. Esta Casa defendeu o Propag. Mas, para que pudessem aderir ao Propag, disseram que precisavam de mais tempo para aderir, para fazer a federalização. O governo federal fez o decreto. Mesmo assim, insistem em trazer este projeto, esta PEC danosa, para a Assembleia Legislativa.

Vamos aqui, mais uma vez, dizer a cada um de vocês, telespectadores; a cada um de vocês, meu povo mineiro; a cada um de vocês, trabalhadores e trabalhadoras: nós, deputados do Bloco Democracia e Luta, não vamos faltar com a verdade e não vamos faltar com a luta por defender que não aceitamos e não aprovamos a PEC nº 24. Somos contra a PEC nº 24, somos contra a privatização. Estamos aqui para defender as nossas estatais e a nossa soberania!

Não encerrei o meu tempo e quero terminar dizendo para vocês... Presidente, quero dizer aqui: eu não vou embora, eu não vou embora, eu não vou embora, eu não vou embora! (– Manifestação nas galerias.) Arlen Santiago, queremos mais investimento no Norte do Estado. Por isso que não vamos embora, Arlen Santiago. O Norte precisa da Copasa, da Copanor. Minas precisa da Copasa! Contem com o nosso apoio!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Marquinho Lemos.

O deputado Marquinho Lemos – Sr. Presidente, mais uma vez, boa noite. Boa noite aos nossos colegas deputados e às nossas colegas deputadas. Agora já é bom dia, não é? Bom dia. Bom dia aos trabalhadores da Copasa. Bom dia àqueles que ainda acreditam que o patrimônio de Minas é dos mineiros e não será nunca de uma meia dúzia que acha que vai poder se apropriar daquilo que foi construído ao longo dos anos.

Já que estamos falando de privatizações, quero recordar que, há um tempo, em 2019, na legislatura passada, entrei com um projeto aqui, quando percebemos que a proposta do governo Zema era privatizar tudo o que ele acha que é de interesse dos empresários e quando percebemos que as estradas estavam sendo a primeira opção do governo Zema para a privatização. Eu entrei aqui e protocolei um projeto, o Projeto nº 459/2019, e esse projeto foi aprovado pela maioria nesta Casa, em 1º e em 2º turnos, sem nenhum voto contrário. Para a nossa surpresa, o governador vetou o projeto – vetou o projeto! –, e esse veto veio a esta Casa para ser apreciado. E o que previa esse nosso projeto? Justamente fazer com que, naquelas estradas que fossem privatizadas e pedagiadas, as pessoas que passassem pelas praças de pedágio pagassem pedágio só uma vez no mesmo dia. Muitas pessoas moravam e ainda moram perto de onde foram instaladas as praças de pedágio. Elas precisam ir à cidade uma, duas, três, quatro vezes ao dia e tinham que pagar o pedágio todas as vezes que passavam por ele. Infelizmente, esta Casa resolveu acompanhar o desejo do governador e manteve o veto. Nós não conseguimos derrubar, naquele dia, o veto a esse meu projeto.

Eu tenho certeza de que muitos deputados vieram do Sul de Minas, são do Sul de Minas, onde o governador privatizou mais rodovias. Dos cinco blocos que já foram privatizados, a maioria se encontra ali, na região do Sul de Minas, com praças de pedágio onde um carro de passeio paga R\$15,50 e, às vezes, até mais. É este o projeto do governador Zema: privatizar, estar de mãos dadas com uma meia dúzia de empresários, de grupos empresariais, e deixar a população mineira pagando por isso, conforme ele já vem fazendo nos últimos anos.

Eu quero lembrar que, com essa ganância toda e com esse desejo todo de privatizar, quase nada aconteceu nas estradas que foram privatizadas. Mas o pedágio está lá! Ele começou a ser cobrado muito cedo, sem que houvesse benfeitoria alguma. O Zema acabou com o DER. Na minha região, como eu sempre falo, na nossa região do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, estradas estão abandonadas. Nós temos cidades que ainda estão ligadas por estradas de terra, por estradas sem pavimentação, e nós não temos

a quem recorrer. Inclusive o DER que, até pouco tempo, ficava situado ali, na Avenida dos Andradas, num prédio grande, apesar de já estar bem sucateado, porque também, nos últimos anos, o governador Zema foi tirando todos os privilégios e tudo aquilo que podia existir para o bem da população, até o DER foi levado lá para a Cidade Administrativa, para ocupar a metade de um andar, o que mostra o desprezo que o Zema tem com as nossas rodovias. Ele está mais preocupado, cada vez mais, em privatizar.

Eu quero fazer uma comparação com a Copasa. Em relação à privatização de estradas que têm maior trânsito, como acontece no Sul de Minas, como acontece aqui, na região metropolitana, e como também acontece no Triângulo, como é o desejo, vai haver muitos interessados. Mas quem vai querer as nossas estradas de cidades distantes umas das outras, com população pequena, com pouco trânsito e abandonadas?

Aí a gente vai ver a questão da Copasa, porque ela está indo para o mesmo caminho. Na hora em que privatizarem a Copasa – espero que isso não venha a acontecer –, qual empresário vai querer investir em cidades que hoje são deficitárias e que têm muita dificuldade de acesso à água? Onde estará essa exigência de que essa empresa, de quem vier a ser dono da Copasa, terá de investir lá no Norte de Minas, no Jequitinhonha, no Mucuri, onde há, além da dificuldade do acesso à água, uma população pequena na maioria das cidades; onde a zona rural ainda nem possui água tratada, água encanada; onde a Copanor para nós é um desastre? Criaram a Copanor, mas se esqueceram de que é preciso haver investimentos. Como que nós vamos fazer? A quem vamos recorrer? Os moradores, quando estiverem em dificuldade com água, vão reclamar onde? Lá na Faria Lima? É lá que vamos reclamar? A quem vamos recorrer?

Aí que está a dificuldade, é disso que temos de nos lembrar, porque tenho certeza de que nós todos, deputados, no ano que vem, estaremos pelo interior de Minas, fazendo campanha, pedindo votos, e nós vamos ser lembrados. Nós vamos ser lembrados principalmente nessas regiões onde a Copasa, com todo o esforço, na maioria das vezes sacrificando os próprios funcionários, é que ainda tem mantido o serviço de água atendendo à comunidade. Gente, estou aqui hoje muito mais para dizer a vocês que nós vamos ficar aqui até a hora que for preciso, mas não vamos deixar que essa PEC nº 24 seja empurrada goela abaixo do povo mineiro.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Marquinho. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Ulysses Gomes – Verificação, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação por meio eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que registrem seu voto. A presidência informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “não” da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton. Portanto, votaram “sim” 52 deputados, votaram “não” 16 deputados. Está ratificada a aprovação do requerimento. Com a aprovação do requerimento, ficam prejudicados os requerimentos do deputado Ulysses Gomes que solicitam votação nominal de requerimentos incidentais referentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023.

– Registram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Paulo (PRD)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PSD)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lincoln Drumond (PL)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Luizinho (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, do governador do Estado, que revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita o adiamento de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, o requerimento de adiamento de votação feito pelo nosso bloco vem exatamente na lógica de tudo o que a gente tem tentado trabalhar aqui, no sentido de convencimento não só do mérito em si da proposta, da PEC

que tira o direito do cidadão mineiro de se manifestar, mas, sobretudo, considerando a outra justificativa do governo, quando apresenta essa proposta, de necessidade de adesão ao Propag.

Com o novo decreto do governo que prorroga e permite que não seja necessário, para a adesão, o encaminhamento da legislação, é mais do que natural, legítimo e fundamental que se adie esse processo de votação, para que a gente possa, na nossa opinião e na de tantos outros mineiros que não querem perder esse direito, ganhar tempo, seja para fazer o referendo no prazo legal, no ano que vem, seja para a gente ter avaliação dos demais ativos do governo, sobretudo da Codemig.

Nesse contexto, presidente, quero compartilhar, em nome do Bloco Democracia e Luta, com todos a carta aberta, a carta ao povo mineiro, que nós publicamos. Assim, faço a leitura da nossa carta ao povo mineiro: “Zema quer vender a Copasa na liquidação e retirar dos mineiros o direito de decidir. Essa carta carrega a indignação urgente de quem vê o patrimônio de Minas Gerais sendo colocado numa bandeja, enquanto o governo Romeu Zema, do Novo, trama para rasgar a Constituição e silenciar o povo mineiro, tirando-lhe o direito de decidir sobre o futuro de nossa água. Movido por uma obsessão privatista e usando do pretexto do pagamento da dívida de Minas com a União, Zema lança um foco implacável sobre a Copasa, a nossa empresa pública que gere a água e o saneamento. Isso está acontecendo neste momento. Se você não fizer nada – cidadão mineiro que nos acompanha – a Copasa, poderá ser privatizada ainda neste ano.

Não se trata apenas do absurdo de vender uma empresa lucrativa, premiada em áreas como sustentabilidade, inovação e experiência do cliente, incluindo reconhecimentos da revista norte-americana *Time*; trata-se de rasgar a Constituição Estadual, de pisotear um direito que conquistamos em 2001 – há mais de 20 anos –, quando o então governador Itamar Franco blindou o patrimônio de Minas com uma regra: só o povo decide sobre nossa água e energia, Cemig, Copasa e Gasmig, por meio de um referendo. Agora, a PEC nº 24/2023, do governador Zema, quer aniquilar esse direito sagrado. É a famigerada PEC, como todos estão dizendo, do Cala a Boca, uma afronta que encontrou a resistência de um povo, que, em sua maioria, diz “não” ao autoritarismo. Todas as pesquisas já realizadas mostram que a população mineira quer exercer o direito de decidir sobre o futuro das nossas estatais.

Zema e o seu partido realizam essa tenebrosa transação sem ao menos responder perguntas básicas. Por que, diante do adiamento dos prazos pelo decreto do presidente da República, Minas Gerais acelera a privatização da Copasa e até agora não aderiu ao Propag? O governo Zema, que deveria ser responsável pela qualidade do serviço de água e esgoto – e tem até o presidente do Novo na assessoria da Copasa –, alega que há reclamações do serviço. A solução, então, é privatizar? Ou será que é a incompetência daqueles que foram indicados na gestão? O que pensa a população que hoje é atendida por serviços de água e esgoto privatizados, como a do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de cidades como Ouro Preto? Como ficarão os acordos com as pequenas cidades, já que a lógica de mercado tende a priorizar o lucro em detrimento do interesse público e social? São perguntas que o governo não respondeu. “Aonde a privatização chegou, a experiência é clara: aumento abusivo de tarifas, piora na qualidade dos serviços, menos investimento. O saneamento básico deixa de ser um direito e vira um luxo inacessível para as famílias de baixa renda. Caos e apagões. A prioridade do serviço público é substituída pela prioridade do acionista. A água precede a saúde pública, e a Copasa é o nosso instrumento para garantirmos que até o morador mais distante do nosso estado tenha acesso a esse recurso vital.

Enquanto o mundo reestatiza e reconhece o fracasso da privatização dos serviços essenciais, Zema insiste em colocar Minas na contramão da história, entregando, em saldão, a nossa água e o nosso futuro aos seus amigos empresários. O pior: ele faz isso sem nem sequer revelar o real valor da Copasa. E não para por aí: Zema quer vender a nossa água e também as preciosas áreas de preservação ambiental sob o controle da companhia. Para concretizar esse crime, ele quer urgentemente aprovar essa PEC, calando a voz da população. Não podemos permitir. Junte-se ao nosso bloco Democracia e Luta e vamos todos juntos resistir”.

Esta é a carta que o nosso bloco assinou e todos os deputados e deputadas tem compartilhado em todo o Estado, com todas as lideranças, respeitando o posicionamento de cada um e de cada uma, mas deixando claras as consequências desse ato.

O então governador Itamar Franco, quando decidiu colocar essa garantia na Constituição, foi muito claro na sua mensagem encaminhada à Assembleia. Ele dizia claramente: “Essa proposta não tira o direito do debate de privatização. Esse é um debate que qualquer governante poderá fazer, desde que ouça primeiro a sociedade mineira”. Então esse grande estadista, 25 anos atrás, prevendo o risco de que Minas pudesse perder o controle dessas empresas fundamentais, garantiu isso na Constituição.

Aquele foi um momento único na nossa história, em que a Assembleia, de forma unânime, colocou a garantia constitucional de que o cidadão mineiro seria ouvido, obviamente sem que fosse tolhido o direito de debater uma privatização. No entanto, ela seria discutida posteriormente à consulta. E, se essa consulta feita levasse à maioria dizendo ser a favor, obviamente o debate estaria aberto na sociedade e na Assembleia Legislativa. Por isso, tirar esse direito hoje do cidadão, abrir a perspectiva de fazer com que a Constituição seja nesse sentido rasgada... É um direito tão básico ouvir os cidadãos! Nas pesquisas eles já têm se manifestado. Pelo menos na última delas, 66% da população mineira manifestou-se contra a retirada de direitos.

Seria mais do que natural – e assim me permitam dizer, com todo o respeito, deputados e deputadas – que esta Casa seguisse a manifestação da maioria dos mineiros e mantivesse o que está na Constituição, sem que isso prejudicasse o processo, que está sendo justificado pelo governo, do Propag. Se o decreto hoje permite a adesão ao Propag sem a garantia da legislação, isso garante que, no ano que vem, seja feito o referendo e que o resultado dele, pós-eleição, abra o debate ou não. Nesse sentido, presidente, encaminho voto favorável ao requerimento ora apresentado e solicito o apoio dos deputados para que a gente adie essa votação. (– Palmas.)

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Companheiros e companheiras, quero pedir a atenção dos senhores. Companheiros, sei que já estamos com um alto nível de cansaço, mas ainda com disposição para a luta. Sei que a batalha não tem sido fácil para os senhores. (– Palmas.) Sei que os dias têm sido intensos. Os dias têm sido de luta. Mas quero reforçar novamente que precisamos que haja uma tranquilidade dos companheiros com relação aos nossos parlamentares e com relação ao nosso presidente. Os ataques não vão colaborar nem vão mudar muita coisa. Pelo contrário: às vezes a gente tem a possibilidade de ganhar o voto de alguém, mas você acaba irritando-o, e o colega diz: “Poxa, estão xingando a gente, então agora não voto mesmo”. Aqui temos um trabalho de convencimento por meio de argumentos. Estamos indo até onde podemos. Então eu queria fazer um apelo, e isso não é “pelegagem”, não. É que aqui a gente conhece a turma e sabe que não dá para fazer pirraça, porque vai ficando mais difícil. Então peço respeito ao nosso presidente e respeito aos colegas. Deixem que, como disse a Bia, vamos jogando o jogo. Mas podem falar: “A Copasa é do povo” ou “Tirem a mão da Copasa”. Os gritos de ordem estão valendo, porque eles são do movimento, são da democracia.

Dito isso, quero me aprofundar na nossa discussão. E não estou repetindo argumentos, não, gente. Toda vez que venho aqui, trago um argumento novo, porque temos muito a dizer a respeito disso. Vocês sabem que o Brasil tem umas coisas estranhas, não é? Na época em que o Fernando Henrique governou, ele trouxe o modelo do neoliberalismo. Então estava na moda tudo quanto era privatização. Mas ele estava copiando esse modelo da Europa, e estava um pouco atrasado, porque a Europa já tinha percorrido esse caminho. E há governantes no Brasil... Refiro-me ao “Inelegível”, de pouco tempo atrás; vocês sabem quem é. O “Inelegível” queria privatizar os Correios, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobras e por aí vai. E o Zema está no mesmo caminho. Falo que esses são os “governantes Barrichello”, os que chegam atrasados ao assunto.

Aí, eles se espelham muito no que acontece no mundo lá fora, e a gente precisa dizer o que está acontecendo no mundo lá fora. Vejam vocês. (– Lê:) “Um relatório do Instituto Transnacional, centro de pesquisa sediado na Holanda, aponta uma tendência mundial de reestatização de serviços públicos, especialmente no setor de água e esgoto, entre os anos de 2000 a 2019”. Só que há dados novos, até 2023. “Nesse período, 312 cidades de 37 países, como Alemanha, França, Bolívia, Argentina, Equador, Venezuela, Honduras, Jamaica e outros tantos, retomaram o controle desse serviço. Segundo o TNI” – que é esse instituto – “as reestatizações

ocorreram principalmente devido a aumentos abusivos de tarifas, descumprimento de promessas de universalização, falta de transparência e dificuldade de fiscalização das empresas privadas”.

Não sou eu que estou dizendo, mas um instituto sério sediado na Holanda, que está confirmando que ocorreu na Europa tudo aquilo que nós estamos dizendo que vai acontecer aqui. Não precisa ir longe: a Sabesp e as companhias de energia confirmam também. Vejam vocês. Isso não vem de vozes da nossa cabeça. São dados, informações e pesquisa. E o que se está dizendo aqui? “Oitocentos e trinta e cinco...” Na verdade: “No total, foram registrados 884 processos de reestatização, sendo 835 remunicipalizações, no âmbito local, e 49 nacionalizações, em nível central, nesse país, abrangendo áreas como água, esgoto, energia, lixo, transporte, educação, saúde e serviços sociais. O relatório mostra, ainda, que, após 2009, houve um crescimento acelerado de mais de 80% nas reestatizações. O setor de energia liderou o número de casos, com 311, 90% deles na Alemanha, enquanto o setor de saneamento contabilizou 235 remunicipalizações, beneficiando mais de cem milhões de pessoas”.

Vocês estão acompanhando, gente? Vocês estão acompanhando? É bom os colegas deputados acompanharem, senão eu vou pedir recomposição, porque a gente tem que ser ouvido para fazer esta discussão, não é? Tem que ser ouvido. Eles nos exigem um debate respeitoso, nos exigem um debate qualificado, nos exigem um debate altivo, mas, para fazê-lo, nós queremos ser ouvidos. Aos colegas que estão aqui: vamos continuar conversando.

O relatório mostrou isso tudo. “O estudo conclui, então, que a busca por controle democrático e transparência tem motivado o retorno da gestão pública, já que o foco no lucro privado, muitas vezes, se mostra incompatível com os serviços essenciais à população.” Está claro o que eu acabei de apresentar? Nós estamos dizendo que a Europa, nos últimos anos, tem feito o caminho inverso ao que ela mesma fez, lá atrás, que inspirou o Brasil à época do governo neoliberal que nós tínhamos, em que os serviços essenciais não funcionaram, ficaram caros, precarizados, como se privatizou. Lá, tiveram a coragem de fazer a revisão disso, porque, lá, o interesse público se sobrepõe a interesses particulares, e, portanto, fizeram o trabalho, o processo inverso de reestatização. Não sei se ocorrerá no Brasil, porque as questões econômicas aqui falam tão alto, não é? Tão alto. E já ficou claro para todo mundo que nós temos uma cortina de fumaça e uma suspeição muito grande de que o que está por trás é uma gana muito grande por ter dinheiro.

Vocês acreditam que uma pessoa falou para mim: “Cristiano do céu, vocês não podem deixar venderem, não. Porque vocês não estão sabendo...?” Eu falei: “O que está acontecendo, companheiro?”. “O pano de fundo disso tudo é que este que hoje está governando e está doido para ser candidato a qualquer coisa...” – vice, senador, presidente esquece, porque perde até em Minas Gerais – “... precisa de dinheiro para financiar a campanha, e são as empresas privadas que financiam eles. Então, é claro que já tem ali um combinadinho para irrigar as suas eleições”. Bom, foi o copeiro que me disse. A se averiguar, não é? Temos que apurar esse tipo de informação. Olhem, gente vai ganhar dinheiro, milionário vai ficar milionário, empresário vai ficar mais rico, gente do entorno dessa turma toda também vai acabar se dando bem. E, aí, o resto... O que vai sobrar para nós? O desemprego para o trabalhador, a tarifa cara para o cidadão, a precarização do serviço, o fim da... Bom: a nossa água, o nosso principal patrimônio, sendo entregue à iniciativa privada.

Então, deixo registrado que, no mundo, especialmente na Europa, há um movimento muito forte de reversão dos processos de reestatização. Nós temos que cair no buraco para entender que o buraco é ruim, gente, se os caras já caíram no buraco e agora estão revertendo? Você aprende também com o erro do outro. Você não precisa necessariamente tomar ferro para aprender que o trem está errado. Está feito.

A Europa já demonstrou e comprovou o estudo de que acabei de fazer a leitura. Não é possível que, mesmo diante desses argumentos, a companheirada daqui ainda insista em fazer esse negócio.

Agora quero dizer outra coisa. Lá atrás, eles falavam: “Esse negócio do referendo até seria bom, mas não é possível fazer”. Eu perguntei: “Mas por que não é possível fazer?”. Falaram: “Porque o Propag tem prazo estabelecido até o final do ano e, para fazer o referendo, são necessárias urnas eletrônicas, e o TRE falou que só consegue disponibilizá-las no período eleitoral”. Olha, estou

entendendo que o problema está resolvido, porque o decreto do presidente Lula estendeu o prazo até o final do ano que vem, e a eleição acontecerá em outubro. É só fazer o combinadinho com o TRE, recolocar a urninha lá e fazer o referendo com a urna eletrônica. “Ah, mas há dívidas e outras coisas...”. Deixa eu falar para vocês: o Estado já está no Regime de Recuperação Fiscal, já está pagando parcelas da dívida. A questão do Propag se dá para melhorar isso.

Agora darei o pulo do gato. Companheiros, prestem atenção: nós temos que fazer a privatização da Copasa para ajudar no somatório dos recursos necessários para o Propag. Tito, preste atenção nisso agora. Para se privatizar a Copasa, está sendo esta jornada: muda-se a Constituição, 1º turno, depois vamos para o 2º turno, depois virá um projeto em 1º turno, depois outro em 2º turno. Vocês falaram em quanto, mais ou menos, estão estimando a Copasa, gente? Em R\$4.000.000,00? Vocês sabiam que se fizerem... Eu perguntei o seguinte: “Por que a gente não discute a Codemig?”. Responderam: “Porque o governo federal falou que não dá tempo de analisar a Codemig”. Uai, então é muito fácil! Por que o governo do Estado não faz o processo de privatização da Codemig como quer fazer com a Copasa? Vai ser muito rápido, não vai precisar percorrer esse caminho todo, e ela vale, segundo o próprio governo, R\$35.000.000.000,00 ou R\$36.000.000.000,00! (– Manifestação nas galerias.) Opa! Estamos, então, trazendo fato novo! Há fato novo! Nós aceitamos fazer essa discussão, apesar de eu achar que não seria o melhor caminho – deveriam federalizar a Codemig –, mas eu acho que, como dizem, ninguém precisa de nióbio para viver. A gente precisa é de água para viver.

Eu topo fazer a discussão se o governo quiser percorrer um caminho que vai ser mais curto, ao debater a Codemig, que vale 10 vezes mais do que a Copasa e não vai gerar esse desgaste todo. Vamos fazer essa discussão? (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Se esta fosse uma aula de filosofia, nós teríamos condições de explicar o que é hipocrisia. Mas vamos lá. Se a gente não tivesse se acostumado com a couraça de quem participa dos movimentos populares e sabe de que lado da história está, eu até me intimidaria.

Eu queria agradecer a vocês. Vocês sabiam que, dentre nós, aqui, existem companheiros que estão dedicando a vida? Quero fazer uma referência ao Movimento pela Soberania Popular da Mineração – MAM –, na busca por territórios livres da mineração. É bom saber que existe um bocado de gente preocupada em saber no que vai resultar a Operação Rejeito, que ainda vai levar um bocado de gente para a cadeia. Na Câmara Federal, há gente que sabe que não foi presa porque estava com decoro. Então a hipocrisia se mistura com decoro, sabiam?

Quero trazer para vocês, companheiros e companheiras de luta, que é pouco provável que a gente tenha mudado a cabeça e a arrogância de muitos aqui. Não batam palma, por favor.

É pouco provável nós conseguirmos mudar a cabeça de alguém que está até agora sem se pronunciar por aqui. Eu quero dizer que, no Portal da Assembleia Legislativa, há uma pesquisa aberta à população, em que mais de doze mil pessoas se manifestaram contra a retirada do direito do povo de se posicionar por meio de referendo e outras trezentas pessoas se manifestaram a favor. São 12 mil pessoas contra 300. Eu ajudei a fundar um instituto de pesquisa ligado à Universidade Federal de Ouro Preto nos idos de 1999, o Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados – Neaspoc. Fizemos pesquisas durante muitos anos. Eu acompanho essa metodologia de ouvir a população e posso acrescentar que uma pesquisa quantitativa como essa, direta, aponta alto grau de participação. A população de Minas Gerais rejeita essa votação, que está sendo enfiada a fórceps na cabeça e na goela do povo. E vou lhes dizer: algumas das manifestações que ali foram colhidas dizem respeito ao modo como o povo sabe... Nós temos hoje uma empresa que, se estivesse só fazendo investimento, pagando os servidores e colocando água com qualidade nas torneiras, teria a sua existência e a sua permanência como empresa pública justificadas. Só isso já bastaria. Mas, para quem gosta de lucro e para aqueles que se encantam como serpentes pelo capital, essa empresa é lucrativa. Ela gera dividendos. É por isso que a turma do BTG, que acabou se firmando num outro grupo econômico, está de olho nela. O saneamento neste nosso país... Infelizmente, aquilo que para nós era um marco regulatório e nos fazia ter esperança, mas se transformou em instrumento para que o capital tomasse conta do

saneamento, virou também inimigo do povo. Nós não podemos aceitar essa falácia de que há um marco regulatório do saneamento no País, porque ele se transformou num instrumento das elites e do capital.

A pesquisa trouxe algumas pessoas, e eu quero citar alguns nomes para elucidar a importância do debate que a gente está fazendo. Enquanto o mundo inteiro prevê os erros das privatizações, Minas Gerais caminha na contramão da história. Em diversos países, como aqui já foi dito, a estratégia de sucatear a empresa pública fez com que a população perdesse a confiança para dar continuidade àquilo que lhe pertence, a bem da soberania. Olhe a gente aprendendo com o MAB! Eu tenho certeza de que o Movimento dos Atingidos por Barragens, que também apoia essa luta e que sempre trouxe para nós esse grito de que água e energia não são mercadorias, já tinha sintetizado nessa frase o grande risco de deixar na mão de políticos – exatamente estes, que têm responsabilidade – essa forma que faz com que o povo ainda tenha condição de vida, sobretudo os mais pobres.

A quem interessa a privatização da Copasa? O povo, no portal, trouxe algumas respostas. Eu queria refletir com vocês. José, de Peçanha, disse: “Os deputados não devem silenciar o povo que os elegeu. Vimos, no caso da Enel, em São Paulo, como a privatização precariza o serviço das estatais. O povo mineiro é contra a privatização da Cemig e da Copasa e tem direito de votar contra essa postura absurda”. Essa é uma frase das milhares que nós colhemos agora, no *site* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Eu vou dizer mais. O Alexsander, daqui, de Belo Horizonte, fez a seguinte reflexão, Sandro: “O serviço público foi sucateado. O governador e os seus amigos deveriam perguntar à população, principal destinatária do serviço público, sobre a satisfação. Se foi uma gestão de excelência para o cidadão, não há o que temer. O projeto de retirar o poder do povo é moralmente duvidoso. Se o Zema gosta tanto de mentir e dizer que é eficiente, mande-o botar, então, uma enquete para o povo perguntando o que acha da gestão dele e dos cupinchas dele à frente da Copasa”.

O Nísio Miguel Torres de Miranda – e nós conhecemos bem esse companheiro e as posturas que ele tem – faz a seguinte reflexão: “Água não é mercadoria, é direito humano. Não à privatização! Já vimos o que aconteceu com a Sabesp. Se insistirem nessa loucura, teremos que ir às ruas”. E o que vocês estão fazendo? Transformando a Assembleia em rua! Isso aqui não é feudo! Isso aqui não é lugar de casta! Isso aqui é rua!

O público presente nas galerias – Eu não vou embora! Eu não vou embora! Eu não vou embora!

O deputado Leleco Pimentel – Nem eu! E não vou me render à hipocrisia! Eu não assumi aqui nenhuma postura machista e não ataquei nenhuma deputada. Não venham com conversa fiada para cima de mim. Não à hipocrisia! Sem referendo, sem democracia! Sem referendo... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bem, então, vamos continuar as nossas discussões. Primeiro, quero lembrar que, quando essa PEC começou a tramitar aqui, na Assembleia, apresentei uma questão de ordem à Mesa diretora da Casa, e ainda não fui respondida. Na questão de ordem que apresentei, formalizei ao microfone e fiz o protocolo.

A questão de ordem que eu apresentei falava da inconstitucionalidade dessa PEC, porque a convocação do referendo é uma prerrogativa do Poder Legislativo. Portanto, não poderia o Poder Executivo invadir a competência do Legislativo, retirando o referendo da Constituição do Estado.

Bom, se eu estou certa ou se não estou, o fato é que ainda é necessário que a Mesa responda a minha questão de ordem. Vocês sabem que a gente se esforça muito para elaborar proposições com conteúdo, e não foi uma questão de ordem de duas páginas. Houve todo um conteúdo. E nós continuamos argumentando que o referendo não é algo que o Poder Executivo poderia propor retirar da Constituição do Estado. Então, primeiro, quero lembrar essa discussão.

Segundo, quando essa proposta de privatização começou a tramitar, nós fomos buscar algumas informações para tentar entender essa dinâmica que tentam aplicar aqui, em Minas Gerais, de privatizar algo que é tão estratégico, tão necessário. E deu certo onde? Os colegas deputados da base do governo não vão se inscrever porque, se se inscrevessem, contribuiriam para a obstrução. Então, a gente perdoa vocês. Está tudo bem. Mas era importante que argumentassem, debatessem.

Eu fiquei extremamente incomodada com a participação do governo na última audiência pública, nesta semana. Eu ouvi o argumento do governo. O governo argumentou para mais de seis mil trabalhadores da Copasa, para a sociedade mineira que a privatização era porque precisava trazer mais modernidade à Copasa, menos burocracia, mais obras, mais empregos. Eu escutei tudo isso da Secretaria de Fazenda e do presidente da Copasa. Eles tiveram sete anos para isso. Por que eles não a modernizaram? Foram sete anos. Por que eles não tornaram, na perspectiva deles, a Copasa menos burocrática? Eles tiveram sete anos para fazer todos os procedimentos, todas as propostas para tornar a Copasa menos burocrática, mais eficiente.

O que nós vimos na verdade foram sete anos em que o governo falava mal de suas estatais. O governo é que depreciava o valor da Cemig e da Copasa. Você imagina o governo, com o poder político e econômico que tem, todo dia dizendo à população que a Cemig era ruim e que a Copasa era ruim. Foram sete anos depreciando algo que é uma das melhores e maiores estatais do nosso país, tão importante, eu vou repetir, que ajudou o Rio Grande do Sul quando houve toda a tragédia que o Rio Grande do Sul viveu. Foram técnicos tão competentes daqui que saíram e foram lá ajudar. Então por que, em sete anos, o governo Zema não cuidou de resolver aquilo que ele está criticando para justificar a privatização?

Então quero aproveitar a oportunidade de parabenizar, primeiro, o deputado Betão, que realizou e presidiu uma importantíssima audiência; depois, parabenizar o Sindágua, que fez uma importante mobilização, pois sindicatos são muito importantes na vida da classe trabalhadora, e parabenizar os sindicatos parceiros. Toda luta que vemos acontecer em Minas Gerais... O Sindisema, por exemplo, está presente, o que demonstra uma solidariedade de classe. Os Correios estão presentes, o que demonstra uma solidariedade de classe importante, e movimentos sociais. Estou vendo o MAM presente aqui até esta hora da madrugada.

Então quero parabenizar porque foi uma grande e importante audiência. Porém, nessa audiência, só nós debatemos conteúdo. O governo levou informações genéricas e superficiais, argumentos que não se sustentavam. Poderiam estar debatendo o porquê da privatização. Aliás, poderiam estar argumentando com a sociedade mineira por que querem retirar o direito de ela decidir sobre a privatização.

Eu quero dizer, gente, que, independentemente do resultado de hoje – o resultado de hoje vai acontecer –, nós ainda teremos, no mínimo, mais três votações de Plenário, além de votações de comissão, tanto da comissão especial quanto das comissões de mérito. Porque depois da PEC ainda há o projeto da privatização, então há muita luta para ser feita. E, por respeito ao povo mineiro, seria importante que o governo apresentasse conteúdo. A pergunta que todos nós fizemos naquela audiência vou repeti-la agora: “Onde deu certo? Onde foi possível privatizar, não demitindo os seus funcionários, melhorando o serviço, investindo em obras? Onde deu certo?”.

Essa votação de hoje ou as que virão são votações responsáveis pela demissão de milhares de trabalhadores. Privatizar não amplia serviço, não amplia atendimento. Então uma das primeiras consequências da privatização será a demissão de trabalhadores que dedicaram a vida à Copasa. Porque, na verdade, eu não estou falando de gente que chegou ontem à Copasa. Estou falando de gente que dedicou a vida, construiu essa estatal, se aperfeiçoou e hoje compõe uma equipe técnica que faz da Copasa essa importante estatal. E que nesse período só não fez mais porque o governo impediu que a Copasa melhorasse, fosse ampliada e pudesse responder cada vez melhor às necessidades da população.

Nós estamos em 2025, mas, se o plano de 2019 era a privatização, sabemos que, na sua lógica, você tem que construir uma ideia de insatisfação na população para justificar a privatização. Então esperam sete anos para depois dizer: “Ah, ela é muito burocrática”. Ora, mas não fez nada em sete anos para diminuir essa suposta burocracia? “Ah, ela vai gerar mais obras e mais

empregos.” Mas o que foi que o governo fez na Copasa, que os lucros e dividendos não eram reinvestidos na companhia, mas cumpriam tarefas de mercado, fazendo a distribuição de lucros?

Então os argumentos do governo, na verdade, vão compor um grande atestado de incompetência de quem passou sete anos tentando destruir a Copasa, que merecia uma CPI para investigar a sua direção, a conduta dela, como nós fizemos com a Cemig. Com uma CPI, a gente tem poder de acesso a muitas informações. Porque, quando nós fizemos a CPI da Cemig, identificamos as práticas que iam desvirtuando a companhia da sua função e atendendo interesses de mercado durante todo esse período.

Daqui a pouco eu volto para continuar o argumento.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa madrugada para todos, para os colegas deputados. Olha, gente do Mucuri e do Jequitinhonha, de Almenara, eu poderia subir aqui com alguns papéis que nós preparamos para mostrar, algumas matérias. Eu poderia falar aqui, como todos nós, do Bloco Democracia e Luta, estamos preparados para debater esse assunto, porque conhecemos a causa. Mas eu resolvi, Professor Cleiton, neste meu encaminhamento, não entrar diretamente nesse assunto. Eu fiquei andando pelo Plenário, olhando no rosto de cada um e pensando: adianta eu falar para os meus colegas deputados, Betão? Eu vou conseguir convencer os meus colegas deputados? Será que eu vou conseguir? Será que cada voto já não está marcado para existir?

Então quero me dirigir a vocês, quero falar com vocês: olha, gente, aos meus 13 anos de idade – eu tenho 54 anos –, eu estava nas ruas lutando – aos meus 13 anos.

Eu tive a oportunidade de conhecer D. Pedro Casaldáliga aos 13 anos de idade, de conhecer Frei Betto aos 14 anos de idade, de conhecer Leonardo Boff aos 15 anos de idade. Eu tive a oportunidade de ter o meu primeiro curso de fé e política ministrado por Durval Ângelo – e tive a felicidade de ser deputado aqui, junto com ele – quando eu tinha 16 anos de idade. Nos dias 1º de maio, nós saíamos na rua, eu e outras crianças, pedindo para que os patrões fechassem os seus comércios. Ou, se não quisessem fechar, que eles ficassem trabalhando e deixassem os trabalhadores e trabalhadoras de folga, descansando no dia 1º. Depois eu tive a oportunidade de que... Esses mesmos que me formaram, que me ensinaram o que era reforma agrária, que me ensinaram que a rua é também escola de luta pagaram os meus estudos na universidade. Eu me formei médico e voltei para atuar no mesmo hospital onde fui porteiro.

Eu estou contando essa história porque, quando a minha filha nasceu e quando o meu filho nasceu, também apresentei as ruas para eles como espaço de luta. Se olharem nas minhas redes sociais, vão ver a minha filhinha, ainda nova, defendendo a presidenta Dilma, defendendo o presidente Lula, nas ruas; vão ver a minha filha no encontro do Levante da Juventude; vão ver a minha filha e o meu filho em assentamentos e acampamentos.

Eu aprendi – ainda hoje, a deputada Beatriz comentava isso – que é preciso lutar, que nós temos que lutar. As coisas não vêm de graça, não! É preciso lutar. É por isso que eu quero me dirigir a vocês, eu quero me dirigir a vocês. Prestem atenção! Eu quero verdadeiramente me dirigir a vocês e dizer... Por favor, eu quero dizer a vocês: é bonito a gente dizer “Eu não vou embora”, mas vai chegar o momento de ir embora. Mas eu quero pedir a vocês que não deixem essa luta ser em vão. Na hora de ir embora, voltem para a casa, mas voltem com mais força para lutar. Voltem para a casa e chamem o seu vizinho. Essa luta só está começando, companheiros e companheiras. Voltem para a casa. Ainda há tempo de hoje, porque já é sexta-feira, adquirirem um megafone e voltarem para a casa.

Independente do resultado, a luta não acabou. Voltem para a casa. Vamos para a porta das escolas. Vamos para a porta das fábricas. Vamos trazer o povo para a luta. Vamos trazer o nosso povo para a luta. Vamos mostrar ao nosso vizinho que fala que falta água em casa, vamos mostrar a ele o valor de cada servidor, mas, sobretudo, o valor dessa empresa. Vamos convencer os professores e os PMs a virem para essa luta. Aliás, eu já vejo aqui os companheiros que eu chamo carinhosamente de coletes verdes, que são os servidores do meio ambiente, que sofrem, que não têm reajuste salarial há anos, mas que colocam o recurso no caixa único deste estado. E não há recurso para reajustar o salário deles!

Eu peço a vocês, meus irmãos de luta, eu peço a vocês: não desanimem, não desanimem, porque este é só o início dessa luta. Eu quero um compromisso de vocês, eu quero um compromisso de vocês. (– Manifestação nas galerias.) Eu quero um compromisso de vocês. Eu queria terminar a minha fala pedindo a vocês para dizerem simplesmente o seguinte: “Eu vou lutar”. Vamos lá? Eu vou lutar, eu vou lutar, eu vou lutar, eu vou lutar! (– Manifestação nas galerias.)

Vamos convocar a sociedade mineira, vamos convocar a cultura! (– Manifestação nas galerias.) E, para terminar a minha fala, quero lembrar que, há poucos dias, três senhores deram uma lição para nós, brasileiros: Caetano, Gil e Chico Buarque de Holanda, que convocaram os brasileiros para irem para a rua. Por isso vamos convocar os mineiros para ocuparem os espaços da rua para defenderem a Copasa. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Boa noite novamente a todas e a todos que estão resistindo aqui até agora. Quero dizer que o instrumento, que o instituto que a gente chama de obstrução... De fato, gente, esse instituto, teoricamente, é um instituto que aprofunda o debate. Por isso os deputados têm o tempo de fala. Cada um tem 10 minutos de fala, pois, quando há um projeto polêmico... No Regimento Interno, inteligentemente o legislador colocou esse instituto que permite aprofundar mais o debate, debater mais o assunto, pois o assunto não está consensuado. É o que acontece aqui. Por isso nós estamos aqui até agora. Não se trata de obstrução. É bom que quem esteja nos ouvindo, nos acompanhando pela TV entenda que esse é um instrumento legal, um instituto legal previsto pelo legislador, no Regimento Interno desta Casa, para que a gente aprofunde o debate de um tema que é polêmico e não está consensuado. As pessoas o chamam de obstrução, mas é tão-somente a necessidade de aprofundar o debate num assunto tão sério.

Às vezes eu vejo alguns colegas deputados também dizerem: “Mas todo mundo xinga a Copasa, o deputado xinga, o outro xinga”. É natural que a gente faça crítica a todas as empresas, sejam públicas ou privadas, para que elas melhorem o serviço. Mas, neste caso, não se trata de decidir sobre quem falou, sobre quem atacou ou não a empresa, trata-se de saber ou não se essa empresa é estratégica para o desenvolvimento do nosso estado, como é o caso da Copasa. A Copasa é uma empresa estrategicamente imprescindível para o desenvolvimento do nosso estado. A gente lamenta ela estar sendo tratada aqui, nesta Casa, pelo governador, tão superficialmente e no final de um mandato. É uma empresa que começou em 1963, que é sólida, que dá lucro, que possui 10 mil funcionários. Às vezes o debate fica reduzido a se você falou, xingou ou não a Copasa, se falou mal da Copasa, se ganhou voto porque xingou a Copasa. É claro que uma empresa tem que ser questionada e tem que ser cobrada. Evidentemente, todas as empresas têm que ser cobradas. Não significa que você não vá reconhecer o valor de uma empresa pública para o nosso Estado de Minas Gerais.

As águas do nosso estado são águas que alimentam o Brasil inteiro, especialmente para gerar energia. Aqui está a caixa d'água do sistema de energia do Brasil. São essas águas também que estão no nosso subsolo, águas subterrâneas que irrigam o nosso estado, que é celeiro para o Brasil todo, que alimentam famílias, matando a sede de milhares e milhares de pessoas. Está na pecuária também.

Quanto a essas águas, por exemplo, hoje não há uma autoridade que controle e detenha poder sobre esse patrimônio que Minas tem. Se o governador Zema fosse um republicano, ele transformaria a Copasa, por exemplo, nessa autoridade necessária para o Estado de Minas Gerais. Em vez de entregá-la para a iniciativa privada, a gente promoveria a Copasa para que fosse uma autoridade das águas em Minas Gerais. Isso é desenvolvimento estratégico. Isso é pensar grande. Quem cuida das águas em Minas Gerais? Não temos quem cuide das águas.

Se nós temos esse patrimônio, a Copasa pode ser a empresa que cuida dessas águas; é preciso ampliar a sua competência. Agora, infelizmente, o que a gente vê é um governador que quer pegar esse patrimônio e entregar para banqueiros, porque quem vai comprar a Copasa são banqueiros, fundos de investimentos formados por bancos, que vão extrair o máximo de lucro possível. E,

depois, vão dizer: “Olha, entramos em processo de falência, quebramos, queremos dinheiro do Estado para recuperar as empresas, porque elas são estratégicas para o Estado, para a população. Então nós precisamos de recursos”. Depois, dizem: “Quebramos”, como aconteceu com as Lojas Americanas, que deu um prejuízo de R\$40.000.000.000,00, e se dizia sólida, de fundos de investimentos. É assim que o mercado age.

A gente não pode ser ingênuo e inocente com o mercado financeiro. E nós estamos entregando a vida do povo mineiro ao interesse de fundos de investimentos do mercado financeiro. É isso que o governador Zema, que se diz um grande empreendedor, que se diz um empresário bem-sucedido, está fazendo. Ou seja, a visão dele é uma visão curta. É um governador que tem uma visão míope; o vice então nem se fala. É uma visão curta, uma visão míope. Não entende nada de gestão pública e não entende a complexidade da gestão no Estado nem no mundo. Vive querendo bater continência para os grandes impérios deste planeta e se esquece de defender a gente aqui, no Estado de Minas Gerais.

Às vezes, eu fico vendo: “Ah, mas os Estados Unidos privatizam, os Estados Unidos...”. Nem nos Estados Unidos se privatizou saneamento, mas pode haver empresas privadas. Mas os Estados Unidos, quando querem negociar com o mundo, têm bomba atômica. Então eles botam a bomba atômica na mesa e falam: “Vamos negociar, vamos negociar com as empresas”. Eles têm poder de negociação. O Brasil, se fosse negociar com o mundo, ia colocar aqueles tanques fumando, como o Bolsonaro colocou na frente do Palácio do Planalto. É o que nós temos. Não temos munições nem para 30 dias no nosso Exército. Nós não temos poder de barganha. Então, se alguém chegar para negociar conosco, nós teremos que entregar tudo. Não temos poder. O Brasil não tem poder no mundo bélico. Por isso que aquilo que é estratégico para o desenvolvimento tem que estar na mão do Estado.

Durante a pandemia, eu estava na minha cidade, que é uma cidade de referência de saúde. O Cleiton conhece lá perto. Na pandemia, a gente queria comprar máscara, neurobloqueador, mas não havia. As empresas americanas que vendiam diziam o seguinte: “Não, primeiro a gente atende os Estados Unidos; a gente é obrigado a atender os Estados Unidos. Se sobrar, a gente vende para o Brasil”. É assim porque eles temem o governo americano. Agora, imagine se o governo brasileiro, se o Zema vai chegar para uma empresa privada e dizer: “Faça o que é necessário fazer; atenda primeiro aos interesses dos mais pobres, atenda aos interesse dos mineiros primeiro”. A iniciativa privada, no Brasil, tem o controle. Nós não temos poder sobre a iniciativa privada como têm outros países. Pois é. Só os trabalhadores.

Quando a gente fala “Copasa”, nós estamos falando de quem faz a Copasa. Quem faz a Copasa são os trabalhadores da Copasa, os 10 mil funcionários e funcionárias da Copasa. Isso é a Copasa. Copasa é quem fez e quem faz a Copasa. A importância da Copasa é estratégica para o desenvolvimento do povo mineiro. Água é o bem mais importante que nós temos no mundo. Nós ainda vivemos a guerra pelas águas pelo mundo afora. Água é patrimônio inalienável de um povo. É o que o Zema está querendo fazer aqui, mesmo com muitos exemplos que não deram certo. Como eu já disse, quando se privatizou o saneamento na Europa, no ano de 2000... Eles reverteram isso agora, porque a tarifa ficou mais cara, não havia transparência, houve desvio nas finalidades da privatização e o serviço piorou. Essa é a realidade das privatizações na Europa.

Essa é a realidade das privatizações na Europa. Se alguém duvida, veja os exemplos da Europa – eles não deram certo. Os exemplos, nos Estados Unidos, de privatização de saneamento não deram certo e foram revertidos. Não há pressa, não há motivo para isso, não é nenhuma sangria desatada debater este projeto. É preciso manter a Copasa como patrimônio dos mineiros, como quis Itamar Franco quando colocou, na Constituição de Minas, a obrigação do referendo. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Bom dia! Boa madrugada a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras. Obrigado. Eu não sei quanto tempo nós vamos ficar aqui hoje, não, mas estamos preparados. Estou achando, pelo que nós temos pela frente, que 10 horas da manhã é cedo ainda.

Vou pegar um gancho na fala do deputado Luizinho. Ele, que já foi prefeito de Alfenas. E as pessoas reclamam lá do serviço. A população, principalmente quando a empresa abre um buraco para refazer o encanamento, diz que demora um tempo para taparem esse buraco. Isso incomoda a população. Eu sou de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Dr. Hely, tem uma empresa própria de saneamento, que é a Cesama. A reclamação é a mesma. É porque você não pode tapar imediatamente depois que abre o buraco, porque pode haver um problema no encanamento. Se você fizer o serviço e passar o asfalto de novo, pode ser que ele arrebente, e isso causará um problema, mas eles usam esse tipo de reclamação, por exemplo, para tentarem privatizar. Dizem que o serviço é uma porcaria, que não serve para nada, mas com as empresas privadas que atuam em algumas cidades e em alguns estados é o mesmo problema, gente. Não tem jeito de ser de outra forma, não há mágica nisso.

Então a lógica do Zema é sucatear a empresa para privatizá-la. Nós já falamos aqui várias vezes, mas nós vamos ratificar: enquanto o mundo inteiro revê os erros das privatizações, Minas Gerais caminha na contramão da história. Em diversos países, os governos estão reestatizando serviços essenciais, porque perceberam que a privatização não trouxe eficiência, não melhorou o atendimento e não reduziu os custos para a população. Pelo contrário: ela piorou os serviços e aumentou o sofrimento do povo.

Mesmo diante dessa experiência internacional, o Zema insiste em privatizar o patrimônio público e, há sete anos, aplica a lógica perversa do sucatear para privatizar. Para construir essa narrativa, ele sucateia as estatais, enfraquece os serviços, corta os investimentos e reduz as equipes. Depois ele usa a própria crise fabricada como justificativa para vendê-las ao setor privado. Essa estratégia, gente, é uma estratégia antiga. É antiga e desastrosa e continua sendo aplicada com novas roupagens, colocando em risco o direito do povo a serviços públicos de qualidade. Então esse é um processo que ocorre durante um determinado governo que jura à Constituição, e tenta romper com a Constituição.

Aliás, abro parênteses: todos os deputados, quando tomaram posse em 1º/2/2023, foram até ali – havia uma mesa ali no meio – e juraram respeitar a Constituição do Estado. Eles juraram respeitar a Constituição do Estado. E agora estão fazendo tudo ao contrário. Isso aqui pode até acabar em um determinado problema, presidente. A pessoa vem aqui, faz o juramento e já está mudando a Constituição? Fecho aqui os parênteses.

Então, em suas declarações, o Zema diz que empresas como Cemig, Copasa, Codemig e Gasmig não têm dinheiro para se sustentar nem para atender bem os consumidores. Mas isso é uma mentira. E não somos nós que dizemos isso; os números provam. O lucro das empresas, publicado em jornais e *sites* de notícia, comprova que o discurso da falência é uma farsa. Então vou recorrer, mais uma vez, a algumas matérias de fundos de investimento e da imprensa. A Nord Investimentos, por exemplo, publicou, no dia 15 de maio: “Copasa registra lucro líquido de R\$428.000.000,00 no primeiro trimestre de 2025”. Isso foi só no primeiro trimestre de 2025. O *Diário do Comércio* publicou, em março de 2023: “Copasa apurou lucro líquido de R\$843.000.000,00 no ano passado”. A InfoMoney publicou: “Copasa vê lucro dobrar, no primeiro trimestre, a R\$337.700.000,00”. Do CanalEnergia: “Lucro da Cemig sobe e vai a R\$7.100.000.000,00 em 2024”. CNN Brasil: “Cemig registra lucro líquido consolidado de R\$3.300.000.000,00 no terceiro trimestre, salto de 165%”.

Então, gente, o resultado dessa política é visível: em vez de priorizar o investimento e a qualidade do serviço, o governo prioriza a distribuição de dividendos para os acionistas. Essa é a lógica do que está sendo feito. O lucro imediato fica acima do interesse público. E quem paga a conta é o cidadão, o trabalhador, que abre a torneira e não tem água, e a família, que paga caro por um serviço que piora a cada dia.

Mas, mesmo com todos esses ataques, as estatais resistem. Resistem graças à competência dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Resistem pelo compromisso de quem entende que a empresa pública não é um instrumento de lucro, mas um instrumento de política social, garantia de dignidade e presença do Estado onde o mercado não chega. Quando o governo posterga obras e paralisa projetos, o que está em jogo é o direito das pessoas: é a água, que não chega; é o esgoto, que não é tratado; é a saúde

pública, que é colocada em risco. O exemplo de Ouro Preto, que já foi mencionado aqui várias vezes, é apenas um entre tantos. O abastecimento foi comprometido na cidade, a qualidade da água caiu, e o tratamento de esgoto praticamente não existe.

Privatiza, que piora. Essa é a verdade. Essa é a lição que a história repete e que o governo insiste em ignorar. Obrigado, Sr. Presidente

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Deputado Betão, obrigado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Vou deixar um copo de água aqui perto, para ajudar no discurso. Mais uma vez quero cumprimentar todos os “copasianos” presentes com um bom-dia. Bom dia! Vamos lá, gente. Pela terceira vez a gente volta à tribuna para, mais uma vez, fazer um pronunciamento, de forma a marcar a nossa posição, a do nosso mandato, em relação à PEC nº 24, em relação ao propósito do governo Zema de fazer a privatização de uma estatal, de um patrimônio do nosso povo mineiro.

Eu, ao longo da minha estada aqui... Acabei de receber no meu celular uma mensagem de um cidadão mineiro, e eu vou tomar a liberdade de fazer a leitura do que esse cidadão mineiro escreveu para mim, que traduz tudo o que tem sido aqui colocado até agora por todos os deputados e deputadas que já vieram a essa tribuna. O Bernardo, junto com o Renato, diz claramente, na sua manifestação, (– Lê:) “Zema, a PEC nº 24 é um retrocesso dos direitos do povo mineiro. A PEC nº 24, proposta por Romeu Zema, é um ataque direto à democracia e aos direitos do povo mineiro. Sob o discurso de modernizar o saneamento, o governo quer retirar da população mineira o direito de decidir por plebiscito ou referendo sobre a privatização da água, um bem essencial na vida de todos nós, mineiros. A água é um direito humano. A água não é mercadoria. Em 2010, a ONU reconheceu o direito à água e ao saneamento como direitos fundamentais.

Negar ao povo o poder de opinar sobre isso é violar a dignidade humana e romper os compromissos internacionais. O Supremo Tribunal Federal tem invalidado leis que representam retrocessos sociais, como as que proibiam o ensino de gênero e de diversidade nas escolas. O mesmo princípio deve valer aqui. Nenhum governo pode retroceder em direitos já conquistados. O art. 14 da Constituição é claro: o povo exerce sua soberania através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular. A PEC nº 24 rasga esse princípio, retirando do cidadão o direito de decidir sobre o futuro da água e do saneamento em Minas Gerais. O que o Zema quer, na prática, é abrir caminho para entregar o patrimônio público do povo mineiro à iniciativa privada, sem ouvir ninguém. Quer lucro acima da vida, mercado acima do povo. Rejeitar a PEC nº 24 é defender a democracia, a soberania popular e o direito à água. Não é apenas sobre uma empresa, é sobre o tipo de estado que queremos, um estado que protege o povo ou um estado que serve aos ricos. A democracia sem participação é ditadura disfarçada de modernidade. O povo mineiro tem o direito e o dever de dizer não a esse retrocesso.”

Acho que tudo isso que foi colocado aqui é a síntese do que o povo mineiro quer dizer: trata-se da oportunidade de participar de um referendo, de manifestar sua opinião e sua contrariedade à privatização da Copasa, ou manifestar autorização para que o governo de Minas a privatize. Eu sou do Vale do Aço, da região do Rio Doce, e quero compartilhar com vocês algo que alguns que me antecederam já disseram. Recentemente, em Governador Valadares, privatizaram o saneamento e o abastecimento de água. Isso resolveu alguma coisa para a população desse município? Você abre os jornais, assiste à TV e vê: 100% do que se fala no jornalismo é sobre as queixas quanto à forma como a empresa privada atende à população de Valadares. Não se resolveu nada. O povo reclama de manhã, à tarde e à noite. Nada se resolveu com a privatização, e é isso que vai acontecer com os nossos 853 municípios se privatizarem a Copasa. A Copasa é uma empresa de saneamento referência para o Brasil e para o mundo. Ela tem bons e excelentes profissionais, e não é o caminho da privatização que vai ajudar.

Por isso, nós estamos mais uma vez aqui, buscando esse diálogo. Não há pressa para votar o processo da PEC nº 24. Não há necessidade! Estamos fazendo um apelo para continuar dialogando, dando oportunidade de ouvir a sociedade, para que possamos fazer um processo de votação de maneira democrática. É isso o que nós estamos pretendendo, ao apresentar os nossos requerimentos e

tentar sensibilizar a base do governo para que ela entenda que o povo mineiro não quer a retirada do referendo. E nós vamos continuar a falar, no Parlamento mineiro, dessa luta que estamos travando mais vez aqui, na Assembleia. Tenho falado com alguns companheiros que já passei noites aqui nesses meus quatro mandatos. Mas esta não é uma noite de alegria; existe tristeza. E a tristeza se refere à questão da retirada do referendo.

A gente tem que dizer aqui, em bom tom: Zema, quem decide é o povo, e o povo já decidiu pelo “não” à PEC nº 24. A PEC nº 24 é um ataque, gente. Entendam, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, que a PEC nº 24 é um ataque ao legado de Itamar Franco e de todos os deputados que passaram por esta Casa e aprovaram o referendo. Vamos sempre buscar o consenso, buscar o diálogo e defender os interesses do povo mineiro. Mas nós precisamos defendê-los respeitando a democracia.

Deputado Hely Tarquínio, em homenagem a cada “copasiano” e a cada liderança que está ocupando essas galerias, quero dizer a vocês que não vou embora. Eu não vou embora, eu não vou embora, eu não vou embora, eu não vou embora, eu não vou embora. A bandeira da Copasa é azul, e azul é o céu! Viva a Copasa! Viva o povo mineiro! Eu não vou embora!

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Eu peço a todos da galeria que tenham respeito aos deputados desta Casa. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Obrigada, presidente. Bom dia, boa madrugada para vocês! Nós vamos subir a esta tribuna quantas vezes forem necessárias no decorrer deste dia para defender a nossa Copasa. O único motivo da nossa pressa é defender o Estado de Minas Gerais, é defender a Copasa, é defender o direito à água da nossa população. E se vai ser agora, às 3 horas, às 5 horas da manhã, às 6 horas da tarde, no dia de amanhã, não interessa. Nós vamos continuar aqui defendendo o que nos pertence. Sabe por que, gente? Sabe por quê? Vocês, trabalhadoras e trabalhadores que saem de casa todos os dias... Mais ou menos nesse horário, alguns já estão se aprontando para chegar na hora certa na Copasa, não é verdade? Há muita gente que, neste horário, às 2h30min da manhã, já está se preparando para pegar o “buzão” na região metropolitana a fim de chegar aqui, na Carangola. Só quem vive essa realidade é capaz de ficar aqui a madrugada inteira defendendo a Copasa. Por que, gente? Vamos falar a verdade. A maioria dos nossos colegas não estão participando ativamente aqui, desta sessão, e estão aí em outros campos. Se chamarmos a recomposição de quórum, vão aparecer, mas não estão aqui atentamente prestando atenção nos argumentos que estão sendo apresentados. Há muita gente aqui conosco que não usa a água da Copasa e que compra água mineral porque tem dinheiro para contar com água em sua casa.

E aí o que acontece? Nós estamos aqui no momento de os colegas deputados e as deputadas definirem o voto e desejamos que o voto seja “não” à PEC nº 24. Já votaram aqui 53 senhores deputados e senhoras deputadas derrubando requerimentos e derrubando, gente, o requerimento que faz memória a um policial que foi morto em exercício do trabalho. Votaram “não” à memória de um homem, servidor público, que estava defendendo a nossa população.

Então nós estamos aqui é para buscar o convencimento dos colegas deputados a votarem “não” a essa PEC, a garantirem a democracia no Estado de Minas Gerais, a garantirem que o povo mineiro possa ter água na sua casa e o saneamento básico chegando e que as cidades mais distantes possam ser subsidiadas com o subsídio cruzado, que é o que a Copasa hoje oferece para atender os municípios que são deficitários, que custam mais caro. Se a Copasa for entregue à iniciativa privada, não haverá subsídio cruzado; o que haverá é conta mais cara e mais dificuldade na prestação desse serviço.

Então, gente, já sabemos. Nós estamos aqui é para repetir mesmo, ou seja, para falar mais uma vez e de novo até que o voto “não” apareça aqui, neste painel, em maioria. É isso o que nós vamos continuar fazendo aqui.

Olha, vou falar mais uma vez: a decisão hoje aqui é sobre um direito fundamental da nossa população, que é o direito à água e ao saneamento básico. Já sabemos qual é o resultado de se privatizarem empresas de água e de saneamento básico; já sabemos que é só BO, é só problema. Então não queremos deixar problema para a população. Sabe por que, gente? O governador Zema vai embora, e o problema vai ficar com o povo. Os mandatos passam, a vida do povo continua e a dificuldade do povo vai ser aumentada. Nós não podemos permitir um retrocesso desse. São tantos os retrocessos que já aconteceram no governo Zema que dizem respeito às

políticas sociais e à vida do servidor público de Minas Gerais! Quantas vezes votamos, nesta Casa, projetos importantes e que o governador vetou, como o projeto que defende a expansão da Estação Ecológica de Fecho. Recebemos a maioria dos votos aqui. O Zema entregou para a Vale a área de maior preservação, ou seja, a área mais importante para a preservação ambiental daquela região, que é o abastecimento da região metropolitana. O Zema já mostrou, com todas as forças, que não está nem aí para a vida do nosso povo, gente! É por isso que estamos aqui resistindo e insistindo. Queremos contar com o voto “não” da maioria dos deputados desta Casa, ou seja, dos deputados que juraram aqui cumprir com a Constituição do Estado. As alterações feitas na Constituição, até então, foram para garantir direitos e não para retirar direitos, não para retirar direitos.

Então vamos lá! Em vez de privatizar, o que precisa ser feito é fortalecer as ações da Copasa, é ter transparência no recurso que está empenhado nessa empresa, é fazer com que a monta de recurso que se arrecada volte a circular dentro da empresa para garantir o atendimento à nossa população.

Gente, a Copasa é uma empresa altamente rentável para o nosso estado. Só que a grana que está chegando vai para o bolso de poucos, de alguns, não fica nem no Brasil, e o nosso povo, literalmente, com a caneca vazia em casa, pedindo água. Não dá para a gente tolerar isso. Não dá para a gente permitir esse retrocesso. Não dá para a gente relativizar. Não dá para a gente flexibilizar. E não dá para a gente sair daqui hoje sem votar esse projeto com a maioria “não”. A privatização só piora a situação da nossa população, gente. Essa é a verdade. Essa é a lição que a história repete e que o governo insiste em ignorar.

Vamos olhar para aqui dentro. A gente tem a mania de olhar o que acontece lá fora, nos países estrangeiros, no mundo internacional. Cinquenta e oito países já precisaram reestatizar serviços de água e energia, porque a privatização não deu certo, porque a privatização só piorou as condições de vida daquela população. E a diferença, gente, é muito simples. A empresa pública chega aonde o lucro não chega. A empresa pública existe para garantir o serviço do povo. E é por isso que a gente está aqui lutando.

Nós não vamos deixar que a privatização da Copasa seja, mais uma vez, acelerada e, agora, por dentro deste espaço da Assembleia. A população mineira já se manifestou em pesquisa registrada, na pesquisa feita pela Assembleia, nos abaixo-assinados que estamos colhendo e no manifesto Água sem lucro, que quer participar do referendo. Que medo é esse do povo, gente? Este governo tem medo de gente. Não podemos deixar isso acontecer.

Gente, vou pedir a vocês 1 minuto, pois falta 1 minuto para concluir a minha fala. Eu quero dizer a vocês: sou contra o fim do referendo. Somos contra o fim do referendo.

Questão de Ordem

A deputada Ana Paula Siqueira – Quero pedir, presidente, o encerramento de plano desta reunião por falta de quórum. Quero pedir, presidente, que a gente encaminhe para o encerramento da reunião.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Gustavo Santana) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 54 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai submeter o requerimento a votação pelo processo nominal. Em votação, o requerimento.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Retifique-se o voto do deputado Hely Tarquínio de “não” para “sim”. Portanto, votaram “sim” 15 deputados; votaram “não” 52 deputados. Está rejeitado o requerimento.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Cristiano Silveira (PT)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Luizinho (PT)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adalclever Lopes (PSD)
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Paulo (PRD)
Doutor Wilson Batista (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)
 Duarte Bechir (PSD)
 Eduardo Azevedo (PL)
 Enes Cândido (REPUBLICANOS)
 Gil Pereira (PSD)
 Grego da Fundação (PMN)
 Gustavo Santana (PL)
 Gustavo Valadares (PSD)
 Ione Pinheiro (UNIÃO)
 João Magalhães (MDB)
 Leandro Genaro (PSD)
 Leonídio Bouças (PSDB)
 Lincoln Drumond (PL)
 Lud Falcão (PODE)
 Maria Clara Marra (PSDB)
 Marli Ribeiro (PL)
 Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
 Nayara Rocha (PP)
 Neilando Pimenta (PSB)
 Noraldino Júnior (PSB)
 Oscar Teixeira (PP)
 Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
 Rafael Martins (PSD)
 Raul Belém (CIDADANIA)
 Roberto Andrade (PRD)
 Rodrigo Lopes (UNIÃO)
 Thiago Cota (PDT)
 Tito Torres (PSD)
 Vitorio Júnior (PP)
 Zé Guilherme (PP)
 Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação da proposta, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Creio que entramos agora numa fase mais importante e, por isso, é preciso a atenção de todas e todos. Porque nós estamos na fase em que já foram esgotados alguns requerimentos e agora estamos tratando do inteiro teor da revogação dos §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. É claro que, para nós, não foi só um debate entre aqueles que poderiam aqui expressar a sua opinião sobre a retirada da obrigatoriedade da consulta ao povo, que ainda tem por nome referendo.

Nós não tivemos aqui, do ponto de vista de lados opostos ou até da infringência, para que pudéssemos saber quais são as justificativas, as diretrizes que embasam uma ordem de votação aos deputados da base, que insistem em votar nesta sexta sessão, após terem sido revelados erros técnicos, em que duas sessões... A primeira foi suspensão e, por falta de quórum, não pôde ser contada. No dia de ontem, com um dos líderes de um dos blocos a presidir, foi derrotada a sessão. É a razão de nós estarmos aqui até esta hora da manhã, para que possamos esclarecer ao povo que não basta – não basta – as pessoas virem falar mal de Zema; elas precisam ter, de fato, uma postura que corresponda ao voto e à coerência que precisam ter. Os servidores da Casa e da Copanor, os movimentos populares e sociais, os sindicatos que deram sustentação a esta luta precisam sair daqui com uma justificativa que, de fato, mostre que o tempo delas não foi perdido.

Por isso, vejam só: nós estamos tratando do 1º turno do projeto de lei do Zema. Portanto, quem assina este projeto de lei é o governador do Estado, que está fora de Minas Gerais, está fora do Brasil, para que continue a falar mentira fora do País, deixando que, na Assembleia, neste momento, haja todo o desgaste em cima destes deputados.

Aqui eu mudo um pouco a chave do nosso discurso. É claro que os deputados que aqui estão devem estar medindo o nível do desgaste que eles terão para acompanhar o governador Zema nesta desmedida, injustificada e criminosa forma de tirar a opinião popular. É por isso que eles devem estar pensando como vão compensar as suas bases ou até mentir para outras. É muito importante virarmos esta chave agora, no Plenário, porque se nós não conseguimos convencer ninguém pelo argumento, será pela dor. A renovação que nós temos hoje, no Parlamento – e Minas Gerais puxa isso no Brasil –, vai se dar na formação da opinião também pelas redes sociais. E nós estamos aqui, há muitas horas, dialogando com a população, que agora já está mais esclarecida sobre o que está acontecendo na Assembleia. Confesso para vocês que eu não gostaria de ver este desgaste para o presidente desta Casa, que teve o meu voto para ser presidente, como teve o voto também de todos do Bloco Democracia e Luta.

Não, não. Eu quero chamar a atenção para a virada de chave. Não se trata de traíra. Neste momento, nós estamos pedindo ao presidente Tadeu. Depois de ter sofrido todo esse desgaste, nós precisamos que o presidente Tadeu dê um recado para este governador, que não está nem aí para a Assembleia: que ele tem condições de, a partir da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, conduzir a política no Estado de Minas. E não vai ser entregando o que há de mais valioso, que é o direito do povo de opinar, o direito do povo de votar e de trazer para esta Assembleia e para os seus representantes... Eu só lamento dizer que nós não temos aqui, neste Parlamento, a verdadeira expressão da população. É por isso que a gente precisa do presidente Tadeu, e o presidente Tadeu precisa coordenar o processo de enfrentar, de vez, esse governador Zema e o Mateus Simões, porque eles tiraram do colo deles a responsabilidade de aderir ao Propag. Até hoje, o que eles fizeram foi deixar a conta nas costas do governo federal. O Zema está prometendo, para tudo quanto é canto, que vai fazer o que não fez em sete anos.

O presidente Tadeu, a quem eu dirijo essa palavra, precisa dar uma resposta para todos os deputados, porque o Tadeu foi eleito com o voto de todos os deputados. Eu quero dizer para cada um e para cada uma que nós não podemos ter como derrota este 1º turno, porque nós vamos ter condições de manter a mobilização acesa e permanente não só na Assembleia, mas também nas ruas e nas redes sociais. Em que pesem todos os merecidos xingos já proferidos aqui, exceto qualquer forma de ofensa, cada xingo está justificado na luta e no lombo dos trabalhadores que têm o direito de trazer a esta Assembleia a sua indignação. Mas nós precisamos virar a chave neste momento.

A eleição do ano que vem não é uma eleição só para eleger deputados, mas uma eleição para o Senado, para a Câmara Federal, para o governo do Estado e para a Presidência da República. Portanto o presidente Tadeu vai ser uma pessoa responsável por Minas Gerais ficar livre do Zema. Eu tenho certeza de que isso vai acontecer. Agora eu quero dizer que nós não temos o direito de voltar para a casa e ficar de braços cruzados, porque essa é apenas uma das batalhas que nós temos aqui. Os votos vocês já viram. Os votos do Bloco Democracia e Luta não são suficientes, hoje, para derrotar aqueles que estão aqui, muitos deles sob chantagem. E é por essa razão que nós não calamos a nossa boca. Você tem razão. O que vai acontecer, a partir deste momento, na reta final das falas

dos deputados que virão depois de mim, é que nós queremos ter essa franqueza e essa lealdade de transferir a responsabilidade a quem lavou as mãos e está tentando pressionar a Assembleia para ficar livre do desgaste político.

Presidente Tadeu, a sua responsabilidade não é só de presidir a Assembleia, mas também de conduzir Minas Gerais, para que a gente possa ficar livre dessa onda privatista. E é por essa razão que nós temos que fazer política – política! Nós não podemos nos prender agora a algo que não é possível. É por isso que essa dose de realidade vai ser necessária para que a gente dê continuidade à luta.

Viva os trabalhadores! Que a luta permaneça! Vamos continuar na luta. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Bom dia.

Questão de Ordem

A deputada Bella Gonçalves – Presidente, antes de mais nada, eu queria só que fosse conferido se está sendo garantida a presença das pessoas na galeria. Está bem? Eu conversei expressamente com o presidente, e ele disse que está liberada a entrada no máximo da capacidade. Vocês têm o direito de estar aqui. Presidente, faço então questão de ordem.

O presidente – Deputada Bella, V. Exa. já fez a solicitação, nós já orientamos a todos. Todos são bem-vindos, podem entrar e sair na hora que quiserem e puderem, salvo aqueles que fizeram agressões aos parlamentares, deputados e deputadas, os quais já foram devidamente identificados pela Polícia Legislativa. Esses certamente não entrarão novamente na Assembleia. Fora esses, qualquer um que quiser participar pacificamente está autorizado a entrar novamente no Plenário. Fiquem à vontade. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Presidente, peço a restituição do meu tempo.

O presidente – Favor restituir o tempo da deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – São quase 3 horas da manhã. Estamos em plena calada da noite. Enquanto a maior parte do povo de Minas Gerais dorme, aqui, nesta Casa, se discute o fim do referendo popular para privatização da Copasa. É a calada da noite para aprovar a PEC do Cala a Boca da população. Esse governo Zema gosta mesmo é de sigilo. Ele colocou, sob sigilo de 15 anos, o valor da Codemig, que tenho certeza é mais do que suficiente para pagar a entrada da dívida pública. Foi um sigilo de 15 anos, e isso viola a prerrogativa parlamentar, isso viola o direito do povo, isso viola toda a ética da administração pública. O governo, depois de dizer que ia revelar a lista das empresas que recebem isenção fiscal, disse que não abria esse sigilo. O que o governo Zema gosta mesmo é de sigilo, e sigilo combina com maracutaia.

Eu já falei aqui, de diversas formas, em como a privatização da Copasa não faz sentido. É uma empresa superavitária, é a maior empresa de saneamento do Brasil. Ela dá R\$2.000.000.000,00 de lucro por ano, e o investimento em saneamento pode ser revertido no abatimento da dívida pública. A Copasa tem para receber R\$11.000.000.000,00 dos acordos de Mariana e Brumadinho, agora, numa tacada. Eu aposto para os senhores que farão movimentos para vender a Copasa por menos de R\$3.000.000.000,00, para, em seguida, abocanharem R\$11.000.000.000,00 às custas dos crimes de Mariana e de Brumadinho. Isso não faz sentido do ponto de vista da administração pública, apenas faz sentido do ponto de vista do mercado financeiro.

Eu disse que eu ia falar sobre corrupção e agora eu vou falar sobre corrupção. Eu não sei se pode uma coisa dessas. Hoje o conselho gestor da Copasa é composto por uma série de dirigentes do Partido Novo, de empresários da Faria Lima, que não pisam sequer em Minas Gerais, mas recebem R\$25.000,00 por mês para ser conselheiros. Um deles é o ex-presidente da Copasa Guilherme Duarte. Guilherme Duarte saiu, no ano passado, da presidência da Copasa, para fundar e lançar, no mercado financeiro, uma empresa do ramo imobiliário chamada Belora. Para vocês entenderem melhor, a Belora está conectada ao grupo Reag, tanto que o Guilherme Duarte repassou a empresa para o CEO da Reag. Reag, podem colocar no Google aí, é a principal empresa hoje investigada por

esquema de lavagem de dinheiro em postos de gasolina para o PCC. Essa é a Reag. Pois bem, sabe o dia em que o Guilherme Duarte transferiu a presidência da Belora para essa pessoa que hoje está sendo investigada pela Polícia Federal?

Foi no mesmo dia em que, no mesmo endereço, uma empresa do Grupo Perfin, ligada ao BTG Pactual, comprou 10% do capital da Copasa. Coincidência, gente, é que, numa distância de 1 hora, no mesmo endereço, ele, que estava fazendo parte do Comitê Gestor da Copasa, que tinha informações privilegiadas, participa da maior compra de ações da Copasa, que, em um mês, vão valorizar mais de 30%. O nome disso é corrupção, e essa corrupção, na Faria Lima, conecta o Sr. Romeu Zema, o Sr. Guilherme Duarte ao Grupo Reag, que está sendo investigado por esquemas de lavagem de dinheiro com o PCC. Não acaba por aí.

Como se não bastasse, o presidente do BTG Pactual, que veio à Assembleia fazer *lobby*, que foi ao lançamento da candidatura do Zema, que já foi preso por corrupção, está ligado à Aegea, que é hoje uma das maiores empresas do ramo privado de saneamento básico. É um desastre! Há problemas de abastecimento, toda aquela coisa que a gente já falou durante toda a reunião. Em Ribeirão Preto, o diretor-presidente da Aegea foi condenado por corrupção. Ele desviou daquele município R\$100.000.000,00 do saneamento básico e assinou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público reconhecendo que errou e dizendo que ia devolver o dinheiro para os cofres públicos.

Eu fico pensando: se é um diretor de uma empresa que manteve corrupção, qual é a primeira coisa que a gente faz, Betão, se for uma empresa séria? Demite o cara, troca o cara. Tem que ter vergonha na cara! Sabe quem é, hoje, o presidente-diretor da Aegea, que continua sendo e está de olho na Copasa? O mesmo corrupto condenado lá em Ribeirão Preto. Querem entregar a Copasa para bandidos.

Eu estava na Comissão Especial da PEC e apresentei uma emenda para que CPFs condenados por corrupção que tenham assinado termos de ajuste de conduta, que sejam de pessoas condenadas por corrupção não possam adquirir nenhuma das nossas estatais. Infelizmente, eu fui voto vencido na comissão, porque parece que está tudo bem entregar a Copasa para bandidos.

Gente, água e saneamento básico são uma questão de saúde pública. As famílias que pagam uma conta alta de água não têm dinheiro para colocar comida em casa, não têm dinheiro para pagar um aluguel, não têm dinheiro para estar adimplentes com as empresas. Saneamento básico é questão de saúde pública. Foi a Copasa que erradicou a xistose no Vale do Jequitinhonha. Foi para isso, inclusive, que ela foi criada e levada para lá. Na década de 1990, quando a Copasa foi criada, nas vilas e favelas, as pessoas carregavam lata d'água na cabeça. Todo mundo tem essa memória de carregar lata d'água na cabeça. Então toda a difamação que fazem em relação à Copasa é aquela lenda da raposa e as uvas. Quem desdenha quer comprar, e querem comprar a preço de banana o bem mais essencial que nós temos, que é o nosso direito e o nosso acesso à água.

Vamos supor, deputados, que, de fato, a gente esteja estrangulado e precise vender a Copasa. Será que este é o melhor momento? O Tribunal de Contas do Estado está hoje operando uma mesa de negociação sobre as taxas de saneamento básico dos municípios. E já afirmou categoricamente que, após a resolução desse problema, a empresa valorizará pelo menos 100%. Após receber o recurso de Mariana e Brumadinho, a empresa valorizará muito como empresa pública. Ainda que a ideia seja vender, não permitamos que seja entregue a preço de banana. Para que essa pressa senão para comprar a Copasa a preço de banana?

Por fim, gente, eu queria trazer aqui uma experiência pessoal. Muitos deputados e deputadas disseram: “Vocês provavelmente vão perder a votação hoje”. Gente, isso pode acontecer. Vocês viram as votações anteriores. “Qual é o sentido? Vocês não vão virar voto. Como vai ser isso?” E eu lembrei o caso de um projeto de lei muito antipopular de quando eu era vereadora. Na época, a gente fez uma obstrução de 14 dias. A cada dia de obstrução, a força popular aumentava, a opinião pública se engajava, as pessoas tomavam consciência do que estava acontecendo. O projeto foi aprovado em 1º turno – nós fomos derrotados –, mas ele nem foi colocado em 2º turno. A gente teve uma vitória política final. Este caso não é diferente. A maioria das pessoas não sabe que tem direito ao referendo popular, a maioria das pessoas não sabe que a Copasa está sendo colocada à venda. A nossa luta aqui tem condições de dar ao povo a voz que lhe está sendo tirada. Porque ganhar tempo é ganhar voz, ganhar tempo é ganhar condições de

convencimento, ganhar tempo é condição de ocupar mentes e corações com a defesa da soberania do povo mineiro e da democracia! A Copasa é nossa. Eu sou Copasa com muito orgulho, com muito amor!

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Presidente, neste momento, com o avançar da hora, já chegando às 3 horas da manhã – os trabalhadores estão aqui desde cedo se manifestando, cansados, mas está todo mundo firme nessa resistência – e já no momento de a gente caminhar efetivamente para a votação, eu separei um estudo da Fiocruz, publicado este ano, para a gente conversar muito rapidamente. Acho importante destacar algumas coisas desse estudo antes de ler os trechos que eu quero ler. Eu acho que ele destaca erroneamente uma das coisas que eu mais ouvi. Uma das coisas que eu mais ouvi nos últimos dias, deputada Carol, foi um monte de gente falando assim: “Telefone, antes de privatizar, era uma porcaria, era muito caro. Telefone era coisa de luxo, era coisa para pouca gente”. Isso está dando uma perspectiva de uma ilusão completa de um liberalismo que não existe, uma ilusão de liberdade. A impressão que está sendo passada é como se não existisse um monopólio natural desse setor, pelas características intrínsecas dele. A gente está falando de um setor com investimento inicial muito robusto. Não é um setor que dá para qualquer um começar. E passa-se a impressão de que as pessoas vão poder pegar a torneira da sua pia e vão poder escolher entre um cano azul, um amarelo, um verde e um vermelho, entre quatro companhias diferentes; que vão poder escolher qual delas querem, contrato com quem elas querem fechar, com qual oferece o melhor serviço. Seria como, por exemplo, a gente pode escolher entre a Vivo, a Oi, a Claro ou entre qualquer outra operadora. Não vai existir absolutamente nenhuma opção de liberdade de escolha para a pessoa que está utilizando o serviço. Vá lá a Ouro Preto e pergunte se o povo tem opção para ficar livre da Saneouro. Ele não tem – ele não tem opção para ficar livre da Saneouro. Vá lá a Pará de Minas e pergunte se o povo tem opção para ficar livre da companhia que aumentou em 15% a água deles. Ele não tem. Vá lá a São Paulo e pergunte se o povo tem opção para ficar livre, vá lá ao Rio de Janeiro e pergunte se o povo tem opção para ficar livre... É muita má-fé passar para a população a impressão de que, como a gente pode escolher entre a Vivo, a Tim ou a Claro, a pessoa vai poder escolher a companhia de saneamento também. Só que, em vez de a gente ter um monopólio estatal, em que a gente pode pressionar governador, deputado – o prefeito pode ir lá representando a gente na Copasa –, a gente vai ter um monopólio do setor privado. Aí vai ser igualzinho o que está acontecendo, por exemplo, com a Enel no setor de energia: o pessoal quer falar com a companhia, mas os executivos estão todos lá na Itália. Viaje para lá para discutir com eles, porque aqui no Brasil só tem autoatendimento de inteligência artificial – só tem isso. (– Manifestação nas galerias.) E a gente não está falando de uma coisa de outro planeta.

O governador Romeu Zema – e sei que vários colegas estão preocupados com isso, inclusive colegas da base – está querendo fechar a regulação das urgências do Estado e colocar a inteligência artificial para fazer os atendimentos. Vai ser uma experiência maravilhosa a inteligência artificial decidir se o colega de Teófilo Otoni, deputada Carol, vai ser operado antes ou depois do colega de Divinópolis ou se o colega de Montes Claros, deputada Leninha, vai ser operado antes ou depois do colega de Belo Horizonte ou do colega de Itajubá, deputado Ulysses. Parece que ele quer dar uma amostra grátis para a gente do que a população vai viver se a Copasa for efetivamente privatizada. A população vai ter que resolver seus problemas mais sofridos com o auxílio da inteligência artificial, sem um trabalhador com quem conversar e sem nem mesmo condição de os seus representantes eleitos irem até lá para conversar, defender seus pleitos e brigar por tudo isso.

Posso dizer uma coisa: a Copasa é muito complicada em Divinópolis, mas, nos últimos anos, efetivamente houve uma leve melhora em decorrência de muita cobrança dos políticos da cidade, inclusive daqueles que não são do meu grupo político. Eu me somei às cobranças, que também foram feitas por eles, e a gente conseguiu uma mínima melhoria no atendimento lá. E conseguimos porque temos com quem dialogar. A empresa não está nas mãos de uma empresa internacional nem de acionistas de outro país. A gente não é atendido por inteligência artificial. A gente tem para quem ligar e com quem conversar. O Ministério Público tem como agir. Os órgãos de controle têm como agir. Acho que isso é importante.

Dito tudo isso, eu queria ler alguns trechos de um estudo da Fiocruz, que foi publicado numa revista internacional com um Qualis importante. Quem já publicou trabalho ou artigo acadêmico sabe, mas é importante deixar claro para quem está nos acompanhando *online* e porventura não saiba: o Qualis é o índice que mede a qualidade de uma revista científica. Estou lendo um artigo publicado numa revista com um alto Qualis, com um nível muito importante no contexto da ciência internacional. Eles citam um relatório das Nações Unidas para os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento, publicado no ano de 2020, que analisou os riscos que a privatização do serviço pode acarretar para a manutenção dos direitos. Eles citam três fatores de risco: a maximização dos lucros, o monopólio natural intrínseco à característica dos serviços e o desequilíbrio de poder em relação ao cidadão e ao capital. O primeiro se refere à lógica privada da busca incessante pelos lucros, citada, gente, no relatório do Banco Itaú, em que eles falam da perspectiva clara de diminuir o número de funcionários para que eles tenham a maximização dos lucros.

O segundo se refere à falta de competição para prestação de serviço por suas características únicas. No âmbito do serviço de saneamento, não existe um monte de empresas concorrentes. É um serviço caro, altamente especializado, que pouca gente sabe fazer e pouca gente tem capital para entrar no negócio e participar da disputa. Estamos substituindo o monopólio do setor público, em que a gente pode interferir, pelo monopólio do capital, em que a gente não consegue pôr a mão. É isso. (– Manifestação nas galerias.) Nem pelo voto! Nem pelo voto a gente consegue interferir.

O último aponta para as assimetrias de poder, informações e recursos, que podem desfavorecer até mesmo as autoridades em seus poderes de fiscalização. O relatório aponta que a privatização tem resultado em elevação de tarifas por todo o mundo. Isso está aqui, presidente, no relatório do Banco Itaú. É o segundo motivo para a perspectiva de ganho de lucros e o segundo motivo que fez com que as ações da Copasa tivessem este crescimento no último ano. Aqui vemos os dados de janeiro e aqui vemos os dados de outubro de 2025. Vemos também a forma como as ações cresceram. E elas não cresceram porque houve um investimento do Estado na empresa; o Estado não fez um grande aporte na empresa. Elas cresceram com base na especulação e com base em relatórios como este, do Banco Itaú, que apontaram para as pessoas que valia a pena investir nessa empresa, porque a perspectiva de aumento de tarifas e de demissão de funcionários a torna mais lucrativa em longo prazo. Isso é especulação.

Então, o que a gente vê muito claramente é que o que está sendo trazido num estudo de excelência, que é o da Fiocruz, casa com o relatório do Banco Itaú para investidores e casa com os valores dos papéis. A gente está para votar hoje a permissão para a conta das pessoas ficar mais cara. Em Pará de Minas, ela subiu 15%. Em Ouro Preto, mais de 20%. Em São Paulo, eles acabaram com o subsídio de todos os cidadãos, de setores específicos e de todos aqueles que tinham subsídios. Eles ficaram sem subsídios durante quatro meses, até que a Alesp não deu conta da gritaria e teve que votar para retomar os subsídios à força, porque, pela empresa, isso não teria acontecido.

A gente está sujeito e sujeitando o povo a essa situação. E o que me preocupa, presidente, é que isso é completamente sem necessidade, porque a gente está fazendo tudo isso no momento em que houve uma extensão de prazo, inclusive construída pelo senhor, presidente, junto ao governo federal, para que a gente tivesse mais tempo para discutir isso. A gente tem até o fim do ano. E, enquanto os deputados, colegas da base, estão aqui se desgastando... Os colegas deputados da base... O deputado Professor Wendel, a deputada Amanda, o deputado Arlen Santiago, a deputada Lud, tantos colegas deputados... Colegas queridos, vocês estão aqui se desgastando às 3 horas. O governador está na França fazendo vídeo falando que está em hotel barato, gente.

Pelo amor de Deus! Sabe? Não vale tudo isso. O vice-governador, que é quem está no Brasil governando de fato, está com 4% na pesquisa, gente. As pessoas não sabem o nome dele. E vocês estão aqui se desgastando a essa hora da manhã por esses quadros políticos. Muito sinceramente, muito sinceramente... O cenário é ruim. A entrega para o povo de Minas é ruim. Os senhores e as senhoras fazem grandes mandatos e são importantíssimos para o povo de Minas Gerais e, ao contrário dessa turma, honram as cadeiras que ocupam.

Então, eu acho, sinceramente: nós temos prazo, nós temos motivo, nós temos condição de levar essa discussão mais para frente e de entender, pelo menos com o referendo, qual é a posição da população. Eu faço aqui um compromisso, de que, inclusive, os servidores da Copasa podem não gostar. Mas eu faço um compromisso: se o referendo for feito e a população votar a favor de se privatizar a Copasa, eu sou uma que vota a favor, porque eu caminho com o interesse da população.

Para concluir, presidente. A gente não pode retirar do povo mineiro a condição de decisão. Eu tenho certeza de que cada um dos senhores e das senhoras não está feliz de fazer isso nesta noite. Dá tempo de a gente repensar. Ir embora é muito rápido. Obrigada, presidente.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 5h59min. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Um bom-dia, Exmo. Presidente. Bom dia a todos os colegas deputados e deputadas. Bom dia a todo o povo mineiro. Bom dia, “copasianos”. Eu acho que este debate caloroso, feito por todos os colegas do Bloco Democracia e Luta... Não é um “debate caloroso” porque não há o contraditório, uma vez que a base do governo não tem coragem de subir a esta tribuna para explicar os seus motivos para aquilo que farão daqui a pouco, mas o nosso motivo é muito justo.

Desde quando o governo trouxe essa proposta para a Casa, nós temos trazido, para o povo de Minas Gerais, a narrativa de que o que estava em jogo não era uma proposta para abater valor na dívida que o governo nunca pagou ao governo federal, mas uma vontade absoluta: privatizar para os banqueiros e atender os seus correligionários que financiaram a sua campanha. Nós conseguimos provar isso hoje. Mais ainda: nós estamos provando que querem rasgar a Constituição Estadual, que querem rasgar o Regimento Interno desta Casa, porque compete à Comissão de Participação Popular – caro deputado Leleco, deputado Doutor Jean Freire, deputado Marquinho, membros da comissão – promover para o Estado qualquer assunto que se refira a plebiscito, a referendo e a consulta popular.

E, na consulta feita pelo Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nós temos mais de doze mil mineiros que votam “não”: não à privatização, não a esse projeto absurdo que é a PEC nº 24. Eu poderia ler aqui mais de mil mensagens, como a do Arnaldo, de Sabará, que coloca com muita clareza (– Lê:): “A precarização dos serviços públicos afetará principalmente os mais pobres, justamente aqueles que não podem acompanhar o que acontece e que sofrem esperando um político levar água à casa deles em véspera de eleição”.

Isso está no Portal da Assembleia. Quero dizer que acho que nós deveríamos aproveitar este momento e trazer para esta Casa o inverso: a discussão sobre o tanto de investimento que precisa ser realizado. Está previsto, de 2025 a 2029, um orçamento de investimento de R\$17.000.000.000,00, do qual em torno de R\$11.000.000,00 se refere à tragédia-crime de Mariana. Cadê o recurso que está sendo efetivamente colocado na Copasa para investimento?

Além disso, já peguei a informação com o pessoal da TV Assembleia de que há mais de oito mil residências que, neste horário, estão assistindo à TV Assembleia em toda Minas Gerais. Somando os canais e as mídias sociais do Sindágua e dos mandatos do Bloco Democracia e Luta, constatamos que mais de cem mil famílias estão ligadas, neste momento, assistindo às transmissões.

Trago aqui uma reflexão. Por que, em vez de discutirmos algo que tira o direito do povo e prejudica a população mais carente, nós não cobramos da Copasa que faça os investimentos previstos em seu Plano de Investimentos – PI? No programa Universaliza, foi anunciado no ano passado – e repetido neste ano – o mesmo valor de R\$300.000.000,00, que, em tese, consta meramente de forma orçamentária. O pessoal de Logradouro e de Nova Aparecida, em Icarai de Minas, quer ver água na torneira o quanto antes. O povo de Barra da Areia, Barra da Alegria, Boa Vista e Pintado, em Itabira, quer ver água potável na torneira. O povo de Boachá, em Ipaba, sonha ter água de qualidade. Nós temos uma lista com mais de cem municípios pelos quais esta Casa deveria cobrar da Arsae – e o nosso mandato tem cobrado – para que a Copasa cumpra seus contratos de programa. Digo, com muita

propriedade, que estive lá e, no período em que estivemos, fizemos o máximo de investimento possível. A Copanor só teve investimento naquele período porque havia um governo que pensava em quem mais precisava. Eu desafio vocês a me falarem uma obra de ETE ou de ETA da Copanor nas regiões do Mucuri, do Noroeste ou do Jequitinhonha.

Quero ainda parabenizar todos os trabalhadores da Copasa, todos os “copasianos”, por essa luta, que agora chega às casas de milhões de mineiros. Mais do que isso, quero dizer a vocês que a luta por uma Copasa mais inclusiva e mais justa é uma luta para garantir o que estabelece o art. 5º da Constituição Federal, que determina o acesso à água potável e de qualidade em todas as moradias do nosso estado e do nosso Brasil. Quero também parabenizar, deputado Ulysses Gomes, todos os colegas do Bloco Democracia e Luta, que, desde que essa proposta indecente surgiu nesta Casa Legislativa, não arredaram o pé um minuto sequer, deputado Leleco, deputada Beatriz, para mostrar isso ao povo. Espero que, pelo menos agora, a mídia paga não seja paga para deixar de mostrar o que tem acontecido nesta madrugada, e que possamos mostrar a toda a Minas Gerais quem é a favor da democracia, quem é a favor da liberdade do cidadão mineiro, ao votar “sim” ou “não” para a eventual privatização, que virá logo após a votação de hoje.

Mais ainda, gente, temos dito que essa questão da privatização é usada como argumento e desculpa para o pagamento da dívida com a União. O presidente Lula já deu um presente para Minas Gerais. Nós deveríamos encerrar esta votação de hoje arquivando essa proposta, porque o Lula já prorrogou até 2026 o prazo para que o Estado possa firmar os valores de suas estatais.

Digo mais: não podemos manchar a história do Parlamento mineiro. Iniciei minha trajetória profissional como trabalhador mirim nesta Casa. Em 2001, estive aqui, nesta Casa, quando o valoroso deputado Ivo José era membro da Mesa e ajudou a construir, com o Dr. Hely e tantos outros deputados, a Emenda à Constituição nº 50, que garantiu justamente o direito ao cidadão mineiro de participar de referendo, de plebiscito ou de consulta pública para escolher o que é prioridade na sua vida. Não serei eu que mancharei a trajetória dos valorosos deputados que elaboraram essa emenda. Nós continuaremos lutando para que essa PEC não passe, para que não passe nenhuma proposta de privatização, porque precisamos ampliar a estatização. É engraçado que a elite, que aqueles que se acham melhores que os outros, que os políticos tóxicos adorem exemplificar a Europa e os Estados Unidos para tudo. Então, gente, vamos exemplificar a Europa: 58 países estatizaram e reestatizaram o saneamento e a água. Nós não podemos deixar Minas Gerais fazer feio.

Quero dizer a todo o povo de Minas Gerais que essa luta não se encerrará hoje, que nós temos uma tarefa. Ao amanhecer, vamos divulgar para Minas Gerais quem sempre esteve ao lado do povo e quem sempre pensou nos interesses próprios ou nos interesses daqueles que são obscuros. Eduardo, o Sindágua tem cumprido o seu papel de dialogar com a empresa, de pensar nos trabalhadores, mas fará ainda mais a partir de agora, porque essa luta só está começando, essa luta vai se encerrar com a vitória do povo, com os deputados e as deputadas convencendo o governo a retirar esse projeto de pauta ainda hoje ou no 2º turno e arquivá-lo de uma vez por todas. Peço ao senhor, presidente, que possamos arquivar essa proposta indecente de uma eventual privatização, porque o presidente Lula já deu a senha. Não à privatização! Não à PEC nº 24! Viva a Copasa! Viva o povo trabalhador de Minas Gerais!

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Obrigado, deputado Ricardo Campos. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, presidente; bom dia, deputadas e deputados; bom dia, povo da resistência que luta incansavelmente pela manutenção do referendo da Copasa; bom dia, milhares de pessoas que ainda nos acompanham através dos canais de comunicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Quero aproveitar aqui e mandar um abraço para o vereador Rafael Gustavo, de Viçosa, que está acompanhando ao vivo a nossa votação e as nossas discussões, assim como milhares e milhares de pessoas do Estado de Minas Gerais afora.

Gente, nós chegamos agora ao momento da votação da PEC, a PEC do Zema, a PEC do Cala a Boca, a PEC do medo de ouvir a voz do povo. Gente, é a verdadeira PEC do retrocesso humanitário, é a PEC da covardia, é a PEC do governador Zema. Essa

PEC propõe o fim do referendo, da discussão da participação popular no que diz respeito ao destino e aos caminhos da Copasa, empresa de água e de saneamento básico. Nós estamos falando de algo muito sério aqui. Discutimos, ao longo do dia de ontem e de hoje, vários aspectos que foram apresentados de forma diferente por todos os deputados do Bloco Democracia e Luta. É até uma pena que não tivemos nenhum contraponto dos mais de 53 deputados que estão aqui organizados para votarem a favor da PEC. É uma pena que eles não puderam vir aqui explicar para vocês os verdadeiros motivos que estão nos levando a votar “sim” nesse referendo. Está aí nos bastidores.

E aí, gente, neste momento de encaminhar o voto, quero encaminhar com os senhores deputados e as senhoras deputadas o voto “não” à PEC nº 24. Vou falar agora diretamente para os meus colegas deputados e deputadas. Quero fazer um apelo a vocês, senhores e senhoras! Olhem pela maioria da nossa população. É importante lembrarmos que estamos aqui para representar o interesse da maioria da população, e a maioria da população já disse que quer participar do referendo popular e ter a garantia da Constituição do Estado aplicada ao seu direito de participar da decisão sobre o destino da Copasa. Eu sei – e todos aqui sabem – que a política é a busca do bem comum; e o bem comum é o interesse coletivo.

Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos nós aqui sabemos os impactos, os profundos impactos negativos da privatização do setor de água e saneamento. Por onde aconteceu a privatização, o resultado é o seguinte: conta mais cara, serviço menos acessível à população, mais dificuldade de garantir água e saneamento para todos. Vejam o que aconteceu com a telefonia! Deputada Carol, outro dia participei virtualmente de uma reunião que a senhora fez para discutir o direito do consumidor. Talvez a senhora possa falar, pela experiência acumulada e pela luta pelo direito do consumidor, como está o consumidor depois da privatização da telefonia. Em qualquer Procon por onde andarmos, veremos que é *top* número um a reclamação da telefonia neste estado e neste país.

Quando vamos olhar a privatização de água, não podemos nem precisamos ir muito longe. Vejam aqui Ouro Preto, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins! Não precisamos ir muito longe para olhar os vários países europeus que já demonstraram, ou melhor, voltaram a reestatizar o serviço de água e de esgoto porque não deu certo privatizar. Por que estamos insistindo em seguir no caminho de prejudicar a população? Querem saber de outro exemplo que está fresquinho na memória de todo mundo? A Vale do Rio Doce foi privatizada. O que aconteceu? O crime de Brumadinho. Enquanto a Vale era privatizada, a empresa tinha a responsabilidade pública com o serviço. Ela não fazia de conta que não estava havendo problemas de barragem, gente! É responsabilidade pública.

Sei que não estou lidando com nenhum deputado ou nenhuma deputada que não saiba da seriedade do que estamos discutindo aqui. Agora queria reafirmar com vocês e fazer um apelo, porque a maioria dos senhores deputados e das senhoras deputadas podem pagar, quero dizer, podem pagar pela água, podem pagar pelo saneamento básico, podem pagar pela saúde quando esta ficar prejudicada pela falta de saneamento, mas essa não é a realidade da maioria da população. Se vocês, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não estão em contato direto com as comunidades vulneráveis e com as comunidades do interior e dos rincões de Minas Gerais para saberem como é a vida, pensem nas pessoas mais próximas e que são tratadas como sendo quase da família, como as domésticas e as babás, nas famílias do campo e nos trabalhadores das empresas de V. Exas. que fazem carga horária 6x1. Por quê? Porque são essas pessoas que vão ficar prejudicadas com esse ataque que está sendo feito à Copasa. E aí eu queria pedir...

Depois de sete anos exercendo a função dignamente como deputada estadual... Desde o primeiro dia do meu mandato, vocês podem verificar – dia 2/2/2019, não à toa essa é a data do meu aniversário – que eu estava nesta Casa protocolando uma série de projetos de interesse social, coletivo e popular; projetos de garantia de direitos à nossa população. Tenho o direito de pedir a vocês, meus colegas deputados: votem com o compromisso pelo interesse da nossa população. Não votem pelo interesse do governador, porque o governador vai embora, e vocês têm a oportunidade de continuar aqui, exercendo os seus mandatos, se votarem pelo interesse do povo. Água não é mercadoria. A gente não brinca com a vida da população. A gente não brinca com a vida das pessoas.

Então estou aqui para reiterar para vocês o meu pedido: votem “não” contra a PEC nº 24. Votem “não” contra a PEC do Zema. E votem a favor da nossa população. Votem a favor da Copasa. Votem a favor da vida. É isso que eu queria pedir. A Copasa é nossa, não é isso, gente? A Copasa é do povo. E é o povo que tem que decidir o que vai ser feito com ela. Boa noite a todos. Bom dia. Espero que a gente possa sair daqui com o voto “não” da maioria dos deputados.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Olhem, a gente está chegando, todos nós já sabemos, à reta final, porque é o último encaminhamento antes da votação. Eu queria falar, de forma muito franca, com os colegas deputados. Quando a maioria do nosso bloco estava ali avaliando o cenário do que pode acontecer nos próximos dias, ouvi um comentário que me incomodou profundamente, que era: “O que nós estávamos fazendo estava comprometendo os companheiros”. Não sei quem ficou comprometido com o quê. A gente só está aqui de madrugada por decisão de vocês. Desculpem-me a franqueza. Vocês quiseram votar nesta semana.

Quando nós terminarmos, ou vamos a pé, se moramos perto daqui, ou vamos de carro para as nossas casas. Olhem para a galeria. Essa galera não está de carro, fora a galera que está na área externa, num frio da madrugada. A manchete da calada da noite foi produzida pelo governo, e a gente tem que conversar com os manifestantes para que eles não respondam às provocações, porque a criminalização fica na conta da classe trabalhadora que vem para cá, pois ninguém vem aqui de bom grado.

Houve um determinado momento em que ficou parecendo que a culpa é nossa, porque a gente está falando. Que inversão inacreditável. É sério que, quando foi marcado para as 18 horas, vocês acharam que iam chegar aqui, votar e ir para casa? Que não ia haver debate, que não ia haver resistência? É o nosso direito mínimo de resistir. E é o direito mínimo de fazer o debate, porque ninguém responde nada. Ninguém responde nada. Qual é a proposta sobre o emprego desses trabalhadores com a privatização? Ninguém responde. Como vai ficar a situação de casas populares e hospitais cuja água a Copasa não corta, mesmo que estejam inadimplentes com ela? Quem responde? Silêncio. Por que não foi possível aceitar a regra de que, em situações de corrupção, essa empresa estaria impedida de concorrer para privatização? Silêncio. Os municípios deficitários que votam em nós: como é que vai ficar a situação dos municípios deficitários em que muitos colegas são majoritários? Ninguém responde. Ou seja, a gente vai votar daqui a pouco a retirada de um referendo da Constituição, e ninguém responde nada.

Quando o governo veio, ele veio obrigado, ficou pelo tempo que foi possível, fez falas genéricas e foi embora. A fala da deputada Bella é aquela fala de que vamos nos lembrar por muito tempo quando precisarmos falar: “Nós avisamos.” Não há sucesso na privatização. A questão é se isso vai acontecer em um curto prazo ou se vão segurar, passar as eleições de 2026, para a conta chegar na casa das pessoas; se as demissões acontecerão depois de outubro de 2026; se o corte de água dos hospitais inadimplentes ocorrerá depois de outubro de 2026. Ninguém responde, ninguém debate. Estamos avançando com uma mudança na Constituição sem debate, porque só nós usamos o microfone. Nós estamos usando na obstrução, mas em que momento houve debate sobre essa privatização ou sobre essa PEC? Na comissão especial, só a gente fala. E na Comissão de Constituição e Justiça? Quantos debates aconteceram na Comissão de Constituição e Justiça? Não há debate, e lamento profundamente.

Eu lamento profundamente, mas a escolha de fazer a reunião na madrugada não foi nossa. E acho que, apesar de esta ser uma pauta tão impopular e tão desgastante, nós tratamos com profundo respeito este Plenário, todos os colegas e o público que está aqui e que vai voltar na madrugada ou nem sei em que condições vai voltar. Já ocupei muitas vezes essa galeria. É constrangedor, porque você fica horas em pé. Muitas vezes, você não vai ao banheiro, porque, se for, não sabe se volta. Você fica sem o direito a uma fala qualificada ao microfone, para todo mundo. Você fica nos ouvindo e falando palavras de ordem, num protesto. Nós não precisávamos chegar à reta final desta legislatura entregando à população mineira uma privatização sem nenhum debate público, nenhuma discussão pública. Essas questões que eu levantei...

Gente, vamos fazer uma privatização de uma estatal que vai receber R\$11.000.000.000,00. (– Manifestação nas galerias.) Quem explica isso? Está tudo bem? São R\$11.000.000.000,00. Uma estatal vai ser privatizada e vai fazer demissão, porque isso faz

parte. E não é possível haver tarifa justa numa privatização. Eu trouxe tanta coisa para dizer de todas as experiências de privatização... Como é que nós saímos de uma CPI, que investigava irregularidades da Cemig, para privatizar a Copasa? Nós estávamos nessa pauta outro dia, defendendo a Cemig. Por isso, investigamos as irregularidades que eram praticadas. Vou ficar só com uma matéria: “Copasa é eleita uma das melhores empresas de saneamento da América Latina.” Nós vamos destruir uma das melhores empresas de saneamento da América Latina. A votação vai ser sobre isso.

Ao finalizar, quero agradecer muito a todos vocês pela disposição, pela greve de três dias que vocês deflagraram e pela madrugada – porque fazer obstrução com a galeria vazia é muito difícil, mas, com a galeria cheia, sentimos que não estamos sozinhos. Isso faz muita diferença. Então quero agradecer aos trabalhadores da Copasa e aos movimentos, que se organizaram em tão pouco tempo para fazer este processo de resistência.

Quero dizer, gente, que o que nós precisamos fazer depois desta madrugada é reorganizar a turma, definir novas estratégias e continuar a luta, porque só perde quem abandona a luta. Nós não vamos abandonar a luta. Nós não vamos abandonar a Copasa, porque a Copasa é do povo mineiro. Sigamos fazendo a luta necessária. Não à privatização da Copasa e não à privatização da Cemig. Nós já estamos alertando: um parlamento que privatiza a Copasa e que não se importa em fazer esta votação na madrugada também privatiza a Cemig. O que vai impedir que a pauta da privatização da Cemig seja a próxima? O que impede que, no mês que vem, na semana que vem... Não há compromissos firmados sobre isso. Quem privatiza a Copasa privatiza a Cemig. Então fiquemos atentos, com muita unidade, porque se abrem a porta da privatização, abrem-na para todas as privatizações.

Estamos lidando com grupos econômicos com muito poder político e muito poder econômico. A diferença desses poderes é que eles não colocam a cara para o debate, eles não colocam a cara para as discussões, eles não usam o microfone. Mas eles operam de acordo com os interesses e as conveniências que têm e que não são os interesses do povo mineiro. Parabéns a todos nós que estamos fazendo a luta e que continuaremos a fazê-la por todo o tempo necessário. Viva a Copasa! Viva a classe trabalhadora organizada na luta em defesa do patrimônio do povo mineiro e na defesa da Constituição!

Finalizo, presidente, e esta será a minha última participação. Que momento é este em que se tem que ter a galeria cheia para defender a Constituição que o Parlamento, parece-me, vai rasgar daqui a pouco? Obrigada.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Meus companheiros e companheiras, eu não escolhi ser deputado ou alguém da família escolheu que eu fosse deputado. Eu não escolhi ser deputado porque tinha um parente deputado, faltava alguém na linha sucessória e me colocaram para ser deputado. Escolhi ser parlamentar, ser vereador lá atrás e depois deputado, por causas, porque acredito que as causas nos mantêm vivos. Eu escolhi isso por causas. É por isso que estou aqui, quase 4 horas da manhã. Se me perguntarem se estou cansado, as causas não me dão o direito de me cansar. Fico quantas horas mais forem necessárias.

Sabendo que nós já estamos chegando ao final desta primeira batalha, quero agradecer a algumas pessoas. Permitam-me agradecer, primeiramente, ao meu partido, ao meu partido que me ensinou a lutar. Eu tinha 14 anos quando conheci o Partido dos Trabalhadores. Fui fundador do PT Criança na minha cidade. Nós resolvemos fundar, Ricardo, o PT Criança na minha cidade, lá na casa paroquial. Eu aprendi a lutar muito novo ainda, como eu disse para vocês. Depois também participei de movimento estudantil.

Eu quero agradecer também ao Bloco Democracia e Luta, agradecer ao deputado Ulysses, ao deputado Cristiano, à deputada Lohanna e a todos vocês do bloco. É muito bonito olharmos as fotos do Bloco Democracia e Luta, as fotos que os companheiros tiram de nós, lá de cima, porque, assim, nós podemos nos ver fazendo articulação. Pela foto, dá para entender a nossa luta, dá para ver a gente dialogando sobre qual será o próximo passo. Eu quero agradecer a todos vocês, parlamentares, que, tenho certeza absoluta, vão votar em defesa do referendo para o povo mineiro e para todos nós, fazendo com que não seja retirado esse

direito que é do povo, mas também nosso, porque nós também somos povo. Antes de ocuparmos este espaço aqui, nós somos povo e representamos o povo nesta Casa.

Eu sinto muito em não poder agradecer a todos os deputados no quesito contraditório, porque eu não ouvi o contraditório aqui. Eu queria ter escutado o contraditório, talvez tivessem me convencido. Eu queria que vários colegas deputados tivessem subido à tribuna para me explicarem o porquê, o porquê de tirarem o direito legítimo do nosso povo de escolher se deve vender ou não vender a empresa que é do povo. Por esse motivo, eu peço desculpas aos colegas parlamentares por não poder agradecer-lhes, já que eu não tive o contraditório. Mas ainda há tempo de a gente ter o contraditório – não vale o contraditório de simplesmente dizer que é governo. Aliás, um governo que faz os colegas deputados passarem por essa situação é um governo que não pensa nos colegas deputados.

Eu quero terminar a minha fala agradecendo a vocês que estiveram aqui até este momento. Muito obrigado! Muito obrigado a cada um de vocês, a cada uma de vocês! Como eu disse, e alguns outros colegas deputados e deputadas falaram aqui, a PEC do Cala a Boca vai ser votada daqui a poucos minutos, na calada da noite, enquanto o nosso povo, a maioria do nosso povo vai estar dormindo, literalmente dormindo, descansando para pegar no trabalho logo mais. Eles já vão acordar com essa primeira fase, com essa primeira etapa tirando o direito deles. Mas a PEC do Cala a Boca, na calada da noite, não vai nos calar – não vai nos calar! O Bloco Democracia e Luta continuará firme.

Eu quero fazer um pedido aos companheiros deputados, ao deputado Betão, a todos os companheiros que aqui enfrentaram a luta até este momento. Quero fazer um pedido a vocês. Falo em nome dos colegas do Bloco Democracia e Luta. Nós estamos à disposição para andar, ir às cidades mostrar os fatos ao nosso povo e convocá-lo para ir às ruas. Eu volto a insistir que ainda dá tempo de virar o jogo, ainda dá tempo de irmos para as ruas.

Companheiros do sindicato, companheiros da Copasa, a luta que vocês fizeram, que estão fazendo, está crescente. É muito bonito ver a composição musical desses dias, ver o colorido das ruas. Está muito bonita a luta. Eu só tenho um pedido a vocês: não voltem desanimados, não voltem de cabeça baixa. A luta não nos dá o direito de abaixar a cabeça. Eu vou sair daqui logo mais. Quero agradecer a cada um de vocês. Obrigado pelos ensinamentos. Obrigado, Wagão, obrigado pelos ensinamentos desde o meu primeiro dia aqui, mostrando dados, mostrando números, mostrando o que a Copasa arrecada e para onde vai esse dinheiro. A gente vê também, na ponta, a precarização do trabalho, as dificuldades que vocês enfrentam. De coração, muito obrigado. Eu saio daqui e, logo mais, nem vou ter tempo de fechar os olhos, vou pegar um carro e andar 850km até o Vale do Jequitinhonha, como faço todo final de semana, porque a luta continua. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Doutor Jean. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Pessoal, esta é minha última participação. Esta é minha última participação na votação de hoje. Não é a última participação sobre esse assunto, não. Primeiramente, vocês têm que lembrar que esta pauta, esta luta não está se encerrando aqui. A gente não pode começar a vir aqui com o clima: “Oh, gente, valeu!”. Não, não! Parou! Opa! Não, senhor! A gente ainda vai continuar fazendo a discussão, conversando, apresentando as informações e tudo mais. Não parou, não. Isso é um *round*. Você pode perder uma batalha, vencer outra batalha, mas a guerra, não; isso é só no somatório das lutas. Às vezes, perde-se uma batalha, mas não se perde a guerra.

Olha só, fico escutando da turma dos defensores da privatização que o negócio vai ficar bom. “Privatiza que vai ficar bom”. Eu peguei alguns dados aqui para falar rapidinho para vocês: Rio Grande do Sul, Corsan. A privatização da companhia para o grupo Aegea, em 2022, levou a diversas reclamações de consumidores e a investigações. Os problemas reportados incluem falta de água, cobranças abusivas, denúncias que resultaram na abertura de uma CPI, comissão de vereadores, inquérito civil pelo Ministério Público. A venda da empresa por mais de R\$4.000.000.000,00 também foi alvo de questionamentos judiciais e institucionais. “Privatiza que melhora!”. É nesse discurso?

Vamos lá. Tem mais? Tem mais. Águas do Rio. Após privatização de uma parte da Cedae, em 2021, houve um aumento de quase 600% nas queixas registradas no Procon, em um ano, principalmente relacionadas à má qualidade do serviço, ao aumento de tarifas, aos problemas de qualidade da água e também à crise da Geominas, o que foi atribuído ao aumento da matéria orgânica no esgoto e na captação.

Em 2025, uma empresa foi multada em quase R\$16.000.000,00 por danos causados pelo rompimento de uma adutora. Que empresa é essa? Sabesp. Há mais? Há mais. Em Cotia, por exemplo, moradores relataram que a água estava com um gosto ruim após todo o processo. No Paraná, a Sanepar, embora não tenha sido privatizada por completo, em 2023, realizou um leilão para a operação de esgoto de 16 municípios. Foi vencida pela Aegea. A mesma coisa ocorreu com a concessionária Corsan, no Rio Grande do Sul – cheia de problemas –, conforme citamos. (– Intervenção fora do microfone.) É a mesma – exatamente – que está de olho na Copasa.

Olhe o que nós acabamos de citar: nós já citamos que a Europa está reestatizando, porque não deu certo. Nós já citamos, mais recentemente, a Sabesp. Nós citamos agora um monte de empresas cuja privatização não deu certo. Eu faço a pergunta: qual é a justificativa para se caminhar com essa proposta? Esqueça o Propag. Eu já dei um monte de opção aqui. Não tem nada a ver com o Propag. Copasa não resolve o problema. Quer privatizar para resolvê-lo? Veja a Codemig: são R\$35.000.000,00 no pau, se acelerar tudo aqui, e está resolvido; e não mexe na água do povo mineiro. Então acabou, esgotaram-se todos os argumentos. É por isso que ninguém sobe aqui para nos rebater. Acabaram os argumentos.

Mas, vejam vocês... Eu não vou tomar todo o tempo, porque já falei bastante. Mas o que eu quero dizer para os companheiros é que estou aqui, nesta Casa. (– Intervenção fora do microfone.) Como é, companheiro? Pois é, mas fica a critério dos companheiros. Eu venho aqui, defendo minhas ideias, trago os meus argumentos e digo por que tenho essa posição. Minha consciência fica muito tranquila. Foi o que eu falei no começo: eu queria ter estado aqui para dizer ao povo que fui uma das pessoas, um dos autores que ajudou a colocar na Constituição o seu direito a mais participação, mas, infelizmente, eu não estava aqui. Mas digo: estarei aqui para votar contra essa matéria e lutar para que esse direito não seja retirado.

Eu detestaria estar do lado dos vitoriosos, que deixarão seus nomes marcados como aqueles que tiraram o direito do povo de poder avançar. Mas vejam vocês: estou dizendo que isso é uma parte da luta, é o primeiro *round*. Depois, vem o 2º turno da PEC. Depois, caso seja aprovado – nós vamos lutar para que isso não ocorra –, virá o projeto de lei, em 1º turno, em 2º turno. Então vocês estão entendendo que, hoje, não está encerrando? Hoje é uma parte da luta.

Estou aqui há 11 anos e nunca participei de uma votação em uma reunião que varasse a madrugada com a presença e a ação tão forte de trabalhadores, como eu estou vendo aqui, hoje. Vocês não têm dimensão da história que vocês estão fazendo nesta Casa, hoje. Vocês não têm dimensão. Não, pelo contrário, estou dizendo que é surpreendente o que estou presenciando no dia de hoje.

Eu falei dos *rounds*; nós temos ainda alguns *rounds*. Já disse para vocês que nós temos esse *round* do 1º turno, teremos o do 2º turno; depois, teremos o do 1º e o do 2º turno do projeto. Mais adiante, teremos ainda mais um *round*, que é recorrer aos tribunais. A deputada Bella já disse, e nós precisamos apontar, deputada: retirar o dispositivo na Constituição viola alguns princípios constitucionais. É evidente que o Estado tem autonomia para definir a sua própria Constituição, mas ela não pode, de maneira nenhuma, confrontar o que está preconizado na Constituição, na Carta Maior, que é a Constituição Federal. De cara, a gente já identifica que, sendo aprovada essa medida, viola-se o princípio democrático, a soberania popular fundamentada no art. 1º da Constituição, contraria o art. 14 da Constituição Federal, que assegura a democracia direta. Ela configura retrocesso institucional e enfraquecimento da participação popular, ultrapassa os limites da autonomia estadual, afrontando princípios constitucionais, porque são sensíveis, previstos no art. 34, inciso VII, alínea “a”, da Constituição Federal. Ainda temos muita luta pela frente, companheirada. Para mim, a luta é igual a futebol, amigo, é igual a futebol. Isso é só o começo da primeira partida. Enquanto o juiz não apitar, na última partida, nos 45 minutos da prorrogação, nós podemos meter gol e ainda ser campeão desse campeonato.

Meu último recado é o seguinte: independentemente do resultado da votação, para mim, que vou viajar hoje, fazer agenda – estamos chegando às quatro horas da manhã –, valeu demais. Valeu demais ter estado aqui cada minuto, cada hora. E, se precisar, estarei de novo junto com cada companheiro e companheira. Foi uma honra e uma alegria estar aqui, neste primeiro momento. E eu só vou dizer para vocês o seguinte: voltem para casa, passem o fim de semana com suas famílias, descansem, recarreguem as baterias, porque, na semana que vem, nós estaremos de volta. Obrigado, gente. Estamos juntos.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Pessoal, fiquei pensando qual nome eu daria a esta reunião, Beatriz: silêncio dos ausentes ou dos semiausentes, porque eles se encontram lá dentro e correm para cá na hora em que chamam para contar quórum.

Não houve debate. Não debateram nas audiências públicas. Foram realizadas pelo menos três: uma com 1.500 pessoas; outra com 2.500; e a última com aproximadamente 6 mil. Foi lida, no máximo, uma carta. Eu me lembro do nome do danado, o Frederico. O presidente que apareceu lá leu uma carta pronta e foi embora. Não debateram nas seis reuniões, não debateram nas comissões, não foi isso, Bia? É um esculacho com a classe trabalhadora e com a sociedade.

Eu queria lembrar que nós tivemos uma experiência aqui, em 2019. Dois setores estão na mira dos empresários, dessas companhias especulativas: o saneamento e a energia. Em 2019, nós tivemos uma experiência interessante aqui: começaram essa discussão sobre a privatização da Cemig e tal, e foi feita uma audiência pública na Assembleia Legislativa sobre a experiência da privatização da energia em Goiás. Vieram deputados de Goiás para cá, para falarem mal da experiência de Goiás. E o espectro político desses deputados que vieram para cá era o espectro político de direita – foi a direita que veio falar contra a experiência da privatização em Goiás.

Também no setor de energia, nós tivemos recentemente... Depois foi privatizada a companhia energética de São Paulo. E aconteceu exatamente aquilo que nós estamos falando que deve acontecer: demissão de 30% dos trabalhadores. E São Paulo ficou vários dias, no período da chuva, sem luz. A culpa foi atribuída aos vendavais, que derrubaram árvores. Sim, mas lá sempre ocorre vendaval, que derruba árvores. O problema é que não há pessoas suficientes para ir lá religar a luz, porque um monte de gente foi demitida. E no Amapá também, com aquela empresa privada de energia. Lá eles ficaram uma semana, duas semanas sem energia.

Mesmo a gente falando dessas experiências, das experiências de privatização de saneamento em vários países do mundo, mesmo a gente falando que estão retornando, que as empresas estão sendo reestatizadas, não assimilam essa discussão. Há mais de 20 anos, empresas de saneamento foram privatizadas pelo mundo afora, e agora elas estão sendo reestatizadas. Será que vão ter que se passar 20 anos – e muitos não estarão aqui mais – para levarem a culpa? Estamos explicando, explicando, explicando e continuamos indo para o lado errado.

Acho que é importante lembrar que as águas e as terras-raras são a grande cobiça do imperialismo pelo mundo afora – já foi o petróleo, e continua sendo. Vejam o que estão fazendo com a Venezuela, que tem a maior quantidade de petróleo descoberto no mundo, muito superior à quantidade do Brasil. Há anos eles estão tentando dar um golpe. O exército dos Estados Unidos sequestrou o Chávez e teve que devolvê-lo por causa da reação popular. Aliás, abro parênteses: hoje o Flávio Bolsonaro defendeu que os Estados Unidos venham ao Rio de Janeiro para bombardear a Baía de Guanabara. É mole, gente? Enquanto fazemos este debate, ele disse isso para a imprensa. Para a imprensa, gente. Quem ainda não viu isso, depois procure.

Então é isso. O capitalismo traz a guerra para a humanidade. Estamos vendo o genocídio em Gaza, a guerra na Ucrânia e as mais de trinta guerras que acontecem pela África e não são noticiadas. E eles vão atrás da água ou pelo método da privatização, que está sendo feito aqui, ou pela guerra. Então nós, os companheiros e as companheiras do Bloco Democracia e Luta, estamos sentados aqui, até agora, fazendo esta discussão, porque somos militantes. Como disse o deputado Cristiano, vamos terminar esta reunião para cima, porque ainda vamos ter um processo desgastante como este no 2º turno. Vamos ter um processo desgastante como este se colocarem para votar a privatização no 1º turno, no 2º turno, com seis reuniões, com audiência pública, com debate, com tudo a que se

tem direito. Então será um longo caminho até chegarmos ao final desta discussão, mas vamos ganhar essa parada, pessoal. Sou vascaíno; não perco a esperança. (– Palmas.) O Vasco é o time da virada. E vamos ter que discutir novas estratégias daqui para frente, como disse a companheira Beatriz Cerqueira.

Então vamos terminar aqui, hoje. Parece que há mais duas falas, e a PEC deve ser colocada em votação. Mas eu chamo atenção para todas as falas feitas pelos deputados do Bloco Democracia e Luta, que apresentaram questões muito importantes. E as falas foram muito elucidativas, não é, gente? Elas foram muito elucidativas. Todo mundo já está com essa discussão na ponta da língua para levar para a sociedade e explicar o que está acontecendo aqui. Quero agradecer a todo mundo que está aqui até agora, até este momento, por toda a luta que está sendo feita. Força na luta, pessoal! Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidente, bom dia. Bom dia, deputados e deputadas. Bom dia. Vou ser muito breve, porque já falamos o suficiente, mas eu queria ainda fazer duas perguntas que não foram respondidas. A primeira: por que esconderam, por que colocaram em sigilo o valor da Codemig? A segunda: qual é o valor da Copasa? Essa resposta é essencial. Nós temos um estudo do Sindicato dos Engenheiros que fala em R\$18.000.000.000,00. Muito mais do que os R\$4.000.000.000,00 que estão dizendo. Nós vamos fazer esse debate.

O que eu quero aqui é encerrar, pelo menos, a minha participação, com um poema de Adélia Prado, que não trabalha em uma rádio de Divinópolis. (– Lê:) “A água mata a sede. Cozinha alimentos. ‘Lava o que é impuro’”. Mas também mata a fome, porque ela “‘rega o que está seco’ e cozinha alimentos”. Também, lembra Adélia Prado, que ela é associada, no cristianismo, à figura do Espírito Santo. “Dos elementos do universo, a água é um dos mais misteriosos e vitais. Não há ninguém que, ao ser convidado a construir uma imagem do paraíso, não sonhe com um paraíso cheio de águas cristalinas. Essas águas acordam em nós uma saudade do paraíso que nunca vimos, tal é a força evocativa do elemento água. Em todas as culturas, civilizações e religiões, a água é alçada a símbolo natural. Ela é muito mais do que um elemento utilitário. Ela é necessária à vida. A água” – encerra Adélia Prado – “tem uma força simbólica”.

Por essa força simbólica da água, caros amigos e amigas que ficaram aqui defendendo a Copasa, é que nós continuaremos nessa defesa, na certeza de que começamos apenas uma de muitas batalhas. Mas, pela força de vocês para estarem aqui até agora, por terem feito uma das mais lindas caminhadas pelas ruas de Belo Horizonte... Ao contrário. Não “ao contrário”. O deputado Betão é vascaíno, eu sou cruzeirense. E ontem, deputado Alencar, o que se dizia é que uma onda azul tomou conta das ruas de Belo Horizonte. Tenho certeza de que essa onda azul nos contagiou, e, pela força da água, nós lutaremos até o fim. Fica, Copasa, nas mãos do povo mineiro. Obrigado por tudo o que vocês fizeram.

O presidente – Obrigado, Professor Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – “Copasianos”, “copasianas”, trabalhadores e trabalhadoras, quero começar agradecendo. Agradecendo porque saio daqui com o compromisso de sentar junto e pensar em estratégias para que a gente continue defendendo... E aqui eu quero dividir com vocês duas coisas. Quero, primeiro, dizer que o resultado desta noite não é uma derrota. O resultado desta noite, desta madrugada que a gente passa junto, nesta vigília para cuidar da água, para cuidar do patrimônio do Estado, é um grande passo para a gente pensar as próximas estratégias.

Virão agora os projetos em que a gente vai poder ter maior incidência. Nós podemos pensar, juntos, em formas de provocar os tribunais. Isso tudo são ferramentas que estão nas nossas mãos para seguirmos na defesa da Copasa, mas também dos demais bens que o governador quer vender para atender a interesses de empresários e para encher o bolso de possíveis financiadores de campanha. Não é nisso que a gente acredita. Por isso, a gente sai daqui com a cabeça erguida. (– Intervenção fora do microfone.) Exatamente. Vamos sair daqui pensando no bem comum, nas famílias que precisam da tarifa social e nas comunidades tradicionais que precisam de água potável. E, sim, preservando-se o meio ambiente, garante-se água para as próximas gerações. Nós vamos sair daqui questionando

por que o governador não quer participar da COP30, por que ele não quer assumir compromissos com o meio ambiente e com as crises climáticas. Nós vamos sair daqui com o compromisso de defender os ribeirinhos, as comunidades tradicionais, os patrimônios que preservam a vida e garantem que a gente tenha vida para além dos quatro anos de Parlamento.

Muitos estão pensando apenas nos quatro anos, mas a gente está pensando na vida das próximas gerações. É por isso que nós vamos seguir defendendo a Copasa, defendendo a Cemig, defendendo os bens que garantem a soberania do Estado de Minas Gerais e que asseguram que as próximas gerações olhem para trás e se lembrem dos nomes que estiveram aqui, durante horas, dizendo por que é importante defender a água como bem público, e não como interesse privado.

Gente, parabéns pela luta. Parabéns por terem nos dado força aqui. Ouvindo a Beatriz, engasgada... É uma emoção saber que estamos fazendo parte de uma história da qual não teremos vergonha depois. Depois não teremos vergonha, ao dizer que avisamos: ao tirar o direito das pessoas de serem ouvidas, não resta dúvidas de que há coisa errada. Tentar privatizar um bem tão importante como a Copasa mostra que há algo errado nesse processo. A gente vai seguir de cabeça erguida, dizendo para o Estado de Minas Gerais e para os nossos netos que a política é um lugar em que é possível sonhar. Por isso, eu quero pedir a vocês que não desistam. Os próximos dias serão voltados para a gente pensar em como barrar essa situação que a gente está vivendo. Também vamos pensar no próximo governador, que, com certeza, não será mais dessa bandalheira, e será alguém que vai recuperar os bens públicos e fazer com que a água, esse bem de nosso estado, chegue a todas as casas, sem onerar famílias, sem matar pessoas e sem servir aos interesses de meia dúzia. Vamos juntos, gente. Essa não é a última palavra, mas o começo de uma virada. Contem com a gente nos próximos dias para fazer essa virada acontecer. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Quero mais vez cumprimentar os deputados e as deputadas presentes, bem como todos os telespectadores, agora já com um bom-dia de novo, não é?

Estamos nesta tribuna pela quarta vez, para fazer as nossas considerações, os nossos encaminhamentos. Eu volto aqui novamente para fazer um último apelo. Acho que ainda há tempo suficiente para que os deputados e as deputadas – 71 dos 77 deputados presentes neste Plenário hoje – possam fazer uma reflexão e votar contra a PEC nº 24, votar a favor do povo, votar pelo direito da população mineira de decidir se deseja ou não a privatização da Copasa. Esse é um momento marcante. Nós podemos fazer história na Assembleia Legislativa, que é a Casa do povo, trazendo um resultado que pode ser vitorioso para a população, votando “não” à PEC nº 24. Eu fico aqui, mais uma vez, registrando as minhas preocupações. Eliminar o referendo, tirar o direito da população de votar, privatizar a Copasa vai colocar o povo mineiro para pagar uma conta muito cara. Eu sei que a privatização não vai trazer nenhum tipo de avanço e de benefício para o nosso povo mineiro. A gente vai escutar isso nas ruas. Onde houve privatização, o povo pagou uma conta muito mais alta. Ainda é tempo de revermos a nossa posição e fazermos história aqui, na Assembleia.

A gente não pode deixar de parabenizar, de maneira muito especial, todos os trabalhadores e trabalhadoras da Copasa. Esta foi uma semana de muita unidade e de força aqui, na Assembleia, com todas as manifestações, com as audiências públicas e com o comparecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras. Podem ter certeza de que essa força de vocês, essa presença de vocês nos dá muito mais força para continuarmos lutando para que a vitória seja alcançada. E essa vitória é dos servidores, dos trabalhadores da Copasa e da Copanor e do povo de Minas. Eu digo e reafirmo que, ao chegar a esta Casa, fiz um compromisso comigo e estou renovando-o aqui, nesta manhã. Digo a vocês que, enquanto eu estiver deputado, não votarei contra servidor, contra servidora, contra trabalhador e contra trabalhadora. Nós estamos muito, mas muito renovados de energia, porque a carga positiva que vocês estão passando para continuarmos nessa luta é muito grande.

Tenho a certeza de que estamos já no final. Vamos buscar a votação. Temos a consciência tranquila e sabemos do nosso dever. Fomos eleitos pelo povo para defender políticas públicas em seu favor e buscar qualidade e dignidade de vida para ele. E tirar o referendo, uma obrigação que está na nossa Constituição, para mim, é votar contra o povo. Então deixo aqui, mais uma vez, a minha

manifestação de apoio a todos os servidores da Copasa e a todo o povo mineiro. Nós estamos firmes na luta. Haverá a votação agora, a votação em 2º turno e a votação, se for, da privatização. Podem contar com o nosso mandato e com o Bloco Democracia e Luta, pois estaremos com vocês até o final. Um grande abraço! Espero o apoio de todos os deputados para votarem “não” à PEC nº 24.

O presidente – Obrigado, deputado Celinho. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Companheiros e companheiras, chegamos à reta final do encaminhamento de votação desse projeto. Queria desejar uma boa noite ou quase um bom dia a todos e a todas que participaram desta noite, representando inúmeros servidores, trabalhadores, enfim, os cidadãos mineiros que compõem a maioria daqueles que se manifestaram contra essa PEC. Passamos das 4 horas da manhã. A maioria absoluta dos deputados está aqui desde às 10 horas da manhã, em várias reuniões. Nós estamos falando de quase 20 horas de reunião.

Em nome do nosso Bloco Democracia e Luta, quero registrar esse trabalho de união, de luta, de consistência e de unidade, que prova que ninguém é mais do que ninguém e, sem dúvida nenhuma, mostra o compromisso de cada um e de cada uma com aquilo em que acreditamos. Então, deputada Ana Paula, deputado Leleco, querido amigo Marquinho, Professor Cleiton, Celinho, Ricardo Campos, deputada Bella, Betão – com todo o trabalho que fez e tem feito –, Doutor Jean, Luizinho, querida Bia, querida Lohanna, nossa querida Leninha e todos que... Cadê o Cristiano? Dr. Hely. Estou olhando para o meio aqui. O Cristiano está lá no fundo. A todos que, ao longo... Do querido amigo Marquinho, falei no começo. Cadê a Andréia? Cadê a Andréia? Chamem Andréia aí, já chamem a Andréia! Ninguém é mais do que ninguém, como eu disse, mas me rendo àqueles que confiam no trabalho, na nossa condução do bloco e no desafio que é superar a cobrança e a pressão, acreditando que, no debate e na luta, mesmo se não convenceremos sobre a mudança do voto, somos capazes de sair convencidos de que valeu a pena. E valeu a pena cada minuto deste debate que não se encerra aqui. Este é o 1º turno de uma discussão longa. Mais do que o nosso trabalho e a participação de cada um, o nosso desafio é envolver a sociedade mineira e, sem desmerecer opinião adversa, defender aquilo em que acreditamos. É nessa luta que vamos continuar!

Na semana que vem, assim como nas outras, ainda teremos várias reuniões. É um debate que ainda vai se estender. Então que não nos curvemos e não desanimemos, mas que continuemos acreditando numa luta que nos moveu e nos promoveu a unidade e a força ainda maior ao sair daqui. Parabéns a cada um e a cada uma de vocês que acreditaram! Obrigado, deputados e deputadas; obrigado pela confiança. Nesta votação, com certeza, a consciência de cada um será respeitada. Espero, sobretudo, que cada um e cada uma possam sair daqui dispostos a continuar buscando aquilo que é melhor para o nosso povo. Não tenho dúvida de que a retirada histórica desse direito deixa uma marca – na nossa opinião – triste para a Assembleia e para o povo mineiro, mas estamos cientes de que esse trabalho não se esgota aqui e seguiremos firmes na luta. E, nesse sentido, quero pedir, mais uma vez, que não desistamos e continuemos juntos. Muito obrigado. Boa noite. Vamos encaminhar contrariamente à votação dessa PEC.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis, nos termos do art. 201, *caput*, do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 18 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão Especial.

– Registraram “sim”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Paulo (PRD)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PSD)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lincoln Drumond (PL)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram “não”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PL)

Hely Tarquínio (PV)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Luizinho (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

Declaração de Voto

O deputado Cassio Soares – Sr. Presidente e nobres colegas, de forma muito breve, quero agradecer a participação de todos os membros do nosso bloco, dos membros da base do governo que aprovaram essa PEC tão importante, que resistiram e ficaram aqui até este momento. Sr. Presidente, muito obrigado também pela condução dos trabalhos. A sua condução foi fundamental para o equilíbrio e para que a gente pudesse chegar até aqui, entregando esse resultado tão importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cassio.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando as extraordinárias de logo mais, às 6 e às 12 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 28, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2023, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/10/2025

Às 13h33min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Cassio Soares, Noraldino Júnior, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus, Leninha e Lohanna e os deputados Marquinho Lemos, Hely Tarquínio, Carlos Henrique, Ricardo Campos, Leleco Pimentel, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, João Magalhães, Doutor Jean Freire, Roberto Andrade, Tito Torres, Charles Santos, Zé Guilherme, Professor Cleiton, Betão, Adriano Alvarenga, Grego da Fundação, Lucas Lasmar, Luizinho e Zé Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e solicita ao deputado Noraldino Júnior que proceda à leitura da ata da reunião anterior, a requerimento da deputada Bella Gonçalves. Logo após concede a palavra à deputada Bella Gonçalves para retificação da ata, a qual não é deferida. Em seguida, considera a ata aprovada e solicita aos membros sua subscrição. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São apreciados pela comissão, cada um por sua vez, e rejeitados requerimentos da deputada Bella Gonçalves solicitando a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 e a votação nominal desse requerimento. Registram-se os votos favoráveis da deputada Bella Gonçalves aos referidos requerimentos. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Gustavo Valadares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Cassio Soares, presidente – Gustavo Valadares – João Magalhães – Leleco Pimentel.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/10/2025

Às 10h15min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Doorgal Andrada, Zé Laviola, Bruno Engler, Thiago Cota e Leleco Pimentel (substituindo o deputado Lucas Lasmar, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Magalhães e Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A

seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mail da Sra. Wanessa Lourenço Mendes dos Santos, recebido pelo *Fale com as Comissões* em 12/10/2025, em que solicita celeridade na apreciação do Projeto de Lei nº 3.495/2022; e ofício do deputado Professor Cleiton, encaminhando documentos para instruir a tramitação do Projeto de Lei nº 2.618/2024. A presidência determina a anexação dos documentos ao respectivo projeto. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.414, 4.438, 4.442, 4.450, 4.458, 4.460 e 4.462/2025, no 1º turno, e 2.426/2021 e 4.419, 4.421 e 4.459/2025, em turno único (deputado Bruno Engler); 4.375, 4.446, 4.448 e 4.477/2025, no 1º turno, e 4.416 e 4.447/2025, em turno único (deputado Doorgal Andrada); 4.377, 4.410, 4.426, 4.436, 4.452 e 4.457/2025, no 1º turno, e 4.408 e 4.418/2025, em turno único (deputado Doutor Jean Freire); 4.417/2025, no 1º turno, e 4.428/2025, em turno único (deputado Lucas Lasmar); 1.490/2023, 2.475/2024 e 4.404, 4.407, 4.430, 4.435, 4.441, 4.444, 4.445, 4.453, 4.463, 4.465 e 4.468/2025, no 1º turno, e 4.152/2017 e 4.029, 4.422, 4.425, 4.434 e 4.471/2025, em turno único (deputada Maria Clara Marra); 2.540/2021, 1.725/2023, 4.397, 4.400, 4.412, 4.431 a 4.433, 4.454, 4.461 e 4.472/2025, no 1º turno, e 1.146/2019, 4.423, 4.424, 4.455 e 4.456/2025, em turno único (deputado Thiago Cota); e 4.411 e 4.451/2025, no 1º turno (deputado Zé Laviola). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após votação, é aprovado requerimento do deputado Bruno Engler em que solicita sejam apreciados em primeiros lugares da Ordem do Dia os Projetos de Lei nºs 4.002, 4.084, 4.180, 4.319 e 4.460/2025, nessa ordem. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2025 e dos Projetos de Lei nºs 3.487 e 3.866/2025, estes na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Doorgal Andrada); 462/2019, 1.204/2023 e 4.338/2025, todos na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Maria Clara Marra); 2.541/2021, e 4.002 e 4.319/2025, todos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bruno Engler); 661 e 1.183/2023 e 2.980/2024, todos na forma do Substitutivo nº 1; 3.469/2025 com a Emenda nº 1 e 4.411/2025 (relator: deputado Zé Laviola); 4.190 e 4.231/2025, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e 4.358/2025 (relator: deputado Thiago Cota), todos no 1º turno. Na fase de discussão do parecer da relatora, deputada Maria Clara Marra, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.669/2024 com a Emenda nº 1, a presidência recebe as Propostas de Emenda nºs 1 e 2. Após votação, cada um por sua vez, o parecer é aprovado e a Proposta de Emenda nº 1 é rejeitada, esta prejudicando a Proposta de Emenda nº 2. O Projeto de Lei nº 724/2023 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por falta de pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.064/2023, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pela relatora designada, deputada Maria Clara Marra. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 3.771/2025, à Secretaria de Estado de Governo e ao autor; 3.843/2025, à Secretaria de Estado de Governo, à Prefeitura Municipal de Minas Novas e ao autor; 4.084/2025, à Secretaria de Estado de Governo, à Prefeitura Municipal de Muzambinho; 4.098/2025, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; 4.180/2025, à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Carlos Chagas; e 4.446, 4.448, 4.460 e 4.477/2025, à Secretaria de Estado de Governo, todos no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.642/2022 e 1.180/2023, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e 3.355/2021 (relator: deputado Zé Laviola); 4.296/2025 (relator: deputado Thiago Cota); 4.379 e 4.447/2025 (relator: deputado Zé Laviola, em virtude de redistribuição); e 4.419/2025 (relator: deputado Bruno Engler), todos em turno único. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 1.486/2023, à Secretaria de Estado de Governo; e 4.015, 4.320, 4.326, 4.381, 4.421, 4.455 e 4.459/2025, todos em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola – Maria Clara Marra – Thiago Cota – Beatriz Cerqueira – Professor Cleiton.

**ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/10/2025**

Às 17h55min, comparecem à reunião os deputados Tito Torres, Noraldino Júnior e Doutor Wilson Batista (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 18.019/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações sobre as ações relativas ao monitoramento da água do Córrego Pintado, realizado pela própria Refinaria Gabriel Passos – Regap – próximo ao local onde o efluente industrial tratado na refinaria é despejado, e que indicou parâmetros fora dos limites legais em diversas ocasiões, motivo pelo qual a Regap foi autuada pela Semad em 2017, 2020, 2022 e 2023, esclarecendo-se, uma vez que a compensação ambiental é pertinente em caso de licenciamento corretivo ou em fase de renovação ou revalidação de licença, por que nunca houve a aplicação da compensação ambiental relacionada às operações da Regap, em que pese o empreendimento ser de significativo impacto ambiental;

nº 18.031/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei nº 3.739/2025, do governador do Estado, que estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e energia no Estado, dispõe sobre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais – Arsae-MG – e dá outras providências, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag;

nº 18.160/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Lagoa da Petrobras, no Município de Ibirité, para acompanhar a evolução da situação de degradação ambiental e de assoreamento dessa lagoa e de seus afluentes, bem como para obter informações sobre as medidas que estão sendo tomadas pela Refinaria Gabriel Passos – Regap –, da Petrobras, para resolução desses problemas;

nº 18.161/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Refinaria Gabriel Passos – Regap –, no Município de Betim, para acompanhar as medidas e os projetos em curso, por parte da Petrobras, para a melhoria da qualidade ambiental e da situação de assoreamento da Lagoa da Petrobras;

nº 18.162/2025, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Refinaria Gabriel Passos, no Município de Betim, para acompanhar as medidas e os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Regap e pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, por meio do projeto Aquasmart, para a melhoria da qualidade ambiental e da situação de assoreamento da Lagoa da Petrobras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 18h15min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Ione Pinheiro, presidenta – Bella Gonçalves – João Magalhães.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 29/10/2025, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, do governador do Estado, que revoga os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2025****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.250/2024, dos deputados Luizinho e Duarte Bechir.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.898/2024, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 14.361 e 14.368/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 14.500 a 14.502 e 14.505/2025, da Comissão de Participação Popular; 14.555/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e 14.572/2025, da deputada Andréia de Jesus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.419/2025, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos nºs 14.416/2025, do deputado Enes Cândido; 14.561/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e 14.444, 14.478, 14.479, 14.536, 14.537, 14.613 e 14.614/2025, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 76/2025, do Tribunal de Contas.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.331/2025, do deputado Professor Cleiton; e 3.085/2024, dos deputados Rodrigo Lopes, Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN DO DIA 29/10/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.487/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.836/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 4.242/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 29/10/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.388/2025, do deputado Professor Cleiton.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.511/2025, da deputada Andréia de Jesus; 3.803/2025, do deputado Adriano Alvarenga; e 4.004/2025, do deputado Grego da Fundação.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.576/2024, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Doutor Jean Freire; 2.645/2024, da deputada Ione Pinheiro; 3.824/2025, do deputado Professor Cleiton; 3.855/2025, da deputada Andréia de Jesus; 3.910/2025, da deputada Carol Caram; 4.010/2025, da deputada Beatriz Cerqueira; 4.072/2025, da deputada Bella Gonçalves; e 4.075/2025, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.287/2025, do deputado Celinho Sintrocel.

Requerimentos nºs 14.297/2025 e 14.298/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; e 14.552/2025, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/10/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discutir e votar pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 14.569/2025, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 14.362; 14.377; 14.378 e 14.538/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 14.499/2025, da Comissão de Participação Popular; 14.570, 14.571, 14.573 e 14.574/2025, da deputada Andréia de Jesus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/10/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Bosco e Vítório Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a lutadora de jiu-jítsu Júlia Barreto, de 8 anos, por se destacar no esporte, alcançando importantes títulos nacionais e internacionais.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Coronel Henrique, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 3.388/2025, do deputado Professor Cleiton; de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.511/2025, da deputada Andréia de Jesus, 3.803/2025, do deputado Adriano Alvarenga, e 4.004/2025, do deputado Grego da Fundação; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.576/2024, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Doutor Jean Freire, 2.645/2024, da deputada Ione Pinheiro, 3.824/2025, do deputado Professor Cleiton, 3.855/2025, da deputada Andréia de Jesus, 3.910/2025, da deputada Carol Caram, 4.010/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, 4.072/2025, da deputada Bella Gonçalves, e 4.075/2025, da deputada Ione Pinheiro; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.287/2025, do deputado Celinho Sintrocel; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 14.297 e 14.298/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, e 14.552/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2024

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Arlen Santiago, Lincoln Drumond e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2024, do deputado Arlen Santiago e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.733/2025, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.419/2025, do deputado Sargento Rodrigues; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 14.416/2025, do deputado Enes Cândido, 14.561/2025, da Comissão de Direitos Humanos, e 14.444, 14.478, 14.479, 14.536, 14.537, 14.613 e 14.614/2025, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a adequação e a garantia da proteção social às famílias impactadas pela desapropriação e pela remoção decorrentes das obras de ampliação da BR-381, analisando especificamente as consequências socioassistenciais, a oferta de serviços, programas e benefícios e a integralidade da atenção aos direitos das famílias e indivíduos afetados.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Betão, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO**

– Foi recebido na 69ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 28/10/2025, o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 14.709/2025

Da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Renato Quirino Machado Júnior, o Sgt. PM Guilherme Wanderson de C. Silva, o Sgt. PM Marcelo Carlos Amaro, o Sgt. PM Fábio Henrique Tibúrcio, o Ten. PM Heres Marcelino de Oliveira, o Ten. PM Marcelo José de Sousa, o Cap. PM Vitor Pereira de Oliveira, o Sgt. PM Ueverson Martins da Silva, o Sgt. PM Divino Diniz da Silva, o Sgt. PM Sérgio Araújo Soares e o Sgt. PM Márcio Costa Lobo pelo sucesso da operação da Polícia Militar Rodoviária, ocorrida em 17/10/2025, na Rodovia MGC-497, na altura do Km 189, em Campina Verde, que resultou na apreensão de mais de meia tonelada de cocaína pura, uma das maiores apreensões de entorpecentes da história do Estado. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Requerimento nº 14.614/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.379/2025**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria da deputada Maria Clara Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação OuroMix Futebol Clube, com sede no Município de Iturama.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação OuroMix Futebol Clube, com sede no Município de Iturama, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, desenvolver atividades voltadas para a promoção do esporte, da inclusão e da assistência social, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Sua atuação tem como objetivo proporcionar amparo, ajuda, adaptação, habilitação e integração social, utilizando o esporte como ferramenta de transformação e desenvolvimento humano.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.379/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2025.

Coronel Henrique, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.020/2025**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a denominação do trecho da Rodovia MG-451 que liga os Municípios de Bocaiuva e Olhos D'Água.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 9/7/2025 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para parecer.

Cabe a esta comissão o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.020/2025 tem por escopo dar a denominação de Wan-Dyck Dumont ao trecho da Rodovia MG-451 compreendido entre o Km 0, no entroncamento com a MGC-135, no Município de Bocaiuva, e o Km 45,1, no Município de Olhos D'Água.

No que se refere à competência normativa, as matérias privativas da União, de interesse nacional, estão elencadas no art. 22 da Constituição da República. As que são reguladas pelo município, por sua vez, estão previstas no art. 30, que lhe assegura a prerrogativa de editar normas sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual para atender às suas peculiaridades. A regra básica para delimitar a competência dos estados está consagrada no § 1º do art. 25 do mesmo documento normativo, que lhe faculta tratar das matérias que não se enquadram no campo privativo dos demais entes federativos.

À luz desses dispositivos, a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da União ou do município, podendo ser objeto de disciplina jurídica por parte dos estados-membros.

Nesse sentido, a denominação de bens públicos estaduais deve observar a Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que, além de atribuir ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determina que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

É importante esclarecer, ainda, que a Constituição Mineira não inseriu o assunto no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia e aos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo adequada a apresentação da proposição pelos membros deste Parlamento.

Com relação ao homenageado, foi informado que Wan-Dyck Dumont ingressou na vida pública como vereador e que, posteriormente, foi eleito prefeito de Bocaiuva, tendo ocupado esse posto por três mandatos. Consta nos autos que o homenageado se destacou pela capacidade de articulação política e de promoção da conciliação inclusive entre grupos adversários, consolidando-se como uma liderança respeitada naquela comunidade. Seu falecimento se deu em 13/5/2007.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Estado de Governo enviou a Nota Técnica nº 141/2025, do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, por meio da qual este órgão se manifestou favoravelmente à pretensão da proposição em análise, uma vez que o bem público que se pretende nomear não possui denominação oficial.

Assim, não vislumbramos obstáculos à tramitação da matéria. Ressaltamos, por fim, que compete à comissão de mérito o exame pormenorizado do tema.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.020/2025 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.113/2025**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Neilando Pimenta, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores das Comunidades Rurais de Alegre, Santana e Barreiro – Asanbar –, com sede no Município de José Gonçalves de Minas.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 21/8/2025 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Cabe a esta comissão o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.113/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores das Comunidades Rurais de Alegre, Santana e Barreiro – Asanbar –, com sede no Município de José Gonçalves de Minas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado, na forma da lei, que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 33 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 42 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.113/2025 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.219/2025**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o 1º de Maio Futebol Clube, com sede no Município de Alvinópolis.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/8/2025 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude, para parecer.

Cabe a esta comissão o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.219/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública o 1º de Maio Futebol Clube, com sede no Município de Alvinópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o parágrafo único do art. 53 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere portadora do título de utilidade pública estadual; e o art. 64 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.219/2025 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Maria Clara Marra, relatora – Zé Laviola – Thiago Cota – Bruno Engler – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.399/2025**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Rafael Martins, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento do Turismo e Artesanato de Antônio Prado de Minas – Atuaprado.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 19/9/2025 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico, para parecer.

Cabe a esta comissão o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.399/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento do Turismo e Artesanato de Antônio Prado de Minas – Atuaprado.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 47 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o parágrafo único do art. 54 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade sem fins lucrativos.

Embora todos os requisitos para que a instituição seja declarada de utilidade pública tenham sido satisfeitos, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, a fim de adequar o texto à técnica legislativa.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.399/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento do Turismo e Artesanato de Antônio Prado de Minas – Atuaprado –, com sede no Município de Antônio Prado de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento do Turismo e Artesanato de Antônio Prado de Minas – Atuaprado –, com sede no Município de Antônio Prado de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigo na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.456/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Zé Guilherme, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Bairro Planalto – Nova Serrana-MG, com sede no Município de Nova Serrana.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 2/10/2025 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, para parecer.

Cabe a esta comissão o exame preliminar do projeto quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.456/2025 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Bairro Planalto – Nova Serrana-MG, com sede no Município de Nova Serrana.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 32, “e”, veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 41 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (novo marco regulatório das organizações sociais), preferencialmente com o mesmo objeto social da associação extinta.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.456/2025 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Thiago Cota, relator – Zé Laviola – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 469/2023

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Thiago Cota, a proposição em epígrafe proíbe as operadoras de planos de saúde limitar consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Desenvolvimento Econômico. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo visa impedir que as operadoras de planos de saúde limitem consultas e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia de pacientes com transtorno do espectro autista – TEA. O projeto prevê ainda que, se não houver disponibilidade de horário com profissional para realizar o atendimento, a operadora do plano deve reembolsar em até 30 dias úteis o gasto do paciente que realizar a consulta com outro profissional. O art. 3º da proposição determina a aplicação de penalidades às operadoras de planos de saúde no caso de não cumprimento do disposto. O autor do projeto justifica sua apresentação alegando que a eficácia do tratamento das pessoas com TEA depende da agilidade e constância do atendimento, bem como do atendimento multiprofissional, mas que as operadoras de planos de saúde restringem o número de consultas para esses pacientes.

O TEA é uma síndrome caracterizada pela deficiência persistente e significativa da comunicação e da interação social, bem como por padrões restritivos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipossensibilidade ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. O transtorno não é uma doença, mas uma condição de desenvolvimento cerebral, com manifestações variadas e em diferentes graus. Aqueles com essa condição podem encontrar barreiras na sociedade que dificultem sua participação plena e efetiva, motivo pelo qual são considerados pessoas com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 12.764, de 2012, e também da legislação estadual vigente. Quanto mais cedo for realizado o diagnóstico, melhor o prognóstico: a intervenção precoce baseada em evidências e realizada por uma equipe multiprofissional com fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional pode melhorar o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicação e amenizar manifestações comportamentais desafiadoras, tendo efeito direto na qualidade de vida das pessoas com TEA.

O SUS oferece uma rede de apoio e assistência a pacientes com essa condição. Na atenção especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por exemplo, há 263 Centros Especializados em Reabilitação – CER –, que são pontos de atenção ambulatorial responsáveis por diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia de assistiva (tecnologia de apoio). Já os Centros de Atenção Psicossocial infantil – CAPSi – atendem pessoas com autismo e realizam avaliações multiprofissionais com equipes compostas por médico psiquiatra ou neurologista e profissionais da área de reabilitação. Cabe a esses profissionais verificar o impacto do processo terapêutico no desenvolvimento global da criança, a fim de estabelecer um Projeto Terapêutico Singular, isto é, um conjunto de propostas e condutas terapêuticas articuladas para promover o bem-estar de cada paciente de forma interdisciplinar. Além dessa rede de apoio disponível no SUS, em 2021 o Ministério da Saúde lançou a linha de cuidado para crianças com TEA, com o fim de organizar os fluxos de cuidados e atenção, favorecendo ações de detecção precoce.

No que se refere à oferta de serviços a pessoas com TEA pela rede privada, a Resolução Normativa nº 469, de 2021, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS –, alterou a Resolução Normativa nº 465, de 2021, para regulamentar a cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. A alteração eliminou dos planos regulamentados as limitações de número de sessões de psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia a pessoas com TEA. Dessa forma, os planos já não podem mais limitar o número de sessões com esses profissionais, e a quantidade de intervenções deve ser definida pelo médico que acompanha o paciente.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar preliminarmente o projeto em epígrafe, ponderou que no julgamento da ADI nº 7152, em abril de 2025, a Suprema Corte entendeu que lei estadual que dispunha sobre as obrigações dos planos de saúde em relação a pessoas com TEA tinha invadido competência legislativa privativa da União sobre direito civil e política de seguros. Considerando esse entendimento, aquela comissão apresentou o Substitutivo nº 1 para eliminar do projeto dispositivos inconstitucionais. No substitutivo apresentado, propõe alterar a Lei nº 16.316, de 2006, que dispõe sobre o fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde, para ampliar o escopo do art. 1º, determinando que as operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde deverão fornecer ao consumidor informações e documentos em caso de negativa de consultas, tratamento, internação e sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicoterapia, especialmente das pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista ou com doenças graves, incapacitantes ou limitantes.

Estamos de acordo com os termos gerais do substitutivo apresentado, mas consideramos mais adequado alterar a Lei nº 24.786, de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado. Dessa forma, esperamos que as operadoras de planos e seguros de saúde informem aos responsáveis por beneficiários com TEA ou os próprios beneficiários sobre a garantia de número ilimitado de sessões com profissionais de psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia, nos termos da legislação vigente. Aproveitamos a oportunidade para substituir, no texto da lei citada, a expressão “Transtorno do Espectro do Autismo” pela expressão “Transtorno do Espectro Autista”, tendo em vista

que este é o termo utilizado na Lei Federal nº 12.764, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa também é a terminologia utilizada na versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – 5. Por essa razão, apresentamos o Substitutivo nº 2 ao final deste parecer.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 469/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 24.786, de 6 de junho de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 24.786, de 6 de junho de 2024, o seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A – As operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde informarão os beneficiários com TEA ou seus responsáveis sobre a garantia de número ilimitado de sessões de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e terapia ocupacional para esses beneficiários, nos termos da legislação vigente.”.

Art. 2º – Fica substituída, no art. 1º e na ementa da Lei nº 24.786, de 2024, a expressão “Transtorno do Espectro do Autismo” pela expressão “Transtorno do Especto Autista”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Maria Clara Marra, presidente – Cristiano Silveira, relator – Professor Wendel Mesquita.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 491/2023

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Marli Ribeiro, o projeto em análise “altera a Lei nº 16.077, de 26 de abril de 2006, que institui a Política Estadual de Saúde Vocal”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 4/5/2023, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta comissão para receber parecer sobre a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto visa instituir que, nas ações estatais de adequação do ambiente de trabalho do professor, com o fim de reduzir seu esforço vocal e garantir seu melhor desempenho fônico, seja incluída a disponibilidade de equipamentos de transmissão e amplificação da voz, na forma de regulamento e respeitada a disponibilidade orçamentária.

No tocante à competência para legislar sobre o tema, cumpre informar que o Estado é competente para tratar da matéria, nos termos do art. 24, incisos IX e XII, da Constituição da República. Os citados dispositivos constitucionais conferem à União e ao estado federado a competência para legislar concorrentemente sobre educação e sobre proteção e defesa da saúde.

Quanto à iniciativa legislativa, é de se observar que o texto da proposição em análise não cria órgãos públicos nem modifica suas competências, tampouco versa sobre regime jurídico de pessoal. A matéria é tratada sob o prisma da afirmação de direitos subjetivos dos cidadãos, no caso, dos professores, o que é lícito ao legislador na forma do inciso II do art. 5º da Constituição da República.

Além disso, nos termos propostos, a proposição não vai de encontro aos princípios e ditames estabelecidos na Lei de Responsabilidade fiscal – LRF – por não estabelecer a fonte de receita que suportaria o referido investimento, além de impor mais um ônus ao Estado diante da situação financeira e orçamentária deficitária em que se encontra, pois estabelece a observância da necessidade e da disponibilidade orçamentária para a instalação de equipamentos de transmissão e amplificação da voz.

Nesse sentido, cabe ressaltar que tramitou nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.600/2015, que pretendia obrigar os estabelecimentos de ensino público e privado a disponibilizar, nas salas de aula, sistema de sonorização para o corpo docente. Tal projeto, recebeu parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça e das comissões de mérito subsequentes, considerando os Substitutivos nºs 1 e 2 elaborados pelas comissões. Ele estava pronto para ordem do dia em plenário em segundo turno e foi arquivado devido ao final da sessão legislativa.

Este Projeto de Lei nº 491/2023 reproduz o substitutivo nº 2 do Projeto de Lei nº 1.600/2015 e, como não há fato superveniente que altere o posicionamento desta Casa, entendemos que não há obstáculos jurídico-constitucionais para a sua tramitação.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 491/2023.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Bruno Engler, relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 850/2023

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Dr. Maurício, a proposição em epígrafe “reconhece como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais o ‘Pastel de Farinha de Milho’ confeccionado no Município de Pouso Alegre”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 15/6/2023, o projeto foi distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado o pastel de farinha de milho confeccionado no Município de Pouso Alegre.

De acordo com a justificativa apresentada pelo autor:

Embora sua origem seja marcada por fatos históricos com registros escassos e desconhecidos, sabe-se que o pastel de farinha de milho surgiu em Pouso Alegre no ano de 1928, no Antigo Mercado Municipal. A história do município remonta ao despertar social e econômico da rica região sul mineira, com o devassamento pelos bandeirantes paulistas do Alto Sapucaí datando aproximadamente de 1596. O pastel de farinha de milho, ao fazer parte dessa história e

tradição local, se tornou um símbolo da identidade cultural de Pouso Alegre.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 da CR estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No que se refere à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, inciso VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais. Em Minas Gerais, vigora o Decreto nº 42.505, de 2002, que organiza o registro de bens culturais imateriais por sua inscrição, equivale dizer, por sua descrição, em um dos quatro Livros de Registro: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares.

Outro aspecto que merece atenção é o fato de que, embora o projeto esteja de acordo com a terminologia determinada pela Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, para maior segurança dos parlamentares que se posicionam sobre a matéria no Plenário, temos adotado um modelo pré-definido para as proposições que versam sobre o relevante interesse cultural. Assim, o substitutivo que apresentamos na conclusão deste parecer tem por finalidade promover ajustes que visam a padronização do texto, mas sem alterar a essência da proposta original.

Por fim, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à comissão seguinte realizar essa análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 850/2023, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o pastel de farinha de milho produzido no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o pastel de farinha de milho produzido no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.323/2024

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Adriano Alvarenga, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a municipalização de trecho da Rodovia AMG-1720 localizado no Município de Ponte Nova.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 30/5/2024, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública, para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a esta comissão, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da proposição, conforme dispõe o art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.323/2024, em seu art. 1º, determina a transferência ao Município de Ponte Nova da responsabilidade e do domínio sobre o trecho da Rodovia AMG-1720 compreendido entre o Km 0 + 138 e o Km 0 + 621, com a extensão de 438m.

No art. 2º, a proposição estabelece que caberá ao Município de Ponte Nova, a partir da publicação da lei em questão, a administração, operação, manutenção, conservação e o exercício de quaisquer tratativas, direitos e obrigações relativos ao referido trecho.

De acordo com a classificação estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro, estradas e rodovias são bens de uso comum do povo, pois destinam-se ao uso coletivo e, em situações normais, não se sujeitam a autorização prévia do Estado nem a pagamento por sua utilização.

É importante observar que, por tal razão, a transferência do citado trecho ao patrimônio do Município de Ponte Nova não implica alteração em sua natureza jurídica, uma vez que ele continuará inserido na comunidade como meio de passagem pública. A modificação básica incidirá somente sobre a titularidade do bem, que passará a integrar o domínio público municipal e, consequentemente, será o Município de Ponte Nova que assumirá a responsabilidade pelas obras de sua manutenção e conservação.

Com relação à transferência da titularidade de imóveis públicos, as regras básicas constam no art. 18 da Constituição do Estado, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, excepcionando-se a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei. Há que se observar também o art. 76 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, o qual determina, em seu inciso I, que a alienação de bens imóveis exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão, dispensada esta última no caso de doação.

Para que determinado bem imóvel do Estado seja objeto de doação, que é uma forma de alienação, é imprescindível sua desafetação, ou seja, a perda de sua finalidade pública. Esta ocorre normalmente na própria lei que autoriza a transferência do bem, seja de maneira explícita, conforme consta no art. 1º do projeto de lei em análise, seja de forma implícita, quando não há referência expressa à desafetação.

Ademais, é imperativa a subordinação da transferência ao interesse público. Cuida-se, aliás, de princípio de observância obrigatória pela administração estadual, pois, no trato da coisa pública, prepondera o que é conveniente para a coletividade. A proposição em exame, ao destinar o trecho a servir como via pública municipal, possibilitando à administração local realizar obras para sua conservação, vai claramente ao encontro do interesse dos munícipes.

Instada a se manifestar sobre a matéria, a Secretaria de Estado de Governo encaminhou a Nota Técnica nº 126/2024, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, em que esta autarquia se pronuncia favoravelmente

à transmissão de domínio pretendida. O DER-MG pontuou, entretanto, a necessidade de correção dos marcos quilométricos inicial e final do trecho.

O Município de Ponte Nova, por meio do Ofício nº 217/2024, solicitou a transferência de domínio do trecho em questão para o município.

Não há óbice, portanto, à tramitação do projeto Porém, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, tão somente para realizar a retificação apontada na manifestação do Poder Executivo e para melhor adequar o texto à técnica legislativa.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.323/2024 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Ponte Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia AMG-1720 compreendido entre o Km 0 e o Km 0,621, com a extensão de 621m (seiscentos e vinte e um metros).

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ponte Nova a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Ponte Nova e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.443/2024

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Carlos Henrique, o projeto de lei em epígrafe “estabelece a política estadual unificada para responder aos sinistros de trânsito envolvendo animais em via pública”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora vem o projeto a esta comissão para dela receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 102, VIII, combinado com o art.188, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende estabelecer a política estadual unificada para responder aos sinistros de trânsito envolvendo animais em via pública, cujos objetivos são a prevenção e a resposta integrada a acidentes e vítimas envolvendo animais; e a construção de uma gestão eficiente e capacitada, capaz de coordenar os atores e os recursos necessários para implementação, avaliação e monitoramento da evolução da política.

Assim, a proposição trata de uma ação integrada e coordenada entre os órgãos corresponsáveis pela segurança pública, meio ambiente, segurança viária, transportes, agricultura e pecuária visando: a difusão e o intercâmbio de informações e conhecimento, como estatísticas, programas de boas práticas e indicadores de desempenho; a mobilização de usuários, segmentos empresariais, educacionais, técnicos e acadêmicos para encontrar soluções e ações operacionais e administrativas viáveis para o controle e a redução dos sinistros de trânsito e vítimas envolvendo animais; o planejamento e a estruturação de infraestrutura física e de sinalização buscando a mitigação de risco, em especial em locais com maior incidência de registros de ocorrências de sinistros envolvendo animais.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou empecilho quanto à iniciativa parlamentar para deflagrar a matéria, nem quanto à competência legislativa sobre o tema. No entanto, a fim de preservar a autonomia do poder público para a realização das ações administrativas que lhe competem, apresentou o Substitutivo nº 1. O novo texto altera a Lei nº 21.733, de 2015, a qual estabelece as diretrizes e os objetivos da política estadual de segurança pública, para nela inserir dispositivo relativo ao desenvolvimento de política de prevenção e resposta integrada aos sinistros de trânsito envolvendo animais nas rodovias estaduais.

Quanto à análise de mérito que cabe a esta comissão, lembramos que é comum e crescente a ocorrência de acidentes que envolvem animais na pista, sejam eles silvestres ou domésticos, nas rodovias do Estado. A título de exemplo e conforme informações do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, a Polícia Militar Rodoviária do Estado atendeu, em 2022, a 99 chamadas envolvendo atropelamento de animais nas Rodovias MG-10 e MG-424, no vetor norte de Vespasiano (São José da Lapa/Lagoa Santa), cujas causas presumidas são animais de grande porte na pista. Já em 2023, apenas de janeiro a junho, esse número chegou a 115 chamadas desse tipo nas duas rodovias.

Quando encontrados em vias públicas, no caso de animais silvestres, é importante comunicar o fato à Polícia Militar Ambiental ou aos Bombeiros, que podem encaminhá-los a um dos Centros de Triagem e Reabilitação – Cetras – do Instituto Estadual de Florestas – IEF. Lá eles são avaliados por veterinários e biólogos, recebem tratamento, são microchipados e reabilitados para serem soltos em seu habitat natural. Para animais domésticos, deve-se acionar a empresa concessionária da rodovia ou reportar o problema aos órgãos responsáveis. O DER-MG realiza campanhas de conscientização sobre o problema, e o Programa Estadual de Resgate Animal investe em ações de prefeituras e ONGs para o recolhimento de animais abandonados.

Cabe destacar estudo publicado em 2018 pelo Centro Brasileiro de Ecologia de Estradas – CBEE –, segundo o qual cerca de 475 milhões de animais selvagens são vítimas de atropelamento anualmente no Brasil, a maioria na Região Sudeste. Em razão disso, o MPMG criou, no mesmo ano, o projeto “Diagnóstico dos Efeitos da Infraestrutura Viária na Biodiversidade de Minas Gerais (Bioinfra-Minas)”, com o objetivo de avaliar os impactos das rodovias na fauna estadual e a gestão ambiental das operadoras desses empreendimentos.

Diante dos dados apresentados, observa-se a relevância da proposta em análise. Nesse sentido, concordamos com o aprimoramento da matéria trazido pela comissão precedente e consideramos que o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.443/2024, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Ione Pinheiro, presidenta e relatora – Bella Gonçalves – João Magalhães.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei complementar em epígrafe “altera o inciso II do art. 109 da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.”.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 28/8/2025, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer.

Cabe agora a esta comissão emitir parecer sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise altera o inciso II do art. 109 da Lei nº 5.301, de 1969, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, de modo a incluir os avós na relação de familiares cujo falecimento enseja ao militar o direito à dispensa do serviço.

Conforme expõe o autor na justificação do projeto, o texto original do dispositivo omite os avós no rol de familiares cujo falecimento enseja a concessão da dispensa do serviço. Tal exclusão representa omissão sensível, considerando que os avós, em grande parte dos núcleos familiares, exercem funções socioafetivas fundamentais na formação, educação e sustentação emocional de seus descendentes.

Do ponto de vista jurídico, de acordo com o art. 39 da Constituição do Estado, os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar serão regidos por estatuto próprio, a ser definido em lei complementar. Ademais, não há restrição à iniciativa parlamentar no que tange às regras que hão de integrar tal estatuto, sobretudo por não acarretarem despesas públicas, à vista do art. 66 da mesma Constituição.

Quando da análise de mérito nas comissões competentes, será verificado o cabimento da medida tencionada na proposta em exame.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 78/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Bruno Engler, relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.588/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição em análise, de autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, “confere ao Município de Luz o título de Capital do Rodeio e institui a Semana do Rodeio, a ser comemorada anualmente durante a realização da Expoluz.”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 4/4/2025, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Fundamentação

O projeto sob comento pretende conceder ao Município de Luz o título de Capital do Rodeio e instituir a Semana do Rodeio.

Conforme justificativa apresentada pelo autor, a cidade sediou, em 1943, o primeiro rodeio de caráter continuado do Brasil, marco que a consagrou como berço dessa manifestação cultural. O evento, atualmente realizado durante a Expoluz, mantém viva a tradição, impulsiona a economia local e fortalece a identidade sertaneja. A iniciativa, portanto, busca valorizar e preservar o patrimônio cultural luzense, promovendo o turismo e a difusão de práticas culturais tradicionais.

No que concerne aos aspectos constitucionais, os quais compete a esta comissão analisar, não vislumbramos óbice jurídico quanto à iniciativa parlamentar para inaugurar o processo legislativo, uma vez que o art. 66 da Constituição do Estado não impõe nenhuma restrição a tal procedimento.

No que diz respeito à competência para legislar sobre o tema, cumpre-nos esclarecer que o princípio fundamental a orientar o legislador constituinte na divisão de competências entre os entes federativos é o da predominância do interesse. Assim, competem à União as matérias de predominante interesse nacional e aos estados, as de predominante interesse regional, restando aos municípios as de predominante interesse local. Sob esse aspecto, também, não vemos empecilho à disciplina do tema por lei estadual, uma vez que prevalece o interesse regional para sua disciplina.

Ademais, segundo dispõe o § 1º do art. 25 da Constituição Mineira, “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”.

Visto o aspecto formal, esclarecemos que à Comissão de Cultura caberá analisar a proposição sob o ponto de vista do mérito, no momento oportuno.

Diante da impossibilidade de tramitação da instituição da data comemorativa por falta de pressupostos regimentais, apresentamos o Substitutivo nº 1, a fim de suprimir esse comando e adequar a redação da proposição à técnica legislativa

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 3.588/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Confere ao Município de Luz o título de Capital do Rodeio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Luz o título de Capital Estadual do Rodeio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Bruno Engler, relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.834/2025**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Oscar Teixeira, o projeto em epígrafe “reconhece como de relevante interesse cultural e religioso do Estado a Igreja de Pedras do Bom Jesus de Matozinhos, no Município de Várzea da Palma”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 6/6/2025, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende, em síntese, reconhecer como de relevante interesse cultural e religioso do Estado a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, no Município de Várzea da Palma.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Quanto à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Nesse contexto, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 24.219, de 2022, que “institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais”. A partir da vigência dessa lei, esta comissão passou a observar um padrão para esse tipo de projeto, e, com esse objetivo, apresentamos o substitutivo que consta na conclusão deste parecer.

Com efeito, o projeto em apreço parece coerente com os objetivos e requisitos dessa nova lei. De toda sorte, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à Comissão de Cultura, a seguir, realizar essa análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.834/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, no Município de Várzea da Palma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, no Município de Várzea da Palma.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Bruno Engler, relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.851/2025

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria da deputada Nayara Rocha o Projeto de Lei nº 3.851/2025 institui o programa Empresa Solidária.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Compete agora a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito da proposição, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise visa instituir o programa Empresa Solidária para estimular a participação de empresas no apadrinhamento de entidades sociais e filantrópicas sem fins lucrativos, sobretudo as que prestam atendimento a pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade, por meio da compensação de valores de contribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

As entidades que prestam atendimento às pessoas com deficiência desempenham papel fundamental na promoção da inclusão social e da autonomia dessas pessoas. Tais instituições atuam de forma complementar ao poder público, oferecendo serviços de reabilitação, educação, qualificação profissional, apoio social e psicológico a pessoas com deficiência, além de atuarem na defesa dos seus direitos e na conscientização da sociedade sobre a importância da acessibilidade e do respeito à diversidade.

Uma das principais entidades que atuam no setor é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae. Com uma rede de mais de 2.255 unidades em todo o País e 432 só em Minas Gerais, a Apae desempenha papel fundamental nas áreas de prevenção e saúde, educação, assistência social e inclusão no mercado de trabalho, atendendo mais de 1,6 milhão de pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla.

As Apaes não têm fins lucrativos e dependem de recursos públicos ou doações para se manterem e continuarem a prestar serviços para a sociedade. Assim, o projeto em análise parece-nos plenamente justificável, uma vez que propõe incentivar as empresas a contribuírem financeiramente com entidades que atendem pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade social, em contrapartida à compensação do ICMS.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, avaliou que o projeto em exame não apresenta problemas de competência e de iniciativa, mas ponderou que a concessão de incentivos fiscais, notadamente de ICMS, depende da celebração de convênio autorizativo no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz. Além disso, esclareceu que a instituição de programa é uma atribuição do Poder Executivo que pode ser efetivada por meio de decreto do governador do Estado ou por meio de resolução de secretário de Estado, conforme o caso, não havendo necessidade de lei formal para a sua implementação. Assim, apresentou o

Substitutivo nº 1, em que propõe inserir o cerne do projeto em análise na Lei nº 6.763, de 1975, norma que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais.

Estamos de acordo com os argumentos da comissão precedente e com a proposta de alteração da Lei nº 6.763, de 1975. No entanto, visando restringir a concessão de isenção de ICMS a contribuintes que prestem ajuda financeira a instituições que atendem pessoas com deficiência ou pessoas em vulnerabilidade social, bem como eliminar exemplificações que não cabem em texto legal, apresentamos o Substitutivo nº 2.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.851/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Acrescenta artigo à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, o seguinte art. 32-P:

“Art. 32-P – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao contribuinte crédito presumido equivalente ao valor destinado por esse contribuinte para as entidades sociais e filantrópicas sem fins lucrativos que prestem atendimento a pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, observadas as condições previstas neste artigo e em regulamento e desde que seja atendido o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e que haja autorização em convênio celebrado e ratificado pelos estados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 24, de 1975.

Parágrafo único – O recebimento do crédito presumido de que trata o *caput* fica limitado, em cada período de apuração, na forma prevista em regulamento, a até 5% (cinco por cento) do saldo devedor de ICMS do contribuinte.”.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Maria Clara Marra, presidente e relatora – Cristiano Silveira – Professor Wendel Mesquita.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.964/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Nayara Rocha, o projeto de lei em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Semana da Cultura Cristã, realizado no Município de Pedro Leopoldo.

Publicada no Diário do Legislativo de 26/6/2025, a matéria foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, para parecer.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o evento Semana da Cultura Cristã, realizado anualmente no Município de Pedro Leopoldo.

Nos termos da justificção do projeto, a Semana da Cultura Cristã, é uma celebração que transcende os aspectos religiosos, consolidando-se como um importante evento cultural, social e econômico para toda a região e vem se fortalecendo a cada edição, reunindo milhares de pessoas, não apenas do município, mas também de cidades vizinhas e de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O evento é marcado por uma programação diversificada, que contempla apresentações musicais, momentos de oração, palestras, atividades culturais, ações sociais e de solidariedade, além de manifestações artísticas.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No que se refere à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais.

Em Minas Gerais, vigora a Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a Política Cultural do Estado de Minas Gerais. De acordo com o art. 1º da Lei nº 24.219, de 2022, e o art. 3º-B da Lei nº 11.726, de 1994, o relevante interesse cultural é um título que, concedido pelo Poder Legislativo, mediante lei específica, visa valorizar, promover e difundir bens, manifestações e expressões da cultura mineira. Assim, o reconhecimento em questão deve tramitar sob a forma de projeto de lei, que pode ser tanto de iniciativa parlamentar como do governador do Estado.

Esclarecemos, por fim, que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da matéria, cabendo à Comissão de Cultura, a seguir, realizar essa análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.964/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.986/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 3/7/2025, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública, para parecer.

Cabe a esta comissão, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da proposição, nos termos do art. 188 e do art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Na reunião de 19/8/2025, esta relatoria solicitou, nos termos do art. 301 do Regimento Interno, fosse o projeto encaminhado à Secretaria de Estado de Governo, para que informasse esta Assembleia sobre a situação efetiva do imóvel e se haveria algum óbice à transferência de domínio pleiteada.

De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 3.986/2025, em seu art. 1º, de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel com área de 2.500m², situado na Praça Nossa Senhora da Penha, nº 304 (Largo da Matriz), Distrito de Penha de França, naquele município, registrado sob o nº 1.895, à fl. 88 do Livro 2-F, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba.

O parágrafo único desse artigo estabelece que o bem será destinado ao funcionamento de uma unidade estratégica da saúde da família – ESF –, e o art. 2º determina a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, exaurido o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a finalidade assinalada.

As regras básicas que condicionam a alienação de bens da administração constam no art. 18 da Constituição do Estado, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Há que se lembrar também o art. 76 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Para bens imóveis, o inciso I desse dispositivo exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão, dispensada esta última no caso de doação. Em acréscimo, essa norma determina a subordinação da transferência de domínio ao interesse público.

Cabe observar que a Prefeitura Municipal de Itamarandiba, por meio do Ofício nº 51/2025, solicitou a doação do imóvel em questão, informando que a Unidade Básica de Saúde do Distrito de Penha de França já funciona no local.

Em resposta ao requerimento desta Comissão, a Secretaria de Estado de Governo enviou a Nota Técnica nº 347/2025, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio da qual este órgão informou sua concordância com a alienação pleiteada. Explicou que o bem está vinculado ao uso da Secretaria de Estado de Saúde, que, consultada, aquiesceu com a transferência em apreço.

Nesses termos, não há óbice à tramitação da matéria. Porém, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, com o propósito de adequar a redação da proposição à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.986/2025 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel com área de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), situado na Vila de Penha de França, naquele município, registrado sob o nº 1.895, à fl. 88 do Livro 2-F, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de unidade estratégica de saúde da família – ESF.”.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Zé Laviola – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.060/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Ana Paula Siqueira, o projeto de lei em epígrafe “institui a Política Estadual de Estímulo ao Turismo Feminino Seguro no Estado, visando promover a segurança e a autonomia das mulheres que viajam sozinhas ou em grupo ou que trabalham no setor turístico.”.

Publicada no Diário do Legislativo em 7/8/2025, foi a proposta remetida às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para parecer.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Conforme determinado pela Presidência, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 173 do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 4.335/2025, de autoria da deputada Ione Pinheiro, por guardarem semelhança entre si.

Fundamentação

O projeto de lei em exame pretende instituir a Política Estadual de Estímulo ao Turismo Feminino Seguro, estabelecendo objetivos e diretrizes para as ações governamentais que estimulem e promovam o turismo feminino seguro em Minas Gerais, como a capacitação de prestadores de serviços, protocolos de segurança, apoio ao empreendedorismo feminino e selo de boas práticas, entre outras medidas.

A instituição dessa política, com diretrizes voltadas à segurança, valorização e promoção da participação da mulher no setor turístico, encontra fundamento constitucional notadamente nos arts. 23, inciso V, e 24, incisos VII e VIII, da Constituição da República.

Nos termos do art. 23, V, é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e ao turismo para todos os cidadãos. Essa competência comum autoriza a atuação estadual em ações de fomento, incentivo e promoção do turismo, especialmente quando relacionadas à inclusão social, à equidade de gênero e à proteção de grupos vulneráveis.

Ademais, a iniciativa encontra amparo nos princípios constitucionais da igualdade e da proteção à mulher, consagrados nos arts. 3º, IV, e 5º, I, da Constituição Federal, bem como no art. 226, § 8º, que impõe ao Estado o dever de coibir a violência no âmbito das relações familiares e, por interpretação sistemática, qualquer forma de discriminação ou vulnerabilidade decorrente do gênero. Ainda, no que se refere à temática do turismo, o art. 180 da mesma Constituição Federal determina expressamente que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”.

Assim, cabe ao Estado, em harmonia com a legislação federal, adotar medidas normativas e administrativas que estimulem o turismo inclusivo e seguro, observadas as peculiaridades regionais.

Dessa forma, a instituição de uma política estadual voltada ao turismo feminino seguro configura exercício legítimo da competência concorrente e administrativa dos estados, ao buscar promover o desenvolvimento do setor turístico sob a ótica da proteção integral à mulher e da prevenção de situações de risco, em consonância com o pacto federativo e com os compromissos

internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw.

Tal Convenção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984 (Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, que internalizou seu Protocolo Facultativo), constitui o principal instrumento internacional de proteção dos direitos da mulher.

Em seu artigo 3º, a Cedaw determina que os estados-partes devem adotar “todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso da mulher, garantindo-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem.”.

Ela impõe aos países o dever de promover a eliminação de discriminações e violências baseadas no gênero em todas as esferas da vida pública e privada, o que abrange a atuação do poder público em setores como trabalho, cultura, lazer e turismo, bem como a adoção de medidas preventivas e educativas voltadas à segurança e à autonomia feminina.

Nesse contexto, políticas estaduais de estímulo ao turismo feminino seguro alinham-se diretamente às obrigações assumidas pelo Brasil perante a comunidade internacional, reforçando o compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a proteção integral da mulher contra todas as formas de discriminação e violência.

No que se refere à existência de legislação ou programas voltados ao estímulo do turismo feminino, constata-se que, em âmbito federal, ainda não há lei específica instituindo uma política nacional permanente sobre o tema. Todavia, tramitam no Congresso Nacional proposições que caminham nessa direção, como o Projeto de Lei nº 3.032/2025, que cria a Política Nacional de Proteção a Mulheres Brasileiras Viajantes; e o Projeto de Lei nº 763/2025, voltado à capacitação de mulheres para atuação no setor de turismo e eventos, com prioridade para grupos em situação de vulnerabilidade.

Com relação à iniciativa parlamentar, também não vislumbramos óbices à apresentação da proposição em estudo, uma vez que a matéria não integra o rol de competências restritas de nenhum dos Poderes. Conforme inúmeros precedentes desta Comissão, permite-se a apresentação de projeto de lei de iniciativa parlamentar dispondo sobre a criação de políticas públicas, desde que, em respeito ao princípio da separação entre os Poderes, não haja interferência na estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo nem se atribuam competências a órgãos e entidades estatais.

Encontra-se anexado à proposição em tela o Projeto de Lei nº 4.335/2025, que contém disposições semelhantes às aquelas apresentadas na matéria em exame, aplicando-se a ele o mesmo entendimento já exposto acerca de sua viabilidade jurídica e constitucional.

Por fim, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que aperfeiçoa o texto do projeto às balizas constitucionais que regem o processo legislativo, suprimindo seu art. 4º.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.060/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui a Política Estadual de Estímulo ao Turismo Feminino Seguro no Estado de Minas Gerais, visando promover a segurança e a autonomia das mulheres que viajam sozinhas ou em grupo e daquelas que trabalham no setor turístico.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Estímulo ao Turismo Feminino Seguro no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de fomentar o turismo entre mulheres e garantir a sua segurança, bem-estar e autonomia durante viagens realizadas no território estadual e estimular a sua participação e liderança no setor turístico.

Art. 2º – A Política Estadual de Estímulo ao Turismo Feminino Seguro obedecerá às seguintes diretrizes:

I – desenvolvimento de ações de sensibilização e capacitação para os prestadores de serviços turísticos sobre as necessidades e os direitos das mulheres viajantes e trabalhadoras do setor, com foco na prevenção e no combate ao assédio, à violência e a todas as formas de discriminação;

II – promoção da criação e divulgação de roteiros e produtos turísticos voltados para o público feminino, que valorizem a cultura local, o empreendedorismo feminino e ofereçam experiências seguras e enriquecedoras;

III – incentivo à implementação de medidas de segurança e assistência específicas para mulheres em estabelecimentos de hospedagem, transporte, alimentação e lazer;

IV – articulação com órgãos e entidades de segurança pública para o desenvolvimento de protocolos de atendimento e proteção às mulheres turistas e trabalhadoras do setor em situação de vulnerabilidade;

V – criação e divulgação de canais de informação e apoio para mulheres viajantes e trabalhadoras do setor, incluindo informações sobre segurança, direitos, serviços de assistência e redes de apoio;

VI – fomento à pesquisa e à coleta de dados sobre o perfil, as necessidades e a participação das mulheres no turismo, para o aprimoramento das políticas e ações do setor;

VII – apoio a iniciativas de empreendedorismo feminino no setor de turismo, visando fortalecer a autonomia econômica das mulheres e a oferta de serviços mais adequados ao público feminino;

VIII – promoção de campanhas de conscientização sobre o respeito e a segurança das mulheres no turismo, com o envolvimento de toda a sociedade.

Art. 3º – Para a implementação desta política, o Estado de Minas Gerais poderá adotar, entre outras medidas:

I – criação de selo ou certificação para estabelecimentos e serviços turísticos que adotem boas práticas em relação à segurança, ao atendimento e à valorização das mulheres;

II – estabelecimento de parcerias com o setor privado, organizações da sociedade civil e outras instituições para o desenvolvimento de projetos e ações conjuntas;

III – destinação de recursos financeiros específicos para o apoio a iniciativas de turismo feminino seguro e ao fortalecimento das mulheres que atuam no setor;

IV – integração das ações desta política com outras políticas públicas estaduais voltadas para as mulheres, para o turismo e para a igualdade de gênero;

V – criação de um comitê gestor com a participação de representantes do governo, do setor turístico, de organizações de mulheres, de especialistas no tema e de representantes de trabalhadoras do setor, para o acompanhamento e a avaliação da política.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Maria Clara Marra, relatora – Zé Laviola – Thiago Cota – Bruno Engler – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.118/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado João Vítor Xavier, a proposição em epígrafe “reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Villa Nova Atlético Clube”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 7/8/2025, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cumpre-nos, preliminarmente, examiná-la nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo reconhecer como de relevante interesse cultural e social do Estado o Villa Nova Atlético Clube.

A respeito desse evento, o autor, em sua justificativa, afirma: “O reconhecimento do Villa Nova Atlético Clube como de relevante interesse cultural é medida justa para a valorização e preservação deste bem cultural devido à sua longa história, importância para a comunidade e impacto na identidade local e nacional, sendo símbolo cultural para os mineiros e seus torcedores cujas tradições e rituais são transmitidos de geração em geração, criando uma memória coletiva e um senso de continuidade”.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 da Constituição da República estabelece, no seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No tocante à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

A análise da presente proposição suscita um importante debate conceitual. A questão central reside na aparente incompatibilidade entre o objeto — visto que o clube de futebol constitui pessoa jurídica e, em muitos aspectos, marcas comerciais — e o texto da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, que instituiu o título de relevante interesse cultural.

De acordo com a Lei nº 24.219, de 2022, o título de relevante interesse cultural destina-se a “bens, manifestações ou expressões culturais que contenham referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira”. Uma linha de interpretação aponta a impossibilidade de conceder o título a pessoas jurídicas, uma vez que a lei se refere a um “bem”, e não a uma “pessoa”. Adicionalmente, o reconhecimento de uma marca comercial poderia ferir o princípio da impessoalidade, previsto no art. 37 da Constituição da República, ao conferir um privilégio indevido a um agente de mercado. Seguindo essa linha, a prática desta comissão tem sido reconhecer um bem cultural específico vinculado à instituição, como um acervo ou um centro de memória, em vez da pessoa jurídica em si.

Contudo, uma análise mais aprofundada, que considere a complexidade de um clube de futebol como fenômeno social, permite uma interpretação distinta e mais condizente com os objetivos da própria lei. Um clube de futebol transcende sua natureza de pessoa jurídica ou marca; ele se constitui como um complexo bem cultural imaterial, uma manifestação e uma forma de expressão coletiva.

O caso do Villa Nova Atlético Clube, objeto de um processo de registro como bem imaterial no Município de Nova Lima, é exemplar para essa compreensão. O dossiê de registro justifica a medida por se tratar de uma “importante manifestação cultural, reconhecida pela comunidade, (que) está intimamente ligada aos costumes, tradições e dialoga – há mais de um século – com os modos de vida de Nova Lima”. Ou seja, a análise realizada sobre o clube evidencia que sua relevância não está no seu “CNPJ”, mas no fato de constituir um elemento central na vida social e cultural da cidade, inserido no “imaginário local” e constituindo uma “riqueza e contribuição” de natureza imaterial.

No mesmo sentido, a dissertação de mestrado de Daniela Alves da Silva, intitulada *Cultura operária: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube*, sustenta que o clube funcionava como um “elemento aglutinador” e um conjunto de símbolos — como cores, hinos e mascote. Essa dimensão simbólica é precisamente o que a Lei nº 24.219, de 2022, busca valorizar.

Nessa perspectiva, um clube de futebol pode ser compreendido como o próprio bem cultural ao qual a lei se refere. Não se trata de homenagear a pessoa jurídica, mas de reconhecer o conjunto de práticas, símbolos, memórias e relações sociais que o constituem como um fenômeno cultural. Ele se enquadra na definição de “formas de expressão” e “manifestações culturais”, reforçando a identidade e o sentimento de pertença à comunidade para um vasto grupo social.

Portanto, conclui-se que o reconhecimento de um clube de futebol como de relevante interesse cultural é juridicamente viável. Tal ato não se dirige à pessoa jurídica em sua capacidade comercial, mas ao fenômeno cultural que ela representa. A instituição, nesse contexto, é apenas o suporte material e organizacional da manifestação cultural que contém, inequivocamente, “referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira”, nos termos da Lei nº 24.219, de 2022.

Por fim, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à comissão seguinte realizar essa análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.118/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Laviola, relator – Thiago Cota – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.338/2025

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Raul Belém, o projeto de lei em epígrafe institui o Programa Estadual de Financiamento para Construção de Pequenas Barragens no Estado de Minas Gerais, integrando-o à Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, instituída pela Lei nº 24.931, de 25 de julho de 2024, e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Agropecuária e Agroindústria, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão analisar o mérito do projeto, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IX, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição, em sua forma original, pretende instituir o Programa Estadual de Financiamento para Construção de Pequenas Barragens no Estado de Minas Gerais. Segundo a própria ementa, prevê que a ação proposta estará integrada à Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, instituída pela Lei nº 24.931, de 25 de julho de 2024. Para tanto, fixa como objetivos a ampliação da segurança hídrica das propriedades rurais; a promoção de práticas sustentáveis de irrigação como forma de evitar conflitos pelo uso da água; e o fomento à agropecuária sustentável e resiliente às mudanças climáticas.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não verificou óbices quanto à disciplina do tema por lei estadual, mas apresentou ressalvas quanto à iniciativa parlamentar em matéria reservada à administração, especificamente quanto aos dispositivos que criam obrigações para o Poder Executivo. Por essa razão, apresentou o Substitutivo nº 1, para alinhar a proposição às balizas constitucionais.

De parte desta comissão, esclarecemos que o financiamento é o instrumento basilar para projetos de irrigação e atualmente encontra suporte no Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR –, que garante que as linhas de crédito cheguem aos produtores, operando como o sistema que viabiliza as ações do Plano Safra. Este, por sua vez, é a política anual do governo federal que direciona recursos para o setor agropecuário, com o objetivo de financiar atividades agrícolas e pecuárias, oferecendo variadas linhas de crédito.

Nesse contexto, o Plano Safra oferece linhas de crédito que se adaptam às diferentes realidades dos produtores rurais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, por exemplo, busca garantir que produtores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas tenham acesso a condições de financiamento diferenciadas, com taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos. Assim como o Pronaf, também existem as linhas de crédito destinadas aos médios produtores rurais, como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Pronamp –, e linhas específicas como o Proirriga, que visa financiar a agricultura irrigada e o cultivo protegido, entre outras. Em todas essas linhas de financiamento são ofertados recursos aplicáveis na construção de barragens de reservação de água.

Em âmbito estadual, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – também oferece linhas de crédito operadas com recursos próprios, destinados a produtores rurais localizados em Minas Gerais. Podem ser citados os programas Finame Fundo Clima e BDMG Verde, destinados a pessoas jurídicas. O único que abrange pessoas físicas, o BDMG Agrossustentável, não contempla o apoio à construção de barragens para reservação de água.

Observadas as considerações feitas pela Comissão de Constituição e Justiça, e considerando que o BDMG é a única entidade estadual apta a operacionalizar a concessão de financiamentos, nos vimos impedidos, pela iniciativa parlamentar, de determinar a criação de novas linhas. No entanto, tendo em vista ser matéria sobre a qual o Estado não pode se omitir, pois se relaciona ao desenvolvimento rural, entendemos importante que seja oferecido apoio técnico ao produtor rural, especialmente no âmbito da necessária adaptação da agropecuária mineira às mudanças climáticas.

Sabemos que, para a infraestrutura de irrigação que vai sustentar a atividade rural nesse cenário desafiador, o produtor já conta com os serviços de assistência técnica e extensão rural – Ater –, que vai auxiliá-lo na elaboração de projeto técnico e no acompanhamento da execução da obra. Porém, considerando a recente adequação de objetivos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – Funderur –, que pode agora atender a demandas relativas a prejuízos causados por eventos climáticos extremos, sugerimos, como medida complementar, que esse mesmo fundo possa ter seu uso estendido para o aumento de resiliência e à adaptação às mudanças climáticas em estabelecimentos rurais. Dessa forma, entendemos ser interessante propor uma alteração na Lei do Funderur.

Lembramos que extensão do uso dos recursos do fundo está assegurada em decisão do Conselho Estadual de Política Agrícola – Cepa –, o que sustentaria ações de adaptação às mudanças climáticas em regiões específicas, a exemplo daquelas em situações de insegurança hídrica ou de insuficiência de água para continuidade da produção ou do abastecimento. Tais ações se

justificam pela grande relevância do papel da reservação de água em face das mudanças climáticas e pelo fato de serem as barragens a que se refere o projeto uma aplicação viável no acúmulo de excedentes hídricos e, eventualmente, um instrumento de promoção da recarga de lençóis freáticos.

Por fim, ressaltamos que a proposição, em sua forma original, utiliza a nomenclatura “pequenas barragens”. Entretanto, a definição exata do que é uma “pequena barragem” varia conforme a legislação ou o órgão regulador. Assim, optamos por utilizar o termo “barragem de uso múltiplo” que, além de ser termo tecnicamente referenciado, se mostra mais adequado, uma vez que se refere à diversidade de propósitos para os quais a barragem pode ser utilizada, podendo atender à irrigação, ao abastecimento público, ao controle de cheias, entre outros. Com essas observações e entendimentos ofertamos novo substitutivo como forma de aprimoramento da matéria.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.338/2025, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a política estadual de incentivo à construção de barragens de uso múltiplo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de incentivo à construção de barragens de uso múltiplo.

Parágrafo único – A política de que trata esta lei tem como objetivos ampliar a segurança hídrica de estabelecimentos rurais, promover práticas sustentáveis de irrigação, evitar conflitos pelo uso da água e fomentar a produção agropecuária sustentável e resiliente às mudanças climáticas.

Art. 2º – A política de que trata esta lei será implementada em consonância com a política estadual de agricultura irrigada sustentável, instituída pela Lei nº 24.931, de 25 de julho de 2024, e com a política estadual de desenvolvimento agrícola, nos termos da Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994.

Art. 3º – A política de que trata esta lei obedecerá às diretrizes do Plano Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável – Peais –, previsto no inciso I do art. 6º da Lei nº 24.931, de 2024, e dos planos regionais de irrigação.

Parágrafo único – O Peais deverá estabelecer critérios de prioridade para a implementação das ações de incentivo à construção de barragens de uso múltiplo a que se refere esta lei.

Art. 4º – Na implementação da política de que trata esta lei, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I – facilitação do acesso do produtor rural ao financiamento de barragens de uso múltiplo de até 5 (cinco) hectares de lâmina d’água ou com capacidade de reservação de até 50.000m³ (cinquenta mil metros cúbicos);

II – simplificação da regularização ambiental para a construção de barragens de uso múltiplo em estabelecimentos rurais em conformidade com os critérios técnicos e ambientais definidos pela Lei nº 24.931, de 2024, e por seus regulamentos;

III – apoio à elaboração de projeto técnico de engenharia e a execução da obra de construção de barragens de uso múltiplo;

IV – apoio à expansão da agricultura irrigada sustentável e tecnificada;

V – promoção da adoção de práticas mecânicas de conservação da água e do solo;

VI – oferta de certificação da barragem de uso múltiplo e do projeto de irrigação quanto à conformidade com padrões de sustentabilidade e uso racional da água.

Art. 5º – Fica acrescentado ao art. 2º da Lei nº 11.744, de 16 de janeiro de 1995, o seguinte inciso VI:

“Art. 2º – (...)

VI – à implantação de projetos de reservação de água e irrigação relacionados ao aumento de resiliência e à adaptação às mudanças climáticas em estabelecimentos rurais.”.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Dr. Maurício, presidente e relator – Raul Belém – Antonio Carlos Arantes.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.400/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Rafael Martins, a proposição em epígrafe “reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado as instituições Embaixadores do Rei e Mensageiras do Rei”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 25/9/2025, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado as instituições Embaixadores do Rei e Mensageiras do Rei.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor, “as instituições ‘Embaixadores do Rei’ e ‘Mensageiras do Rei’ exercem, há décadas, papel fundamental na formação ética, moral, espiritual e cultural de crianças, adolescentes e jovens em Minas Gerais. Com práticas voltadas à educação, ao convívio comunitário, à solidariedade e à valorização de princípios que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e consciente, tais instituições se consolidaram como importantes espaços de preservação da memória e da identidade cultural mineira. Reconhecer oficialmente essas instituições como patrimônio cultural imaterial é assegurar que seu legado seja protegido, valorizado e transmitido às futuras gerações, em consonância com a [Constituição do Estado de Minas Gerais](#) e a legislação sobre patrimônio cultural”.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, no seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No tocante à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, inciso VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais. Em Minas Gerais, vigora o Decreto nº 42.505, de 2002, que organiza o registro de bens culturais imateriais pela sua inscrição, equivale dizer, pela sua descrição,

em um dos quatro Livros de Registro: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares.

Pois bem, é necessário mencionar que, recentemente, esta comissão passou a entender que é mais adequado à técnica legislativa reconhecer a relevância do bem cultural no âmbito estadual. Isto porque, como se sabe, a legislação federal dá sentido específico à terminologia “declaração de patrimônio cultural”, relacionando-a ao conceito de um ato administrativo que descreve, registra e estabelece salvaguardas jurídicas a um bem cultural. Este vem sendo o entendimento desta comissão.

Nesse contexto, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 24.219, de 2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. A partir da vigência da nova lei, esta comissão passou a observar um padrão para esse tipo de proposição.

Assim, com a finalidade de aprimorar a redação do projeto e impedir eventual alegação de ofensa ao princípio constitucional da separação e independência dos Poderes, apresentamos o Substitutivo nº 1.

Por fim, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à Comissão de Cultura, a seguir, realizar essa tarefa com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.400/2025, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as instituições Embaixadores do Rei e Mensageiras do Rei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam reconhecidas como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, as instituições Embaixadores do Rei e Mensageiras do Rei.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Thiago Cota, relator – Zé Laviola – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.432/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Bosco, a proposição em epígrafe reconhece como de relevante interesse cultural, histórico, religioso e arquitetônico do Estado o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, localizado no Município de Campos Altos.

Publicada no Diário do Legislativo de 25/9/2025, a matéria foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, para parecer.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar o projeto em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, localizado no Município de Campos Altos.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No que se refere à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais.

Em Minas Gerais, vigora a Lei nº 24.219, de 2022, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a Política Cultural do Estado de Minas Gerais. De acordo com o art. 1º da Lei nº 24.219, de 2022, e o art. 3º-B da Lei nº 11.726, de 1994, o relevante interesse cultural é um título que, concedido pelo Poder Legislativo, mediante lei específica, visa valorizar, promover e difundir bens, manifestações e expressões da cultura mineira. Assim, o reconhecimento em questão deve tramitar sob a forma de projeto de lei, que pode ser tanto de iniciativa parlamentar como do governador do Estado.

Esclarecemos, por fim, que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à Comissão de Cultura, a seguir, realizar essa análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluimos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.432/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Thiago Cota, relator – Zé Laviola – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.433/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe “reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Santuário de Nossa Senhora da Cabeça, localizado no Município de Perdizes.”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 25/9/2025, a proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cumpre-nos, preliminarmente, examiná-la nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado o Santuário de Nossa Senhora da Cabeça, localizado no Município de Perdizes.

A respeito do referido bem cultural, o autor, em sua justificativa, afirma que o Santuário de Nossa Senhora da Cabeça foi criado em 2014 e é reconhecido pelo Vaticano como o segundo santuário brasileiro dedicado à mencionada santa.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No que se refere à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais. Em Minas Gerais, vigora o Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002, que organiza o registro de bens culturais imateriais por sua inscrição, isto é, por sua descrição, em um dos quatro Livros de Registro: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares.

Por fim, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposta, cabendo à comissão seguinte realizar tal análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.433/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Thiago Cota, relator – Zé Laviola – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.444/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição em análise, de autoria do deputado Doorgal Andrada, “confere ao Município de Antônio Carlos o título de Capital Estadual do Queijo do Reino”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 2/10/2025, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 102, III, “a”, do mencionado Regimento.

Fundamentação

O projeto sob comento pretende conceder ao Município de Antônio Carlos o título de Capital Estadual do Queijo do Reino.

Conforme justificativa apresentada pelo autor, a concessão do referido título ao Município de Antônio Carlos fundamenta-se em sua relevância histórica e cultural na Serra da Mantiqueira, onde se consolidou a produção dessa iguaria desde o século XIX, a partir da introdução do gado holandês e do aperfeiçoamento das técnicas de fabricação. O município tornou-se referência na elaboração do Queijo do Reino, preservando uma tradição centenária de grande valor social e econômico. O reconhecimento busca valorizar a identidade local, fomentar o turismo gastronômico, estimular a cadeia produtiva do leite e preservar patrimônio cultural imaterial, consolidando Antônio Carlos no cenário cultural e econômico de Minas Gerais.

No que concerne aos aspectos constitucionais, os quais compete a esta comissão analisar, não vislumbramos óbice jurídico quanto à iniciativa parlamentar para inaugurar o processo legislativo, uma vez que o art. 66 da Constituição do Estado não impõe nenhuma restrição a tal procedimento.

No que diz respeito à competência para legislar sobre o tema, cumpre-nos esclarecer que o princípio fundamental a orientar o legislador constituinte na divisão de competências entre os entes federativos é o da predominância do interesse. Segundo este, competem à União as matérias de predominante interesse nacional e aos estados, as de predominante interesse regional, restando aos municípios as de predominante interesse local. Sob este aspecto, também, não vemos empecilho à disciplina do tema por lei estadual, uma vez que prevalece o interesse regional para sua disciplina. Ademais, segundo dispõe o § 1º do art. 25 da Carta Mineira, “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”.

Visto o aspecto formal, esclarecemos que à Comissão de Agropecuária e Agroindústria caberá analisar a proposição sob o ponto de vista do mérito, no momento oportuno.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 4.444/2025.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Zé Laviola, presidente – Maria Clara Marra, relatora – Doorgal Andrada – Thiago Cota – Bruno Engler – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.472/2025

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, a proposição em epígrafe “reconhece como de relevante interesse cultural, social e econômico do Estado o modo artesanal de fazer rapadura do Município de Itaguara.”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 3/10/2025, a matéria foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, para parecer.

Cumpre-nos, preliminarmente, examiná-la em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo reconhecer como de relevante interesse cultural, social e econômico do Estado o modo artesanal de fazer rapadura do Município de Itaguara.

A autora, em sua justificativa, afirma que:

o Município de Itaguara, no Centro-Oeste do Estado, chama a atenção pelo processamento artesanal da cana-de-açúcar, sendo destaque na produção de rapaduras.

Dados do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-

MG – apontam a existência atualmente, de 19 unidades de processamento da cana e um total de 40 produtores de rapaduras.

Sob o prisma jurídico, a Constituição da República, em seu art. 216, determina que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo art. 216 estabelece, em seu § 1º, que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No que se refere à competência para legislar sobre a matéria, o art. 24, VII, da Constituição da República confere à União, aos estados e ao Distrito Federal competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Isso posto, vale recordar que a atividade de registro de bens imateriais tem um papel fundamental na conservação da memória da coletividade, propiciando ações de estímulo à manutenção e à difusão das práticas culturais. Em Minas Gerais, vigora o Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002, que organiza o registro de bens culturais imateriais por sua inscrição, isto é, por sua descrição, em um dos quatro Livros de Registro: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares.

Um aspecto que merece atenção é o fato de que, embora o projeto se aproxime da terminologia determinada pela Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, temos adotado um modelo predefinido para os projetos que versam sobre o relevante interesse cultural. Essa padronização tem por finalidade garantir mais segurança aos parlamentares que se posicionam sobre a matéria no Plenário. Assim, o substitutivo que apresentamos na conclusão deste parecer promove ajustes que visam uniformizar o texto, mas sem alterar a essência da proposta original.

Por fim, esclarecemos que não compete a esta comissão se pronunciar sobre o mérito da proposição, cabendo à comissão seguinte realizar tal análise com base nos elementos fáticos de que dispõe.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.472/2025 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo artesanal de fazer rapadura do Município de Itaguara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o modo artesanal de fazer rapadura do Município de Itaguara.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Doorgal Andrada, presidente – Thiago Cota, relator – Zé Laviola – Bruno Engler – Maria Clara Marra – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 2º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2023**(Nova redação, nos termos do § 2º do art. 138 do Regimento Interno)****Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023****Relatório**

De autoria do governador do Estado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023 tem por objetivo revogar os §§ 15 e 17 do art. 14 da Constituição do Estado.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, a proposição retornou a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 201, I, do Regimento Interno.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 189 do mencionado regimento, segue anexa a redação do vencido, que faz parte deste parecer.

No decorrer da discussão foi apresentada a proposta de emenda nº 1, de autoria do deputado João Magalhães. A aprovação da emenda dá ensejo à apresentação de nova redação do parecer, nos termos do § 2º do art. 138 do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da proposição, na forma aprovada em Plenário, consiste em revogar o § 17 do art. 14 da Constituição do Estado, dispositivo que determina a submissão a referendo popular de lei que pretenda a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico.

Apreciando a matéria novamente em 2º turno, reiteramos nosso entendimento de que a proposição merece aprovação, uma vez que homenageia o interesse da coletividade e promove a eficiência na gestão pública do Estado, sem nenhum prejuízo evidente à legitimidade democrática do processo decisório, o qual continuará exigindo a realização de discussão aprofundada, dada a necessidade de aprovação da matéria pelo quórum qualificado de três quintos dos membros desta Assembleia Legislativa.

Contudo, entendemos necessários alguns ajustes ao texto aprovado em 1º turno, razão pela qual apresentamos o Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. O substitutivo em questão propunha incluir na norma transitória a hipótese de federalização ou desestatização de empresa prestadora de serviço de distribuição de gás canalizado, bem como autorizar que parte dos recursos obtidos com a eventual desestatização de empresa prestadora de serviço de saneamento básico seja destinada a fundo estadual de saneamento básico, a ser instituído por lei.

Trata-se de medidas que aprimoram a proposição, criando nova possibilidade de canalização de recursos para pagamento da dívida do Estado com a União e estabelecendo alternativas de aplicação dos recursos de forma a contribuir para que a universalização dos serviços de saneamento básico ocorra de forma economicamente sustentável e socialmente justa.

No decorrer da discussão, foi apresentada a Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado João Magalhães, com vistas a aperfeiçoar particularidade do substitutivo proposto, suprimindo-se a menção a empresa prestadora de serviço de distribuição de gás canalizado. Tal emenda foi aprovada e, por isso, compõe este parecer.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o seguinte art. 162:

“Art. 162 – A autorização para transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado de empresa prestadora de serviço de saneamento básico, ou para sua desestatização, para fins de pagamento da dívida do Estado com a União ou de cumprimento de outras obrigações assumidas em virtude de renegociação do mencionado passivo, dependerá exclusivamente de lei específica de iniciativa do governador do Estado, dispensado o referendo previsto no § 17 do art. 14 da Constituição do Estado e observado o disposto no § 15 do mesmo artigo.

Parágrafo único – Na hipótese de desestatização de empresa prestadora de serviço de saneamento básico a que se refere o *caput*, parte dos recursos dela decorrentes poderá ser destinado a fundo estadual de saneamento básico, a ser criado mediante lei.”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.

Cássio Soares, presidente – Gustavo Valadares, relator – Antonio Carlos Arantes – João Magalhães.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2023**(Redação do Vencido)**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado o seguinte art. 162:

“Art. 162 – A autorização para transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado de empresa prestadora de serviço de saneamento básico, ou para sua desestatização, para fins de pagamento da dívida do Estado com a União ou de cumprimento de outras obrigações assumidas em virtude de renegociação do mencionado passivo, dependerá exclusivamente de lei específica de iniciativa do governador do Estado, dispensado o referendo previsto no § 17 do art. 14 da Constituição do Estado e observado o disposto no § 15 do mesmo artigo.”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 28/10/2025, a comunicação do deputado Leonídio Bouças em que notifica o falecimento de Valdivina Cafilista, ocorrido em 6/10/2025, em Uberlândia. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/10/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Fernanda Andrade Silva, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Enes Cândido;

nomeando Jeremias Cardoso de Souza, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, Daniela Kather Abifadel, do cargo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de técnico de apoio legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do quadro de pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 184/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/11/2025, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade a aquisição de licenças de *softwares*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2025.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 124/2025

Número no Siad: 9394367-2

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seguros Sura S.A. Objeto: contratação de seguros de vida para até duzentos participantes do Fundo de Apoio Habitacional – Fundhab – da ALMG, com cobertura por morte de qualquer natureza para cada participante, sem interveniência de corretoras. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 11,96%, com ampliação do valor da cobertura do capital segurado máximo para R\$403.811,00, e do valor do prêmio mensal máximo para R\$160,66; e segunda prorrogação, sem reajuste de preços. Vigência: 12 meses, da zero hora de 2/11/2025 às 24 horas de 1º/11/2026, prorrogáveis na forma da lei.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 128/2025

Número no Siad: 9370684-3

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gesmaq Comércio e Serviços Ltda. Objeto: locação de equipamentos gráficos novos ou seminovos. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com manutenção do preço. Vigência: 12 meses, de 16/2/2026 a 15/2/2027, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 130/2025**Número no Siad: 9294447-5**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MBM Seguradora S.A. Objeto: contratação de seguro de acidentes pessoais para o quadro de estagiários da contratante. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual. Vigência: das 24 horas do dia 1º/12/2025 até as 24 horas do dia 1º/12/2026. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**ERRATAS****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.085/2024****Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/10/2025, na pág. 50, no fecho, onde se lê:

“Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade, relator – Oscar Teixeira – Vitório Júnior.”, leia-se:

“Leonídio Bouças, presidente e relator – Roberto Andrade – Oscar Teixeira – Vitório Júnior.”.

PROJETO DE LEI Nº 4.596/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2025, na pág. 100, no despacho, onde se lê:

“Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e da Pessoa com Deficiência para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.”, leia-se:

“Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.”.

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/10/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2025, na pág. 141, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 14.504/2025, onde se lê:

“Anexe-se ao Requerimento nº 11.663/2025”, leia-se:

“Anexe-se ao Requerimento nº 11.633/2025”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/10/2025, na pág. 29, onde se lê:

“Ana Ferreira Neta”, leia-se:

“Ana Pereira Neta”.